

# plura

Revista de Ciências Sociais



32.2

...: [revistas.usp.br/plural](http://revistas.usp.br/plural)





# plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA USP**

**32.2**

Departamento de Sociologia Faculdade  
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Universidade de São Paulo

*Plural*

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora: Profª. Drª. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-Diretora: Profª. Drª. Ana Paula Torres Megiani

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Fernando Pinheiro Filho

Coordenador do Programa de Pós-Graduação:

Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson

Equipe Editorial - Revista Plural v. 32, n. 2

Comissão Editorial

Alvaro A. Comin, Universidade de São Paulo

Fernando Antônio Pinheiro, Universidade de São Paulo

Ricardo Mariano (Editor Responsável), Universidade de São Paulo

Assistentes Editoriais

Elizabeth Arruda (Mestranda em Sociologia, Universidade de São Paulo), Giovanna dos Santos Chistoni Silva (Graduanda em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo), Jessica Mazzini Mendes (Doutoranda em Sociologia, Universidade de São Paulo), José Diniz da Costa Junior (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo), Rodrigo da Silva Rocha (Mestrando em Sociologia, Universidade de São Paulo), Shélida Maria Silverio Pedreira (Doutoranda em Sociologia no PPGS/USP)

Monitores

José Diniz da Costa Junior (Doutorando em Sociologia, Universidade de São Paulo), Giovanna dos Santos Chistoni Silva (Graduanda em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo)

Comissão Executiva

(Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP) Ana Carolina de Paula Lima, Arthur Damião, Bianca Lombarde, Bruna de Santana Souza, Dayvison Wilson Bento da Silva, Elizabeth Arruda de Azevedo, Emmanuel Samuel, Fernanda Fernandes Anjos, Gisele Vilalta, Guilherme Olímpio Fagundes, Jade Gonçalves Roque, Jessica Mazzini Mendes, José Diniz da Costa Junior, Juliano Dias Guimarães, Karina Batista Pereira Feliciano, Lucas de Souza Gonçalves, Lucca Ignacio Morais Luiz, Martha Hithner dos Santos, Michelly Andrade Rosa, Natália de Sá Ribeiro de Barros Barreto, Nathalia Mansour de Oliveira, Paula Pagliari de Braud, Priscila dos Santos Rodrigues, Rodrigo da Silva Rocha, Shélida Silvério, Vanessa Nobre Nunes, Vinícius Ribeiro Alvarez Teixeira

Comissão organizadora do dossiê

*Teoria do Discurso e Interdisciplinaridade: explorando fronteiras na construção de significados políticos*

Prof. Dr. Marcelo de Souza Marques (PGCS-Ufes); Prof. Dr. Gabriel Bandeira Coelho (PPGS-UFRGS); Prof. Dr. Everton Garcia da Costa (PPGS-UFRGS); Profa. Dra. Alice Hubner Franz (FURG)

Conselho Científico

Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flávio Wik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico.

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900. São Paulo - SP - Brasil.

e-mail: [plural@usp.br](mailto:plural@usp.br)

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>

Facebook: [www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416](https://www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416)

Instagram: [https://www.instagram.com/plural\\_usp](https://www.instagram.com/plural_usp)

Publicação eletrônica semestral referente ao 2º semestre de 2025. *Plural*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 32, n. 2, jul./dez., 2025 (publicado em dezembro de 2025).

Equipe Técnica

Diagramação: [Diagrama Editorial](#)

Capa: Luis Guilherme Trevisani (Magoo), sem nome.

Financiamento: Agência de Bibliotecas e Coleções Digitais (ABCD/USP) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia 2. Ciências Sociais



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

# SUMÁRIO

## Dossiê

### **Teoria do Discurso e Interdisciplinaridade: explorando fronteiras na construção de significados políticos**

<b>A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e sua potência interdisciplinar .....</b>	<b>5</b>
Marcelo de Souza Marques, Gabriel Bandeira Coelho, Everton Garcia da Costa e Alice Hubner Franz	
<b>Seria a Teoria do Discurso uma Teoria do Populismo? .....</b>	<b>22</b>
Daniel de Mendonça, Bianca de Freitas Linhares e Paulo César Neves Barboza	
<b>O discurso da candidatura de Jair Bolsonaro em 2018 no HGPE .....</b>	<b>42</b>
Felipe Corral de Freitas	
<b>Disputas discursivas sobre raça e sexualidade no Brasil contemporâneo: a retórica política da extrema direita em foco .....</b>	<b>66</b>
Guilherme da Silva Pereira e José Ribamar Alves Mota	
<b>Democracia como devir: as tensões discursivas na história do campo educacional .....</b>	<b>88</b>
Matheus Saldanha do Amaral Reis	
<b>Hegemonia e metáfora: potência e limites da teoria discursiva de Ernesto Laclau .....</b>	<b>107</b>
Oscar Pérez Portales e Carmen Burgos Videla	
<b>História e Teoria Política do Discurso: contribuições do pensamento laclauiano para uma história do político ..</b>	<b>126</b>
Jefferson Evânio da Silva	
<b>Reconfigurando a justiça social: hegemonia e performatividade da accountability educacional em Pernambuco .....</b>	<b>146</b>
Divane Oliveira de Moura Silva, Karla Wanessa Carvalho de Almeida e Kátia Silva Cunha	

<b>Desdobramentos da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: populismo, antipopulismo e novas possibilidades analíticas . . . . .</b>	<b>167</b>
Gabriela Caraffini Pretto	
<b>Espaços de amparo e processos de identificação política: a dimensão dos afetos nas escolhas presidenciais de estudantes de camadas populares nas eleições brasileiras de 2018 e 2022 . . . . .</b>	<b>186</b>
Luciana Silvestre Girelli e Igor Suzano Machado	
<b>Disputas hegemônicas pela centralidade do conhecimento nas políticas de currículo: um olhar a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau . . . . .</b>	<b>209</b>
Cíntia Aparecida Oliveira e André Araújo de Medeiros	
<b>Reflexões sobre o caráter político do fenômeno organizacional a partir da análise do caso da resistência do movimento ponta do coral 100% pública . . . . .</b>	<b>231</b>
Eloise Helena Livramento Dellagnelo e Carlos Eduardo Justen	
<b>A influência das paixões e afetos no processo de articulação política: uma análise do Movimento #vivacentroleste . . . . .</b>	<b>252</b>
Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves e Eloise Helena Livramento Dellagnelo	
<b>A memória de 1964 e a retomada dos pedidos de intervenção militar no Brasil . . . . .</b>	<b>272</b>
Veronica Tavares de Freitas e Gabriel Souza Bastos	
<b>Os espaços públicos da cidade e as meninas: reflexões etnográficas com um coletivo feminista estudantil . . . . .</b>	<b>292</b>
Maria Eduarda de Moraes Torres e Alexandre Barbosa Pereira	
<b>Projetos de Lei Antifeministas na Câmara dos Deputados em ofensiva aos direitos das mulheres e LGBTQIAPN+ . . . . .</b>	<b>311</b>
Kellen Carvalho de Sousa Brito e Olívia Cristina Perez	

# A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e sua potência interdisciplinar

Marcelo de Souza Marques<sup>a</sup>, Gabriel Bandeira Coelho<sup>b</sup>,  
Everton Garcia da Costa<sup>c</sup>, Alice Hubner Franz<sup>d</sup>

**Resumo** As últimas décadas marcam a consolidação e a expansão interdisciplinar da Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe no campo acadêmico brasileiro. A partir do percurso recente de organização de dossiês e grupos de trabalho dedicados à TD, este artigo evidencia como o pensamento de Laclau e Mouffe tem sido mobilizado em diferentes áreas, como sociologia, educação, administração, comunicação e estudos culturais. Argumenta-se que a força interdisciplinar da TD decorre de sua ontologia política, que concebe o social como campo discursivo aberto, contingente e permanentemente disputado. Essa perspectiva permite analisar processos de produção de sentido, identidades e conflitos em múltiplos domínios, sem restringir-se a fronteiras disciplinares. À luz deste cenário, o presente dossiê buscou reunir contribuições teóricas e empíricas que demonstram o potencial da TD na compreensão de fenômenos sociais complexos do mundo contemporâneo.

**Palavras-chave** Teoria do Discurso; Ernesto Laclau; Chantal Mouffe; Interdisciplinaridade.

**Abstract** Recent decades have witnessed the consolidation and interdisciplinary expansion of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Discourse Theory (DT) within the

- 
- a Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Pesquisador do Núcleo Participação e Democracia (CNPq/UFES). Integra a Coordenação do Comitê de Pesquisa Movimentos Sociais da Sociedade Brasileira de Sociologia. Pesquisador do INTC Participa. E-mail: marcelo.marques.cso@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3343853259417906>
  - b Professor Adjunto do Departamento de Sociologia (UFRGS). Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFRGS). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino na Saúde (UFRGS). Coordenador do Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso (IdAD/Sociologia-UFRGS). E-mail: gabriel.bandeira@ufrgs.br | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5520537266860368>
  - c Professor Adjunto do Departamento de Sociologia (UFRGS). Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFRGS). Líder do Grupo de Pesquisas sobre Games, Cultura e Sociedade (GamePesq). E-mail: eve.garcia.costa@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4996903913348992>
  - d Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Professora Substituta do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Campus Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul. Membro do Grupo Observatório da Realidade Organizacional (UFSC). E-mail: alicefranz1@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7775793350045475>.

*Brazilian academic field. Drawing on the recent trajectory of organizing dossiers and working groups dedicated to DT, this article demonstrates how Laclau and Mouffe's framework has been mobilized across multiple areas, including sociology, education, administration, communication, and cultural studies. It argues that the interdisciplinary strength of DT stems from its political ontology, which conceives the social as an open, contingent, and permanently contested discursive field. This perspective enables the analysis of meaning production, identities, and conflicts across diverse domains without being constrained by disciplinary boundaries. In light of this scenario, the present dossier brings together theoretical and empirical contributions that illustrate the potential of DT for understanding complex social phenomena in contemporary society.*

**Keywords** Discourse Theory; Ernesto Laclau; Chantal Mouffe; Interdisciplinarity.

## INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA E POSSIBILIDADES

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo surgimento de diversos paradigmas teórico-epistemológicos no campo das ciências sociais, em resposta às complexas transformações globais daquele período. Dentre esses paradigmas, encontra-se a Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Com suas bases fincadas no pós-marxismo, na psicanálise lacaniana, no pós-estruturalismo, na desconstrução derridiana e na perspectiva pós-fundacionalista, a TD tem ganhado fôlego e destaque no Brasil nas últimas décadas. Essa consolidação tem ampliado seu alcance para além dos debates estritamente teóricos de seu campo originário, a filosofia política, como constatam Rodrigues e Coelho (2016) ao observarem o uso crescente da TD na análise de distintos espaços sociais a partir de conceitos como o de discurso.

Nesse sentido, torna-se possível afirmar que a TD se constitui, desde sua formulação, como uma abordagem intrinsecamente interdisciplinar. Além disso, vem sendo mobilizada em pesquisas que atravessam diversos campos das ciências humanas e sociais, como Educação, Sociologia, Psicologia, Administração e Ciência Política, entre outras. A mobilização da TD nas disciplinas mencionadas mostra o seu amplo alcance, possibilitando uma nova e diferente análise dos fenômenos políticos e complexos desta contemporaneidade. Assim, entendemos que a TD tem potencialidade para ser utilizada como lente à compreensão dos fenômenos sociais, políticos, organizacionais, culturais, ambientais, educacionais e econômicos.

Essa amplitude analítica também é destacada por Lopes, Mendonça e Burity (2015), para quem o conjunto sofisticado de conceitos propostos resulta em obras cuja perspicácia analítica se torna singular. Se observarmos os elementos grams-

cianos, lacanianos e derridianos que compõem seu arcabouço teórico, articulados a partir de conceitos-chave como hegemonia, objeto “a”, desconstrução (precariedade), discurso, articulação, antagonismo, agonismo e democracia, notamos que a TD atravessa diversos campos do saber. Essa transversalidade a torna uma importante ferramenta teórica, metodológica e epistemológica para a análise de uma ampla variedade de fenômenos sociais do mundo contemporâneo.

Dado o reconhecimento da potência interdisciplinar, característica da TD, os autores desse dossiê, em 2022 e 2024, propuseram, no IV e no V *Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social*, o GT “Teoria do Discurso e abordagens interdisciplinares”. Foi a partir dos instigantes debates realizados no GT, durante esses dois eventos, que o presente dossiê começou a ser idealizado. Assim como este dossiê, o GT buscou acolher trabalhos que tinham como fio condutor a TD de Laclau e Mouffe, sobretudo aqueles que realizavam uma significativa interlocução entre a abordagem laclauiana e mouffeana e as mais diversas disciplinas do conhecimento científico.

Porém, antes disso, em 2019, os autores deste texto, em parceria com outros colegas, organizaram dois dossiês dedicados às contribuições de Laclau e Mouffe, publicados na revista Simbiótica. Tratava-se de um dos primeiros conjuntos de dossiês em periódicos no Brasil integralmente voltados à TD<sup>1</sup>. À época, afirmamos que os trabalhos reunidos poderiam contribuir para a divulgação e a consolidação dos pressupostos laclauianos e mouffeanos no país, constituindo-se como instrumento analítico adicional para a compreensão da complexidade dos fenômenos sociais que têm marcado a contemporaneidade (Balsa; Marques; Coelho, 2019). Durante o processo de organização dos referidos dossiês, deparamo-nos com um expressivo número de submissões, bem como com um elevado nível de qualidade, tanto no debate teórico quanto na aplicação da TD como ferramenta metodológica (Costa; Freitas; Merlin, 2019)<sup>2</sup>. Em suma, além da preocupação em divulgar os

1 Em 2018, Daniel de Mendonça organizou o primeiro dossiê, em periódico brasileiro, inteiramente dedicado à TD. Publicado na *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, o número contextualiza a recepção da abordagem no país e evidencia sua expansão para diferentes campos de pesquisa. É especialmente significativa a frase inicial do texto de abertura: “Tortuosos têm sido até aqui os caminhos percorridos pela teoria do discurso no Brasil, particularmente aqueles traçados no âmbito da Ciência Política” (Mendonça, 2018, p. I) – retomaremos esse ponto adiante. Em termos de coletâneas, o primeiro esforço sistemático voltado à difusão da TD no Brasil foi a obra *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*, organizada em 2008 por Daniel de Mendonça e Léo Peixoto Rodrigues (Mendonça; Rodrigues, 2008).

2 Foram esses motivos que nos levaram a organizar dois volumes, e não apenas um. Ao todo, recebemos cerca de trinta submissões, das quais dezessete foram selecionadas para publicação. Os dossiês reuniram tanto autoras e autores amplamente reconhecidos, como Mendonça (2019), Balsa (2019), Machado (2019), Bob Jessop (2019) e a própria Chantal Mouffe (2019a), quanto jovens pesquisadores à época, como Nascimento (2019) e Baron (2019).

fundamentos teóricos da abordagem, havia também uma atenção especial à sua mobilização empírica e, no segundo dossiê de 2019, nossos primeiros esforços de pensar o alcance interdisciplinar e transversal da TD.

Como informamos naquele momento, e vale destacarmos novamente, a abordagem discursiva desenvolvida por Laclau e Mouffe (2015a) tem demonstrado, de forma crescente, sua capacidade de iluminar análises sobre fenômenos sociais marcados pela complexidade e pela constante transformação. Ancorada em uma perspectiva pós-fundacionalista e pós-estruturalista, e dialogando com tradições que passam por autores como Marx, Lacan, Gramsci, Althusser, Derrida, Husserl e Heidegger, essa proposta teórica consolidou-se como um instrumental analítico versátil<sup>3</sup>. Tal versatilidade é justamente o que permite seu emprego em diferentes campos do saber, uma vez que seus conceitos não se restringem a uma problemática disciplinar específica, mas oferecem ferramentas para a investigação de múltiplas formas de construção do social. É nesse sentido que Mendonça (2018, p. I) ressalta que “a teoria do discurso não é uma teoria política, no sentido estrito da Ciência Política. Trata-se de uma teoria do político, aplicável aos mais diversos campos do conhecimento”.

Dando sequência aos esforços de compilação e divulgação da TD, ainda neste ano de 2025, organizamos um terceiro dossiê, desta vez reunindo contribuições centradas nas relações entre populismo e democracia (Costa; Coelho; Marques, 2025). Este dossiê, publicado na revista *Sociologias* (UFRGS)<sup>4</sup>, representa o primeiro número temático sobre a abordagem laclauiana e mouffeana em um dos periódicos de maior qualificação no Brasil, contribuindo decisivamente para a consolidando a inserção da TD no debate acadêmico nacional.

A relevância do referido número encontra estreita correlação com o atual “momento populista”, inclusive em democracias liberais consideradas estáveis pela literatura. Especificamente sobre essa discussão, duas obras assumem lugar central no debate contemporâneo sobre populismo: *On Populist Reason*, de Ernesto Laclau, e *For a Left Populism*, de Chantal Mouffe. Embora publicada em 2005, a obra de Laclau chegou ao público brasileiro apenas em 2013, em tradução da Editora Três

3 Para uma discussão sobre a importância do pós-fundamentalismo, do pós-estruturalismo e dos diálogos da TD com Althusser, Husserl e Derrida, ver Mendonça e Rodrigues (2014) e Marques (2020). Para uma abordagem mais ampla e centrada no pós-fundamentalismo – incluindo um debate mais diretamente ancorado em Heidegger – conferir Marchart (2009) e Mendonça, Linhares e Barros (2016). Já para uma análise do diálogo “com e contra Marx”, recomendamos a leitura dos próprios autores Laclau e Mouffe (2015b).

4 Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/i/2025.v27/>. Acessos em: 30 nov. 2025.

Estrelas (Laclau, 2013)<sup>5</sup>. O livro de Mouffe, por sua vez, lançado internacionalmente em 2018, teve sua edição em português publicada no ano seguinte pela Autonomia Literária (Mouffe, 2019b). Esses trabalhos tornaram-se referências incontornáveis para compreender o fenômeno populista na contemporaneidade, tanto em suas dimensões normativas quanto analíticas.

Nessas obras, ambos os autores rompem com interpretações que tratam o populismo como anomalia democrática ou simples desvio institucional. Em vez disso, argumentam que o populismo constitui uma forma particular de articular demandas sociais e de produzir o sujeito coletivo denominado “povo”, processo que envolve a criação de uma fronteira interna que opõe esse “povo” a um polo de poder (Laclau, 2013; Mouffe, 2019b). Nessa perspectiva teórico-analítica, a constituição do “povo” pode assumir orientações diversas, podendo ser mobilizada tanto em projetos de caráter democrático e igualitário quanto em agendas autoritárias. Isso ocorre, porque, enquanto lógica específica de articulação política, o populismo não possui um conteúdo ideológico pré-determinado nem está vinculado a um trajeto histórico necessário. Trata-se, antes, de uma forma de construção do político cuja direção depende das disputas e investimentos hegemônicos que a configuram (Lopes; Mendonça, 2013; Costa; Coelho; Marques, 2025; Marques, Carlos, 2025).

Com o presente dossiê, que dá continuidade aos esforços de compilação e divulgação da TD que iniciamos em 2019, é possível afirmar que a teoria já não demanda os mesmos esforços de legitimação e disseminação no Brasil, como indicávamos naquele momento. Hoje, a abordagem se encontra mais amplamente consolidada, com presença crescente em pesquisas empíricas, debates teóricos e em diferentes programas de pós-graduação. Além disso, observa-se o surgimento de novos grupos de pesquisa, o aumento das publicações, a inserção de jovens pesquisadores da TD no magistério superior e a ampliação do diálogo com outras perspectivas — especialmente nos debates sobre populismo<sup>6</sup> e extremismos contemporâneos em tempos de plataformas digitais e redes sociais<sup>7</sup>. A própria publicação deste dossiê em um periódico vinculado a uma das principais instituições acadêmicas brasileiras, a Universidade de São Paulo (USP), constitui mais uma evidência desse processo.

5 Antes desta obra, vale destacar o capítulo intitulado “Para uma Teoria do Populismo”, publicado por Laclau na obra *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo* (Laclau, 1978).

6 Para uma leitura sobre populismo, conferir Mouffe (2019a; 2019b); Mendonça e Resende (2021); Mendonça e Machado (2021), Silva e Rodrigues (2021), Marques e Carlos (2025), Costa, Coelho e Marques (2025) e Girelli e Machado (2025).

7 Para um debate sobre esses pontos, em diálogo com a TD, ver Baron (2019), Cesarino (2019), Marques *et al.* (2025) e Penteado, Goya e França (2021) e Penteado *et al.* (2025).

Seguindo esse objetivo, com este dossiê buscamos explorar as potencialidades da TD por meio de contribuições empíricas e teóricas que interrogam, de modo direto, ou evidenciam, ainda que indiretamente, o caráter interdisciplinar da abordagem desenvolvida por Laclau e Mouffe. A proposta consiste em criar um espaço de circulação de investigações que demonstrem como a TD pode iluminar processos de produção de sentido em distintos domínios do conhecimento, oferecendo instrumentos analíticos capazes de atravessar fronteiras disciplinares consolidadas e de reconfigurar debates enraizados em tradições específicas. Durante sua organização, interessaram-nos igualmente discussões teóricas que contribuíram para ajustes e refinamentos teórico-analíticos da própria TD. Assim, este número temático se apresenta como um espaço de reflexão sobre usos plurais da TD, tanto em aplicações empíricas quanto em elaborações teóricas que buscam expandir seus diálogos com outros campos.

Além do exposto até aqui, e considerando os esforços coletivos de difusão e sedimentação da TD, é oportuno retomar alguns dos principais fundamentos teóricos que orientam as reflexões reunidas neste volume. Na próxima seção, apresentamos alguns desses elementos, os quais ajudam a situar o leitor no horizonte teórico que guia este dossiê.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA DO DISCURSO: PENSANDO A INTERDISCIPLINARIDADE**

No presente ano, temos o aniversário de quarenta anos da publicação da obra seminal de Laclau e Mouffe, *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (1985)<sup>8</sup>. Como argumentamos em outra oportunidade, para além de ser um marco editorial, “essa obra representa um ponto de inflexão teórica nos debates contemporâneos sobre hegemonia, sujeito e política no campo do pensamento crítico (Costa; Coelho; Marques, 2025, p. 5).

Publicada em um contexto de esgotamento das grandes narrativas emancipatórias e de reconfiguração dos movimentos sociais, a obra de Laclau e Mouffe realizou uma revisão profunda de categorias centrais do marxismo – e da própria trajetória intelectual dos autores, então inscritos nessa tradição (Costa; Coelho; Marques, 2025). Mais do que uma releitura interna, essa inflexão marcou uma transformação na forma de compreender a vida social, deslocando pressupostos teóricos que estruturavam boa parte dos debates à época. Esse reposicionamento é constitutivo da TD, cuja ontologia assume a impossibilidade de um centro orga-

---

<sup>8</sup> A obra foi traduzida para o português somente em 2015 (Laclau; Mouffe, 2015a).

nizador definitivo e, por conseguinte, indica a abertura permanente dos processos de significação. Como discutimos em estudo anterior, a abordagem opera com a noção de fundamentos historicamente instituídos e sempre passíveis de reinscrição, permitindo compreender o social como domínio marcado pela contingência e pela historicidade das práticas que produzem sentido (Marques, 2020).

Essa inflexão ontológica repercutiu diretamente na maneira como os autores pensam a dinâmica das identidades, das instituições e das ordens sociais. A partir da noção althusseriana de sobredeterminação, Laclau e Mouffe argumentam, por exemplo, que nenhuma formação social pode ser compreendida como totalidade plenamente constituída; antes, ela resulta de articulações hegemônicas que buscam fixar sentidos de modo sempre parcial (pós-fundacionalismo<sup>9</sup>). É nesse ponto que emergem os conceitos de estruturação discursiva, prática articulatória, pontos nodais e exterior constitutivo — conceitos centrais para compreendermos a estrutura teórico-analítica dos autores<sup>10</sup>. Esses elementos revelam, em suma, que o social só pode ser pensado enquanto resultado de práticas que procuram estabilizar um campo necessariamente aberto, submetido a disputas, antagonismos e reelaborações constantes. É nesse sentido que Mendonça (2018) argumenta que longe de se restringir a uma teoria política no sentido estrito, a TD configura-se como uma teoria do político, cuja potência interdisciplinar deriva precisamente de seu estatuto ontológico: ela oferece um arcabouço capaz de analisar fenômenos complexos e contingentes nas ciências sociais e humanas, superando perspectivas essencialistas e estruturalistas que procuram fundar o social em princípios fixos ou determinações últimas (Costa; Coelho; Marques, 2025).

Essa reconfiguração ontológica conduz, portanto, a um deslocamento decisivo: se o social é sempre resultado provisório de práticas de significação, então sua própria estruturação deve ser entendida como discursiva. Nesse sentido, a categoria *discurso* não se refere meramente a linguagem ou enunciações, mas a totalidades estruturadas produzidas por *práticas articulatórias* que estabelecem relações entre elementos, transformando suas identidades. Ao definirem articulação como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória” (Laclau; Mouffe, 2015a, p. 178), os autores instituem uma ontologia política na qual

9 A proposta teórico-epistemológica da TD inscreve-se em uma perspectiva pós-fundamentalista que recusa tanto a busca por um fundamento último quanto a negação absoluta da ideia de fundamento. Como observa Marchart (2009, p. 15), trata-se de “debilitar o status ontológico do fundamento”, reconhecendo que toda fixação de sentido é provisória e contingente.

10 Para uma leitura objetiva desses conceitos, conferir Marques (2020).

o social é sempre resultado precário, contingente e indecidível. Essa concepção rompe com visões essencialistas e deterministas, permitindo compreender o social como permanentemente aberto e sujeito a disputas hegemônicas:

É neste ponto que, para nossa análise, torna-se de maior importância uma concepção do social como espaço *discursivo* — ou seja, que possibilita relações de representação estritamente inconcebíveis no interior de um paradigma fisicista ou naturalista [...]. Para nos posicionarmos firmemente no campo da articulação, devemos começar renunciando à concepção de “sociedade” como totalidade fundante de seus processos parciais. Devemos, portanto, considerar a abertura do social como fundamento constitutivo ou a “essência negativa” da existência, e as diversas “ordens sociais” como precárias e, em última instância, tentativas fracassadas de domesticar o campo das diferenças [...]. O social é articulação, na medida em que a “sociedade” é impossível [...] na medida em que o social é uma infinitude não redutível a nenhum princípio unitário subjacente, a mera ideia de um centro do social não faz o menor sentido (Laclau; Mouffe, 2015a; p. 37; p. 166; 188 e 219).

Essa formulação ontológica, que comprehende o social como campo discursivo aberto, descontínuo e permanentemente disputado, fornece a base para a amplitude analítica da TD. Ao renunciar a princípios fundacionais e a noções substantivas de sociedade, a teoria desloca o foco para os modos como sentidos, identidades e práticas são articulados em contextos específicos. É justamente essa ênfase na contingência e na historicidade das formações sociais que torna a TD particularmente apta a dialogar com diferentes objetos, áreas de conhecimento e tradições teóricas: ao conceber toda ordem social como tentativa provisória de fixação, a TD abre espaço para a pluralidade de modos pelos quais o político se manifesta no social e se tornam objetivo de reflexão e análise científica. É precisamente dessa capacidade de apreender a diversidade das práticas de significação que decorre sua projeção interdisciplinar.

A expansão interdisciplinar verificada no Brasil e na América Latina, sobretudo após a presença de Ernesto Laclau no país em 2013 e a publicação da tradução brasileira de sua obra em 2015, reforça o caráter plural e transversal da TD (Costa; Coelho, 2016). Além disso, Grupos de Pesquisa consolidados em diferentes universidades, como UFPel, UFPE, UERJ, UFRJ, UFRGS, também têm contribuído significativamente para a difusão da teoria, produzindo investigações empíricas e debates teóricos que ampliam o diálogo entre a TD e outras tradições intelectuais.

A vocação interdisciplinar da TD não se limita à análise dos fenômenos políticos *stricto sensu*. Pesquisas em educação, por exemplo, têm mobilizado seus conceitos para examinar disputas curriculares, políticas públicas educacionais e processos de negação científica, como discutido por Lopes, Cunha e Costa (2021) e Araújo (2019). No campo da cultura, a TD tem sido mobilizada para analisar conflitos identitários, políticas públicas culturais, disputas por memória e dinâmicas de produção simbólica, como se observa em Marques (2019; 2021; 2024; 2025), Barbalho (2016), Franz e Dellagnelo (2024) e Mouffe (2014). Na comunicação, a TD revelou-se especialmente produtiva para analisar cultura organizacional, mediações simbólicas e construções identitárias, extremismos contemporâneos e redes sociais, como se destaca nos estudos de Silva (2017), Baron (2019), Cesarino (2019), Penteado, Goya e Franca (2021) e Marques *et al.* (2025). Na administração, seus conceitos têm fundamentado estudos sobre organizações, resistência, governança, subjetivação e relações de poder, como em Barcellos (2012), Barcellos, Dellagnelo e Salles (2014), Dellagnelo, Böhm e Mendonça (2014), Paes e Dallagnelo (2017), Lacerda e Mello (2020; 2021) e Franz (2024). Essa multiplicidade de aplicações reafirma a observação de Lopes, Mendonça e Burity (2015) acerca da capacidade da TD de oferecer um arcabouço analítico adequado para examinar fenômenos que envolvem produção de sentidos, conflitos e práticas de poder em variadas esferas da vida social.

O caráter interdisciplinar desta perspectiva — e acreditamos que isso esteja claro —, não se apresenta apenas como aplicação instrumental da TD a diferentes objetos. Como argumentamos, ao conceber o social como discursivo, Laclau e Mouffe fornecem uma perspectiva que atravessa domínios e permite articular análises que não se reduzem a limites disciplinares. Esse caráter da teoria decorre, assim, de seu fundamento ontológico e potência teórico-analítica, e não de uma expansividade metodológica arbitrária.

Do ponto de vista metodológico, a análise articulatório-discursiva não se apresenta como um protocolo rígido, mas como um conjunto de orientações heurísticas derivadas da ontologia política própria a Laclau e Mouffe<sup>11</sup>. Isso implica compreender o discurso não como mero conjunto de enunciados, mas como totalidade estruturada produzida por práticas articulatórias que transformam identidades e organizam o campo do social (Laclau; Mouffe, 2015a). Investigar práticas discursivas, nesse sentido, requer mapear os elementos diferenciais que compõem determinado campo da discursividade, identificar as operações pelas quais tais

11 Para uma sistematização metodológica, conferir Howarth (2005) e Marques e Carlos (2025).

elementos passam a compor cadeias de equivalência, descrever os significantes e pontos nodais que estabilizam, ainda que provisoriamente, sentidos compartilhados e, sobretudo, analisar a relação de antagonismo que institui a fronteira nós <> eles e organiza o exterior constitutivo do discurso (Laclau, 2014).

Ainda nesse sentido, a atenção aos significantes vazios, responsáveis por condensar demandas heterogêneas e orientar a direção da prática articulatória, torna-se igualmente central para apreender os processos hegemônicos de fixação contingente do sentido. Em termos operacionais, essa abordagem exige dos analistas decisões explícitas acerca do nível adequado de contextualização do discurso e dos critérios de seleção das fontes — textuais, imagéticas, orais ou institucionais — sempre vinculadas ao problema de pesquisa (Howarth, 2005; Marques; Carlos, 2025). Trata-se, portanto, de um método flexível, porém teoricamente exigente, que vem permitindo aprofundar investigações nas mais diversas áreas em que a produção e disputa de significados exerce papel estruturante.

A análise interdisciplinar, vale destacar, por si só já exige do pesquisador o domínio, mesmo que básico, de conceitos, categorias e métodos de diferentes áreas de investigação. No caso de uma superteoria, como é a TD, ou seja, um modelo explicativo voltado à compreensão da própria constituição do social, e que dialoga com diferentes correntes de pensamento (marxismo, psicanálise, pós-estruturalismo, estudos culturais etc.), os desafios são ainda maiores. Todavia, uma vez superados os desafios teórico-metodológicos que o trabalho com a TD coloca diante do pesquisador, este terá à sua disposição uma teoria com enorme capacidade explicativa dos fenômenos sociais contemporâneos — e justamente por isso é que vem sendo utilizada em diferentes áreas de pesquisa.

O presente dossiê se inscreve nesse horizonte. Buscamos reunir trabalhos teóricos e empíricos que mobilizam a TD em direção a uma agenda ampliada de investigação interdisciplinar. Embora nem todos os artigos selecionados apresentem, em sua estrutura interna, um desenho interdisciplinar, o conjunto das contribuições foi organizado com o propósito de evidenciar a capacidade da TD de dialogar com diferentes campos do conhecimento e de fomentar leituras transversais sobre fenômenos sociais diversos. Os artigos que o compõem exploram diferentes objetos e campos, produzindo análises que dialogam diretamente com os fundamentos da TD e ampliam sua presença na pesquisa contemporânea. Ao fazê-lo, contribuem para fortalecer as interlocuções, demonstrando a capacidade da TD de iluminar práticas e disputas que atravessam o social.

Nesse aniversário de quarenta anos da publicação original de *Hegemony and Socialist Strategy*, este dossiê também se apresenta como oportunidade de revi-

sitar o legado de Laclau e Mouffe, reconhecendo tanto a atualidade da TD frente aos desafios contemporâneos quanto os deslocamentos, tensões e possibilidades que emergem de seu diálogo com outras tradições teóricas. Celebrar esse marco significa reafirmar a força heurística da TD e reconhecer que, diante de crises democráticas, rearticulações populistas, disputas por conhecimento e intensificação de antagonismos, a TD segue oferecendo instrumentos analíticos robustos para compreender os processos sociais e políticos que configuram o presente.

Assim, este dossiê visa contribuir para o aprofundamento dessas discussões e para a ampliação das interlocuções entre diferentes campos disciplinares, reafirmando a pertinência e a vitalidade da TD na investigação social contemporânea. Esperamos que os textos aqui reunidos inspirem novas pesquisas, promovam deslocamentos teóricos e fortaleçam a compreensão da política como prática discursiva e contingente, elemento constitutivo e inescapável da vida social. Almejamos, ainda, que este número estimule o engajamento de novos pesquisadores e pesquisadoras, bem como o fortalecimento de grupos e centros de pesquisa dedicados à abordagem laclauiana e mouffeana, ampliando sua presença e densidade no cenário acadêmico nacional.

## CONSIDERAÇÕES

Como argumentamos ao longo deste artigo, nesses quarenta anos desde a publicação da obra seminal de Laclau e Mouffe, a TD consolidou-se como uma intervenção decisiva nas ciências sociais e humanas, ao oferecer uma crítica contundente às pretensões essencialistas e aos determinismos estruturais que orientaram boa parte do pensamento do século XX. Esse deslocamento teórico não ocorreu de forma isolada, mas respondeu a um contexto marcado pela emergência de novos movimentos sociais, pela fragmentação das identidades políticas e pelo esgotamento das grandes narrativas emancipatórias. Ao reinscrever as categorias de hegemonia, sujeito e estrutura em um horizonte pós-fundacionalista, pós-estruturalista e pós-marxista, Laclau e Mouffe forneceram instrumentos capazes de apreender a complexidade política da contemporaneidade e de compreender a política como prática contingente de construção do social (Laclau; Mouffe, 2015a; Mendonça; Rodrigues, 2008; Lopes, Mendonça e Burity, 2015).

O percurso da TD nas últimas décadas — e nosso foco, vale frisar, está no contexto brasileiro — confirma sua vitalidade. A incorporação progressiva da teoria em pesquisas de diversas áreas, sua apropriação por grupos de pesquisa consolidados e sua presença crescente em debates sobre democracia, populismo, extremismos, cultura, educação, administração e comunicação revelam a ampli-

tude de seu alcance. Como argumentamos ao longo deste artigo, esse movimento não se explica por mera “expansão temática”, mas decorre da própria ontologia discursiva da TD, que possibilita analisar fenômenos estruturados por disputas de significado, processos de identificação e lógicas hegemônicas, independentemente do domínio disciplinar de origem.

É nesse horizonte que se inscreve o presente dossiê. Ao reunir trabalhos teóricos e empíricos que mobilizam a TD a partir de objetos, campos e tradições diversas, buscou-se evidenciar não apenas o potencial interdisciplinar da abordagem, mas também as tensões, deslocamentos e reelaborações emergentes desse diálogo. Os artigos aqui apresentados, ao explorarem fenômenos heterogêneos, demonstram que a teoria permanece aberta a reformulações e problematizações, constituindo-se como espaço fértil de investigações que enfrentam os desafios políticos, epistêmicos e metodológicos da atualidade.

Talvez seja justamente aqui que reside a principal contribuição deste volume: oferecer um panorama das formas pelas quais a TD tem sido apropriada, tensiada e reinventada em diferentes campos, fortalecendo interlocuções e abrindo caminhos para investigações futuras; em um contexto de crises democráticas, reconfigurações populistas, disputas por conhecimento e intensificação dos antagonismos, a TD segue oferecendo um arcabouço robusto para compreender as lutas pela significação que estruturam o social.

Em síntese, este dossiê reafirma a pertinência da TD como ferramenta teórica e metodológica para analisar a política em sua dimensão discursiva e, de modo mais amplo, contribui para pensar os efeitos e possibilidades da interdisciplinaridade no campo das ciências humanas e sociais. Esperamos que os trabalhos aqui reunidos inspirem novas pesquisas, consolidem redes de colaboração e fortaleçam um campo de investigação que, ao longo de quarenta anos, permanece em expansão e contínua reinvenção.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Kátia C. L. C. Teoria do Discurso: possibilidades de análise dos sentidos da docência na política curricular (1996-2006). *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 1, p. 46-73. DOI <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i1.27194>
- BALSA, Javier. La retórica en Laclau: perspectiva y tensiones. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 2, p. 51-73, 2019. DOI <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i2.28440>
- BARBALHO, Alexandre. *Política Cultural e Desentendimento*. Fortaleza: IBDCult, 2016.

BARCELLOS, Rebeca M. R. *Por outro eixo, outro organizar: a organização da resistência do Circuito Fora do Eixo no contexto cultural brasileiro*. Tese de Doutorado em Administração. Centro Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BARCELLOS, Rebeca M. R.; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; SALLES, Helena K. Práticas organizacionais e o estabelecimento de lógicas de equivalência: o Circuito Fora do Eixo à luz da Teoria Política do Discurso. *Revista De Administração*, v. 49, n. 4, p. 684-697, 2014. DOI <https://doi.org/10.5700/rausp1177>

BARON, Letícia. Se empurrar, ela cai: as grandes manifestações pró-impeachment e a construção discursiva dos Movimentos Brasil Livre, Vem pra Rua, Revoltados Online e Endireita Brasil. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 2, p. 191-217, 2019. DOI <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i2.28447>

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet&Sociedade*, v. 1, n. 1, p. 92-120, 2019. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Como-vencer-uma-eleic%C3%A7%C3%A3o-sem-sair-de-casa.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

COSTA, Everton G.; COELHO, Gabriel B.; MARQUES, Marcelo de S. Populismo e democracia: a Teoria do Discurso em debate. *Sociologias (UFRGS)*, v. 27, p. e148501, 2025. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e148501>

COSTA, Everton G.; FREITAS, Felipe C.; MERLIN, Nora. Apresentação do Dossiê “Teoria do Discurso e seu alcance interdisciplinar e transversal: explorando debates empíricos e teóricos”. (2019). *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 2, p. 01-07. DOI <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i2.28397>

COSTA, Everton; COELHO, Gabriel. Hegemonia, estratégia socialista e democracia radical. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 92, e319208, 2016. DOI: <http://doi.org/10.17666/319208/2016>

DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento; BÖHM, Steffen; MENDONÇA, Patricia. Organizing resistance movements: the contribution of political discourse theory. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, n. 54, v. 2, abril, 2014. <http://doi.org/10.1590/S0034-759020140203>

FRANZ, Alice Hübner; DELLAGNELO, Eloise. Helena Livramento (2024). Transformando Florianópolis em uma cidade criativa de fato: articulações discursivas em torno da rede de economia criativa na cidade de Florianópolis. *Século XXI – Revista De Ciências Sociais*, v. 14, n. 1, 37–56. <https://doi.org/10.5902/2236672588483>.

FRANZ, Alice Hübner. “Eu luto e não me rendo, caio e não me vendo”: a articulação do movimento hip-hop como possibilidade de resistência ao discurso da economia

criativa em Florianópolis/SC. Tese de Doutorado em Administração. Centro Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

GIRELLI, Luciana S.; MACHADO, Igor S. Entre antagonismos e fantasias: a identificação política de estudantes de camadas populares com Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022. *Revista de Estudios Sociales*, n. 94, p. 145-162. DOI <https://doi.org/10.7440/res94.2025.08>

HOWARTH, David J. Aplicando la Teoría del Discurso: el método de la articulación. *Studia Politicae*, n. 5, p. 37-88, 2005. Disponível em: <https://revistas.bibdigital.uccor.edu.ar/index.php/SP/article/view/413>. Acesso em: 30 nov. 2025.

JESSOP, Bob. Critical discourse analysis in Laclau and Mouffe's post-Marxism. (2019). *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 2, p. 08-30, 2019. DOI <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i2.28400>

LACERDA, Carlos C. O.; MELLO, Sérgio C. B. Requalificação de Centros Históricos: Estudo Sobre os Discursos no Organizar do Espaço. *Gestão & Regionalidade*, v. 37, n. 111, p. 119-140, 2021. <https://doi.org/10.13037/gr.vol37n111.6444>.

LACERDA, Carlos C. O.; MELLO, Sérgio C. B. Se essa Rua Fosse Minha eu Mandava Ladrilhar: Conflitos Sociais no Organizar do Espaço Urbano e a Luta pela Significação entre Discursos e [R]Existência. *Organizações & Sociedade*, v. 27, n. 95, p. 787-819, 2020. <https://doi.org/10.1590/1984-9270957>.

LACLAU, Ernesto. “Para uma Teoria do Populismo”. In: LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 149-204.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015a.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. “Pós-marxismo sem pedido de desculpas”. In: LOPES, Alice C.; MENDONÇA, Daniel (orgs.). *A teoria do discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas*. São Paulo: Annablume, 2015b, p. 35-72.

LOPES, Alice C.; MENDONÇA, Daniel. “O populismo na visão inovadora de Laclau”. *Apresentação da A razão populista*, p. 9-17. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LOPES, Alice; CUNHA, Érika V. R; COSTA, Hugo H. C. Como enfrentar o negacionismo e a crítica à educação em tempos de populismo de direita? *Sociologias (UFRGS)*, v. 27, p. e139936, 2025. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e139936>

- LOPES, Alice; MENDONÇA, Daniel; BURITY, Joanildo. “A contribuição de *Hegemonia e Estratégia Socialista* para as ciências humanas e sociais”. In: LACLAU, Ernesto. *Hegemonia e estratégia socialista*. São Paulo: Intermeios, 2015, p. 7-32.
- MACHADO, Igor S. A lógica do social e a lógica do político: uma abordagem alternativa para a compreensão da intervenção do judiciário na política. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 2, p. 74-95, 2019. DOI <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i2.28442>
- MARCHART, Oliver. *El pensamiento político posfundacional: La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2019.
- MARQUES, Marcelo de S. Democracia Cultural, Estado e políticas públicas culturais: Uma reflexão a partir da Democracia Radical e Plural. *Colombia Internacional*, v. 2, p. 169-195, 2019. DOI. <https://doi.org/10.7440/colombiaint98.2019.06>
- MARQUES, Marcelo de S. Status ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: diálogos, perspectivas teóricas e conceitos básicos. *Dados – Revista De Ciências Sociais*, v. 63, p. 1-33, 2020. <https://doi.org/10.1590/001152582020211>
- MARQUES, Marcelo de S. As Paneleiras de Goiabeiras Velha e o “Outro” no processo de identificação dos sujeitos. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 7, n. 1, 79-104, 2021. DOI <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v7i1.20650>
- MARQUES, Marcelo de S. As Paneleiras de Goiabeiras-Velha e o discurso de tradição do saber-fazer: uma análise a partir das interações socioestatais entre as Paneleiras, a PMV e o IPHAN. *Sociologias (UFRGS)*, v. 26, p. e-soc127228, 2024. DOI <https://doi.org/10.1590/18070337-127228>
- MARQUES, Marcelo de S. Crítica à política tradicional e posição diferencial: algumas considerações sobre a emergência dos coletivos culturais contemporâneos. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, v. 25, n. 1, p. e45969, 2025. DOI <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.45969>
- MARQUES, Marcelo de S; BALSA, Javier; COELHO, Gabriel B. Apresentação do Dossiê “Teoria do Discurso em debate e a possibilidade de interlocuções”. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 1, p. 01-05, 2019. DOI <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i1.27191>
- MARQUES, Marcelo de S.; CARLOS, Euzeneia. O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. *Sociologias (UFRGS)*, v. 27, p. 01-45, 2025. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e140107>
- MARQUES, Marcelo de S.; NEMER, David; SOUZA, Aknaton T.; SILVEIRA, Felipe L. Tecnopolíticas e configurações extremistas na era das plataformas. *Revista de Estudios Sociales*, v. 4, p. 3-22, 2025. DOI <https://doi.org/10.7440/res94.2025.01>
- MENDONÇA, Daniel. Apresentação. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 1, p. I-IV, 2018. DOI <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v4i1.14041>

- MENDONÇA, Daniel. A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 2, p. 31-50, 2019. DOI <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i2.28401>
- MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P. *Pós-estruturalismo e teoria do discurso*. 1<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: EDIPURS, 2008.
- MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P. “Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamental e desfundamental”. In: *Pós-estruturalismo e teoria do discurso*. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: EDIPURS, 2014.
- MENDONÇA, Daniel. MACHADO, Igor S. O Populismo e a Construção Política do Povo. *Mediações – Revista De Ciências Sociais*, v. 26, p. 10-27, 2021. DOI <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n1p10>
- MENDONÇA, Daniel; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián. O fundamento como ‘fundamento ausente’ nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. *Sociologias (UFRGS)*, v. 18, n. 41, p. 164-194, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/15174522-018004106>
- MENDONÇA, Daniel; RESENDE, Erica S. A. A especificidade do Populismo de Esquerda. *História (São Paulo)*, v. 40, p. 1-18, 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021061>
- MOUFFE, Chantal. “Política agorística y prácticas artísticas”. In: MOUFFE, Chantal. *Agorística: pensar el mundo políticamente*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014, p. 93-110.
- MOUFFE, Chantal. The populist moment. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 1, p. 06-11, 2019a. DOI <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i1.27192>
- MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019b.
- NASCIMENTO, Kamila. Todos contra o povo: limites da teoria de Ernesto Laclau. (2019). *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 6, n. 2, p. 96-116, 2019. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v6i2.28443>
- PAES, Kettle D.; DELLAGNELO, Eloise L. “O sujeito político e a organização da resistência: o caso do Centro de Mídia Independente à luz da teoria do discurso político e da psicanálise lacaniana”. In: SILVA, Luis Gustavo T.; COELHO, Gabriel B.; COSTA, Éverton G.; FREITAS, Felipe C. (orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: a obra de Ernesto Laclau a partir de abordagens empíricas e teóricas*. Curitiba: CVR, 2017, p. 23-54.
- PENTEADO, Claudio Luis C.; GOYA, Denise H.; FRANCA, Fabrício O. Discursive conflicts around the impeachment of Dilma Rousseff (Brazil) on Twitter. *Perspectivas da Contemporaneidade*, v. 1, p. 49-67, 2021.

- PENTEADO, Claudio Luis de C. SOUZA, Paulo Roberto E.; SANTOS, Patrícia D. S.; HOMMA, Luana H. G. Democracia e liberdade em disputa nas redes: uma análise da tentativa de golpe de Estado no Brasil em 2023". *Revista de Estudios Sociales*, n. 94, p. 23-43. DOI <https://doi.org/10.7440/res94.2025.02>
- RODRIGUES, Léo P.; COELHO, Gabriel. A teoria do discurso como possibilidade de compreensão do campo curricular nesta contemporaneidade. In: LEITE, Elaine da S.; MASSAU, Guilherme; SOTO, William G. (Org.). *Teorias e práticas sociológicas*. São Paulo: Max Limonad, 2016. p. 29-48.
- SILVA, Magno V. "Cultura e comunicação nas organizações: um olhar a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau". In: SILVA, Luis Gustavo T.; COELHO, Gabriel B.; COSTA, Éverton G.; FREITAS, Felipe C. (orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: a obra de Ernesto Laclau a partir de abordagens empíricas e teóricas*. Curitiba: CVR, 2017, p. 55-71.
- SILVA, Mayra G.; MACHAD, Theófilo C. R. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 26, n. 1, p. 86–107, 2021. DOI <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n1p86>

# Seria a Teoria do Discurso uma Teoria do Populismo?

*Is Discourse Theory a Theory of Populism?*

Daniel de Mendonça<sup>a</sup>, Bianca de Freitas Linhares<sup>b</sup>,  
Paulo César Neves Barboza<sup>c</sup>

**Resumo** Este artigo parte da crítica de Slavoj Žižek à teoria do populismo de Ernesto Laclau, segundo a qual a obra *On Populist Reason* (2005) constituiria apenas uma extensão autorreferente da teoria do discurso previamente elaborada pelo autor. Contrariando essa leitura, defende-se que a relação entre discurso e populismo na obra laclauiana deve ser entendida em termos inversos: é a teoria do populismo que fundamenta e possibilita a formulação de sua teoria do discurso, e não o contrário. Para sustentar esse argumento, examinamos dois textos anteriores a *Hegemony and Socialist Strategy* (1985), “Para uma teoria do populismo” (1978) e “Populist Rupture and Discourse” (1980), identificando neles categorias e formulações conceituais que antecipam tanto a perspectiva discursiva consagrada a partir de *Hegemony and Socialist Strategy* quanto os elementos centrais de *On Populist Reason*. Assim, finaliza-se o artigo argumentando que, para Laclau, o populismo foi, desde os seus primeiros escritos, estruturado como discurso.

**Palavras-chave** Teoria do Discurso. Ernesto Laclau. Populismo. Discurso. Antagonismo.

**Abstract** This article departs from Slavoj Žižek's critique of Ernesto Laclau's theory of populism, according to which *On Populist Reason* (2005) would constitute merely a self-referential extension of the discourse theory previously developed by the author. Contrary to this interpretation, the article argues that the relationship between discourse and populism in Laclau's work must be understood in inverse terms: it is the theory of populism that grounds and makes possible the formulation of his theory of discourse, rather than the other way around. To substantiate this claim, we examine two texts written before *Hegemony and Socialist Strategy* (1985), namely *Towards a Theory of Populism* (1978) and *Populist Rupture and Discourse* (1980), identifying

a Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2.

b Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).

c Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol/UFPel).

*in them categories and conceptual formulations that anticipate both the discursive perspective consolidated in *Hegemony and Socialist Strategy* and the central elements of *On Populist Reason*. The article concludes by arguing that, for Laclau, populism has, since his earliest writings, been structured as discourse.*

**Keywords** Discourse Theory. Ernesto Laclau. Populism. Discourse. Antagonism.

## 1 INTRODUÇÃO

Iniciamos este artigo com o seguinte trecho provocativo publicado por Slavoj Žižek no livro *Em defesa das causas perdidas*:

Para Laclau, num caso lindo de autorreferência, a mesma lógica da articulação hegemônica também se aplica à oposição conceitual entre populismo e política: o “populismo” é o *objeto a* lacaniano da política, a figura particular que representa a dimensão universal do político e, por isso, “a estrada real” para entender o político (Žižek, 2011, p. 279 - itálico e aspas no original).

Nesta passagem, o filósofo esloveno afirma, de forma irônica, que Ernesto Laclau concebeu sua teoria do populismo em sua principal obra dedicada ao tema, *On Populist Reason* (Laclau, 2005a), a partir de seus escritos anteriores que compuseram sua bem conhecida teoria do discurso. Dessa forma, o “lindo caso de autorreferência” refere-se aos três principais livros publicados pelo teórico político argentino, *Hegemony and Socialist Strategy* (Laclau, Mouffe, 1985), *New Reflections on the Revolution of Our Time* (Laclau, 1990) e *Emancipation(s)* (Laclau, 1996),<sup>1</sup> momentos em que Laclau, desde uma perspectiva abertamente pós-estruturalista, desenvolveu sua abordagem teórica paulatinamente incorporando elementos filosóficos pós-fundacionais e da psicanálise, mormente a freudiana e a lacaniana.

Corroborando a crítica de Žižek, que parece ter pegado Laclau “no contrapé”, temos, indiscutivelmente, a linha do tempo. Exatos vinte anos separam as publicações de *Hegemony and Socialist Strategy* e *On Populist Reason* e, realmente, o segundo livro pode ser lido como um verdadeiro memorial da obra laclauiana. Nesse sentido, a teoria do populismo de Laclau é, sem sombra de dúvida, uma

1 Ao longo deste artigo, demonstramos que o “lindo caso de autorreferência” que Žižek faz menção refere-se à “aplicação”, em *On Populist Reason*, de categorias centrais da teoria do discurso que já estavam presentes em obras anteriores de Laclau, tais como “hegemonia”, “articulação” e “antagonismo”, em *Hegemony and Socialist Strategy* (Laclau, Mouffe, 1985), “deslocamento”, em *New Reflections on the Revolution of Our Time* (Laclau, 1990) e “significantes vazios”, em *Emancipation(s)* (Laclau, 1996).

teoria pós-estruturalista da “lógica da articulação hegemônica”, como o próprio filósofo esloveno afirma.

Contudo, será isso mesmo? Será que Laclau apenas replicou o seu desenvolvimento teórico pretérito em sua teoria mais bem acabada do populismo? Neste artigo, demonstraremos que não. A bem da verdade, este texto não é propriamente uma “resposta a Žižek”, elaborada por defensores da teoria laclauiana. Partimos dessa leitura do filósofo – como demonstraremos, equivocada –, para afirmar algo diferente. Nossa argumento defende o exato oposto: não é a teoria do populismo de Laclau que é derivada da teoria do discurso do autor, mas é a teoria do populismo laclauiana que origina e possibilita a sua teoria do discurso.<sup>2</sup> Numa espécie de giro de trezentos e sessenta graus, uma “viagem redonda”, a teoria de Laclau foi sempre, do início ao fim, uma teoria do populismo.

A relevância teórica deste debate reside precisamente em recolocar o populismo no centro da estrutura conceitual do autor. Ao afirmar que a teoria do populismo antecede e possibilita a teoria do discurso – e não o contrário –, propomos uma reinterpretação do núcleo fundacional do pensamento de Laclau. Essa inversão não é apenas cronológica ou exegética, mas também ontológica: significa reconhecer que a lógica da articulação discursiva, tal como formulada em *Hegemony and Socialist Strategy*, encontra sua condição de possibilidade no próprio conceito de populismo enquanto operação política fundamental de constituição do social. Assim, o populismo deixa de ser um “caso” ou uma “aplicação” da teoria do discurso e passa a ocupar o estatuto de paradigma ontológico da política em Laclau, isto é, a forma pela qual o discurso se torna politicamente possível. Nessa perspectiva, o impacto do debate que propomos ultrapassa o mero interesse arqueológico ou erudito, pois redefine o alcance da teoria do discurso. Ao situar o populismo como o momento originário da lógica articulatória, evidenciamos que a teoria laclauiana não é apenas uma descrição das formações discursivas, mas também uma teoria sobre o modo como o político institui o próprio campo da significação.

2 Este artigo não tem como objetivo discutir a formulação mais recente da teoria do populismo de Ernesto Laclau, desenvolvida principalmente em *On Populist Reason*. Contudo, cabe mencionar alguns esforços, sobretudo os latino-americanos, no sentido do desenvolvimento teórico e empírico da abordagem populista do autor. A esse respeito, sugerimos a leitura da coletânea seminal organizada por Panizza, especialmente a sua introdução (Panizza, 2005) e os capítulos de Laclau (2005b), Ardití (2005) e Barros (2005). Sugerimos também três dossiês lançados em duas revistas brasileiras e uma argentina. Cronologicamente, o dossiê em *Mediações*, organizado por Mendonça e Suzano, especialmente a sua introdução (Mendonça e Machado, 2021) e os artigos de Ipar e Ávalos (2021) e de Silva e Rodrigues (2021). Na sequência, o dossiê em *Studia Politicae*, organizado por Nazareno, Magrini e Reynares, momente a sua apresentação (Nazareno, Magrini e Reynares, 2023) e os artigos de Panizza (2023), de Vergara (2023) e de Mendonça (2023). Por fim, o dossiê em *Sociologias*, em especial as contribuições de Balsa (2025) e de Marques e Carlos (2025).

Para sustentarmos este argumento principal, tomaremos como ponto de referência *Hegemony and Socialist Strategy* (doravante apenas HSS), visto ser reconhecidamente o “texto fundador” do que chamamos de a teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Se, como afirmamos, a teoria do populismo laclauiana é a *conditio sine qua non* para a sua teoria discursiva, precisamos encontrar elementos em trabalhos anteriores a HSS que articulem a discussão do populismo mobilizando categorias teóricas que aparecerão nesta obra e em publicações posteriores.

Ademais, HSS não é apenas a obra de referência para a construção do nosso argumento pelo fato de ser de um “texto fundador”. Além desse fato, trata-se de um livro que, ao mesmo tempo em que apresenta, de forma sistemática, a teoria do discurso, tem um notório interesse estratégico e político completamente distinto de uma discussão sobre o populismo, visto ser uma obra que busca marcar a posição pós-marxista dos seus autores, além de propor – assumindo, inclusive, alguns marcos liberais –, o desenvolvimento de uma proposta de democracia radical e plural. Para termos uma ideia de como o objeto “populismo” não é tema deste livro, a própria palavra “populismo” aparece em apenas três ocasiões, todas de forma marginal e adjetiva, sem jamais indicar a mínima discussão teórica acerca deste fenômeno.

A fim de cumprir nosso objetivo principal, analisaremos dois trabalhos anteriores a HSS publicados pelo teórico político argentino: “Para uma teoria do populismo”, capítulo final da obra *Política e Ideologia na Teoria Marxista: capitalismo, fascismo e populismo* (Laclau, 1978), lançada originalmente em 1977 e “Populist Rupture and Discourse”, artigo publicado em *Screen Education* em 1980.

O texto está estruturado em quatro seções, sendo a primeira esta Introdução, na qual apresentamos as linhas gerais que orientam este artigo. Na segunda seção, analisamos o primeiro texto, “Para uma teoria do populismo” (Laclau, 1978). Nesta parte, revisitamos as principais teses da primeira abordagem populista de Laclau, centrada no desenvolvimento dos conceitos de “povo” e “populismo”. A terceira seção, dedicada ao artigo “Populist Rupture and Discourse” (Laclau, 1980), demonstra que, embora seja um texto breve, as contribuições do autor são robustas, especialmente quanto aos conceitos de “discurso” e “antagonismo”. A quarta seção se ocupa das principais conclusões resultantes deste movimento de revisitar as produções laclauianas anteriores à HSS, as quais têm mais a dizer sobre as relações entre as teorias populista e do discurso de Laclau do que uma primeira leitura poderia considerar.

## 2 O ENIGMA DO POPULISMO

“Para uma teoria do populismo”, último capítulo de *Política e Ideologia na Teoria Marxista: capitalismo, fascismo e populismo*, é parte de um projeto teórico

mais amplo de Laclau desenvolvido ao longo desta obra, principalmente inspirado em Antonio Gramsci e em Louis Althusser. Tal projeto visava a uma “interpretação científica do marxismo” (Laclau, 1978, p. 14) capaz de superar o essencialismo e o reducionismo de classe presentes naquela tradição. Como já indicamos, nosso objetivo não é expor as críticas do autor a um marxismo que ele considerava pobre e vulgar, mas examinar se, naquele momento, já se encontravam presentes elementos em sua formulação sobre o populismo para o posterior desenvolvimento da teoria do discurso e, ainda, em que estágio esse desenvolvimento se encontrava. Para tanto, é fundamental apresentarmos a primeira teoria sobre o fenômeno populista desenvolvida por Laclau, a qual, diga-se de passagem, tornou o autor uma referência internacional nos estudos desta temática.

Cumpre destacar que, já à primeira vista, há uma evidente diferença – a qual não será aqui abordada, pois foge aos propósitos deste texto –, entre esta interpretação do populismo e a que Laclau desenvolverá em *On Populist Reason*, uma vez que, como já observamos, nesta primeira abordagem, a análise laclauiana está, mesmo que de forma não ortodoxa, ainda vinculada à tradição marxista<sup>3</sup>. Assim, como veremos, o populismo em “Para uma teoria do populismo” é uma experiência vinculada ao debate sobre classes sociais, característica teórica que deixará de existir a partir de HSS.

O texto é um esforço teórico para compreender a especificidade do populismo, um termo “ao mesmo tempo evasivo e recorrente” (Laclau, 1978, p. 149). Para cumprir tal objetivo, o autor apresenta seu argumento ancorado em dois pontos centrais: i) a crítica de Laclau aos quatro tipos frequentes de interpretação do populismo; ii) a leitura que o autor faz do fenômeno.

A primeira interpretação criticada por Laclau é a que atribui ao populismo a característica de ser uma ideologia e um movimento restritos a uma classe social específica. Assim, o fenômeno é “apresentado, essencialmente, ou como uma ideologia camponesa, ou como uma ideologia elaborada por intelectuais com base na exaltação de valores camponeses” (Laclau, 1978, p. 151). Como exemplos, são apresentados os movimentos populistas rurais do século XIX que ocorreram na Rússia (*Narodnichestvo*) e nos Estados Unidos. A principal crítica do autor a essa

3 Ainda que não seja o objetivo deste texto tratar sobre a última e mais acabada análise teórica de Laclau sobre o populismo presente em *On Populist Reason*, cabe ressaltar que esta obra apresenta diferenças fundamentais quando comparada com “Para uma teoria do populismo”. Assim, em sua última formulação, Laclau, já completamente imbuído de uma perspectiva teórica e ontológica pós-estruturalista, rejeita todo e qualquer essencialismo, como a proeminência das classes sociais, ainda presente na análise empreendida na década de 1970. Ademais, no texto de 2005, o objetivo do autor é construir um conceito formal e não ideologicamente informado de populismo, objetivos que não estavam igualmente presentes em “Para uma teoria do populismo”.

abordagem reside justamente no seu caráter restritivo de explicação do populismo. Se um movimento, para ser considerado populista, deve necessariamente estar restrito à classe e à ideologia camponesas, então, como explicar experiências também reconhecidas como populistas como o varguismo e o peronismo, notadamente com discursos voltados à realidade das classes trabalhadoras urbanas? Laclau chama ainda a atenção para o fato de que a busca pelo sentido de populismo não está no encontro de movimentos ou de bases sociais semelhantes, visto que o fenômeno tem ocorrência a partir de distintas origens sociais e ideológicas, não sendo, portanto, possível encontrar a especificidade do populismo a partir de um critério tão restritivo.

O segundo enfoque criticado por Laclau é o que ele chama de “*nihilismo teórico*”. Este enfoque parte do pressuposto de que o populismo, justamente por não poder ser identificado com um corte de classe específico, é um conceito sem conteúdo e que, portanto, deveria “ser eliminado do vocabulário das ciências sociais e substituído por uma análise direta dos movimentos até hoje qualificados de populistas, em função de sua natureza de classe” (Laclau, 1978, p. 152). Contra essa concepção niilista em torno do termo, Laclau pergunta: “a análise de classe realmente elimina a pergunta relativa ao populismo?” (Laclau, 1978, p. 152). É evidente que não, como já vimos na sua crítica ao primeiro modelo. Segundo o argumento do autor, o populismo não é simplesmente uma categoria analítica, tal como os niilistas supõem, mas um “*dado da experiência*”. Nesse sentido, não é porque o populismo não se enquadra em alguma classificação classista específica que ele não exista como fenômeno social e político.

A terceira concepção criticada por Laclau é aquela que caracteriza o populismo não como um movimento, mas como uma ideologia. Tal concepção apresenta “como características típicas dessa ideologia o *anti-status quo*, a desconfiança nos políticos tradicionais, o apelo ao povo e não às classes, o antiintelectualismo, etc.” (Laclau, 1978, p. 153), as quais poderiam ser incorporadas pelos discursos dos mais distintos movimentos sociais. Ainda que Laclau considere que tal abordagem tenha contribuído para o avanço no debate da questão, ele entende como insuficiente o mero descritivismo dos traços característicos do populismo, “ignorando-se o que constitui sua unidade peculiar”, o que também impossibilita conhecer “o papel que o elemento estritamente populista desempenha em uma mobilização social determinada” (Laclau, 1978, p. 153).

A quarta e última abordagem a qual Laclau desfere suas críticas é a bem conhecida leitura funcionalista do populismo – a partir das análises de Gino Germani e de Torcuato Di Tella – a qual o autor reputa como sendo a mais refinada das interpretações até então desenvolvidas sobre o tema e que, por essa

razão, será apresentada mais detidamente. Essa leitura defende que a experiência populista é um “fenômeno aberrante, produzido pela assincronia nos processos de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade industrial” (Laclau, 1978, p. 153). Segundo Germani, tendo em vista o caso da América Latina, tal “assincronia” surge a partir da coexistência – em uma mesma etapa do processo de transição – de elementos incompatíveis das sociedades tradicional e industrial. Para Germani, a incorporação prematura das massas vinculadas originalmente a padrões sociais tradicionais a uma dinâmica social industrial gera uma série de descompassos tanto no nível social como no nível político. No nível social, há uma série de expectativas frustradas oriundas de promessas de uma vida melhor nas sociedades industriais. Do ponto de vista político, tais frustrações, segundo Germani, geram mobilizações “aberrantes e antiinstitucionais, que constituem a matriz de onde emergem os movimentos nacional-populares” (Laclau, 1978, p. 156). Para Di Tella, essas expectativas frustradas são canalizadas pelo surgimento de uma elite dirigente que passa a liderar a mobilização das massas. Assim, segundo este autor, três são os elementos definidores do populismo: (i) uma elite anti-*status quo*; (ii) uma massa mobilizada por uma “revolução de expectativas crescentes”; e (iii) uma ideologia com um forte apelo emocional (Laclau, 1978, p. 159).

Para Laclau, Germani e Di Tella equivocam-se em suas interpretações sobre o fenômeno populista sobretudo tendo em vista suas perspectivas serem notadamente teleológicas. Para eles, o populismo seria inequivocamente fruto da já referida “assincronia” entre dois mundos incompatíveis: o da sociedade tradicional e o da industrial plenamente desenvolvida. Nas palavras de Laclau:

O populismo constituiria, assim, a forma de expressão política dos setores populares, quando incapazes de criar uma organização autônoma e uma ideologia autônoma de classe. A um maior grau de desenvolvimento corresponderá uma organização de tipo “classista” e menos “populista” (Laclau, 1978, p. 159 - aspas no original).

Conforme o teórico político argentino, a formulação de Germani e Di Tella reside na duvidosa ideia de que o populismo representaria uma “etapa de transição do desenvolvimento” (Laclau, 1978, p. 160), visto que “países desenvolvidos” passaram igualmente por experiências populistas, como o *Qualunquismo*, na Itália, e o *Poujadismo*, na França. Não há, portanto, qualquer vinculação possível de ser feita entre populismo e etapa de desenvolvimento social ou político.<sup>4</sup>

4 Outra oposição apresentada pelo autor à abordagem de Germani e Di Tella diz respeito ao fato de que os conceitos de “sociedade tradicional” e de “sociedade industrial” não foram construí-

A despeito dos modelos e das críticas acima apresentadas pelo autor, o ponto central de sua crítica refere-se à discussão sobre as classes sociais. Em sua teoria do populismo – até porque ela está localizada no âmbito do debate marxista – Laclau não abre mão de considerar a classe social não somente como uma categoria explicativa, mas também como central para qualquer discussão sobre o populismo. No entanto, ao contrário das abordagens marxistas, que sustentam a lógica simplificadora do reducionismo econômico em última instância, Laclau afirma categoricamente que “não é mais possível pensar a existência de classes, aos níveis ideológico e político, sob a forma de redução” (Laclau, 1978, p. 166). Dito de outra forma, não é possível pensar classes sociais a partir de qualquer essencialismo.

Com efeito, já nesta obra de 1977, Laclau antecipa a discussão que, em 1985, desenvolverá, em HSS, marcada pela firme rejeição a qualquer forma de essencialismo nas análises sociais ou políticas – sendo o determinismo econômico do marxismo apenas um entre diversos exemplos possíveis. Outra antecipação presente nesse texto diz respeito à exposição das linhas mestras da noção de articulação<sup>5</sup>, conceito que se revelará central e decisivo para a consolidação de toda a sua obra posterior. Nesse sentido, como demonstraremos, o populismo não decorre de uma dinâmica essencialista ou etapista, mas constitui-se como resultado de um processo de articulação política. Convém, portanto, compreender inicialmente o significado específico que Laclau atribui à articulação neste texto, para, em seguida, examinar sua aplicação à compreensão da lógica populista. Passemos, assim, à descrição do processo articulatório a partir das palavras do autor:

Uma classe é hegemônica não tanto na medida em que é capaz de impor uma concepção uniforme do mundo ao resto da sociedade, mas na medida em que consiga articular diferentes visões de mundo de forma tal que seu antagonismo potencial seja neutralizado. A burguesia inglesa do século XIX transformou-se em uma classe hegemônica não através da imposição de uma ideologia uniforme às demais classes, e sim *na medida em que conseguiu articular diferentes ideologias ao seu projeto hegemônico, graças à eliminação de seu caráter antagônico*: a aristocracia não foi abolida, ao estilo jacobino, mas reduzida a um papel

---

dos teoricamente, não passando do resultado da “adição meramente descritiva de seus traços característicos” (Laclau, 1978, p. 161).

5 Articulação ou prática articulatória é uma noção central na teoria do discurso de Laclau e Mouffe, cujo desenvolvimento teórico ficou notabilizado em HSS (Laclau e Mouffe, 1985). Em termos gerais, a Articulação é um processo que ocorre no interior de um Discurso entre significantes anteriormente não articulados (elementos) que passam a se articularem entre si (momentos), numa relação de solidariedade contra um corte antagônico comum.

cada vez mais subordinado e decorativo, enquanto as reivindicações da classe operária eram particularmente absorvidas – o que resultou no conformismo e no sindicalismo (Laclau, 1978, p. 168 - grifos nossos).

O primeiro aspecto a ser ressaltado nessa concepção de hegemonia<sup>6</sup> é o do seu caráter de classe. Como sabemos, esse resquício essencialista<sup>7</sup> no pensamento de Laclau desaparecerá por completo em HSS. Nesse sentido, não há aqui a possibilidade de a hegemonia existir sem considerar a classe social, o que acarretará reflexos na análise do populismo.

Outro elemento decisivo para compreender a noção de hegemonia diz respeito ao papel que esta exerce para neutralizar ou anular os pontos de antagonismo dispersos no social. O resultado de um processo hegemônico é o de uma articulação – entre elementos classistas e não classistas – capaz de abarcar diferentes classes e grupos sociais. Compreender essa capacidade de neutralização de antagonismos por um discurso hegemônico será central para entender o lugar do populismo na perspectiva laclauiana neste momento. Assim, segundo o autor, a classe dominante exerce a sua hegemonia sempre desde um processo de articulação (e não de redução), uma vez que a articulação interpela, como vimos, setores classistas e não classistas da sociedade. Além disso, faz parte do processo de articulação, a absorção de conteúdos políticos e ideológicos das classes dominadas, tal como no exemplo acima do conformismo gerado sobre a classe operária pela burguesia no século XIX.

Temos agora todos os elementos para apresentarmos a primeira abordagem do populismo segundo Laclau. Esta fundamenta-se em dois aspectos centrais: a noção de povo e, derivada dessa, a de populismo. Vejamos primeiramente o povo.

Laclau, é fundamental que se diga, está buscando um sentido de populismo que seja teoricamente abrangente e que, portanto, sirva de modelo explicativo para as

6 A noção de “hegemonia”, originalmente formulada por Antonio Gramsci, constitui uma categoria central em todo o desenvolvimento teórico de Ernesto Laclau. Em termos gerais, para o autor argentino, a hegemonia resulta de um processo de representação no interior de uma formação discursiva, no qual uma demanda ou momento particular assume, de forma contingente e precária, a função de representar um conjunto mais amplo de demandas articuladas. Esse processo se concretiza por meio do estabelecimento de pontos nodais ou significantes vazios, que permitem a articulação de elementos heterogêneos em uma cadeia discursiva comum.

7 “Essencialismo” constitui uma categoria central na teoria do discurso de Laclau e Mouffe a partir da publicação de HSS. Tal categoria assinala que toda formação discursiva se estrutura segundo a sua própria lógica interna de constituição, sem depender de fundamentos exteriores ou de essências imanentes que determinariam, desde o início, o seu processo de formação. Nessa perspectiva, não existe, por exemplo, uma “luta de classes” concebida como constante histórica ou como elemento invariável capaz de condicionar todas as relações políticas e sociais.

mais diversas experiências que levam o seu nome. Aliás, este foi sempre o objetivo do autor, seja nesta primeira abordagem de 1977, seja após, em *On Populist Reason*.

Nesse sentido, sua primeira preocupação teórica é partir do “núcleo comum” do populismo. É importante a definição desse núcleo comum, visto que o populismo é um termo que carrega uma ambiguidade importante, além de ser utilizado para caracterizar as mais diversas práticas políticas, independentemente da ideologia ou do corte de classe. Para tanto, Laclau vale-se da nomenclatura aristotélica que distingue entre três tipos de termos: “unívocos”, aqueles que admitem apenas um significado; “equívocos”, para os quais há dois significados, mas sem qualquer relação entre si; e “análogicos”, para os termos que possuem significados muito diferentes, mas que é possível encontrar uma referência comum. Este último tipo de termo é o que Laclau designa para a compreensão do populismo, pois a despeito “da grande diversidade dos usos do termo, em todos eles encontramos a referência comum a um fundamento analógico, que é o povo” (Laclau, 1978, p. 171). Assim, o “povo” ocupa uma posição central para todas as experiências e abordagens teóricas populistas. Ainda que povo, para o autor, careça de um “status teórico definido” – e isso em nada obstrui a compreensão do populismo, como veremos a seguir –, há um elemento indispensável para que possamos compreender o fenômeno populista, cujo gérmen já se encontra nesta primeira abordagem laclauiana, mas que será desenvolvida em toda a sua extensão em sua obra posterior. Trata-se de considerar o povo como uma construção hegemônica que se constitui antagonicamente ao bloco de poder. Para Laclau (1978, p. 172- aspas no original): “a contradição<sup>8</sup> “povo” bloco de poder é um antagonismo cuja inteligibilidade não depende das relações de produção, e sim, do conjunto de relações políticas e ideológicas de dominação constitutivas de uma formação social determinada”.

Nesse sentido, povo não é uma metáfora ou um dado meramente quantitativo ou abstrato, como o conjunto dos cidadãos de um Estado. Povo é uma categoria política, constituída antagonicamente ao bloco de poder. Ademais, é importante mencionar que o povo não pode ser compreendido a partir das relações de produção, sendo, portanto, uma noção mais ampla do que a de classes sociais.

Conforme Laclau, para que possamos falar em populismo não basta a mera menção ao povo, como normalmente encontramos em discursos demagógicos. O antagonismo assume essa dimensão central de ao mesmo tempo constituir o povo e, consequentemente, a relação populista. Nesse sentido, para o autor, “o populismo

---

<sup>8</sup> “Contradição” será, na próxima seção, explicada como o elemento teórico central para a concepção de antagonismo desenvolvida por Laclau.

consiste na apresentação de interpelações popular-democráticas como um conjunto sintético-antagônico com relação à ideologia dominante” (Laclau, 1978, p. 179).

Além das categorias de articulação, hegemonia e de antagonismo, que serão, após, centrais para o desenvolvimento da teoria laclauiana a partir de HSS, neste texto, Laclau antecipa as conhecidas lógicas da “diferença” e da “equivalência”<sup>9</sup>, chamadas neste momento de lógica de “diferença” e de “antagonismo”. A lógica da diferença representa a hegemonia das classes dominantes e seus efeitos neutralizadores sobre as classes dominadas, uma vez que estas últimas são interpeladas ideologicamente pelas primeiras. Já o antagonismo é a lógica de confrontação do discurso dominante pelas classes dominadas. No caso do populismo, as interpelações popular-democráticas apresentam-se como o polo antagônico ao bloco de poder dominante.

Neste sentido, para Laclau, o populismo não se define por uma ideologia específica, por uma condição social e política determinada, tampouco como um subdesenvolvimento democrático ou ainda como um desvio da verdadeira luta revolucionária. O populismo em si não tem conteúdo específico, pois que é mais bem compreendido como uma lógica de confrontação antagônica que opõe o povo às classes dominantes e que, por essa razão, pode assumir as mais distintas configurações políticas, como na passagem *in extenso*:

Vê-se assim por que é possível chamar, ao mesmo tempo, Hitler, Mao e Perón de populistas. Não que as bases sociais de seus movimentos fossem semelhantes, nem que suas ideologias expressassem os mesmos interesses de classe, e sim porque nos discursos ideológicos de todos eles as interpelações populares são apresentadas sob a forma de antagonismo e não somente de diferença. Sua oposição à ideologia dominante pode ser mais ou menos radical e, em consequência, o antagonismo estará articulado aos discursos de classe os mais divergentes, porém, de qualquer forma, estará sempre presente; e esta presença é o que, intuitivamente, percebemos como constituindo o elemento especificamente populista na ideologia dos três movimentos (Laclau, 1978, p. 181).

---

9 Lógicas da diferença e da equivalência são categorias cuja importância será central especialmente a partir da publicação de HSS e que serão determinantes para a teoria do populismo presente em *On Populist Reason*. Em linhas gerais, a lógica da diferença é a relação diferencial e, portanto, não articulada entre elementos ou significantes. Em *On Populist Reason*, esta lógica serve para localizar as demandas isoladas ou democráticas. Já a lógica da equivalência refere-se aos momentos discursivamente articulados e, no caso específico da última formulação populista de Laclau, às demandas sociais, ou seja, aquelas articuladas entre si contra um inimigo comum tendentes à constituição de um discurso populista.

Articulação, hegemonia, antagonismo, lógicas da diferença e de antagonismo. Categorias que, como sabemos, têm desenvolvimentos posteriores na obra de Laclau e que são articuladas a outras mais oriundas de correntes pós-estruturalistas e psicanalíticas. Porém, é inegável que elas já têm lugar na obra anterior a HSS, justamente servindo como alicerces teóricos que estruturam a primeira teoria do populismo do autor. Porém, há ainda algo mais. Se neste estágio, a categoria “discurso” aparece de forma tímida na obra de Laclau – aqui ele claramente ainda prefere a noção de “ideologia” – em “Populist Rupture and Discourse”, como veremos a seguir, o discursivo assumirá o centro do palco, antecipando a centralidade ontológica que ele assumirá a partir de HSS.

### 3 POPULISMO COMO “DISCURSO POPULISTA”

Passamos agora então a analisar o artigo “Populist Rupture and Discourse”, publicado por Laclau em 1980. Neste texto, o objetivo principal do autor é apresentar a sua noção de “ruptura populista” a partir da distinção entre “posicionalidade democrática” (*democratic positionality*) e “posicionalidade popular” (*popular positionality*).<sup>10</sup> Para tanto, nas duas primeiras partes do artigo, o Laclau discorre acerca dos dois pressupostos teóricos sobre os quais assenta-se a sua análise do populismo: discurso e antagonismo.

O princípio que norteia a concepção de discurso<sup>11</sup> aqui é, em termos gerais, praticamente idêntico àquele desenvolvido posteriormente em HSS, com a ressalva – e, por essa razão afirmamos ser “praticamente idêntico” –, de que a concepção de antagonismo, ainda que próxima, possui uma importante distinção em relação àquela reelaborada por Laclau e Mouffe (1985), sobre a qual discorremos na sequência desta seção. Tal princípio estabelece que o discurso não está restrito ao “texto”, nem pode ser topologicamente associado à “superestrutura” no sentido althusseriano do termo. Nas palavras do autor:

10 É notável como este texto, distante vinte e cinco anos de *On Populist Reason*, antecipa uma série de elementos presentes nesta última obra de Laclau sobre o populismo. Não temos espaço, tampouco é o propósito deste artigo, para tratarmos desses elementos antecipadores. Porém, convém mencionar que, no texto de 1980, Laclau já opera com categorias que serão centrais para a sua teorização ontológica do populismo de 2005 – lógicas da diferença e da equivalência, discurso, cadeia de equivalências, antagonismo, demandas – que ou terão suas nomenclaturas alteradas ou serão teoricamente ressignificadas, mas que constituem evidências claras de como o autor já concebia uma estrutura de pensamento sobre o populismo de longa data.

11 Para Laclau, “discurso” é uma categoria ontológica fundamental: é a partir do discursivo que se torna possível uma reflexão sobre o ser enquanto tal. Nessa perspectiva, o discurso vai além das categorias estritamente linguísticas da fala e da escrita, sendo concebido como prática discursiva. Toda ação, portanto, é sempre significativa e se encontra imersa em um contexto simbólico que lhe confere sentido e inteligibilidade. Do ponto de vista estrutural, o discurso resulta de uma prática articulatória que conecta elementos/momentos ou demandas em uma cadeia de equivalências.

Por ‘discursivo’ não chamo aquilo que se refere ao ‘texto’ estritamente definido, mas ao conjunto dos fenômenos através dos quais a produção social de sentido tem lugar, um conjunto que constitui a sociedade como tal. O discursivo não é, portanto, concebido como um nível nem mesmo como uma dimensão do social, mas antes como sendo coextensivo com o social como tal. Isso significa que o discursivo não constitui a superestrutura (uma vez que ele é a própria condição de toda prática social) ou, mais precisamente, toda prática social constitui-se na medida em que ela produz sentido (Laclau, 1980, p. 87 - aspas no original, tradução própria).

Na passagem acima, Laclau assume – cinco anos antes de HSS – o discursivo como o campo de uma ontologia geral, isto é, o campo da reflexão do ser enquanto ser. Isso significa que as categorias linguísticas não podem ser concebidas meramente desde uma perspectiva regional, apenas como regras de linguagem, uma vez que elas compõem um amplo processo de significação que envolve a relação ontológica entre as palavras e as coisas. Nesse sentido, as “coisas” não apenas existem; elas existem tendo o seu “ser” como parte de um processo mais amplo de significação. Por exemplo, um prédio é uma estrutura composta por tijolos, cimento, ferro etc., ou seja, ele certamente tem a sua materialidade, a sua faticidade. No entanto, na porta de entrada deste prédio está escrito “escola”, “fábrica” ou “ prisão” e essas palavras remetem a sistemas simbólicos completamente diversos. Ademais, para deixar ainda mais clara a sua posição de que o discurso não é meramente parte de uma superestrutura que depende, em última instância, de uma infraestrutura, o autor afirma que “a prática econômica em si deve ser considerada como discurso” (Laclau, 1980, p. 87 - tradução própria).

Já a noção de antagonismo, pode-se dizer, encontra-se neste texto em um estágio ainda anterior se comparado com a formulação desta categoria operada por Laclau e Mouffe em HSS. Na obra de 1985, os autores diferenciam o antagonismo de “oposição real” e “contradição lógica”. Estas, embora distintas entre si, guardam uma característica que lhes é comum, isto é, elas representam positividades constituídas antes mesmo do processo de relação entre objetos reais, no caso da oposição, e entre proposições lógicas, no caso da contradição. Já o antagonismo tem uma lógica completamente diversa, visto que ele significa a própria impossibilidade de um objeto constituir-se plenamente em virtude da presença de seu polo antagônico.

Como dissemos, ainda que Laclau, em “Populist Rupture and Discourse”, mobilize a noção de antagonismo a partir da distinção entre “oposição real” e “contradição lógica”, esta última neste texto é por ele denominada “contradição

dialética”, ele ainda não concebe o antagonismo como algo essencialmente *aliud quam duo*, ou seja, diferente de ambas. Para o autor, neste estágio de desenvolvimento teórico, antagonismo é claramente um tipo de contradição: “já sabemos que todo antagonismo, no nível do discurso, supõe uma relação de contradição, uma relação na qual a realidade de um polo é pura e simplesmente a negação do outro” (Laclau, 1980, p. 90 - tradução própria).

No entanto, é importante mencionar que a lógica da “negação” presente neste estágio do desenvolvimento teórico do antagonismo não quer dizer pura e simplesmente uma “determinação objetiva”, ou seja, a mera posicionalidade de dois grupos que se antagonizam. Já há aqui uma dimensão simbólico-discursiva acerca da percepção do outro como ameaça, isto é, um exterior que mobiliza o interior a partir de uma negatividade que é a causa da articulação que ocorre no interior de uma cadeia de equivalências. Nesse sentido, o antagonismo não é apenas a demarcação de um campo de disputa, mas a própria *conditio sine qua non* de uma articulação discursiva dinâmica e complexa, forjada desde uma perspectiva simbólica essencial. Esse elemento simbólico torna-se evidente no exemplo apresentado por Laclau, no qual se estabelece uma relação antagônica entre o Estado e os camponeses, quando o primeiro utiliza suas forças de segurança para ocupar as terras comunais destes:

Retornemos ao nosso exemplo dos camponeses expulsos de suas terras. Um discurso genético mostrará cada ação dos agentes do Estado durante o processo de despejo como momentos positivos, objetivos em uma cadeia causal. O discurso do antagonismo seguirá de uma forma completamente diferente: ele transformará essas determinações objetivas em símbolos da negação dos quais eles são portadores (Laclau, 1980, p. 91 - tradução própria).

Apresentadas as categorias teóricas centrais do pensamento do autor, Laclau passa agora a colocá-las em movimento em direção à construção de uma ruptura populista. Neste ponto, ele introduz duas outras noções, como antecipamos, a de “posicionalidade democrática” e a de “posicionalidade popular”. Tais noções operam literalmente como demandas, porém em estruturas discursivas distintas. As posicionalidades democráticas, entendidas como “demandas que devem ser satisfeitas de uma maneira específica” (Laclau, 1980, p. 92 - tradução própria), podemos dizer, representam o primeiro estágio na construção de diferenças políticas, sem o qual não poderia haver a constituição das posicionalidades populares. O que diferencia ambos os tipos de posicionalidades é a forma como cada qual

está *vis-à-vis* ao sistema político de dominação. Assim, a posicionalidade democrática é uma demanda que aparece como diferença política imersa em uma lógica da diferença. Esta posicionalidade torna-se popular somente quando a lógica da diferença é substituída pela lógica da equivalência, momento em que o social é dividido antagonicamente em dois polos, opressores e oprimidos. É neste momento que Laclau considera a existência de uma ruptura populista:

‘Posicionalidade democrática’, contudo, não necessariamente envolve uma ‘posicionalidade popular’. Para existir uma posicionalidade popular, um discurso tem de dividir a sociedade entre dominantes e dominados; isto é, o sistema de equivalências deve apresentar-se como articulador da totalidade de uma sociedade em torno de um antagonismo fundamental. Quando este conjunto antagonístico apresenta a posicionalidade popular não como o polo de um dualismo irredutível, mas como o ponto dinâmico de uma confrontação, então podemos falar de uma ruptura populista (Laclau, 1980, p. 91 - aspas no original, tradução própria).

Assim como vimos acima, antagonismo e discurso são categorias centrais para compreender a emergência de uma ruptura populista. É nesse sentido que queremos dizer que Laclau concebe o “populismo” como um “discurso populista”, ideia que, ainda que estivesse presente nas entrelinhas do argumento do texto analisado anteriormente, não estava tão finamente elaborada como em “Populist Rupture and Discourse”, publicado apenas três anos depois. É notável ainda, para quem tem familiaridade com o pensamento laclauiano, que esta estrutura discursiva que divide o social em duas lógicas – da diferença e da equivalência – estará presente em toda a sua obra a partir de então, da mesma forma que a própria concepção do autor sobre a constituição de um discurso populista está claramente concebida nestes dois textos anteriores a HSS.

É igualmente importante mencionarmos que a maneira como Laclau estrutura o discurso populista já é neste texto a mesma que ele futuramente reivindica como sendo a sua abordagem teórica e ontológica “estritamente formal” do fenômeno (Laclau, 2005b, p. 65 - tradução própria). Nesse sentido, o discurso populista é um tipo específico de ruptura política a partir da construção de uma lógica de equivalências que divide o social em dois campos antagônicos. Esta forma pode assumir as mais diversas orientações ideológicas, tanto à direita como à esquerda:

O conceito de ruptura populista, portanto, não implica necessariamente uma referência a uma determinada orientação política de discurso através da qual a

ruptura tem lugar. A ruptura populista certamente ocorreu no caso do fascismo, mas ela também aconteceu no caso do maoísmo. Houve ruptura populista em ambos os casos, porque ambos – em contraste com discursos que se constituem como puro sistema de diferenças – foram discursos de antagonismo que tenderam a dividir o campo ideológico em dois sistemas contraditórios de equivalências (Laclau, 1980, p. 93 - tradução própria).

Dessa forma, “Populist Rupture and Discourse” pode ser lido como um ponto de inflexão no desenvolvimento teórico de Laclau. Neste artigo, as categorias de discurso e antagonismo já se encontram mobilizadas de maneira a estruturar uma concepção de populismo como uma lógica política específica. Se o texto não alcança ainda a sofisticação analítica de HSS, especialmente, como vimos, no tocante à discussão sobre antagonismo, ele claramente antecipa o deslocamento decisivo da teoria laclauiana em direção a uma concepção formal e discursiva da política.

Ademais, a definição de ruptura populista apresentada neste artigo lança as bases para um entendimento do populismo que, posteriormente, se tornará decisivo na obra de Laclau: a constituição de equivalências discursivas capazes de dividir o campo social em dois polos antagônicos. Tal formulação não apenas possibilita a compreensão da heterogeneidade de experiências históricas que assumem uma configuração populista, como também abre espaço para a elaboração de uma ontologia do populismo, independente de conteúdos políticos específicos. É verdade que, em “Para uma teoria do populismo”, esse já se apresentava como um objetivo declarado do autor. Contudo, mesmo em sua concisão, “Populist Rupture and Discourse” representa um avanço teórico decisivo, preparando o terreno para os desenvolvimentos posteriores e determinantes que culminam em HSS e que vão além dessa obra.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: “O POPULISMO É ESTRUTURADO COMO DISCURSO”**

Quando Jacques Lacan afirma que o “inconsciente é estruturado como linguagem”, ele retoma a intuição freudiana de que o inconsciente não é um mero depósito de conteúdos reprimidos, mas um sistema regido por leis próprias, análogas às da linguagem. Sonhos, lapsos e sintomas constituem-se como efeitos de operações significantes (metáfora e metonímia) que organizam a lógica interna do inconsciente. Nessa perspectiva, o inconsciente não é uma instância natural ou biológica, mas simbólica: sua estrutura depende da articulação dos significantes e de seu funcionamento dentro do campo do Outro, revelando um ordenamento

que se expressa através das formações inconscientes sem remeter a um sentido fixo ou pré-determinado.

Lacan é um autor que entra de forma decisiva no pensamento de Laclau em *New Reflections on the Revolutions of Our Time* (Laclau, 1990), sendo que a discussão sobre a estruturação do inconsciente como linguagem é de fato ainda precoce nas duas obras do teórico político argentino analisadas nas seções anteriores deste artigo. Porém, o inconsciente estruturado como linguagem serve perfeitamente como uma homologia estrutural para o que argumentamos até aqui, ou seja, de que o populismo é estruturado como discurso. Vejamos.

Como dissemos, o objetivo de Laclau em ambos os textos é construir uma teoria geral do populismo, frente a um cenário em que o fenômeno é tratado de maneira pouco específica e teoricamente precária:

“Populismo” é um conceito ao mesmo tempo evasivo e recorrente. Poucos conceitos têm sido tão amplamente usados na análise política contemporânea, embora bem poucos tenham sido definidos com menor precisão. Sabemos, intuitivamente, a que nos referimos quando qualificamos de populista a um movimento ou a uma ideologia. Porém, enfrentamos as maiores dificuldades para traduzir essa intuição em conceitos (Laclau, 1978, p. 149 - aspas no original).

Em “Para uma teoria do populismo”, como vimos, o objetivo de Laclau é duplo. Primeiramente, ele visa afastar eventuais elementos “característicos” do populismo, fundados em análises empíricas que, por diversas razões, são incapazes de generalizar as experiências populistas por elas analisadas. Isso quer dizer que o populismo não pode ser resumido ou ficar adstrito a movimentos, por exemplo, rurais e culturalmente conservadores, uma vez que há irrupções populistas em ambientes urbanos, assim como elas podem igualmente ser observadas seja em contextos econômicos capitalistas considerados “subdesenvolvidos”, seja naqueles tidos como de capitalismo avançado. Para Laclau, assim, o populismo não pode ser definido a partir de certas características ou de processos de desenvolvimento social ou econômico, tipos de análise que Panizza (2005) sintetizou posteriormente como “generalizações empíricas” ou “explicações historicistas”.

Após afastar essas possibilidades empíricas de caracterizar o fenômeno, Laclau apresenta o seu segundo objetivo do texto, que é a construção conceitual teórico-formal do populismo, entendida por ele como capaz de abranger qualquer movimento que leve esse nome, independentemente de suas particularidades empíricas ou vieses ideológicos. Neste momento, sua abordagem, como vimos, isola os dois elementos

centrais: o “povo” e o “bloco do poder”. Entre eles, estabelece-se uma relação antagônica, e o resultado desse antagonismo é que o autor o denomina populismo.

Em “Populist Rupture and Discourse”, esta mesma lógica formal do populismo é agora refinada teoricamente, como vimos, a partir do desenvolvimento das noções de discurso e de antagonismo. O fenômeno populista passou a ser compreendido desde uma perspectiva discursiva, que se origina de uma relação antagônica, mas que não se resume a ela, tendo em vista a complexidade articulatória que pressupõe a sua cadeia de equivalências.

Por essa razão, retomando a homologia estrutural anteriormente estabelecida com o *dictum* lacaniano, pode-se afirmar que, para Laclau, o populismo é estruturado como discurso. Isso significa que sua teoria do populismo, mesmo em sua fase inicial de elaboração, já se configurava como eminentemente discursiva, mobilizando categorias como discurso, hegemonia, antagonismo, articulação, demandas, lógicas da diferença e da equivalência. Todas essas noções, que seriam sistematizadas e desenvolvidas posteriormente em HSS e em outros trabalhos, permanecerão como eixos centrais da produção teórica do autor. Porém, é inegável que elas já compunham as primeiras obras de Laclau sobre o populismo.

Portanto, o esforço empreendido neste artigo não é o de um mero exercício de erudição, mas quer demonstrar que a condição de possibilidade para a teoria pós-estruturalista do discurso de HSS e além já estava em pleno desenvolvimento anos antes do lançamento desta obra, isto é, presente ainda no tempo em que Laclau estava vinculado ao debate do campo do marxismo althusseriano e gramsciano. Essa constatação nos permite recolocar o pensamento de Laclau em uma linha de continuidade teórica que transcende os rótulos habituais de “fases” de sua obra. O autor, longe de romper com seu passado marxista, reelabora os problemas centrais do marxismo em chave discursiva, transpondo a questão da determinação estrutural econômica para a lógica da articulação e da contingência.

Ao reconhecer que o desenvolvimento da teoria do discurso é paulatino e constante desde as primeiras obras do autor e que não existe um pretenso “corte” entre o que poderíamos chamar a sua fase marxista e a sua fase pós-estruturalista, o artigo propõe compreender o percurso intelectual de Laclau como um processo de radicalização teórica e não de ruptura. A leitura atenta de seus textos anteriores a HSS revela que já ali se encontravam os germes conceituais que, mais tarde, sustentariam sua concepção da hegemonia como lógica de constituição do social. Portanto, o deslocamento de um vocabulário marxista para outro, pós-fundacional, não significa abandono, mas sim a transformação das condições sob as quais o político é pensado.

Dessa forma, o impacto deste debate para a teoria do discurso é duplo: primeiro, porque reinscreve a genealogia do pensamento de Laclau em uma trajetória de coerência interna; segundo, porque demonstra que o populismo e a articulação hegemônica, longe de serem adições tardias, são dimensões constitutivas de sua reflexão primeva. Retomar esse percurso significa, portanto, compreender que a teoria do discurso não emerge *ex nihilo* em 1985, mas resulta de um esforço teórico contínuo de reformulação das categorias do marxismo à luz de uma ontologia política da contingência. Em síntese, reconhecer essa continuidade não apenas reforça a coerência interna da obra de Laclau, como também abre novas possibilidades para o desenvolvimento contemporâneo da teoria do discurso, sobretudo em suas articulações com a teoria política e com as formas atuais de populismo.

Podemos, enfim, concluir a nossa trajetória retornando ao ponto de partida: a provocação de Slavoj Žižek que motivou o desenvolvimento deste texto. Demonstramos que a leitura do filósofo esloveno, segundo a qual a teoria do populismo de Ernesto Laclau seria apenas uma reprodução da lógica da articulação hegemônica formulada a partir de HSS, revela-se insustentável. Podemos dizer, contrariando Žižek, que os *insights* teóricos pós-estruturalistas desenvolvidos por Laclau em HSS e além já se iniciaram ainda em sua fase marxista, mas, fundamentalmente, quando o teórico político argentino estava debruçado para compreender a lógica de funcionamento do populismo. Não há, portanto, nenhuma “autorreferência”, como acusa Žižek. Ao contrário, o que há é um desenvolvimento teórico constante da teoria do populismo e da teoria do discurso laclauiana, de modo que uma serve de complemento à outra. O populismo é um discurso populista; para Laclau, sempre foi. Da mesma forma que o populismo é estruturado como discurso, pois, fenomenicamente, ele mostra-se como tal. Em sua “defesa das causas perdidas”, Žižek defendeu literalmente uma causa impossível de ser defendida.

## REFERÊNCIAS

- ARDITI, Benjamín. “El populismo como periferia interna de la política democrática”. In: PANIZZA, Francisco (ed.). *El Populismo como Espejo de la Democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 97-132.
- BALSA, Javier. El pueblo unido ¿jamás será vencido? Potencia y límites de la estrategia populista. *Sociologias*, [S. l.], v. 27, n. 64, p. e140667, 2025.
- BARROS, Sebastián. “Las continuidades discursivas de la ruptura menemista”. In: PANIZZA, Francisco (ed.). *El Populismo como Espejo de la Democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 351-382.

- IPAR, María Cecilia; ÁVALOS, Ismael García. *O povo como comunidade de afetos. Demanda social e transbordamento da democracia liberal na teoria política populista.* *Mediações*, v. 26, n. 1, 2021.
- LACLAU, Ernesto (1978). *Política e Ideologia na Teoria Marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LACLAU, Ernesto (1980). Populist Rupture and Discourse. *Screen Education*, n. 34, p. 87-93.
- LACLAU, Ernesto (1990). *New reflections on the revolutions of our time*. London: Verso.
- LACLAU, Ernesto (1996). *Emancipation(s)*. London: Verso.
- LACLAU, Ernesto (2005a). *On Populist Reason*. London: Verso.
- LACLAU, Ernesto (2005b). “Populismo: ¿Qué nos dice el nombre?”. In: PANIZZA, Francisco (ed.). *El Populismo como Espejo de la Democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 51-70.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (1985). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- MARQUES, Marcelo de S.; CARLOS, Euzenia. O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. *Sociologias*, [S. l.], v. 27, n. 64, p. e140107, 2025.
- MENDONÇA, Daniel de; MACHADO, Igor Suzano. Apresentação do Dossiê: O Populismo e a Construção Política do Povo. *Mediações*, v. 26, n. 1, 2021.
- MENDONÇA, Daniel de. ¿Por qué el bolsonarismo no sería populista? *Studia Politicae*, n. 60, inverno 2023.
- NAZARENO, Marcelo; MAGRINI, Ana Lucía; REYNARES. Presentación. Populismo: miradas críticas desde América Latina sobre el legado teórico de Ernesto Laclau. *Studia Politicae*, n. 60, inverno 2023.
- PANIZZA, Francisco (2005). “Introducción: El populismo como espejo de la democracia”. In: PANIZZA, Francisco (ed.). *El Populismo Como Espejo de la Democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 9-50.
- PANIZZA, Francisco. El retorno del ciudadano: el populismo y las democracias radical y agonista en los escritos de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe. *Studia Politicae*, n. 60, inverno 2023.
- SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. *Mediações*, v. 26, n. 1, 2021.
- VERGARA, Camila. El pueblo plebeyo populista: ciudadanos de segunda clase y la lógica refundacional. *Studia Politicae*, n. 60, inverno 2023.
- ŽIŽEK, Slavoj (2011). *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo.

# O discurso da candidatura de Jair Bolsonaro em 2018 no HGPE

*Jair Bolsonaro's 2018 candidacy discourse at the HGPE*

Felipe Corral de Freitas<sup>a</sup>

**Resumo** A vitória de Bolsonaro na eleição de 2018 indicou uma possível irrelevância do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). No entanto, em 2018 aumentou o nível de interesse dos eleitores pelo HGPE no que tange à busca por informações. Nesse sentido, o objetivo deste artigo consiste em demonstrar a construção discursiva da candidatura de Jair Bolsonaro produzida durante o HGPE. A pergunta de pesquisa que orienta o estudo é: como a candidatura de Bolsonaro construiu seu discurso levando em consideração a relação antagônica com o candidato do Partido dos Trabalhadores? Justifica-se este estudo por dois motivos: a) o HGPE torna possível a desconstrução de uma candidatura pela outra; e b) Bolsonaro foi o candidato que rompeu com a polarização entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira. Parte-se da hipótese de que o HGPE não foi irrelevante para a vitória de Bolsonaro, mas atuou como um espaço complementar de disputa simbólica capaz de reforçar e estabilizar significantes já presentes no ambiente digital, sobretudo por meio da articulação do signo “corrupção” como elemento nodal da cadeia discursiva. Para isso, são utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, com foco na construção de antagonismos e na constituição de identidades políticas. Os resultados indicam que o sentido sobre corrupção assumiu centralidade na campanha, operando como sistematizador de sentidos relacionados ao seu corte antagônico. Demonstramos, assim, que o HGPE não apenas reiterou a imagem antipetista e moralizante já existente, mas também contribuiu para sua legitimação em um espaço institucionalizado, o que fortaleceu a candidatura e ampliou seu alcance discursivo.

**Palavras-chave** Teoria do Discurso; Antagonismo; Bolsonaro; PT; HGPE.

**Abstract** The victory of Bolsonaro in the 2018 election suggested a possible irrelevance of the Free Electoral Propaganda Time (HGPE). However, in 2018, the level of voter interest in the HGPE increased in terms of information seeking. In this sense, the objective of this article is to demonstrate the discursive construction of Jair Bolsonaro's candidacy produced during the HGPE. The research question guiding this study is:

<sup>a</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

*how did Bolsonaro's candidacy construct its discourse considering the antagonistic relationship with the candidate of the Workers' Party? This study is justified for two reasons: a) the HGPE makes it possible for one candidacy to be deconstructed by another; and b) Bolsonaro was the candidate who broke with the polarization between the Workers' Party and the Brazilian Social Democracy Party. This study hypothesizes that the HGPE was not irrelevant to Bolsonaro's victory, but acted as a complementary space for symbolic dispute capable of reinforcing and stabilizing signifiers already present in the digital environment, especially through the articulation of the sign "corruption" as a nodal element of the discursive chain. To this end, the theoretical and methodological aspects of Laclau and Mouffe's discourse theory are used, focusing on the construction of antagonisms and the constitution of political identities. The results indicate that the meaning of corruption assumed centrality in the campaign, operating as a systematizer of meanings related to its antagonistic aspect. We thus demonstrate that the HGPE not only reiterated the already existing anti-PT (Workers' Party) and moralizing image, but also contributed to its legitimization in an institutionalized space, which strengthened the candidacy and broadened its discursive reach.*

**Keywords** Discourse Theory; Antagonism; Bolsonaro; Workers' Party; HGPE.

## INTRODUÇÃO

A importância do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), como mostram Borba e Dutt-Ross (2021), se manteve mesmo com o advento da internet e das redes sociais. Segundo os autores, em 2018 aumentou o nível de interesse dos eleitores pelo HGPE no que tange a busca por informações sobre candidaturas. Massuchin, Cavassana e Cervi (2021) verificaram que o HGPE foi crucial para organizar e sedimentar o discurso antagônico da candidatura de Jair Bolsonaro, à época no Partido Social Liberal (PSL), contra a candidatura de Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), e levá-lo à vitória na eleição de 2018. Em vista disso, e compreendendo ser o HGPE o evento que marca o tempo da política (Cervi, 2011), além de ser fonte de informação para o eleitor e de fazer parte da cultura política nacional, bem como por carregar aspectos relevantes para a democracia brasileira (Borba, Dutt-Ross, 2021), buscamos neste artigo apresentar como o discurso da candidatura de Jair Bolsonaro se estruturou antagonicamente à candidatura de Fernando Haddad no HGPE a partir dos programas eleitorais veiculados durante o segundo turno da eleição; estratégia essencial para desconstruir a candidatura petista e reativar e sedimentar os sentidos concernentes à retórica antipetista já mobilizadas em outros espaços e em outros momentos da jovem democracia brasileira (Freitas, 2018, 2019a, 2019b, 2020).

Por mais que as estratégias mudem de acordo com o contexto eleitoral, a construção antagônica foi constante na estruturação discursiva nas disputas à Presidência da República, especialmente entre as candidaturas do PT e do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) desde 1994. Os conteúdos compartilhados e seus sentidos antagonicamente disputados constituem e permeiam parte significativa das formações discursivas.

Em se tratando da relevância do HGPE e da relação de antagonismo que nele se estabelece, compreendemos que, tendo como horizonte eleições a cargos majoritários, se constitui como um espaço de conflito político em que uma candidatura tentará desconstruir a outra sem intermediação dos programas jornalísticos da grande mídia e com capacidade de influenciar os eleitores. Justificamos essa informação com base nos dados apresentados por Borba e Dutt-Ross (2021) e Massuchin, Cavassana e Cervi (2021), os quais comprovam que o HGPE continua instigando interesse significativo nos eleitores e é considerado um espaço de informação/aprendizagem (Borba, Dutt-Ross (2021), bem como informa as estratégias empregadas pelas candidaturas concorrentes e a agenda dos partidos/políticos. Além disso, o HGPE constitui um espaço de verificação e sedimentação de informações veiculadas em outros meios de comunicação, como as redes sociais em geral. Assim, o HGPE, conforme analisado em cada contexto político/eleitoral, possibilita um espaço de confronto em que se torna possível contrapor a “vontade” da grande mídia e sua “preferência” por algum candidato e/ou candidatura, como nas eleições de Lula e Dilma Rousseff (Cervi, Massuchin, Tavares, 2012; Dias, 2013), bem como dialogar diretamente com o eleitorado na tentativa conquistá-lo.

Com isso, o objetivo deste artigo consiste em demonstrar a construção antagônica do discurso da candidatura de Jair Bolsonaro, produzido durante o HGPE veiculado pela televisão no segundo turno da eleição de 2018, tendo como polo antagônico a candidatura de Fernando Haddad, do PT. Justifica-se este estudo por dois motivos: a) o HGPE torna possível a desconstrução de uma candidatura pela outra e possibilita a reativação e a sedimentação de determinados sentidos e; b) diferentemente das eleições anteriores, Bolsonaro foi o candidato que rompeu com a polarização PT VS PSDB. Essas características foram relevantes para a eleição de Bolsonaro, que foi capaz de construir um discurso informando que a candidatura do petista Fernando Haddad representava “a corrupção” no Brasil; fato novo em se tratando de centralidade discursiva. Para isso, são utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (Laclau, Mouffe, 2015; Laclau, 2000, 2011, 2013, 2014), destacando os conceitos de discurso

e antagonismo, centrais para a captura dos sentidos na formação do discurso da candidatura de Bolsonaro.

O esforço neste artigo, mais do que evidenciar a construção discursiva da candidatura de Jair Bolsonaro antagonicamente posicionada em relação à candidatura de Fernando Haddad, é o de registrar a construção discursiva antagônica como elemento relevante numa disputa política e eleitoral. Nesse sentido, o marco teórico e metodológico da teoria do discurso laclauiana e mouffetiana contribui para compreendermos uma das facetas das dinâmicas eleitorais no HGPE, sem esgotá-la. Nossa contribuição é no sentido de regatar no debate atual a dimensão do conflito político lido a partir dos conceitos de discurso e antagonismo como aspectos relevantes da importância do HGPE na tentativa de influenciar os eleitores e que ajudam a compreender estratégias eleitorais.

Além desta introdução, o artigo contém outras três seções, mais as conclusões. Na primeira seção apresento os conceitos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe mobilizados para este estudo. Na segunda seção exponho e explico o discurso da candidatura de Jair Bolsonaro. Na terceira seção apresento uma análise do discurso de Bolsonaro produzido no HGPE relacionado a realidade política brasileira. Por fim, nas conclusões, retomo e trato das condições discursivas da vitória de Bolsonaro.

## **A TEORIA DO DISCURSO DE LACLAU E MOUFFE: TEORIA E METODOLOGIA APLICADA**

A concepção teórica elaborada por Laclau e Mouffe (2015) – e desenvolvida posteriormente por Laclau (1990, 2011, 2013, 2014) – apresenta uma série de conceitos que permitem estudar diversos fenômenos políticos, desde espaços de conflito até momentos de consenso. Sejam quais forem os objetivos, dois conceitos se tornam centrais: discurso e antagonismo.

Em vista do objetivo deste artigo, o propósito desta seção é o de explicar a estruturação dos conceitos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe de forma sempre relacional, tendo como foco a centralidade dos conceitos de discurso e antagonismo. Para tornar mais didática a apresentação dos conceitos, separamos por pontos.

Primeiro ponto: não existe nada extradiscursivo. É importante deixar claro que os autores não distinguem “discursivo” de “não discursivo” (ou extradiscursivo (Laclau, Mouffe, 2015, p. 184)), informando que todo significado (o que gera sentido) é constituído a partir de processos de articulações que constituem e organizam relações sociais (políticas), no qual o linguístico não pode ser separado do social. Desse modo, discurso não possui um caráter mental, mas sim material e que gera

efeitos políticos no campo social; a relação entre a fala e o que ela significa forma uma totalidade significativa, sendo o discurso.

Eventos e objetos são sempre constituídos discursivamente a partir de cadeias de articulação: a prática articulatória estabelece a relação entre significantes gerando o sentido (s). Pinto (2017, p. 124), para tornar evidente tal estruturação conceitual, mobiliza o exemplo sobre a noção de democracia, que adquire distintos sentidos conforme as perspectivas políticas/ideológicas de direita e de esquerda. Assim, democracia não assume um sentido a priori, mas se constitui no discurso. Ou seja, não há um sentido anterior ao discurso. “Isso significa que os elementos não preeexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele” (Laclau, 2013, p. 116).

Segundo ponto: a articulação discursiva, para aflorar, necessita de diferenças que constroem (não se tornam) equivalências. Logo, a articulação discursiva ocorre a partir da relação de equivalência e diferença. De forma resumida, só é possível haver equivalência entre elementos, momentos e discursos quando esses são diferentes (Pinto, 2017, p. 124). Assim, no processo articulatório, tanto a equivalência como a diferença operam. O momento diferencial, do contrário de ser uma impossibilidade articulatória, é condição primeira da equivalência. Já a equivalência, como processo organizador da diferença, não elimina a diferença enquanto diferença, apenas articula algo que se tornou comum às identidades envolvidas no processo de identificação. O ponto sistematizador dessas diferenças que assume status de equivalência é chamado de ponto nodal (Laclau, Mouffe, 2015, p. 187).

Terceiro ponto: a articulação só se torna estabilizada enquanto um discurso, a partir da estruturação de um ponto nodal. É o ponto nodal, um ponto de capitação, que se estabelece a união entre os momentos diferenciais no processo de equivalência. A relação entre essas equivalências, originado o ponto nodal, é classificado como um ponto privilegiado da equivalência/diferença. Sendo assim, as práticas articulatórias são engendradas em torno de pontos nodais que, por sua vez, são suas constituidoras. Isso é dito, pois, um ponto nodal é o “local” no qual as significações serão articuladas, onde a lógica da equivalência irá subverter as diferenças envolvidas. O ponto nodal, um ponto aglutinador na formação do discurso, só se torna estruturador das diferenças no processo de equivalência a partir do exterior constitutivo. A relação que se estabelece com o exterior (constitutivo), é de antagonismo. Ou seja, todo ponto nodal, em uma formação discursiva, terá seu antagônico. Portanto, o comum entre as diferenças articuladas no movimento de equivalência, é o exterior constitutivo, o antagonismo.

Quarto ponto: a articulação discursiva só emerge a partir da relação com o exterior constitutivo, e o nexo que se estabelece é de antagonismo. O início do

processo articulatório, que aglutinará equivalências nas diferenças, tem princípio no antagonismo que se estabelece a partir de um exterior constitutivo, ou seja, de um discurso que nega a identidade em formação. Conforme Laclau e Mouffe (2015, p. 202), a negação de um discurso por outro (de uma identidade por outra – aqui mobilizada como sinônimo) é sempre constituidora de um antagonismo. Ao mesmo tempo em que delimita seu corte antagônico, o discurso que antagoniza se constitui como discurso; como “ele mesmo”. Além disso, a lógica antagônica expressa a impossibilidade de formação de identidades *a priori* ao processo de formação discursiva; as relações políticas são sempre identificações em que lutas (antagonismo) não resultam de identidades prontas, pelo contrário, as formam. Tal processo, de luta política, é o que os autores chamam de hegemonia (Laclau, Mouffe, 2015, p. 215-219). A relação entre discurso (articulação discursiva), diferença e equivalência, ponto nodal e antagonismo (exterior constitutivo) sustentam a formação de hegemonia ou lutas por hegemonia. É neste sentido que afirmamos que a política é sempre uma relação de antagonismo (Freitas, 2021, 2024).

Quinto ponto: a articulação discursiva, sedimentada como ponto nodal a partir da aglutinação de equivalências nas diferenças, emergentes a partir de um antagonismo, constitui uma hegemonia e uma contra-hegemonia. Nesse sentido, todo discurso tem por objetivo hegemonizar-se, ainda que tal processo seja impossível em vista de relação de diferenças e do corte antagônico. Tal questão evidencia a impossibilidade de totalização e plenitude de um discurso. Conforme Laclau e Mouffe (2015, p. 218-219), nenhuma lógica hegemônica pode ser a essência de uma totalidade do social constituindo uma representação do “todo o social”. Outra característica, que explica a afirmação anterior, é a de que toda hegemonia se forma a partir de uma relação antagônica (de uma contra-hegemonia); todo instante hegemônico necessita do antagonismo. Dizer isso significa afirmar que no espaço do social poderá haver vários pontos de antagonismos, ou seja, pontos de hegemonia decorrentes dos antagonismos (Laclau, Mouffe, 2015, p. 215).

Sexto ponto: a articulação discursiva, constituindo o ponto nodal e o momento hegemônico, sempre será um significante vazio. Dizer isso não significa afirmar que não haverá processo de significação (articulação de significados), mas que toda significação será precária, contingente e estruturada por uma polissemia de significados; “um significante vazio é, no sentido estrito da palavra, um significante sem significado” (Laclau, 2011, p. 67). Isso quer dizer que um discurso (um ponto nodal) abarca diversos significados que se articulam no processo de formação discursiva, esvaziando sua particularidade na tentativa de universalização de seus conteúdos. Assim, o significante vazio é uma particularidade que assume o

papel de representação de outras particularidades, se tornando um ponto nodal do discurso que se hegemoniza. Poderá ocorrer, entre os polos antagônicos, a disputa por algum significante e esse estar presente em ambos os lados dos discursos antagônicos. Isso é chamado de significante flutuante.

Sétimo Ponto: a articulação discursiva envolverá disputas por significantes que poderão estar nos dois polos antagônicos dos discursos envolvidos. Pinto (2017, p. 126), mobilizando o exemplo sobre corrupção, explica que o combate à corrupção se desloca da cadeia de equivalência e se torna um significante flutuante, disputado pelos discursos envolvidos. Na continuidade a autora enfatiza seu caráter de flutuação, informando que um significante flutuante, como no exemplo sobre corrupção, poderá ser articulado com uma posição (um discurso) de esquerda ou de direita.

Da mesma forma como em trabalhos anteriores (Freitas, 2018, 2019a, 2019b, 2020), aplicamos os mesmos elementos e procedimentos metodológicos. Num primeiro momento é necessário apreender a formação da realidade construída: neste trabalho se trata do HGPE e a disputa eleitoral no processo de estruturação do discurso da candidatura de Jair Bolsonaro antagonicamente organizado em oposição à candidatura de Fernando Haddad. Logo, identificar os elementos dispersos nos programas eleitorais que apresentem regularidades na produção de sentidos que informem um antagonismo à candidatura petista. Em seguida, identificadas as regularidades, passaram a ser classificados (chamadas) de momentos discursivos (seus sentidos). Na sequência é verificado, a partir da formação dos momentos, o ponto privilegiado da formação do discurso de Jair Bolsonaro, ou seja, o ponto que condensa, organiza e constitui o discurso, o ponto nodal. É nesse momento que também verificamos a formação do significante vazio. Realizados esses processos, o próximo passo é capturar no discurso antagonizado o “tema” que irá estruturar o discurso, ou seja, o ponto antagônico – o que dará o “nome” ao discurso. Por fim, é verificado o discurso da candidatura de Jair Bolsonaro, com seus momentos, suas articulações, seu ponto nodal, seu significante vazio e seu sentido antagônico. Para análise dos excertos que constituíam antagonismo, buscamos recortá-los e analisá-los da seguinte forma e levando em consideração o conflito político: antagonismo sobre projetos políticos; antagonismo sobre o Partido dos Trabalhadores; antagonismo sobre a pessoa (relacionada ao partido); antagonismo sobre os governos petistas; antagonismo sobre valores morais e; antagonismo sobre posição a ideológica de esquerda. Com isso, buscamos capturar qual tema e sentido articulava com outras significações antagônicas, sustentando, assim, a construção do discurso da candidatura estudada.

A proposta desenvolvida sobre o antagonismo não se limita à definição ontológica proposta por Laclau e Mouffe, mas busca compreender o fenômeno do

antagonismo (do conflito político) na prática da política cotidiana, como desenvolve Marchart (2018) e como Laclau e Mouffe possibilitam. Sendo assim, antagonismo transcende a dimensão ontológica e se torna sinônimo de conflito político, de disputa política e de dissensos no mundo fenomênico, no ôntico. Nesse mesmo sentido, o antagonismo se manifesta na prática da política, desde que haja conflito e sentidos discordantes.

## O DISCURSO DA CANDIDATURA DE BOLSONARO NO HGPE

Antes de apresentar a estruturação do discurso da candidatura de Jair Bolsonaro, é necessário expor os elementos centrais da legislação eleitoral que regulou a eleição de 2018 e os aspectos gerais da eleição em questão. Com a reforma eleitoral de 2015 (Lei nº 13.165/2015, Brasil, 2015), algumas mudanças alteraram significativamente a organização da propaganda eleitoral na televisão: a) o período de veiculação do HGPE na televisão passou de 45 dias para 35 dias; b) o tempo de televisão dos programas eleitorais para Presidente da República durante o HGPE passou de 25 minutos para 12 minutos e 30 segundos no primeiro turno e de 20 minutos para 10 minutos no segundo turno; e c) a divisão do tempo do HGPE para o primeiro turno repartia 10% de forma igualitária entre os partidos e 90% de forma proporcional a representatividade dos partidos ou coligações na Câmara dos Deputados Federais. Disputaram a eleição no primeiro turno 13 candidatos<sup>1</sup>, dos quais Bolsonaro e Haddad passaram para o segundo turno. Além disso, foi a primeira vez que um candidato com apenas 8 segundo de exposição no HGPE conseguiu chegar ao segundo turno de uma eleição no Brasil.

Após esta rápida explicação, nesta seção são apresentados os sentidos e os momentos na formação da cadeia discursiva da candidatura de Bolsonaro. Para isso, foram coletados quatorze (14) programas eleitorais do segundo turno veiculados durante HGPE na eleição de 2018 da referida candidatura, o que representa sua totalidade. Foram descartados os programas do primeiro turno, pois eram repetidos e pouco acrescentou para a relação antagônica emergente. Dos programas do segundo turno, foram transcritos oito (8) programas, pois os demais (6) foram repetições. Dos oito (8) programas, todos fizeram menção ao PT e/ou aos integrantes do partido, como Lula, Dilma Rousseff e Fernando Haddad.

---

1 São eles: Além de Bolsonaro e Haddad, Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), João Amoedo (NOVO), Cabo Daciolo (Patriotas), Henrique Meireles (MDB), Marina Silva (REDE), Álvaro Dias (Podemos), Guilherme Boulos (PSOL), Vera Lúcia (PSTU), José Maria Eymael (DC) e João Goulart Filho (PPL).

A partir da identificação da regularidade de sentidos contrário ao PT e seus integrantes, identificamos e classificamos cinco momentos que se articularam no processo de formação discursiva da candidatura de Bolsonaro. “comunista, esquerdista e corrupto”, “erros e corrupção”, “mentiras e corrupção”, “economia e corrupção” e “plano de governo e esquerdista”. A relação entre os sentidos e os momentos identificados originou o discurso da candidatura de Bolsonaro: “Corrupção e a retórica antipetista”.

Momento 1: Comunista, Esquerdista e Corrupto	<p>Locutor: São Paulo, Julho de 1990. O mundo ainda comemorava a queda do Muro de Berlim. A Europa se libertava de um marco do comunismo. Enquanto isso, na América Latina, um encontro selava a criação do Foro de São Paulo. Um grupo político com viés ideológico comunista, de esquerda, liderado por Lula e Fidel Castro. A semente de um projeto de doutrinação e domínio político foi plantada em nossa pátria. As consequências estão sendo sentidas quase 20 anos depois. Voz e Imagem (parada) de Lula: E nós vamos criando uma consciência na esquerda da América Latina, e hoje todos aqueles que participaram do Foro de São Paulo, chegaram ao poder. Locutor: Cuba é o país mais atrasado do mundo. A Venezuela está devastada. O Brasil, governado pelo PT durante 13 anos está em sua maior crise ética, moral e financeira da história. Estamos à beira de um abismo. A corrupção é uma chaga. A violência assusta as nossas famílias. E o desemprego tira a esperança de milhões de brasileiros. Como na Venezuela, tão admirada por Lula, Dilma e Haddad. Fizeram de Brasília um balcão de negócios e muitos deles já estão presos. Mas o vermelho jamais foi a cor da esperança. O vermelho é um sinal de alerta para o que não queremos para o nosso país. Entrevistada Mulher 1: Eu acho um absurdo um presidiário que, se ele está preso, ele tão bandido quanto qualquer outro. Entrevistado Homem 1: A maioria dos chefes do tráfico comandam o morro através da prisão, sabe. O Haddad vai ser só um bonequinho que você compra numa feirinha e o Lula vai ser o cabeça de tudo. Entrevistada Mulher 2: Sou mulher, sou nega e , acima de tudo, sou brasileira. Vamos mudar este país. Chegou a hora! Só depende da gente. Entrevistado Homem 3: PT nunca mais. Locutor: A nossa bandeira é verde e amarela. O nosso partido é o Brasil (Programa Eleitoral Bolsonaro/PSL, HGPE, 11/10/2018).</p>
---	--

**Figura 1. Momento 1: Comunista, Esquerdista e Corrupto.** Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2018).

Momento 2: Erros e Corrupção	<p>Locutor: O primeiro ato de Haddad, no segundo turno, foi consultar seu chefe, condenado e preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. É, mas ficou feio. Ficou feio que o próprio presidiário mandou ele não ir mais. O PT quer fazer você esquecer do Lula por um tempo. Até o vermelho eles querem esconder de você. Haddad é PT, e isso o Brasil não quer mais.</p> <p>Locutor: Cid Gomes, irmão de Ciro Gomes, fala a verdade que o PT não aceita.</p> <p>Cid Gomes: Tem que pedir desculpas. Tem que ter humildade. Tem que ter humildade e reconhecer que fizeram muita besteira. É assim? É? Pois tu vais perder a eleição. Não admitir os erros que cometem? Isso é para perder a eleição e é bem feito. É bem feito perder a eleição. Vocês deviam – o teu tipo, o teu tipo, assim, que acha que fez tudo certo. Quem, junto com ele, acha fez tudo certo? Vão! Vão perder feio, porque fizeram muita besteira, porque aparelharam as repartições públicas, porque acharam que eram donos de um país, e o Brasil não aceita ter dono. O Brasil é um país democrático. É para fazer “faz de conta”! Eu faço o “faz de conta”! Vozes: Lula! Lula! Lula! Cid Gomes: Lula o quê? O Lula está preso, babaca! O Lula está preso! O Lula está preso! E vai fazer o quê? Isso é.... Isso é o PT! E o PT, desse jeito, merece perder! Pra rimar, só para rimar! Se vocês tivessem... bom, muito bem. Muito bem. Babaca, vai perder a eleição. É isso aí, é esse sentimento que vai perder a eleição.</p> <p>Locutor: Rejeição de Haddad não para de subir, porque, nessa eleição, é o Brasil contra o PT (Programa Eleitoral Bolsonaro/PSL, HGPE, 16/10/2018).</p>
------------------------------------	--

**Figura 2. Momento 2: Erros e Corrupção.** Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2018).

Momento Mentiras corrupção	<p>Locutor: Na propaganda eleitoral do PT, o Brasil está assistindo a forma mais baixa e triste de fazer campanha. Cenas de deploráveis e condenáveis, expondo pessoas de uma forma covarde. Uma propaganda milionária, paga com seu dinheiro, paga com seu dinheiro, para criar uma obra de ficção terrorista que semeia medo e mentiras. Programa que expõem as cabeças que lideram esta organização que tem suas principais membros atrás das grades, o PT, que ama seu partido e não o Brasil. Isso é uma mostra do desespero que toma conta deste grupo que, a qualquer custo, quer tomar o poder por um partido político. Nossa campanha é baseada em fatos, sem manipulação, sem “marquetagem”, mostrando a realidade que eles querem fazer você esquecer. O mundo está assustado com o terrorismo e crimes organizados. A esquerda mostra sua pior face no Brasil. A pobreza e a total falta de segurança assolam o país. Vamos seguir levando a esperança de construir uma nação segura pra nossas famílias, com um presidente honesto, independente e que não tem medo de enfrentar e vencer essa face do mal. Meu partido é o Brasil, e o Brasil vai vencer o PT.</p> <p>Locutora: Você, mais do que ninguém, sabe que o Brasil está quebrado e que a herança deixada pelo PT atinge a sua vida de um jeito ou de outro. O modelo corrupto de barganha política, somada a uma gestão atrapalhada de contas, está mostrando a sua face. Milhões de pessoas estão desempregadas no Brasil. (Programa Eleitoral Bolsonaro/PSL, HGPE, 18/10/2018).</p>
----------------------------------	---

**Figura 3. Momento 3: Mentiras e corrupção.** Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2018).

Momento Economia Corrupção	<p>Locutor: Os governos petistas criaram dificuldades, aumentando o desemprego e jogando milhões de trabalhadores no mercado informal. Locutora: No comércio exterior, vital para o nosso desenvolvimento, o PT negocia com os amigos, líderes de ideologias fracassadas, como Cuba, Venezuela, Bolívia e tantas outras ditaduras de esquerda. (...) O resultado, não poderia ser outro. Os investidores perderam de vez a confiança e estão se afastando da gente. Afinal, quem vai investir em um país atolado em escândalos, sem credibilidade, com a imagem arranhada e exposta nos noticiários mundo afora? A baderne do PT está sendo paga pelos mais pobres, que dependem dos hospitais, das escolas, da segurança pública. (...) Só elegendo um presidente forte, independente, que não tem compromissos com indicação política e não tem medo de enfrentar o sistema, teremos a esperança de virar essa triste página da nossa história (Programa Eleitoral Bolsonaro/PSL, HGPE, 18/10/2018).</p>
----------------------------------	--

**Figura 4. Momento 4: Economia e Corrupção.** Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2018).

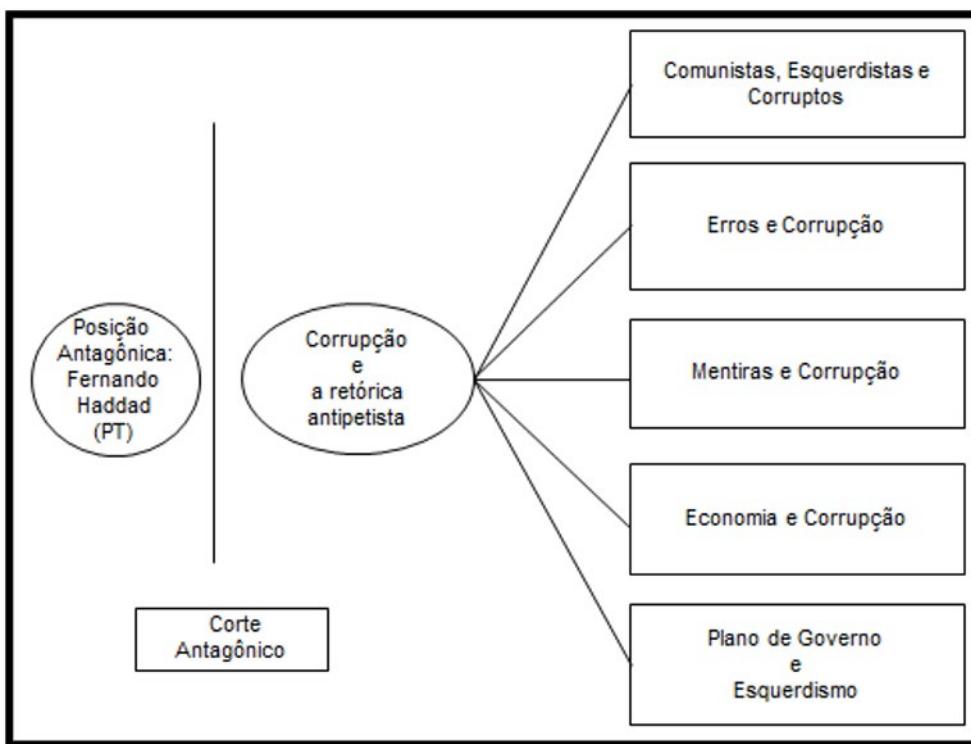
Momento 5: Plano de Governo Esquerdista	<p>Locutora: O verdadeiro debate que importa ao país é o debate sobre os planos de governo. Vamos comparar? Economia: Bolsonaro quer reduzir gradativamente os impostos. Haddad fala em criar novas taxas. Agronegócio: Bolsonaro vai garantir mais segurança no campo, abrir mercados externos e melhorar a logística de distribuição. Haddad quer fazer a reforma agrária para beneficiar grupos organizados. Segurança: Na segurança pública, Bolsonaro vai jogar pesado contra o crime e lutar pela redução da maioria penal. Haddad quer a desmilitarização das polícias. Bolsonaro quer prender e manter os criminosos na cadeia, acabando com a redução de pena e as saidinhas da prisão. Haddad fala em esvaziar presídios, soltando presos que cometem crimes menos graves. Haddad: Nós vamos promover o desencarceramento de pessoas que cometem pequenos delitos. Locutora: Haddad quer desarmar a população. Bolsonaro acredita que o cidadão deve ter direito a legítima defesa. Corte de Gastos: Bolsonaro vai reduzir ministérios. Haddad fala em criar ainda mais. Para Bolsonaro, a Constituição merece respeito. Haddad quer uma nova constituinte. Sindicatos: O programa de governo do Haddad aumenta o poder dos sindicatos. Bolsonaro é totalmente contrário a volta do imposto sindical obrigatório. Maconha e Aborto: A esquerda defende a legalização do aborto e da maconha. Bolsonaro é radicalmente contra as drogas e a favor da vida.</p> <p>Locutora: O PT ainda não percebeu, mas o país mudou. O povo não quer mais saber de propostas que nunca são cumpridas, como as que Haddad fez em São Paulo e volta a fazer ao Brasil. O que propomos é um conceito de governo completamente diferente, que nunca foi feito antes. É para mudar o Brasil de verdade. Compare os programas. Veja quem realmente está em defesa da família, a favor do Brasil (Programa Eleitoral Bolsonaro/PSL, HGPE, 16/10/2018).</p>
--	--

**Figura 5. Momento 5: Plano de Governo Esquerdista.** Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2018).

## “CORRUPÇÃO E A RETÓRICA ANTIPISTISTA”: O DISCURSO DA CANDIDATURA DE JAIR BOLSONARO

A campanha político-eleitoral da candidatura de Bolsonaro, veiculada no HGPE, resgatou e consolidou, de forma hegemônica e num dado contexto específico, pois ocupou espaço em todos os programas do segundo turno, a retórica antipistista entrelaçada com a informação de quem representava a corrupção no Brasil a partir da abordagem do tema corrupção. Foi apenas neste contexto de 2018, pensando em contexto eleitoral propriamente, que o sentido sobre tema corrupção assumiu a posição de ponto nodal de um discurso contrário à candidatura petista. Ou seja, este tema foi central nas referências ao adversário. Assim, diferentemente das eleições anteriores, foi apenas em 2018 que a estratégia antagônica referente à retórica antipistista e ao tema corrupção envolvendo o PT obteve sucesso. Portanto, a partir de regularidades de elementos e de sentidos ficou caracterizada, segundo a candidatura de Bolsonaro, quem era o representante de toda corrupção.

A partir da articulação entre os momentos “comunista, esquerdista e corrupto”, “erros e corrupção”, “mentiras e corrupção”, “economia e corrupção” e “Plano de Governo esquerdista” o discurso “Corrupção e a retórica antipistista” produzido pela candidatura de Bolsonaro foi estruturado.



**Figura 6.** Discurso da candidatura de Jair Bolsonaro na eleição de 2018. Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2018).

## DAS CONDIÇÕES À CONSOLIDAÇÃO DO DISCURSO DE BOLSONARO NO HGPE

Já era possível verificar a construção de uma retórica antipática ao PT<sup>2</sup> e a esquerda de modo geral na eleição de 1989, produzida tanto por parte da grande mídia como por parte da candidatura de Collor (Rubim, 2000, p. 25-27). Posteriormente, em todas as eleições para Presidente da República foram gerados sentidos que mantinham relação com o “medo da esquerda no governo” e, consequentemente, “medo do PT” e sua radicalidade. Apesar disso, o partido terminou as eleições presidenciais entre as duas primeiras candidaturas em todas as eleições desde a redemocratização. Depois de seis eleições para Presidente da República em que a disputa antagônica ficou centralizada entre as candidaturas do PSDB e do PT, a candidatura de Jair Bolsonaro, em 2018, à época no PSL, interrompeu essa relação.

2 Defino retórica antipetista como sendo a construção mesclada de sentidos morais e políticos contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus integrantes, para além da disputa política pontual.

O posicionamento ideológico do antipetismo e sua identificação partidária negativa ganhou força a partir da eleição de 2006 (Paiva, Krause, Lameirão, 2016; Ribeiro, Carreirão, Borba, 2016; Borges, Vidgal, 2018; Samuels, Zucco, 2018; Amaral, 2020; Fuks, Marques, 2020), quando o tema corrupção ligado ao PT ganhou projeção. Foi na eleição de 2006 que ambos os sentidos apareceram. O tema “corrupção do PT” ganhou ressonância no campo social e político, aparecendo como elemento político importante antes e durante o processo eleitoral (Carreirão, 2007, Kucinski, 2007; Rennó, 2007) e se tornando parte estruturante na forma como os discursos sobre o PT passaram a ser produzidos pelas oposições. Apesar de os casos de corrupção do “mensalão” e do “dossiê tucano” terem tido ampla divulgação nos programas jornalísticos da grande mídia, levando a uma maior cobertura daquela eleição (Aldé, Figueiredo, Mendes, 2007) em comparação a anterior (Miguel, 2004a), Carreirão (2007) e Rennó (2007) verificaram que os casos em destaque não tiveram peso significativo no voto da grande maioria do eleitor, pois os fatores econômicos deram sustentação à reeleição de Lula (Carreirão, 2007; Hunter, Power, 2007; Licio, Rennó, Castro, 2009; Rennó, 2007; Singer, 2009; Zucco, 2008).

Em complemento, verificamos que a vitória de Lula em 2006 passou pela forma como sua candidatura se estruturou durante o HGPE e se contrapôs à candidatura peessedebista, construindo um discurso em torno dos avanços econômicos e sociais fazendo com que o tema corrupção fosse camuflado e, portanto, não assumisse centralidade no antagonismo entre as candidaturas (Autor do Texto); o mesmo ocorreu em 2010 e, com maior fragilidade, em 2014. Dito de outra forma, nessas eleições, as candidaturas petistas (Lula em 2006 e Dilma em 2010 e 2014) foram capazes de desconstruir as candidaturas tucanas (Alkmin em 2006, Serra em 2010 e Neves em 2014) e reativar/sedimentar sentidos sobre os avanços promovidos pelos governos Lula e Dilma. O questionamento da legitimidade das eleições de 2014, por parte de integrantes do PSDB, a deflagração da operação Lava Jato, iniciada em março de 2014 e com grande cobertura do jornalismo da grande mídia brasileira, e o impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016 fizeram com que o sentido de corrupção e de partido corrupto passasse a ganhar maior destaque nas retóricas das oposições ao PT.

Os estudos sobre comportamento político (eleitoral) e comunicação e política (mídia e política), iniciados com Harald Lasswel (Miguel, 2004c, p. 95), tem como problemática em comum avaliar o impacto dos meios de comunicação de massa na sociedade, no comportamento político e no processo eleitoral (Berelson, Lazarsfeld, McPhee, 1954; Campbell, Converse, Miller, Stokes, 1960; Lazarsfeld,

Berelson, Gaudet, 1968; Lewis-Beck, Jacoby, Norpeth, Weisberg, 2008; Lippman, 2017; McCombs, Shaw, 1972; Lippmann, 2017; Hutchings, Hakeem, 2018)<sup>3</sup>. Em que pese diferenças entre os autores, Miguel (2004c, p. 103) sustenta que o peso dos meios de comunicação de massa nos processos eleitorais é maior que zero e que há sempre disputa pelo agendamento do debate político envolvendo diversos atores (meios de comunicação de massa, político ou público) (Biroli, Miguel, 2013; Cervi, Massuchin, Tavares, 2012; Miguel, 2003, 2004a, 2004b). Com isso, pela atuação do jornalismo da grande mídia na cobertura integral da operação Lava Jato e do impeachment de Dilma, é lógico ponderar que o senso de que a corrupção no Brasil era culpa do PT tomou conta de parte do imaginário do cidadão/eleitor. Como mostram os principais estudos sobre autoidentificação ideológica (Paiva, Krause, Lameirão, 2016; Ribeiro, Carreirão, Borba, 2016; Borges, Vidgal, 2018; Samuels, Zucco, 2018; Amaral, 2020; Fuks, Marques, 2020), o antipetismo no eleitorado aumentou entre 2010 e 2018; o mesmo ocorre com eleitores de direita<sup>4</sup>.

A internet e as redes sociais contribuíram para pulverizar e relacionar sentimentos latentes críticos ao contexto político brasileiro pós-2014, fazendo com que novos processos de identificação indicassem o PT e seus integrantes como os principais culpados pela corrupção no Brasil. Antes mesmo da eleição de 2018, o WhatsApp foi um dos principais instrumentos da candidatura de Bolsonaro, apresentando novas dinâmicas comunicacionais e estratégias eleitorais (Cesarino, 2019) que articula outras plataformas, como o Facebook e o YouTube, realizando interconexões e produzindo redes informativas complexas (Piaia; Alves, 2020, p. 145).

Entre notícia e conteúdo, entre informação verificada e *Fake News*, é fato que os seguidores de Bolsonaro, antes mesmo das eleições de 2018, ocuparam maior espaço nas redes sociais digitais do que os seguidores de Haddad e do PT (Reis, Zanetti, Frizzera, 2020, p. 56) e dando-lhe certa vantagem na “corrida eleitoral”; vantagem no processo de captura da retórica antipetista e de incorporação de novos sentidos estruturais, com forte cunho religioso. Esse movimento antecipado, aliado com os elementos estruturais que pesavam contra o PT, contribuiu para viabilizar a candidatura de Bolsonaro como sendo a representante da direita (re)emergente e a candidatura com maior possibilidade de vencer o PT. A retó-

3 Para um resumo e comparação entre os autores citados, ver Miguel (2004c) e Hutchings e Hakeem (2018).

4 Não há consenso na bibliografia especializada sobre o efeito da autoidentificação ideológica no voto (Oliveira; Turgeon, 2015; Pereira, 2000). No entanto, comprehende-se que são características que, dependendo do contexto, como o de 2018, tem capacidade de influenciar.

rica antipetista que contribui para a reorganização do sentimento antipetista e as estratégias implementadas pela candidatura (inclusive antes mesmo ser uma candidatura) de Bolsonaro que se colocou como uma real alternativa da direita com chances de vitória eleitoral (Fuks, Marques, 2000; Singer, 2021), ajuda a explicar o fato de que com apenas oito segundos no HGPE Bolsonaro conseguiu chegar ao segundo turno.

Martins (2019, p. 49) afirma que a polarização entre PT e PSDB ocorrida até 2014 foi convertida, em 2018, entre PT e antipetismo. No entanto, Borges e Vidgal (2018), tratando dos dados relativos ao posicionamento ideológico do eleitor até 2014, evidenciam exatamente o oposto: a polarização no campo eleitoral não gerou polarização no campo ideológico e partidário no que tange a autoidentificação dos eleitores. Como mostram os estudos sobre comportamento eleitoral, não há convergência direta no que diz respeito ao voto dos antipetista para os candidatos tucanos nas eleições de 2010 e 2014 (Paiva, Krause, Lameirão, 2016; Ribeiro, Carreirão, Borba, 2016; Borges, Vidgal, 2018; Samuels, Zucco, 2018). Por outro lado, os eventos políticos ocorridos do final da eleição de 2014 até a eleição de 2018 contribuíram para a radicalização do discurso da direita, colaborando para o aumento do antipetismo em 2018 em comparação com 2014, passando de 21% para 27% de parcela do eleitorado (Amaral, 2020; Samuels; Zucco, 2018, p. 28). Essa alteração oferece forte indício do voto em Bolsonaro (Amaral, 2020; Fuks, Marques, 2020)<sup>5</sup>. Além disso, apesar do pouco tempo de televisão, Bolsonaro foi eficaz e hábil em articular em torno de seu significante a parcela conservadora da população brasileira, como mostram Borges e Vidgal (2018), e mobilizar em seu favor a insatisfação da população brasileira com o petismo.

Nessa esteira, Singer (2021), estudando as predisposições ideológicas do eleitorado brasileiro, um efeito de longo prazo, verificou que no Brasil sempre houve uma tendência à direita de parte relativa do eleitorado (Power, Rodrigues-Silveira, 2019) que acabou sendo desativada entre 2006 e 2014 em função do lulismo, e reativada a partir da candidatura de Bolsonaro que se colocou como alternativa à direita do espectro ideológico com chances reais de vitória. A polarização política promovida por Bolsonaro (Amaral, 2020) e a reativação da direita explicada por Singer (2021) fez com que a parcela dos eleitores que não sabiam se posicionar no espectro ideológico (ser de direita ou ser de esquerda) até 2014 passasse de 41% para 18% em 2018; e os que se diziam de direita passaram de 27% em 2014 para 43% em 2018.

---

5 Ver, também, Nicolau (2020).

No entanto, tais afirmações são predisposições reativadas e dependem do(s) contexto(s). Sendo assim, os dados informados pelos autores mobilizados aqui não permitem afirmar que tais eleitores de direita sejam, necessariamente, antipetistas e que a polarização política se tornou PT contra antipetista. O que os dados demonstram é que, dadas às condições de emergência pos-2014, que são sempre contextuais, os eventos políticos, econômicos e sociais, como o questionamento da validade eleitoral de 2014 feita por integrantes do PSDB, a operação Lava Jato em que o foco era a condenação de integrantes do PT, o impeachment de Dilma Rousseff por “pedaladas fiscais” – que se tornou legalizada durante o governo Temer –, a articulação religiosa com a apolítica por integrantes desta direita (re) emergente e a aparição de um candidato de direita com viabilidade eleitoral e com chances consideráveis de vitória, tiveram impacto significativo sobre a autoidentificação ideológica do eleitorado.

A partir do exposto, podemos afirmar que campanhas eleitorais assumem importância no que tange o comportamento eleitoral. Relacionada a outras variáveis, como a avaliação dos governos, a avaliação da economia e seu reflexo na própria avaliação dos governos, a preferência partidária e a posição ideológica autodeclarada do eleitor, artifícios ligados às estratégias eleitorais, como marketing, visibilidade na televisão, desempenho em debates se entrelaçam formando o ambiente eleitoral. É nesse entrelaçamento que o HGPE exerce sua importância (Borba, Dutt-Ross, 2021). E nesse momento que o discurso e o antagonismo emergem marcando as diferenças entre as candidaturas e possibilitando ao eleitor maior fluxo informativo e de identificação.

## CONCLUSÕES

O HGPE manteve importância para o processo eleitoral, como mostram Borba e Dutt-Ross (2021). Além disso, o HGPE demarca o tempo da política (Cervi, 2011); tempo de reativar e sedimentar sentimentos políticos. Em complemento, é razoável considerar que o HGPE é espaço privilegiado para o conflito político e, consequentemente, para a democracia, visto possibilitar o processo de desconstroção e antagonismo entre as candidaturas, fator que contribui para o processo informativo e de tomada de decisão do voto por parte do eleitor. Além disso, enaltecemos que o que diferencia o HGPE é a sua função institucional, histórica e comunicacional no processo eleitoral brasileiro, que não pode ser reduzida apenas à disputa narrada nas redes sociais.

Além dos pontos indicados pelos autores/as citados no parágrafo anterior, outros aspectos devem ser enaltecidos. O primeiro deles é o fato de o HGPE ser um

espaço institucionalizado e regulado de disputa política, que concede à democracia uma de suas dimensões necessárias à sua estabilidade (regras do jogo eleitoral), o que ainda não é garantido nas redes sociais. Assim, O HGPE garante isonomia mínima entre candidaturas, já que o tempo é distribuído conforme regras legais (igualitariamente e proporcionalmente à representação parlamentar). Diferentemente das redes sociais, é um espaço em que as candidaturas se confrontam sem intermediação do jornalismo da grande mídia e fora da lógica algorítmica das plataformas digitais. O segundo é o fato de o HGPE ser considerado pelos eleitores fonte importante de informação e aprendizagem política. O HGPE ainda é visto como um espaço em que parte dos eleitores busca informações oficiais sobre candidaturas, programas de governo e agendas políticas (Borba, Dutt-Ross, 2021). Ele cumpre a função de conferir legitimidade a mensagens que circulam em outros meios (como WhatsApp, YouTube ou Facebook), funcionando como uma instância de verificação e sedimentação dessas informações. O terceiro é sua importância histórica e cultural nos processos eleitorais brasileiros, que, além da relevância indica anteriormente, e por se manter como instrumento do nosso modelo democrático, marca o tempo da política no Brasil. Ele já foi decisivo para vitórias de candidaturas do PSDB (1995, 1998) ao colocar o Plano Real como discurso nodal (Freitas, 2018) e do PT (2002, 2006, 2010, 2014) ao estruturar narrativas em torno de avanços sociais e econômicos (Freitas, 2020).

Com base na perspectiva do antagonismo no HGPE, é procedente pensar que a maior procura pelo HGPE, como evidenciou Borba e Dutt-Ross (2021), se deu como mecanismo de consolidação, sedimentação e justificativa no processo informativo; é coerente perceber que o antagonismo sempre constitui discursos concorrentes, mesmo aqueles aparados por regras institucionais. Outro aspecto de grande importância para a eleição de Bolsonaro foi o sentido sobre corrupção mobilizado durante a campanha eleitoral de 2018. A manipulação, a forma como “ser corrupto” e “quem era corrupto” serviu de amalgama para acoplar o sentimento antipetismo a uma retórica antipetista e indicar o PT e seu candidato, Fernando Haddad, como os representantes da corrupção no Brasil. No caso de 2018, foi o ambiente em que Bolsonaro conseguiu reativar e sedimentar sentidos do antipetismo e associar o PT ao tema da corrupção, reforçando narrativas já presentes nas redes.

Ainda que o sentido de corrupção apareça de forma dispersa em discursos contrários ao PT e seus integrantes, foi somente no discurso oposicionista produzido pela candidatura do PSDB em 2006 que esse sentido surgiu de forma estruturada. No entanto, a candidatura tucana, muito em função da forma como a candidatura petista se posicionou, não foi capaz de pautar o debate em torno

do tema corrupção (Autor do texto). Naquela ocasião, o ponto nodal do conflito político foi o plano econômico. Foi apenas em 2018 que a posição do jornalismo da grande mídia, quase sempre crítico e contrário ao PT e seus integrantes, bem como condescendente com qualquer forma de oposição, foi capaz de consolidar um “Cenário de Representação Política” (CR-P) (Lima, 1996) que vinha sendo construído desde 2006 e que colocava o PT como sendo o partido da corrupção.

Exceto na eleição de 2014, quando a relação antagônica entre as candidaturas de PT e PSDB disputaram os sentidos sobre corrupção de forma mais efervescente, ainda que o tema corrupção não tenha sido elevado ao ponto nodal desse antagonismo específico, as anteriores, de 2006 e 2010, o tema acabou controlado pela candidatura petista. Podemos verificar três possibilidades explicativas: a) a candidatura petista sempre esteve à frente na intenção de voto, nas eleições de 2006 e 2010, e por isso agendava o debate interno no HGPE; b) em 2014, mesmo marcado por uma eleição apertada em termos de intenção de voto, a candidatura petista ainda assim conseguiu agendar o debate em torno da economia que, mesmo mostrando fragilidades, era o campo mais promissor para o governo, visto o sucesso econômico dos governos Lula e; c) em 2018, com Bolsonaro aparecendo à frente nas pesquisas de opinião, a candidatura oposicionista conseguiu agendar o debate no HGPE fazendo com que a candidatura petista se visse obrigada a contrapor afirmações do adversário<sup>6</sup>.

Foi neste contexto que a oposição feita por Bolsonaro durante o processo eleitoral conseguiu hegemonizar de forma antagônica um discurso nomeando os corruptos como sendo o PT e seu candidato. A principal estratégia da candidatura de Bolsonaro, portanto, foi de desconstrução, ou como prefere Menezes e Panke (2020, p. 198), de “desqualificação”. De forma complementar, parte dessa análise corrobora com as hipóteses levantadas por Sargentini e Chiari (2019, p. 451), de que a desqualificação da esquerda em debates eleitorais e na mídia de grande circulação (mesmo antes do golpe de 64 e amplificado pós-1989), as novas formas de circulação do discurso nas redes sociais e a moralização da política (julgamento dos costumes sociais) impactaram a eleição de 2018. Endossamos tal assertiva a partir da estratégia de desconstrução apresentada pela candidatura de Bolsonaro no HGPE; é crível acreditar que a retórica antipetista, o sentimento antipetismo e o tema corrupção ganharam maior ressonância e foram mais bem reativados e sedimentados na definição do voto a partir da estratégia expressa no HGPE.

---

<sup>6</sup> Está em curso a pesquisa sobre os sentidos da candidatura de Haddad.

Concluímos, portanto, que somente na eleição de 2018 o tema corrupção e a retórica antipetista se tornaram hegemônicos no polo antagônico ao da candidatura petista, capaz de construir um discurso informado que a candidatura de Fernando Haddad representava “a corrupção” no Brasil. Relacionado com os estudos sobre comportamento eleitoral que buscaram explicar a vitória de Bolsonaro, bem como as vertentes que verificam os fatores de estruturas institucionais (Freitas; Silva, 2019) e estruturas sociais (Almeida, 2019) para a compreensão da ascensão do conservadorismo no Brasil e da vitória de Bolsonaro como seu representante, defendemos que tal consolidação só foi possível pelo discurso construído ao longo dos últimos 13 anos – desde 2006 – e pela estruturação da candidatura de Bolsonaro durante o HGPE, que serviu para sedimentar tais informações nas predisposições dos eleitores e dar sentido sobre os culpados da corrupção. Dessa forma, a candidatura de Bolsonaro foi capaz de se colocar como “novidade” política/eleitoral, como discurso capaz de superar a candidatura petista e teve sucesso discursivo em imputar ao PT “o partido da corrupção” e fazer emergir com maior vigor a retórica antipetista e o sentimento antipetista. Com base nisso, é razoável entender que o discurso antagônico construído pela candidatura de Bolsonaro no HGPE marcou o desfecho da formação de uma retórica antipetista e que ganhou alicerces ainda mais firmes com o sentido de corrupção. Nesse sentido, o contexto da emergência de discursos radicais ligados ao campo da direita, a amplificação da retórica antipetista, o aumento do antipetismo e sua vantagem nas pesquisas de opinião, deram base para as estratégias eleitorais de Bolsonaro no HGPE. Portanto, a relevância do HGPE não está apenas no antagonismo, mas no fato de ser um espaço político-institucional que organiza e confronta discursos influencia a opinião pública, legitima e reinterpreta informações que circulam em outros meios, e segue funcionando como arena central do conflito político no Brasil, mesmo em tempos de hegemonia das redes sociais. Sobre seu futuro em tempos de instituição da democracia, não podemos prever de forma assertiva que permanecerá relevante, mas que na eleição de 2018 assumiu um papel importante nos processos comunicacionais, nas relações antagônicas e na cada vez mais frágil democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALDÉ, Alessandra.; FIGUEIREDO, Marcus.; MENDES, Gabriel (1994). “Imprensa e eleições presidenciais: natureza e consequências da cobertura das eleições de 2002 e 2006”. In: LIMA, Venício (org.). *A Mídia nas Eleições de 2006*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 65-87.

- ALMEIDA, Ronaldo (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>
- AMARAL, Oswaldo (2020). The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian Electoral Study of 2018. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 1-13. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202000010004>
- BERELSON, Bernard. LAZARSFELD, Paul. MCPHEE, William (1954). *Voting: a study of opinion formation in a Presidential Campaign*. Chicago: University of Chicago Press.
- BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe (2013). Meios de Comunicação, Voto e Conflito Político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 77-95. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000100006>
- BORBA, Felipe; MEDEIROS, Luiza (2019). O HGPE na democracia brasileira: as eleições de 2014 e 2018 em perspectiva comparada. In: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Brasília. <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13244>
- BORBA, Felipe; DUTT-ROSS, Scott (2021). Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e a formação da opinião pública na eleição presidencial de 2018. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 3, p. 851-877. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273851>
- BORGES, André.; VIDGAL, Robert (2018). Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Revista Opinião Pública*, campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201824153>
- BRASIL. LEI Nº 13.165 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015, [online], 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13165.htm). Acesso: 19 de mai. 2020.
- CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip; MILLER, Warren. STOKES, Donald (1960). *The American Voter*. New York: Wiley.
- CARREIRÃO, Yan (2007). A eleição presidencial brasileira de 2006: uma análise preliminar. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 91-116. DOI: <https://doi.org/10.5007/%2525x>
- CERVI, Emerson; MUSSUCHIN, Michele; TAVARES, Camila (2012). Agenda da mídia, dos políticos e do público na campanha eleitoral de 2010. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.237-261. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.22256>
- CERVI, Emerson (2011). O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 106-136. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000100004>
- CESARINO, Letícia (2021). Populismo digital: roteiro inicial para um conceito, a partir de um estudo de caso da campanha eleitoral de 2018". *Manuscrito*

- em desenvolvimento.* Disponível em: [https://www.academia.edu/38061666/Populismo\\_digital\\_roteiro\\_inicial\\_para\\_um\\_conceito\\_a\\_partir\\_de\\_um\\_estudo\\_de\\_caso\\_da\\_campanha\\_eleitoral\\_de\\_2018](https://www.academia.edu/38061666/Populismo_digital_roteiro_inicial_para_um_conceito_a_partir_de_um_estudo_de_caso_da_campanha_eleitoral_de_2018). Acesso em: 24 de abril de 2021.
- DIAS, Márcia (2013). Nas brumas do HGPE: a imagem partidária nas campanhas presidenciais brasileiras (1989 a 2010). *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 198-219. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000100009>
- FREITAS, Andréa; SILVA, Glauco (2019). Das manifestações de 2013 à eleição de 2018 no Brasil. *Revistas Novos Estudos*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 137-155. DOI: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900010011>
- FELIPE, Felipe Corral de (2018). O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 547-595, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912018243547>
- FREITAS, Felipe Corral de (2019a). Redimensionando o primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT: a eleição de 1998 e a produção de novos sentidos. *Agenda Política*, São Carlos, v. 7, n. 3, p. 166-207. DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2019.3.7>
- FREITAS, Felipe Corral de (2019b). Antagonismo e propaganda eleitoral: os discursos de PSDB e PT na eleição de 2002. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 50, n. 1, p. 475-524. DOI: [https://doi.org/10.36517/rcs.v50i1\\_Mar/Jun.33449](https://doi.org/10.36517/rcs.v50i1_Mar/Jun.33449)
- FREITAS, Felipe Corral de (2020). “Revisitando” algumas teses do passado: a eleição de 2006 e a disputa antagônica entre PT e PSDB. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 32, p. 43-92. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220203202>
- FREITAS, Felipe Corral de (2021). A política como antagonismo: a irreduzibilidade do conflito político. *Caderno CRH (Online)*, Recife, v. 34, p. 1-24. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.34868>
- FREITAS, Felipe Corral de (2024). A crise da democracia liberal e a exclusão do antagonismo da política. *Sociologias (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 27, p. 1-34, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e143279>
- FUKS, Mário; MARQUES, Pedro Henrique (2020). Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 401-430. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912020263401>
- HUNTER, Wendy; POWER, Timothy (2007). Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. *Latin American Politics and Society*, Cambridge, v. 49, n. 1, p. 1-30, jan. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2007.tb00372.x>
- HUTCHINGS, Vicent; HAKEEM, Jefferson (2018). “The sociological and social-psychological approaches”. In: FISCHER, Justin; FIELDHOUSE, Edward;

- FRANKLIN, Mark; GIBSON, Rachel; CANTIJOCHE, Marta; WLEZIEN, Christopher (orgs.). *The routledge handbook of elections, voting behavior and public opinion*. London and New York: Routledge, p. 21-29.
- KUCINSKI, Bernardo (2007). "O antilulismo na campanha de 2006 e suas raízes". In: Lima, Venício (org.). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 133-144.
- LACLAU, Ernesto (2000). *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. 2<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Nueva Visión.
- LACLAU, Ernesto (2011). *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- LACLAU, Ernesto (2013). *A Razão Populista*. São Paulo, Três Estrelas.
- LACLAU, Ernesto (2014). *Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad*. Buenos Aires: Fundo de Cultura Económica.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015). *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq.
- LAZARSFELD, Paul.; BERELSON, Bernard.; GAUDET, Hazel (1968). *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. 3. ed. Columbia: Columbia University Press.
- LEWIS-BECK, Michel; JACOBY, William; NORPOTH, Helmut; WEISBERG, Hebert (2008). *The American Voter revisited*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- LICIO, Elaine.; RENNÓ, Lucio; CASTRO, Henrique (2009). Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-54. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000100002>
- LIMA, Venício (1996). Os mídia e o cenário de representação da política. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 38, p. 239-271. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451996000200012>
- LIPPMANN, Walter (2017). *Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Vozes.
- MARCHART, Oliver (2018). *Thinking Antagonism: political ontology after Laclau*. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd.
- MARTINS, Joice (2019). O protagonismo do público: Bernard Manin e a eleição presidencial de 2018. *Revista Agenda Política*, São Carlos, v. 7, n. 2, p. 31-55. DOI: <https://doi.org/10.31990/agenda.2019.2.2>
- MASSUCHIN, Michele; CAVASSANA, Fernanda; CERVI, Emerson (2021). Political Communication, Television Advertising and Elections in Brazil: a Longitudinal Analysis of Two Major Parties' Use of Free Electoral Advertising Time. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 15, n.3, p. 1-33. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100030003>

- MCCOMBS, Maxwel; SHAW, Donald (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, Oxônia, v. 36, n. 2, p.176-187. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0363-8111\(77\)80008-8](https://doi.org/10.1016/S0363-8111(77)80008-8)
- MENEZES, Amanda; PANKE, Luciana (2020). Propaganda Eleitoral Gratuita: uma análise dos programas televisivos de Fernando Haddad e Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018. *Revista Tríade: comunicação, cultura e mídia*, Sorocaba, v.8, n. 18, p. 198-221. DOI: <https://doi.org/10.22484/2318-5694.2020v8n18p198-221>
- MIGUEL, Luis Felipe (2003). Eleições, opinião pública e mídia: reflexões a partir das eleições brasileiras de 2002. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 41-66. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>
- MIGUEL, Luis Felipe (2004a). “A descoberta da política: a campanha de 2002 na Rede Globo”. In: Rubim, Antônio (org.). *Eleições presidenciais de 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 91-105.
- MIGUEL, Luis Felipe (2004b). Discursos Cruzados: telenoticiário, HGPE e a construção da agenda eleitoral. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 238-258. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222004000100011>
- MIGUEL, Luis Felipe (2004c). Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 91-111. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762004000100004>
- NICOLAU, Jairo (2020). *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.
- OLIVEIRA, Carlos; TURGEON, Mathieu (2015). Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 574-600. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912015213574>
- PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvia; LAMEIRÃO, Adriana (2016). O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912016223638>
- PEREIRA, Frederico (2020). Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 154-179. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912020262154>
- PIAIA, Victor; Alves, Marcelo (2020). Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. *Revista Intercom*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 135-154. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-5844202037>
- PINTO, Celi (2017). A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 100, p. 119-153. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-119153/100>

- POWER, Timothy; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo (2019). Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v.13, n. 1, p. 1-27. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-3821201900010001>
- REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela; FRIZZERA, Luciano (2020). A convergência dos algoritmos: o papel do YouTube nas eleições brasileiras de 2018. *Revista Compolítica*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 35-58. DOI: <https://doi.org/10.21878/compolitica.2020.10.1.333>
- RENNÓ, Lucio (2007). Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 260-282. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000200002>
- RIBEIRO, Edinaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian (2016). Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912016223603>
- RUBIM, Antônio (2000). “Novas Configurações das Eleições no Brasil Contemporâneo”. In: Rubim, Aantônio (org.). *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa/Salvador: Editora da UFPB/ Edições FACOM, p. 9-29.
- SAMUELS, David.; ZUCCO, Cesar (2018). Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil. Cambridge: Cambridge University Press.
- SARGENTINI, Vicente; CHIARI, Geovana (2019). Mentirosos, corruptos e comunistas! As Fake News e o politicamente incorreto. *Revista Discurso e Sociedad*, La Rioja, v. 13, n. 3, p. 449-467. DOI: <https://doi.org/10.14198/dissoc.13.3.6>
- SINGER, André (2009). Raízes sociais e ideologia do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 85, n. 2, p. 83-103. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300004>
- SINGER, André (2021). A reativação da direita no Brasil. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 3, p. 705-729. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>
- ZUCCO, Cesar (2008). The president's 'new' constituency: Lula and the pragmatic vote in Brazil's 2006 presidential election. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 40, n. 1, p. 29-49. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022216X07003628>

# Disputas discursivas sobre raça e sexualidade no Brasil contemporâneo: a retórica política da extrema direita em foco

*Discursive struggles over race and sexuality in contemporary Brazil: the political rhetoric of the far-right in focus*

Guilherme da Silva Pereira<sup>a</sup>  e José Ribamar Alves Mota<sup>b</sup> 

**Resumo** Este artigo analisa as estratégias discursivas do bolsonarismo no Brasil, investigando como narrativas de medo, ressentimento e moralidade são mobilizadas para consolidar hegemonias políticas. O estudo recorre à perspectiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, destacando conceitos como hegemonia, antagonismo e articulação discursiva na análise da construção de significados políticos em contextos de polarização e exclusão social. A pesquisa adota metodologia de revisão bibliográfica e análise documental, combinando fontes acadêmicas, jornalísticas e institucionais. Para entender os elementos que estruturam essas narrativas, foram mobilizados conceitos de racismo estrutural, câmaras de eco digitais, desinformação e agência política da população negra, que permitem analisar como a circulação de conteúdos digitais e a reprodução de estereótipos raciais reforçam antagonismos e a exclusão de grupos historicamente marginalizados. Foram utilizados autores como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Silvio de Almeida e Nego Bispo, além de estudos sobre populismo digital (Kalil, 2018; Cunha, 2021; Cesarino, 2020; Recuero & Gruzd, 2019). Os resultados indicam que o bolsonarismo consolida antagonismos morais, raciais e culturais, amplificados em plataformas digitais segmentadas, impactando a construção de identidades políticas e a disputa por hegemonia no espaço público brasileiro.

**Palavras-chave** Bolsonarismo. Populismo digital. Movimentos sociais. Direitos LGBTQIA+. Teoria do Discurso.

**Abstract** This article analyzes the discursive strategies of Bolsonarism in Brazil, investigating how narratives of fear, resentment, and morality are mobilized to

a Universidade Federal do Pará-UFPA; Doutorando em Educação no PPGED-Programa de Pós-Graduação em Educação no ICED-Instituto de Ciências da Educação/UFPA.

b Colégio Genius; Capanema, Pará; Especialista em Educação Especial e Professor de Língua Portuguesa.

*consolidate political hegemonies. The study draws on the theoretical framework of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, highlighting concepts such as hegemony, antagonism, and discursive articulation in the analysis of political meaning-making within contexts of polarization and social exclusion. The research adopts a bibliographic review and documentary analysis methodology, combining academic, journalistic, and institutional sources. To understand the elements that structure these narratives, the study mobilizes concepts of structural racism, digital echo chambers, misinformation, and the political agency of Black populations, which allow for an analysis of how the circulation of digital content and the reproduction of racial stereotypes reinforce antagonisms and the exclusion of historically marginalized groups. Authors such as Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Silvio de Almeida, and Nego Bispo, as well as studies on digital populism (Kalil, 2018; Cunha, 2021; Cesarino, 2020; Recuero & Gruzd, 2019), were utilized to provide theoretical support that articulates the racial, social, and technological dimensions of the phenomenon. The results indicate that Bolsonarism consolidates moral, racial, and cultural antagonisms, amplified on segmented digital platforms, impacting the construction of political identities and the struggle for hegemony in the Brazilian public sphere.*

**Keywords** Bolsonarism. Digital populism. Social movements. LGBTQIA+ rights. Discourse Theory.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a ascensão da extrema direita no Brasil tem sido analisada como parte de um movimento global, mas com especificidades nacionais que se articulam a questões históricas e sociais locais. Esse fenômeno não se limita a uma disputa eleitoral ou à conquista de cargos públicos; ele se manifesta na produção e circulação de narrativas capazes de moldar percepções, reforçar hierarquias sociais e mobilizar emoções coletivas. Tais narrativas, funcionam como uma ferramenta de pânico moral que mobiliza medos antigos sobre família, sexualidade e autoridade, ao mesmo tempo em que desvia a atenção de questões estruturais de desigualdade. A compreensão desse processo exige, portanto, uma análise atenta sobre como os discursos conservadores se consolidam e operam na manutenção de uma ordem social que se apresenta como “natural” e inquestionável.

Sob essa ótica, a análise do discurso bolsonarista, conforme Marques e Carlos (2025), evidencia que o populismo de extrema direita no Brasil se consolidou a partir de uma estratégia articulatória que promoveu a polarização social e política, estruturando um antagonismo central entre “o povo” e a “elite corrupta”. Nesse contexto, a liderança de Jair Bolsonaro funcionou como ponto nodal que crista-

lizou afetos comuns, orientando diferentes demandas sociais para a construção de um discurso excludente, marcado pela defesa de uma liberdade concebida de forma auto referencial e pela negação de políticas públicas voltadas a minorias. Tal configuração revela que a mobilização populista não se limita à retórica política, mas atua diretamente na conformação de identidades e valores sociais, produzindo efeitos concretos sobre a percepção da democracia, da ordem e da legitimidade das instituições estatais.

Ademais, o discurso bolsonarista combina elementos de liberalismo econômico, militarismo e negacionismo, articulando significantes como meritocracia, livre iniciativa e defesa da propriedade privada à crítica a governos anteriores e à suposta ideologia de esquerda. Marques e Carlos (2025) destacam que essa prática discursiva busca naturalizar a ideia de que a criminalidade, a corrupção e a desordem social derivam exclusivamente da atuação de governos de esquerda, reforçando uma narrativa de proteção do “povo de bem” e de defesa das forças policiais. Esse processo de construção discursiva, ao interpelar o sujeito como parte de uma coletividade ameaçada, evidencia como o populismo de extrema direita não apenas mobiliza símbolos e afetos, mas também produz práticas políticas e sociais que tensionam o pluralismo e redefinem os limites do debate democrático no país.

Nesse contexto, o discurso não pode ser compreendido como um elemento acessório, mas sim como dimensão central na produção de sentidos, na constituição de identidades políticas e na definição de fronteiras entre o que é considerado legítimo e ilegítimo na esfera pública. Como argumentam Laclau e Mouffe (2015), o discurso constitui um campo de disputa no qual diferentes forças tentam fixar significados provisórios e contingentes, estruturando tanto as práticas sociais quanto os modos de conceber a realidade. A análise dessas disputas revela-se, portanto, um terreno privilegiado para compreender as transformações políticas recentes no Brasil.

Entre os diversos eixos de tensão que estruturam tais disputas, os debates sobre raça e sexualidade ocupam lugar estratégico. Tornaram-se, nas últimas décadas, verdadeiros campos de batalha discursivos, nos quais valores, identidades e projetos de sociedade são incessantemente negociados e contestados. A retórica em torno da chamada “ideologia de gênero” e a desqualificação das políticas de ações afirmativas voltadas para populações negras e quilombolas exemplificam como determinados significantes foram mobilizados para alimentar antagonismos, cristalizar fronteiras políticas e consolidar uma gramática conservadora. Assim, a ascensão do bolsonarismo não pode ser explicada sem uma análise acurada das

operações discursivas que sustentaram sua força hegemônica e que continuam a repercutir no debate público nacional.

Nesta esteira, sobre o mito da “ideologia de gênero”, conforme analisado por Luis Felipe Miguel (2021), a retórica que o circunda atua como um dispositivo de mobilização política que, mais do que confrontar a teoria acadêmica sobre gênero, busca criar uma sensação de ameaça moral capaz de unificar e radicalizar segmentos conservadores da população. No contexto brasileiro, essa estratégia articulou-se de maneira sofisticada durante o bolsonarismo, tornando-se um elemento central da retórica da extrema-direita. Miguel (2021) aponta que a construção desse mito não se limita à invenção de um inimigo abstrato, mas se ancora em um pânico moral concreto, que atribui às discussões sobre gênero e diversidade sexual a responsabilidade por uma suposta degradação social.

Tal narrativa transforma políticas públicas de promoção da igualdade em “doutrinação ideológica” e caracteriza os direitos de mulheres e pessoas LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais) como instrumentos de um projeto subversivo de caráter global, conectando-os a teorias conspiratórias de marxismo cultural e “globalismo”. Desse modo, a circulação da noção de “ideologia de gênero” cumpre uma função estratégica: estabelece um inimigo simbólico facilmente reconhecível, consolida identidades conservadoras e legitima políticas de restrição de direitos sob a capa de defesa da família, da tradição e da moralidade.

Além disso, Miguel (2021) evidencia que o mito da “ideologia de gênero” cumpre um papel performativo, indo além da mera manipulação discursiva. Ele molda práticas políticas e sociais, influenciando decisões de governo, formação de ministérios e legislações, ao mesmo tempo em que reforça hierarquias de gênero e naturaliza desigualdades. A eficácia dessa estratégia reside na mobilização afetiva que provoca, ao transformar debates acadêmicos e políticas de inclusão em questões de identidade e sobrevivência moral. Nesse processo, o mito não apenas disfarça interesses políticos e econômicos da nova direita radical, como também legitima comportamentos e discursos que reforçam a violência simbólica e estrutural contra mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outros grupos historicamente marginalizados. Assim, a centralidade do mito no bolsonarismo evidencia a capacidade de narrativas conservadoras de moldar tanto percepções quanto práticas, consolidando uma hegemonia discursiva que permanece influente no debate público contemporâneo (Miguel, 2021).

Buscando investigar tais dinâmicas, este artigo mobiliza a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, cuja proposta possibilita compreender a polí-

tica como um campo de disputas pela hegemonia, no qual identidades coletivas são forjadas por meio de articulações discursivas contingentes. Como afirmam os autores, “*a política deve ser concebida como o campo da articulação discursiva onde se estabelecem fronteiras, se constroem identidades e se disputam significados*” (Laclau; Mouffe, 1985, p. 105). A partir de conceitos como hegemonia, antagonismo e significantes vazios, busca-se problematizar de que modo certas demandas sociais, como a defesa da família tradicional, o combate à “ideologia de gênero” ou a crítica às cotas raciais, foram elevadas ao status de bandeiras universais, construindo uma cadeia de equivalências que opõe o “povo de bem” a um “outro” descrito como ameaça moral, racial e sexual.

Sendo assim, o objetivo central deste estudo é: analisar, a partir da Teoria do Discurso, como o bolsonarismo mobiliza raça e sexualidade como *eixos de antagonismo moral* para produzir fronteiras políticas e consolidar apoio social. Argumenta-se que o populismo de direita no Brasil estrutura sua força discursiva na *ativação de medos, ressentimentos e distinções hierarquizantes*, processando racialidade e gênero como marcadores de diferença política e moral. Ao examinar esses padrões retóricos, o artigo busca evidenciar como tais operações, já *perceptíveis antes da ascensão eleitoral da extrema direita*, sustentam a ofensiva conservadora contemporânea.

Mais do que descrever fenômenos políticos, busca-se oferecer uma reflexão crítica sobre as raízes discursivas da polarização no Brasil e seus impactos sobre a democracia. Parte-se da premissa de que o discurso não constitui apenas um reflexo da realidade social, mas desempenha papel ativo na sua produção, definindo possibilidades de ação e exclusão. Ao tensionar os usos políticos de raça e sexualidade na contemporaneidade, pretende-se contribuir para o debate acerca dos desafios impostos pelo bolsonarismo e, ao mesmo tempo, ressaltar a relevância da análise discursiva como ferramenta teórica e metodológica para a defesa de uma democracia plural, inclusiva e capaz de resistir às investidas autoritárias.

Por fim, este artigo está organizado em quatro seções principais. Na seção 1, são discutidos elementos que anteciparam a consolidação do bolsonarismo, analisando indicadores políticos, sociais e culturais. A seção 2 dedica-se à análise detalhada das estratégias discursivas empregadas para mobilizar medos, ressentimentos e moralidades, com foco na racialização e na normatização das sexualidades. Na seção 3, exploram-se as práticas de resistência e as ações coletivas que buscam ressignificar narrativas e fortalecer valores democráticos. Por fim, a seção 4 apresenta as considerações finais, sintetizando os principais resultados, discutindo

implicações teóricas e políticas, e destacando desafios para o enfrentamento das investidas autoritárias no contexto brasileiro contemporâneo.

## 1 - SINAIS DE ALERTA: INDICADORES DA ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA NO BRASIL

A ascensão da extrema direita no Brasil não pode ser compreendida como um fenômeno abrupto ou isolado. Trata-se de um processo gradual de construção discursiva e mobilização social, cujo desdobramento se manifesta em sinais claros ao longo da última década. Compreender esses indicadores é essencial para analisar como o terreno político foi sistematicamente preparado para a emergência de figuras como Jair Bolsonaro, bem como para a consolidação de um projeto conservador e autoritário que articula moralidade, religiosidade e nacionalismo.

Um dos primeiros marcos desse processo foi a reação ao chamado “kit anti-homofobia” em 2011. Concebido pelo Ministério da Educação como instrumento de combate à homofobia nas escolas, o material rapidamente se tornou alvo de campanhas de desinformação promovidas por setores conservadores e religiosos, que o rotularam como tentativa de difundir a chamada “ideologia de gênero” e corromper a moral das crianças. Esse episódio evidenciou a capacidade de mobilização política desses grupos, que souberam transformar preocupações morais em dispositivos de poder, criando fronteiras simbólicas entre aqueles que seriam considerados defensores da moralidade e aqueles que representariam ameaça à ordem social (Cunha, 2021).

Entre 2014 e 2015, os debates sobre a “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação (PNE) aprofundaram ainda mais a polarização política. A proposta original incluía menções à “igualdade de gênero” e “orientação sexual” entre as prioridades educacionais para a próxima década. No entanto, diante da forte oposição de parlamentares e lideranças religiosas conservadoras, esses termos foram retirados do texto final aprovado. Segundo reportagem da Uol Educação (2015): “O trecho vetado colocava como meta ‘a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual’. O PNE aprovado não faz nenhuma menção às duas últimas questões”.

Tal episódio demonstra o funcionamento do que Laclau e Mouffe (1985) denominam significante vazio, conceito central em sua Teoria do Discurso. O conceito de significante vazio designa expressões ou símbolos cuja indeterminação conceitual permite a articulação de demandas, medos e frustrações diversas em torno de um mesmo ponto de referência discursiva. Tal expressão funciona como um núcleo

articulador justamente por sua ausência de significado fixo, que abre espaço para que distintos grupos sociais se mobilizem em torno do mesmo enunciado político.

Conforme explicam Laclau e Mouffe (2015, p. 115), o êxito hegemônico de uma demanda reside em sua capacidade de se tornar ponto de condensação simbólica: o significante vazio surge como um “invólucro constitutivo” — um termo cuja indefinição garante a sua plasticidade estratégica, e que pode representar coletivamente universos heterogêneos de insatisfação. Essa dimensão política do significante aparece em momentos de crise discursiva, quando a estabilização de sentido se abre ao contencioso, possibilitando a emergência de novos projetos hegemônicos estruturados sobre a fluidez simbólica. A “ideologia de gênero” passou, assim, a funcionar como núcleo articulador de antagonismos, consolidando uma base discursiva capaz de mobilizar amplos setores da sociedade conservadora (Cunha, 2021).

Neste contexto, nota-se que houve um fortalecimento da presença de lideranças evangélicas e católicas conservadoras em espaços estratégicos do Congresso Nacional e em órgãos executivos, criando canais institucionais para a promoção de pautas moralistas. Esses atores exerceram influência decisiva em debates sobre aborto, direitos LGBTQIA+ e educação sexual, evidenciando a intersecção entre fé e política como um vetor de construção de hegemonia conservadora. Segundo Cunha (2021, p. 2), “certos ‘fundamentos’ são escolhidos para persuadir a sociedade, a fim de estabelecer fronteiras e lutar contra ‘inimigos’, o que frequentemente resulta em um movimento polarizador e separatista, que nega o diálogo e estabelece um pensamento único”.

A partir dessa base, a retórica da extrema direita se expandiu por meio de estratégias digitais e populistas, configurando um ecossistema de comunicação altamente segmentado. Cesarino (2020) descreve o populismo digital como um aparato midiático e discursivo que mobiliza seguidores através de redes sociais, consolidando fronteiras amigo-inimigo, equivalência líder-povo e amplificação de ameaças percebidas. No Brasil, o WhatsApp e outras redes digitais funcionaram como pontas capilares dessa rede, permitindo o compartilhamento massivo de conteúdos, memes e fake news que reforçavam a narrativa conservadora e ampliavam o alcance de discursos moralistas e raciais. Delmazo e Valente (2018) observam que a política, nesse contexto, tornou-se terreno fértil para desinformação, na medida em que o ambiente digital facilita a circulação de conteúdos falsos ou manipulados, potencializando polarizações.

Os dados etnográficos sobre os eleitores de Bolsonaro corroboram essa análise, revelando a diversidade de perfis que se alinharam à figura do “cidadão de bem”,

incorporando valores difusos de moralidade, família e nacionalismo (Kalil, 2018). Essa multiplicidade evidencia que a ascensão da extrema direita não se deu apenas por coerção ideológica, mas por uma estratégia discursiva de segmentação e adaptação de mensagens, capaz de atingir diferentes públicos e consolidar identidades coletivas em torno de antagonismos morais e raciais.

É relevante ressaltar que o bolsonarismo deve ser compreendido como parte de um movimento mais amplo de ascensão da extrema direita no mundo. Esse movimento tem se caracterizado pela mobilização de ressentimentos econômicos e culturais, pela defesa de uma moralidade tradicional e pela construção de antagonismos morais e raciais como elementos centrais de sua estratégia discursiva. No Brasil, tais dinâmicas foram apropriadas e ressignificadas, encontrando expressão em ataques a minorias, no reforço do nacionalismo conservador e na deslegitimação de instituições consideradas contrárias ao projeto político bolsonarista (Natalino, Baracho & Fahel, 2024; CartaCapital, 2020).

No Brasil, o bolsonarismo desenvolveu estratégias próprias que articulam discursos de demonização de grupos minoritários, críticas a políticas de diversidade e a instrumentalização da religião como recurso de legitimação política. A consolidação de lideranças religiosas conservadoras, a exploração de ressentimentos sociais e o uso intensivo das redes digitais para difundir mensagens simplificadas e polarizadoras contribuem para reforçar antagonismos e consolidar uma identidade política coesa entre os apoiadores (Millikan, 2018; Pires, 2020).

Os sinais de alerta que antecederam a emergência da extrema direita no Brasil não podem ser compreendidos como meros acidentes históricos. Ao contrário, eles representam articulações discursivas contínuas que empregam significantes vazios — conceitos politicamente carregados, mas semanticamente indeterminados, capazes de agregar demandas sociais diversas em torno de um mesmo núcleo simbólico — e mobilizações populistas que moldam percepções e orientam comportamentos coletivos. A disputa por significados torna-se, assim, um instrumento estratégico para a consolidação de hegemonias políticas (Laclau & Mouffe, 1985; Cunha, 2021).

O bolsonarismo e o *trumpismo* revelam afinidades no modo como movimentos populistas de direita mobilizam medos sociais e ressentimentos históricos, estruturando antagonismos entre grupos considerados “legítimos” e “ilegítimos” e promovendo a moralidade tradicional como base de legitimação política. A análise desse fenômeno demanda articular teoria do discurso e sociologia política, de modo a compreender os mecanismos que favorecem a ascensão de projetos

autoritários em sociedades democráticas contemporâneas (CartaCapital, 2020; Millikan, 2018; Pires, 2020).

## 2 - O DISCURSO BOLSONARISTA SOBRE RAÇA E SEXUALIDADE

O discurso bolsonarista, que emergiu de forma significativa a partir das eleições de 2018, caracteriza-se por uma retórica altamente polarizadora, centrada na construção de antagonismos entre um suposto “povo de bem” e aqueles concebidos como ameaças à ordem moral, social e política. Essa narrativa se concentra em temas relacionados à raça, à sexualidade e à moralidade, configurando-se como uma ferramenta estratégica para mobilizar afetos, consolidar uma base de apoio conservadora e deslegitimar adversários e movimentos sociais que questionam o status quo (Laclau & Mouffe, 1985; Cunha, 2021).

Ao mesmo tempo, o discurso articula-se com a ideia do povo como ponto nodal, construindo-o como uma totalidade homogênea, invisibilizando diferenças culturais, raciais e de gênero. Nesse sentido, Bolsonaro é apresentado como o “verdadeiro representante do povo”, legitimado pela vontade soberana da população e responsável por devolver o país aos seus “verdadeiros donos” (Marques e Carlos, 2025). A centralidade do povo no discurso não apenas reforça a narrativa de mudança em relação aos governos anteriores, considerados corruptos ou distantes dos anseios populares, mas também cria uma esfera simbólica de lealdade e agradecimento, onde a voz do presidente é a encarnação dos desejos coletivos da nação.

Essa construção discursiva do povo como uma totalidade homogênea legitima a invisibilização das desigualdades históricas e estruturais no Brasil. Sob o lema de um “[...] Brasil com todas as cores: verde, amarelo, azul e branco” (Bolsonaro, 2018), o governo se apresenta como neutro em relação às políticas afirmativas, priorizando uma identidade nacional baseada na miscigenação e no “equilíbrio harmonioso de antagonismos”, em que as diferenças são subsumidas em uma narrativa de unidade e tolerância (Marques e Carlos, 2025). Essa concepção de povo permite ao discurso bolsonarista contornar demandas por reconhecimento e redistribuição, colocando-se acima das pautas históricas do campo progressista. Ao redefinir o povo como totalidade, o governo desvia o foco das desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero, consolidando um imaginário político no qual a legitimidade se funda na homogeneização cultural e na centralidade da figura presidencial, que encarna e orienta os desejos coletivos da nação.

No que tange à raça, o discurso bolsonarista evidencia uma operação de racialização do debate público, na qual minorias históricas, especialmente quilombolas, indígenas e a população negra urbana, são apresentadas como grupos privilegiados

ou como obstáculos ao mérito individual e à “ordem natural” da sociedade. A declaração de Bolsonaro sobre quilombolas, que “não servem nem para procriar”, é emblemática desse movimento de desumanização, funcionando como dispositivo de exclusão simbólica e reforçando hierarquias raciais construídas historicamente no Brasil (Carlos et al., 2025). Essa narrativa encontra eco nas análises do pensamento negro brasileiro, que evidencia a persistência de estruturas de poder racistas e a necessidade de reconhecimento da agência negra na construção de cidadania.

Conceitos articulados por Abdias do Nascimento (1980) e Lélia Gonzalez (1992) sobre racismo estrutural e invisibilização histórica da população negra permitem compreender como tais declarações não são incidentais, mas refletem a reprodução de padrões de exclusão e controle racial historicamente sedimentados. Segundo Lélia Gonzalez (1992), a negação da experiência negra e a criminalização de suas demandas sociais constituem uma estratégia de manutenção de hegemonia simbólica e política.

O filósofo e jurista Silvio Almeida, em sua obra *O que é racismo estrutural?* (2018), amplia essa compreensão ao afirmar que o racismo não é uma patologia social, mas uma estrutura que organiza as relações sociais, políticas e econômicas de forma desigual. Ele argumenta que o Estado moderno pode ser concebido como um “Estado racista”, que surge como uma “relação material de força”, de exercício de poder e mantenedor da ordem que sustenta relações de opressão e de exploração sexuais e raciais que se manifestam no modo de produção e na organização social (Almeida, 2019). Essa perspectiva permite entender como o discurso bolsonarista se insere em uma lógica de manutenção de privilégios e exclusão, utilizando-se de narrativas que reforçam a desigualdade racial como algo natural e imutável.

Além disso, o conceito de “democracia racial” no Brasil, frequentemente utilizado para mascarar as desigualdades raciais, é desafiado por esses pensadores. Abdias do Nascimento, em *O genocídio do negro brasileiro* (1978), critica a ideologia da democracia racial, apontando-a como uma construção que oculta a violência estrutural contra a população negra. Ele propõe o “quilombismo” como uma alternativa de resistência e afirmação da identidade negra, baseada na valorização da cultura afro-brasileira e na luta por justiça social (Nascimento, 1978).

Nesse contexto, a questão racial no discurso bolsonarista é frequentemente apropriada de forma seletiva, apagando as desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira e incorporando uma narrativa de miscigenação que homogeniza a população. Ao construir o povo como uma totalidade neutra, o governo ignora as especificidades das experiências raciais, colocando negros, indígenas e outros grupos historicamente marginalizados em uma posição de

invisibilidade política e social (Marques e Carlos, 2025). Essa estratégia reforça mecanismos de racialização que naturalizam a exclusão, uma vez que as políticas públicas e o debate social passam a ser interpretados como destinados a um povo homogêneo, sem reconhecer a historicidade das opressões.

Assim, a perspectiva de Gonzalez (1992) sobre a interseção entre raça, gênero e classe evidencia que o apagamento das diferenças raciais no discurso oficial não é neutro: ao naturalizar a homogeneidade do povo brasileiro, tal discurso legitima a manutenção de privilégios e reforça a narrativa de um Brasil “unificado”, ao mesmo tempo em que deslegitima as demandas por visibilidade, reconhecimento e justiça social de grupos negros. Nesse sentido, a autora ressalta que as mulheres negras enfrentam uma dupla marginalização, sendo invisibilizadas tanto nas agendas do movimento feminista quanto nas lutas antirracistas, o que evidencia a necessidade de uma abordagem que contemple as especificidades da experiência negra feminina, reconhecendo sua agência e centralidade na disputa por direitos e representação (Gonzalez, 1992).

Assim como no contexto da raça, a dimensão da sexualidade no discurso bolsonarista é igualmente estratégica e estruturante. A expressão “ideologia de gênero” funciona como um significante vazio (Laclau & Mouffe, 1985), capaz de aglutinar diferentes medos e frustrações sociais em torno de uma ameaça moral abstrata. Diniz Junqueira (2019) argumenta que a “ideologia de gênero” não possui existência empírica como teoria ou prática sistematizada, mas é mobilizada discursivamente para representar uma ameaça à família, à moral e à educação. Nesse sentido, ataques dirigidos contra movimentos LGBTQIA+ ou políticas de educação sexual são instrumentalizados para consolidar uma agenda moral conservadora, ao mesmo tempo em que ampliam a polarização política e simbólica no país.

O discurso bolsonarista não se limita a falas públicas; ele se articula institucionalmente através de planos de governo, propostas legislativas e alterações em políticas públicas. O desmonte de políticas de igualdade racial, de proteção a mulheres e de direitos LGBTQIA+ durante o governo Bolsonaro demonstra a tradução dessas narrativas em ações concretas que impactam diretamente a vida de grupos historicamente marginalizados (Carlos et al., 2025). Este processo se dá de forma progressiva e estratégica, ora utilizando instrumentos de visibilidade reduzida, como omissões e mudanças de arena, ora através de ações explícitas de desmonte ativo (Carlos et al., 2025, p. 248).

No campo da igualdade racial, destaca-se a extinção do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e a redução drástica de investimentos em políticas voltadas para quilombolas e comunidades negras urbanas. Em 2021,

o orçamento destinado à promoção da igualdade racial foi reduzido em 75% em relação a 2014, passando de R\$ 185 milhões para R\$ 46 milhões, conforme dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc, 2023).

Para as mulheres, o desmonte se evidenciou na reestruturação da Secretaria de Políticas para Mulheres, que perdeu autonomia e recursos. Em 2022, o orçamento destinado a políticas de enfrentamento à violência contra a mulher foi reduzido para apenas R\$ 13 milhões, representando uma queda de mais de 90% em relação aos anos anteriores. Além disso, a central de atendimento Ligue 180 passou a concentrar a maior parte dos recursos, deixando de lado outras ações essenciais, como programas de autonomia econômica e educação para mulheres.

No que tange aos direitos da população LGBTQIA+, o governo Bolsonaro promoveu a desinstitucionalização de políticas públicas, como a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT) e a redução de investimentos em campanhas de prevenção ao HIV/AIDS. Em 2022, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos destinou apenas R\$ 500 mil para políticas voltadas à população LGBTQIA+, valor inferior ao de uma única emenda parlamentar, evidenciando o descompromisso com a causa. Esses exemplos ilustram como o discurso bolsonarista se materializou em ações que fragilizaram e desmantelaram políticas públicas essenciais para a promoção da igualdade e dos direitos humanos no Brasil.

A eficácia desse discurso também está relacionada à capacidade de mobilização emocional. O bolsonarismo articula afetos de medo, ressentimento e moralidade, criando uma experiência política afetiva que reforça a coesão interna do grupo e legitima medidas que, sob outros contextos, seriam contestadas (Cesarino, 2020). A circulação dessas narrativas em ecossistemas digitais segmentados, como WhatsApp, Twitter e Facebook, intensifica a polarização e a homofilia ideológica. Esse processo se materializa na formação das chamadas “câmaras de eco”, ambientes comunicacionais em que os indivíduos são expostos majoritariamente a conteúdos que confirmam suas crenças e valores já existentes, reduzindo a diversidade de perspectivas e ampliando a radicalização. Nessas câmaras, opiniões divergentes são minimizadas ou deslegitimadas, ao passo que as visões alinhadas ao grupo são constantemente reforçadas, o que favorece a consolidação de atitudes preconceituosas e excluidentes (Delmazo & Valente, 2018; Recuero & Gruzd, 2019).

A interseção entre raça e sexualidade no discurso bolsonarista evidencia, ainda, um processo de intersecção de opressões, no qual os antagonismos morais são racializados e sexualizados simultaneamente. Movimentos negros e LGBTQIA+ são representados como ameaças duplas: por um lado, contestam a supremacia

racial branca historicamente estruturada no país; por outro, questionam a heteronormatividade e a moral cristã que fundamentam o projeto conservador. Essa articulação é sintomática de um projeto hegemônico que utiliza significantes vazios como “ideologia de gênero” ou “marxismo cultural” para unificar diversas frustrações e direcionar ressentimentos contra inimigos construídos discursivamente (Laclau & Mouffe, 1985; Diniz Junqueira, 2019; Cunha, 2021).

Cabe destacar, que no contexto brasileiro, o bolsonarismo apropria-se dessas dinâmicas globais, mas lhes confere um sentido próprio ao articular raça e sexualidade como eixos centrais de sua retórica. A criação de inimigos internos (como mulheres feministas, populações negras, quilombolas e sujeitos LGBTQIA+) opera como estratégia de legitimação de uma ordem social excludente, sustentada por valores conservadores e por um nacionalismo seletivo. Essa configuração não apenas atualiza práticas históricas de desigualdade e repressão, mas também intensifica o uso político do discurso para naturalizar hierarquias sociais e fragilizar agendas democráticas (Kalil, 2018; Cunha, 2021).

O discurso bolsonarista sobre raça e sexualidade é uma ferramenta central de disputa hegemônica, combinando mobilização afetiva, construção de antagonismos e manipulação de significantes vazios para consolidar um projeto político conservador e autoritário. A análise dessa dinâmica é crucial para compreender não apenas a ascensão da extrema direita no Brasil, mas também os desafios estruturais que ela impõe à democracia, à igualdade racial e à diversidade sexual no país.

### **3 - CONTRA-DISCURSOS E DISPUTAS PELA HEGEMONIA DEMOCRÁTICA**

A ascensão da extrema direita e a tentativa de redefinir os significados de raça e sexualidade no Brasil não se dão sem contestação. Pelo contrário, o cenário político contemporâneo configura-se como um campo de intensa disputa discursiva, no qual movimentos negros e LGBTQIA+ emergem como protagonistas na produção de sentidos alternativos, na defesa de direitos e na construção de narrativas democráticas inclusivas. Segundo Laclau e Mouffe (1985), a hegemonia não é um dado fixo, mas um processo contínuo de construção e disputa; assim, os contra-discurso exercem papel central na reorganização de significantes e na mobilização de novos sujeitos políticos.

Os movimentos negros, historicamente marginalizados e invisibilizados no debate público, têm articulado estratégias que vão desde a produção acadêmica até ações políticas e culturais. A teorização de Abdias do Nascimento (1980) sobre a cidadania negra e o quilombismo, entendido como projeto político e cultural de

resistência, em que o quilombo não é apenas um resquício histórico, mas uma metáfora e prática viva de construção coletiva, solidariedade e luta pela liberdade, permite compreender essas práticas como resistência à racialização imposta pelo discurso conservador. A afirmação quilombista, nesse sentido, rompe com a lógica assimilação e reivindica um horizonte de autonomia política, cultural e epistemática da população negra, ajudando a romper com a colonialidade.

Em diálogo com essa perspectiva, Nêgo Bispo (2019) propõe a contra-colonialidade como movimento que não apenas se opõe ao colonialismo, mas que constrói alternativas próprias, enraizadas nos saberes tradicionais e nas formas de organização das comunidades quilombolas e campesinas. Assim, a criação de espaços de memória, o fortalecimento de organizações quilombolas urbanas e rurais, a mobilização por políticas de ação afirmativa e a produção de epistemologias insurgentes constituem formas concretas de contra-discurso, que não apenas reagem à exclusão, mas afirmam a agência política da população negra como protagonista na redefinição dos rumos da democracia brasileira.

As campanhas educativas, os projetos de lei voltados à proteção de pessoas LGBTQIA+ e as ações judiciais em defesa de direitos negados configuram manifestações concretas dessa resistência institucional. Um exemplo emblemático foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e no Mandado de Injunção (MI) 4733, em 2019, quando a Corte equiparou a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, reconhecendo a omissão legislativa e garantindo proteção jurídica imediata às pessoas LGBTQIA+ (BRASIL, 2019). No campo legislativo, destaca-se a tramitação do Projeto de Lei nº 7582/2014, conhecido como “Lei João Nery”, que propunha estabelecer o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, sendo resultado da mobilização de organizações da sociedade civil e de juristas comprometidos com a causa (BRASIL, 2014).

Já no âmbito educativo, a campanha “Escola Sem Homofobia” representou uma das principais tentativas de inserção da pauta LGBTQIA+ no espaço escolar, buscando promover direitos e combater a violência. Entretanto, sua circulação foi fortemente marcada pela censura política e pela resistência de setores conservadores, o que contribuiu para a construção de um pânico moral em torno da proposta (Cunha, 2023). Esses exemplos evidenciam que a resistência institucional vai além do plano simbólico e se concretiza em disputas jurídicas, legislativas e pedagógicas, que buscam ampliar os limites da cidadania e combater os dispositivos de exclusão.

As redes sociais digitais representam outro terreno central para a disputa de significados. Estudos sobre populismo digital no Brasil demonstram que plataformas como WhatsApp, Twitter e Facebook funcionam como ecossistemas

discursivos segmentados, nos quais *fake news* e conteúdos polarizadores circulam de forma acelerada, muitas vezes criando câmaras de eco ideológicas (Cesarino, 2020; Recuero & Gruzd, 2019). O conceito de *fake news*, embora amplamente difundido, não se restringe apenas à ideia de “notícias falsas”. Ele se refere à produção e circulação estratégica de conteúdos que simulam formatos jornalísticos, mas que possuem a intenção deliberada de enganar, manipular percepções ou mobilizar afetos políticos (Wardle & Derakhshan, 2017). Essa prática combina desinformação, meias verdades e narrativas conspiratórias, adquirindo grande força em contextos de polarização, como o brasileiro.

Nesse cenário, os movimentos sociais têm buscado estratégias de contra-discurso, utilizando a mesma velocidade e capilaridade das redes para difundir informações corretas, desmentir *fake news* e mobilizar simpatizantes em torno de pautas de diversidade e justiça social. Ao tensionar o espaço digital, tais atores não apenas contestam o discurso conservador, mas também participam da construção de novas hegemonias, capazes de articular coletivos e indivíduos em torno de valores democráticos. Assim, o enfrentamento às *fake news* não se limita à correção de informações, mas envolve a disputa pelo próprio sentido da esfera pública digital e pela legitimidade das vozes que nela circulam.

A produção cultural e artística emerge como outro vetor importante de resistência. Expressões culturais, literatura, música, cinema e artes visuais têm servido como instrumentos de afirmação identitária e contestação simbólica. Artistas negros e LGBTQIA+ utilizam suas obras para problematizar estereótipos, denunciar preconceitos e criar narrativas alternativas que desafiam a naturalização da supremacia branca e da heteronormatividade. Esses discursos culturais funcionam como contrapontos à narrativa da extrema direita, promovendo visibilidade e reconhecimento de grupos historicamente marginalizados, ao mesmo tempo em que articulam afetos de pertencimento e solidariedade (Carlos et.al., 2025).

No âmbito legislativo, a busca por maior representatividade de grupos historicamente marginalizados tem se intensificado. Em 2022, a Emenda Constitucional 111 introduziu uma medida significativa: os votos dados a candidaturas de mulheres e pessoas negras para a Câmara dos Deputados passaram a ser contados em dobro na definição das cotas dos fundos partidário e eleitoral. Essa janela de oportunidade, válida até 2030, visou incentivar os partidos a apresentarem mais candidaturas desses grupos, refletindo um esforço para corrigir desigualdades históricas na representação política. Como resultado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou 4.886 candidatos negros, representando 47% das candidaturas a deputado federal, um aumento em relação aos 3.586 candidatos pretos e pardos

(42%) em 2018 (Senado Federal, 2025). Essa mudança indica um movimento em direção à maior inclusão e visibilidade política para a população negra no país.

Nesta direção, a Coalizão Negra por Direitos lançou a campanha “Quilombo nos Parlamentos”, apoiando 36 candidatos negros ao Congresso Nacional e 84 a assembleias legislativas. Essa iniciativa destaca a importância de eleger representantes que estejam alinhados com a pauta antirracista, buscando não apenas aumentar o número de negros no parlamento, mas também garantir que suas agendas e propostas reflitam as necessidades e demandas da população negra. Embora esses avanços sejam significativos, os desafios persistem. A representatividade negra ainda enfrenta obstáculos estruturais, como o subfinanciamento de campanhas e a resistência institucional. No entanto, a atuação desses parlamentares evidencia uma disputa direta de hegemonia no espaço institucional, onde a construção de sentidos democráticos é um processo coletivo e estratégico, que combina mobilização popular, articulação política e produção discursiva (Kalil, 2018).

Além disso, manifestações de rua e movimentos sociais de base desempenham papel fundamental na amplificação de contra-discursos. Marchas do Orgulho LGBTQIA+, ocupações urbanas promovidas por coletivos quilombolas e indígenas, protestos culturais nas periferias e ações coletivas em centros urbanos atuam como espaços de visibilidade e de contestação simbólica. Por exemplo, as Marchas do Orgulho LGBTQIA+ em São Paulo e Rio de Janeiro têm servido para reivindicar direitos civis e combater a criminalização de identidades não-hegemônicas, enquanto ocupações de territórios por comunidades quilombolas e indígenas denunciam a invisibilização histórica e o desrespeito a seus direitos territoriais.

Nesse cenário, contra-discursos que possuem trajetórias históricas próprias de resistência, especialmente entre movimentos negros, feministas e LGBTQIA+, ganham novos contornos e visibilidade diante do projeto bolsonarista de homogeneização identitária e restrição de direitos. Não se trata de respostas que surgem apenas nesse período, mas de práticas políticas que se intensificam frente ao avanço de pautas autoritárias. A lógica da construção do “povo” bolsonarista, ancorada na defesa de uma moralidade cristã e heteronormativa, reforça uma fronteira que legitima a cidadania plena apenas a quem se enquadra no modelo da “família tradicional” (Luz, 2022).

Como destacam Tomas e Luz (2023), a formulação discursiva do “ou as minorias se adequam ou desaparecem” explicita de forma brutal a tentativa de exclusão sistemática de identidades dissidentes, apresentando-as como ameaças à unidade nacional. Em contraposição a essa estratégia excludente, um amplo campo de

mobilização social, composto por movimentos negros, feministas, LGBTQIA+ e demais setores progressistas, articula narrativas democráticas que tensionam essas fronteiras, afirmando que a cidadania não pode ser condicionada por critérios morais ou religiosos. Trata-se, portanto, de uma disputa pela hegemonia discursiva em que o reconhecimento da pluralidade de modos de existência atua como resistência frente a um projeto político que pretende restringir o campo democrático.

Tais disputas articuladas a esses atos públicos, não apenas permitem que os significantes utilizados pela extrema direita sejam ressignificados, mas também reforçam a conexão entre discurso e prática política, evidenciando a dimensão performativa da política. A participação ativa da população nas ruas e nos espaços culturais demonstra a capacidade dos movimentos sociais de influenciar agendas nacionais, mobilizar coletivos e indivíduos, e articular estratégias de resistência que contestam a narrativa conservadora e defendem direitos sociais, raciais e de gênero (Nascimento, 1980; Gonzalez, 1992; Cunha, 2023).

Outro elemento relevante é a articulação internacional desses contra-discursos. Se por um lado o bolsonarismo e o trumpismo compartilham estratégias discursivas (como a mobilização do ressentimento, a construção de antagonismos morais e a defesa de valores conservadores), por outro, os movimentos sociais brasileiros dialogam com experiências globais de resistência à ascensão da extrema direita. Organizações e coletivos LGBTQIA+, feministas, antirracistas e ambientalistas no Brasil têm se inspirado em práticas de mobilização digital e estratégias de pressão política observadas em outros contextos, como os movimentos *Black Lives Matter* nos Estados Unidos, as marchas feministas na Argentina e as ações de combate à desinformação política em países europeus (Cunha, 2021; Ricard & Medeiros, 2020).

Essa perspectiva evidencia que a disputa discursiva por democracia, igualdade racial, justiça de gênero e direitos LGBTQIA+ ultrapassa o espaço nacional, articulando-se com redes transnacionais de troca de experiências e solidariedade. A apropriação de estratégias observadas em movimentos internacionais permite que coletivos brasileiros desenvolvam práticas políticas híbridas, articulando mobilização de rua, ocupações culturais e ações no ambiente digital com *práticas institucionalizadas*, como: participação em conselhos, incidência legislativa, produção de denúncias formais e atuação em políticas públicas, ampliando sua capacidade de difundir informação, disputar narrativas e enfrentar violações de direitos. Essa articulação fortalece a capacidade de contestação simbólica e política frente às narrativas conservadoras, demonstrando que a resistência à extrema

direita se dá simultaneamente em níveis local e global (Kalil, 2018; Cunha, 2021; Ricard & Medeiros, 2020).

Nessa direção, os contra-discursos no Brasil contemporâneo são manifestações de resistência complexas e multifacetadas, articulando institucionalidade, mobilização social, produção cultural e ativismo digital. Eles não apenas contestam as narrativas da extrema direita, mas também buscam construir uma nova hegemonia democrática, na qual diversidade, inclusão e pluralidade sejam valores centrais. O estudo dessas práticas revela que, mesmo diante de contextos adversos, a política discursiva continua sendo um campo dinâmico de criação e disputa de sentidos, essencial para a consolidação de uma democracia mais justa e equitativa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O cenário político brasileiro contemporâneo, marcado pela ascensão da extrema direita desde as tensões sociopolíticas desencadeadas após os protestos de 2013, que se configurou numa onda de vários protestos que inicialmente reivindicavam melhorias nos serviços públicos, mas rapidamente foram capturados por pautas antipolítica e antipartidárias, evidencia a centralidade das disputas discursivas sobre raça e sexualidade na consolidação de projetos hegemônicos. O bolsonarismo exemplifica como significantes vazios e antagonismos podem ser mobilizados para construir uma narrativa política capaz de galvanizar segmentos da sociedade, legitimando retrocessos e consolidando pautas conservadoras. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1985) demonstra que a hegemonia é resultado de um processo contínuo de articulação e disputa, no qual a linguagem não apenas reflete, mas também molda a realidade política e social.

A análise dos “sinais de alerta”, como a reação ao “kit anti-homofobia” e os debates sobre a “ideologia de gênero” no PNE, mostrou que movimentos conservadores souberam identificar e instrumentalizar medos sociais e valores morais tradicionais para mobilizar apoio. Essas campanhas, articuladas por discursos públicos e parlamentares, demonstram como narrativas moralistas e a deslegitimização de pautas progressistas criam terreno fértil para a ascensão de líderes autoritários, sendo necessário compreender esses processos para fortalecer contra-discursos e resistências democráticas (Cunha, 2021; Cesarino, 2020; Delmazo & Valente, 2018).

O discurso bolsonarista sobre raça e sexualidade, fundamentado em ataques a quilombolas, indígenas, mulheres, LGBTQIA+ e instituições educacionais, evidencia a construção de antagonismos centrais entre um suposto “povo de bem” e grupos minoritários ou ideias progressistas. Essa estratégia não se limita

à retórica, sendo traduzida em políticas públicas, projetos de lei e ações institucionais que buscam desmantelar direitos conquistados. A centralidade da “ideologia de gênero” como significante vazio, conforme apontado por Junqueira (2019), demonstra a eficácia da narrativa conservadora em concentrar diferentes medos e ressentimentos em um inimigo abstrato, legitimando retrocessos em direitos sociais e civis (Carlos et al., 2025).

Contudo, a ascensão da extrema direita não ocorre sem resistência. Movimentos negros e LGBTQIA+ têm se articulado em múltiplas frentes, desde a atuação parlamentar, passando por mobilizações sociais e culturais, até estratégias digitais de contra-discurso. A produção de narrativas afirmativas, a eleição de representantes desses grupos e a utilização das redes sociais como instrumentos de mobilização e desmentido de desinformação demonstram a capacidade de contestar a hegemonia conservadora e promover alternativas inclusivas (Recuero & Gruzd, 2019; Ricard & Medeiros, 2020; Kalil, 2018). A articulação entre resistência institucional, mobilização popular e produção cultural cria um campo de disputa contínuo, reforçando que a hegemonia democrática exige ação permanente e estratégica.

O populismo de direita no Brasil utiliza estratégias discursivas centradas em antagonismos morais, raciais e de gênero para consolidar apoio político, mobilizando medos e ressentimentos sociais. Essa dimensão transnacional do fenômeno evidencia a importância de análises interdisciplinares, capazes de identificar padrões de manipulação discursiva e subsidiar políticas e estratégias voltadas à defesa da democracia (Cunha, 2021; Kalil, 2018).

Por fim, a análise discursiva se apresenta como ferramenta essencial para desvendar as interações complexas entre poder, identidade e linguagem, sobretudo em contextos de polarização política. A emergência da extrema direita no Brasil, articulada por meio de narrativas que naturalizam desigualdades raciais, de gênero e de sexualidade, revela não apenas a construção de antagonismos morais e culturais, mas também os mecanismos de exclusão e marginalização de grupos historicamente oprimidos. Ao mesmo tempo, as respostas e contra-disursos promovidos por movimentos sociais, coletivos negros e LGBTQIA+ demonstram que a disputa pela hegemonia democrática é dinâmica e contínua. Compreender esses mecanismos discursivos torna-se, portanto, fundamental não apenas para diagnosticar e contestar ameaças às liberdades e direitos, mas também para fortalecer práticas democráticas inclusivas, promover a pluralidade de identidades e saberes, e sustentar a construção de um futuro político pautado pela equidade, reconhecimento e justiça social.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANDES. *Ministério dos Direitos Humanos não gastou um real com políticas LGBTQIAP+ em 2022*. ANDES Sindicato Nacional, 2022. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ministerio-dos-direitos-humanos-nao-gastou-um-real-com-politicas-lGBTQIAP-em-20221>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)
- BISPO, Antônio. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCT/UnB, 2015.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26/DF. Rel. Min. Celso de Mello. Julgado em 13 jun. 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br>. (Acesso em: 25 ago. 2025.)
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 7582/2014. Dispõe sobre o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. (Acesso em: 25 ago. 2025.)
- CARTA CAPITAL. A cronologia dos laços entre o trumpismo e o bolsonarismo. *CartaCapital*, 10 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-cronologia-dos-lacos-entre-o-trumpismo-e-o-bolsonarismo/>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)
- CASARÕES, Guilherme. *O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira*. Journal of Democracy, 2022. Disponível em: <https://www.cech.ufscar.br/pt-br/news/imagens/artigo-casaroes-americanizacao-journal-of-democracy-1.pdf>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)
- CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. 2020.
- CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos. *Revista de Antropologia*, v. 63, n. 1, p. 1-20, 2020.
- CUNHA, Eduardo. *Trump toca a trombeta*. Poder360, ago. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/trump-troca-a-trombeta/>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)
- CUNHA, Magali Nascimento. “Pelo governo de Deus”: a inserção de novos movimentos fundamentalistas estadunidenses na arena política do Brasil durante o governo Trump. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, v. 23, p. 1-37, 2021.
- CUNHA, Bárbara de Sá Naves. *A campanha contra o Projeto Escola Sem Homofobia como pânico moral concreto*. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Governo) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/638786f8-3fbo-4646-a243-1a42cccc04554>. (Acesso em: 25 ago. 2025.)
- DELMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Galáxia*, v. 41, p. 31-47, 2018.
- DINIZ JUNQUEIRA, L. A. A invenção da ideologia de gênero. 2019.

INESC. *Desmonte das políticas públicas levou a aumento da violência contra mulheres, afirmam debatedoras*. Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/982443-desmonte-das-politicas-publicas-levou-a-aumento-da-violencia-contra-mulheres-afirmam-debatedoras/>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). “A influência de Laclau e Mouffe no Podemos: hegemonia sem revolução”. *IHU On-Line*, 2015. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/169-noticias/noticias-2015/545696-a-influencia-de-laclau-e-mouffe-no-podemos-hegemonia-sem-revolucao>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS (IHU). “Laclau e o significante vazio”. *IHU On-Line*, 2015. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/169-noticias/noticias-2015/540245-o-podemos-entre-hegemonia-e-multidao-laclau-ou-negri>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)

KALIL, Isabela. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

KALIL, Isabela. *Resposta do Brasil ao 8/1 é exemplo que incomoda Trump*. UOL Notícias, 28 jul. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/07/28/kalil-resposta-do-brasil-ao-81-e-exemplo-democratico-que-incomoda-trump.htm>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso, 1985. Tradução disponível como *Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma Política Democrática Radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

MARQUES, Marcelo de Souza; CARLOS, Euzeneia. O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 27, 2025, e140512. Dossiê Teoria do Discurso em Debate: Democracia e Populismo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/Rdd3xgrqpCF9Cr5QrLNPT8R/?lang=pt>. (Acesso em: 25 set. 2025.)

CARLOS, Euzeneia; PEREIRA, Matheus Mazzilli; RODRIGUES, Cristiano. Desmonte de políticas públicas no governo Bolsonaro: políticas para mulheres, de igualdade racial e para LGBTQIA+ em perspectiva comparada. *Lua Nova*, São Paulo, n. 124, 2025, e124044ec. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-044ec/124>. (Acesso em: 25 set. 2025.)

MIGUEL, Luis Felipe. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, n. 62, e216216, 2021. ISSN 1809-4449. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202100620016>. (Acesso em: 25 set. 2025.)

- MILLIKAN, Brent. Trumpismo e bolsonarismo: semelhanças alarmantes. *El País Brasil*, 28 out. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/opinion/1540741974\\_135426.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/opinion/1540741974_135426.html). (Acesso em: 24 ago. 2025.)
- NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NATALINO, Carlos Enrique; BARACHO, Fernando Luís; FAHEL, Murilo Cassio Xavier. *Trumpismo à brasileira: o neoconservadorismo no discurso diplomático do governo de Jair Messias Bolsonaro*. Argumentos, v. 21, n. 2, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/download/7650/7278>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)
- PIRES, Wagner. Bolsonarismo, trumpismo e taxas. *A Terra é Redonda*, 30 jul. 2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/bolsonarismo-trumpismo-e-taxas/>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)
- RECUERO, Raquel; GRUZZD, Anatoliy. Cascatas de fake news políticas: um estudo de caso no Twitter. *Galáxia*, v. 41, p. 31-47, 2019.
- RICARD, J.; MEDEIROS, J. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. *The Harvard Kennedy School Misinformation Review*, v. 1, n. 2, p. 1-6, 2020.
- SENADO FEDERAL. Negros, LGBTI+ e indígenas tentam aumentar bancadas no Parlamento. *Senado Notícias*, 1 set. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/09/01/negros-lgbti-e-indigenas-tentam-aumentar-bancadas-no-parlamento>. (Acesso em: 25 ago. 2025.)
- TOMAS, Alvaro Bartolotti; LUZ, Michele Diana da. "Minorities conform or disappear": Bolsonarism's construction of the people and its impact in limiting LGBTQIA+ rights. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 27, e140514, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e140514>. (Acesso em: 25 set. 2025.)
- UOL EDUCAÇÃO. O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal? *UOL Educação*, 11 ago. 2015. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>. (Acesso em: 24 ago. 2025.)
- WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

# Democracia como devir: as tensões discursivas na história do campo educacional

*Democracy as becoming: discursive tensions in the history of the educational field*

Matheus Saldanha do Amaral Reis<sup>a</sup> 

**Resumo** Este artigo propõe uma reflexão sobre as promessas de uma democracia comum a todos, recorrendo aos aportes pós-estruturais e pós-fundacionais de Jacques Derrida, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Argumenta-se que a associação normativa entre educação e democracia, amplamente difundida no campo educacional, opera como um projeto de mundo que, ao pretender ser universal, restringe a emergência de sujeitos e diferenças não previamente imaginadas. A partir da desconstrução derridiana e da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, discute-se a precariedade das tentativas de fixação de sentidos de democracia, compreendida como um “significante vazio” em disputa constante. Defende-se, portanto, a necessidade de tensionar concepções essencialistas que buscam estabilizar projetos educacionais homogêneos, revelando seus efeitos de exclusão e violência simbólica. Em contraposição, investe-se na noção de democracia radical ou pluralista, capaz de reconhecer antagonismos e sustentar práticas agonísticas como condição de existência democrática.

**Palavras-chave** Currículo. Democracia. Desconstrução. História da Educação. Teoria do Discurso.

**Abstract** This article proposes a reflection on the promises of a democracy common to all, drawing on the post-structural and post-foundational contributions of Jacques Derrida, Ernesto Laclau, and Chantal Mouffe. It argues that the normative association between education and democracy, widely disseminated in the educational field, operates as a world project that, while claiming to be universal, restricts the emergence of subjects and differences not previously imagined. Based on Derridean deconstruction and Laclau and Mouffe's discourse theory, the article discusses the precariousness of

<sup>a</sup> Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Professor no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Educação da UERJ (DSCE/UERJ). Vice-coordenador do Grupo de Pesquisa Conhecimento, Currículo e Avaliação (CONCAVA). Email: matheussaldanhareis@gmail.com.

*attempts to fix the meanings of democracy, understood as an ever-contested “empty signifier.” It therefore defends the need to challenge essentialist conceptions that seek to stabilize homogeneous educational projects, exposing their effects of exclusion and symbolic violence. In contrast, it invests in the notion of radical or pluralist democracy, capable of recognizing antagonisms and sustaining agonistic practices as a condition for democratic existence.*

**Keywords** Curriculum. Democracy. Deconstruction. History of Education. Discourse Theory.

## INTRODUÇÃO

Neste texto, proponho uma reflexão teórica sobre os limites das promessas de um futuro melhor e sobre os sentidos de democracia construídos discursivamente nas discussões históricas do campo educacional, que sustentam a ideia de um ensino de qualidade “comum para todos”. Dialogando com os referenciais teóricos do campo pós-estrutural e pós-fundacional, especialmente com Jacques Derrida (1991, 2006), Chantal Mouffe (1996, 2006, 2015) e Ernesto Laclau (2011, 2013, 2015), aponto para alguns dos potenciais problemas éticos e políticos desta projeção realista de mundo promovida por uma determinada teorização normativa dominante no campo das ciências humanas.

A apropriação destes aportes teóricos tem sido produtiva para tensionar uma dada significação e associação direta entre educação e democracia. Reflexões que sustentam o argumento de que são projetos realistas de mundo que articulam sentidos realistas de conhecimento. Dessa forma, em nome de algo *comum a todos*, esses projetos criam constrangimentos para a emergência de sujeitos ainda não imaginados. Assim como, para as diferenças que não correspondem às expectativas de comum articuladas em projetos de mundo e de projetos educacionais que se colocam como verdadeiramente democráticos e supostamente necessários a todos.

Operando discursivamente, e acreditando na importância política dos *espacostemplos* educativos, defendo ao longo deste texto, a urgente necessidade da construção de novas abordagens teóricas plurais que possibilitem a constante abertura à alteridade, colocando em questão a ideia de comum que vem se destacando nos discursos políticos como capaz de guiar uma construção de um futuro comum que, na verdade, satisfaz apenas as paixões de uma minoria (Mouffe, 2015).

Destaco que esses discursos carregam *traços* (Derrida, 1991) de pensamentos idealistas característicos da modernidade e são dirigidos por uma fé em determinados conhecimentos acadêmico-científicos construídos como necessários para uma emancipação democrática dos sujeitos do amanhã. Sustentados por teorias

normativas, o campo de estudo em questão e, consequentemente, suas práticas são traduzidas (Derrida, 2006) como um simples *lócus* de transmissão e posterior conferência de conhecimentos democráticos essenciais e comuns para todos. Tal condição reflete um preocupante sentido de democratização que visa contornar os conflitos e as suas consequentes decisões que se estabilizaram apenas precariamente e provisoriamente (Laclau, Mouffe, 2015) nas condições políticas de uma contemporaneidade marcada por importantes lutas sociais.

Para desenvolver os argumentos em defesa de uma leitura pós-crítica da democracia, apresento, primeiramente, com base em Michael Peters, a construção histórica da democracia moderna, que serve de pano de fundo para a análise dos sentidos democráticos na contemporaneidade. Em seguida, invisto em um processo de teorização com a Desconstrução em Derrida e opero discursivamente com Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com o objetivo de desestabilizar a tentativa de cristalização de um sentido democrático comum. Por fim, a partir de Mouffe, realizo um investimento radical em uma democracia entendida como devir.

## OS LIMITES DE UMA DEMOCRACIA COMUM

As promessas de um “mundo melhor e mais democrático” passam por constantes processos de ressignificação nos termos e nos discursos políticos até os dias de hoje. No entanto, a historiografia tem sido capaz de reproduzir alguns contornos similares desde as mais importantes revoluções burguesas no Ocidente, ocorridas entre os séculos XVII e XVIII (Hobsbawm, 2007). Este período, marcado pelo auge da modernidade e pelo fortalecimento do desenvolvimento científico como fonte de conhecimento legítimo, elegeu a educação como o ‘lugar’ potencialmente adequado para direcionar a nova sociedade comum rumo a um projeto de mundo futuro próspero e controlável.

Como podemos ver nos trabalhos de Carlota Boto (2003), apesar das diversas conquistas e avanços democráticos alcançados até o presente, a significação da educação básica como um lócus de consolidação do imaginário de *um “povo”* e de *uma cultura* gerou diversas perturbações ético-políticas na ordem social. Dentre esses inúmeros problemas, destaco aqui a questão que move meus principais processos de teorização na pesquisa em educação: o conceito moderno de que uma escola “verdadeiramente democrática” precisa transmitir um tipo de conhecimento poderoso e comum a todos.

Michael Peters (2000, p.13) me ajuda a entender a modernidade como um movimento filosófico baseado na crença e no avanço de um determinado tipo de conhecimento essencial, desenvolvido a partir da experiência e por meio, princi-

palmente, do método científico. O auge da disseminação do pensamento moderno, ainda segundo o autor, se dá com a filosofia crítica de Immanuel Kant e é reinterpretado ao longo do tempo com a ideia de que o avanço desse conhecimento exige que as crenças tradicionais sejam submetidas, todas elas, à uma rigorosa revisão operada por uma leitura crítica.

No paradigma da modernidade, o qual serve de guia para o desenvolvimento do pensamento educacional (Biesta, 2013), Kant ajuda na fundação de uma lógica que determina que a tarefa principal da educação é a de revelar ou liberar o potencial “para que os sujeitos se tornem plenamente autônomos e capazes de exercer suas ações individuais e intencionais” (Edwards apud Biesta, 2013, p.18). A educação moderna e os processos de teorização que formam o pensamento curricular contemporâneo tornaram-se baseados na pretensão infundada de uma *verdade* única. Essa verdade é apresentada como se fosse adequada para todos, promovendo uma autonomia e um estágio de completude que, na realidade, são limitadores e prejudiciais ao exercício democrático. O conhecimento verdadeiro e esclarecedor faz o “Homem” e quem não consegue obter esse conhecimento é culpabilizado, colocado em um lugar de menoridade, um lugar de atraso.

Nesse sentido, a projeção de um determinado “sujeito” iluminado a partir de um conhecimento *essencializado* em Kant aparece, ao menos dentro dos meus processos pós-críticos de teorização, como pontos de partida importantes para uma leitura possível do pensamento moderno; principalmente para sublinhar as limitações propositivas de um pensamento crítico da modernidade que contrariamente aponta para uma liberdade traçando os caminhos pré-estabelecidos para se chegar a uma “democracia livre do futuro” mas não permite desvios, não permite imprevisibilidades, inviabiliza disputas e, em consequência dessas limitações, acaba falhando completamente em ser minimamente democrático e aberto às diferenças enquanto imprevisibilidades que habitam de formas diferentes as realidades que compõem o nosso mundo.

São concepções *essencializadas* de sujeito e sociedade que autorizam a violenta defesa de uma democracia homogênea e sem conflitos. A projeção de um mundo moderno, pautado na aquisição de conhecimentos considerados úteis na fundamentação de uma sociedade, simplifica as discussões sobre o ensino e condiciona a produção de demandas por currículos e práticas educacionais normativas. Esses currículos são pensados para “dar conta” de resolver os inúmeros problemas inventados ao longo dos processos de formação.

Amparados, assim, por uma científicidade incontestável e uma nova abordagem com a relação dos sujeitos com o poder, poderíamos finalmente acreditar,

se seguíssemos concordando com os cálculos positivistas, com o estabelecimento de uma determinada “democracia do futuro”. Em um “novo” mundo, seríamos direcionados a pensar em uma construção política livre de inimigos, disputas, diferenças, e por fim, abrindo até mesmo o caminho para se pensar em um mundo livre da própria necessidade de se pensar o “nome” democracia.

Imagina-se, a partir destas “conquistas da modernidade” impulsionadas pela racionalidade acadêmico-científica e pelo direito de liberdade dos *homens*, uma realidade em que o consenso possa ser alcançado plenamente por meio de um diálogo entre sujeitos comuns e civilizados, detentores de um direito reforçado por um conhecimento que ilumina as mentes dos cidadãos justos que habitam uma ficção de realidade gloriosa e superior a todas as outras possibilidades de se pensar a vida e o nosso lugar no mundo.

É exatamente nessa projeção de uma realidade comum a todos, com a possibilidade mesmo que utópica de viver sem conflitos (e me arriscaria a dizer, sem a democracia), que acabam por defender violentos rastros essencialistas promovidos pelas reformas dos pensamentos da modernidade. Chantal Mouffe (2000, p.10) nos alerta para o caráter antidemocrático dessas “novas políticas” que buscam erradicar os antagonismos e a natureza conflituosa da constituição política para promover uma hipotética democratização fundada na consensualidade e no acesso irrestrito a uma *verdade* universal transparente e, portanto, absoluta.

Sustentados por essas teorias normativas e modernizadoras, o campo do ensino é traduzido (Derrida, 2006) como um simples *lócus* de transmissão e posterior conferência de conhecimentos democráticos essenciais e comuns para todos. Tal condição reflete um preocupante sentido de democratização que visa contornar os conflitos e as suas consequentes decisões que se estabilizaram apenas precariamente e provisoriamente (Laclau, Mouffe, 2015) nas condições políticas de uma contemporaneidade marcada por importantes lutas sociais. A ideia de um mundo melhor no futuro, que tem sido repetida erraticamente como a solução para a superação das discriminações, violências, opressões perpetradas pelas sociedades contemporâneas, se alimenta da significação de educação como projeto salvacionista cuja grande missão seria a construção e efetivação da “democracia”.

Esse “nome”, democracia, vem sendo repetido ao longo da história do pensamento educacional e da teorização política como uma promessa de ponto de chegada, ou melhor, como uma promessa de realização de uma *sociedade do futuro*. Com Derrida (1991) e Laclau (1993, p.104) coloco em questão a possibilidade de se pensar sobre essa e qualquer outra determinação possível para o acontecimento de uma “sociedade”. Coloco também em rasura a própria possibilidade de se pensar

o significado de democracia como algo transparente e bem definido, como uma promessa sólida de um futuro que não passa de uma fina teoria ficcional.

Como aponta Mendonça (2014, p. 146), tal forma de articulação normativa e de projeção de uma realidade busca controlar situações que são, na verdade, incontroláveis, visto que estamos ontologicamente, nos termos da teoria do discurso e da desconstrução, diante de um social cujos sentidos não podem tornar-se objetivos, ou seja, discursivamente completos, transparentes para a compreensão e para as suas próprias ações como sujeitos ou grupos políticos. Isto posto, toda a tentativa de fixação de sentidos, de promoção de sua sutura final, é sempre vã, impossível. Vivemos no caos (Derrida, 2005), um descontrole que, em tese, deveria assustar muito menos do que a imposição de uma identidade fixada *comum a todos*.

## **DESCONSTRUÇÃO E DISCURSIVIDADE**

Todas as reflexões até então apresentadas são sintomas de um movimento de desconstrução derridiana (Derrida, 2005) que tenho buscado empreender em meu processo de pesquisa, e inevitavelmente, também vem escapando para a forma com a qual tenho me relacionado com o mundo, com a diferença, e com o Outro que não conheço e não me acho mais capaz de (re)conhecer sem que seja a partir de um movimento potencialmente violento de enquadramento normativo (Butler, 2015), movimento que tenho tentado evitar a todo o custo, mas que admito a dificuldade em fazê-lo sem deslizar em alguns momentos.

Como hipótese, posso dizer que essas dificuldades epistemológicas e políticas se dão pelos firmes enraizamentos das tradições da modernidade as quais vem sendo impostas desde o momento em que viemos ao mundo e começamos a discutir as formas como podemos ocupá-lo politicamente, nos condicionando a encarar as diferenças a partir de certos binarismos que facilitam a assimilação das relações sociais, simplificando muitas vezes o que não pode ser simplificado, principalmente se pensamos coletivamente em um mundo vivido com o Outro como pura alteridade (Lévinas, 1991). Nesse sentido, a desconstrução é um movimento que tem me possibilitado ampliar as perspectivas da realidade em que vivo, perturbando também as certezas que se estabelecem historicamente com os intensos e intermináveis questionamentos transcendentais que levam “[...] em conta a possibilidade de ficção, do acidental e da contingência” (Derrida, 2005, p.159).

A desconstrução em Derrida aparece para mim como um intenso movimento de questionamento e perturbação das hegemonizações que tendem a buscar por simplificadas oposições binárias para justificar as tentativas de fixação de sentidos de mundo e de identidades projetadas para se viver em um mundo ideal, um

mundo que se pretende como comum. Entendo, admitindo uma tentativa sempre falha de apreender e traduzir (Derrida, 2006) as infinitas significações, a investida desestrutiva derridiana como um irrecusável convite para se pensar a realidade de uma outra forma. Um constante “e se” que tensiona qualquer tentativa de fixação e/ou decisão que tenta se estabelecer nas relações sociais e, consequentemente, nas relações políticas.

Pensar com a desestruturação me oferece alternativas *antiessencialistas* para refletir sobre minha realidade e as diversas outras realidades das quais faço parte, sem recorrer a um processo violento de reconhecimento que potencialmente silencia outros discursos e vidas. Esse reconhecimento, alinhado a uma noção de “comum” que bloqueia as possibilidades de imaginar um futuro melhor, coloca nossos sonhos em desacordo com utopias e possibilidades de mundo, rompendo com nossas paixões e as dimensões do *político* (Mouffe, 2015).

A minha aproximação com os estudos pós-estruturais e pós-fundacionais e as leituras do filósofo da diferença, Jacques Derrida (1991, 2006, 2014), me estimulam a pensar sempre em outros tipos possíveis de narrativas para explicar o que ainda chamamos de realidade. Essa possibilidade de leitura do mundo não se configura como uma tentativa de sobreposição de uma realidade definitiva com fundamentos *a priori*. Aposto, na verdade, que esse exercício constante de questionamento e de abertura à alteridade possa estimular a infinitas interpretações de realidades possíveis. A sociedade é um texto em aberto, o que me condiciona a incitar um jogo político cada vez mais inesperado e acessível às diferentes demandas sociais.

O interesse pelo “texto” em Derrida parte, principalmente, da sua profunda crítica ao logocentrismo ocidental, especificamente europeu, na organização da natureza social, política e ontológica do mundo. O filósofo acaba “definindo” a textualidade logocêntrica como uma “[...] metafísica da escritura fonética, que, em seu fundo, não foi mais do que o etnocentrismo mais original e poderoso” (Derrida, 2008, p.3) que, por sua vez, tenta impor e regularizar o próprio conceito de escrita, e da própria história da metafísica.

O logocentrismo é criticado por Derrida pelas tentativas de fixação de formas pré-concebidas e sentidos, além de palavras e ideias com significados imutáveis. Assim, de forma um pouco mais categórica, a desestruturação derridiana se fortalece na oposição à compreensão de linguagem como representação plena e transparente dos fenômenos sociais e do mundo material. Afinal, para Derrida (2008), qualquer relação entre a linguagem e os objetos que nomeamos só se torna inteligível por processos incessantes de *tradução*.

Distante de ceder às condições de centralidade e das normas definitivas e irretoáveis do logocentrismo na tradição ocidental contemporânea, Derrida (1991, p. 35) investe então na ideia da *différance* como uma forma “[...] de atravessar a ordem do entendimento”, transpondo além dos limites de sistemas fechados, abordando a diferença como ontológica e, com isso, criando um espaço heterogêneo e infinito para pensar a filosofia e a vida. O autor defende e opera com a ideia de escritura, entendendo que nada está sujeito à autoridade de quem escreve, valorizando os inevitáveis processos de negociação, de tradução e de diferimento.

Assim, a desconstrução não é uma simples metodologia de pesquisa, não é passível de uma ativação manual para resolver os desafios que são colocados à nossa frente, e não serve para dar respostas definitivas capazes de salvar a educação. Segui-la é exaustivo e, ao mesmo tempo, efetivamente incontornável, pois a desconstrução está presente nos processos de negociação e tradução que acontecem mesmo quando pensamos que um manual, um currículo prescrito e comum está sendo desenvolvido em sala de aula, porque qualquer tentativa de controle é impossível e encontra os seus limites na manifestação intraduzível dos processos de diferenciação presentes nas relações humanas.

Questionamos naturalmente o alcance democrático de uma política que se estabelece como justa e comum *para todos*, estando ou não em uma posição de poder capaz de gozar dos benefícios de uma determinada ideia de comum, por acreditarmos na possibilidade da emergência do diferente na luta pela democracia. Qualquer tentativa de controle e de produção de identidades é impraticável e encontra os seus limites na manifestação intraduzível dos processos de diferenciação presentes nas disputas hegemônicas (Laclau, Mouffe, 2015). Toda tentativa de controle opera algum tipo de violência.

Na medida em que projetos de realidade ganham espaço na política e nos projetos oficiais que se colocam como “verdadeiramente democráticos”, pressupondo a existência de *algo* comum que deve ser transmitido e prontamente adquirido por todos, entendo que operar discursivamente com uma postura desestrutiva se torna um movimento necessário para expor as *limitações* e abre a oportunidade de perturbar/tensionar os crescentes discursos que operam com concepções de sujeito que autorizam projetos identitários prontos, únicos (comuns), os quais legitimam o privilégio concedido a determinados conhecimentos curriculares, selecionados para preencher a identidade comum projetada como a mais adequada para a realização de uma *democracia do futuro*.

A formação dessas Identidades pressupõe a apropriação de determinados conteúdos essenciais que deveriam ser comuns a todos, uma tentativa de natura-

lização da *différance* que potencialmente acarreta violências ético-políticas com possíveis efeitos perversos à alteridade (Macedo, 2017). As tentativas de controlá-los terminam, portanto, por criar constrangimentos para que o outro possa se realizar como presença singular em um mundo habitado por diferenças (Biesta, 2013).

As contribuições da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) articuladas com os operadores derridianos são o construto teórico-analítico que me ajudam diretamente nesta empreitada. Uma aposta teórica em que proponho desafiar a ideia de uma essência com o entendimento de que todo projeto de formação comum se sustenta em uma universalidade pressuposta que deve ser comum a todos. Uma ideia que, comumente, é aceita, reiterada e energicamente defendida no campo da educação ao longo de sua breve história.

Ernesto Laclau (2011) entende a dimensão do discurso como o conjunto de fenômenos de significação produzidos socialmente, um terreno indecidível de proliferação de ideias com inscrições políticas no qual uma sociedade como tal se baseia. Não se trata, assim, de considerar o discurso como um simples plano ou uma dimensão do social, mas como tendo o mesmo significado que o social. Laclau (2013, p.87) destaca ainda que uma suposta dimensão não discursiva não seria um oposto ao discursivo, como se ele pudesse estar lidando em sua análise com dois planos que pudessem ser diferentes, porque não há nada social que seja determinado fora do discurso.

Atravessada pela desconstrução derridiana, comprehende-se discursivamente que a história e a sociedade são um texto inacabado, sendo sempre escrito, reescrito, rasurado e, consequentemente, necessariamente reinterpretado por aqueles que tem interesse em entender as relações sociopolíticas que se desenvolvem no presente, no agora.

O discurso é uma prática articulatória que constitui as relações e as formações sociais construindo e reconstruindo ativamente os seus significados. Para Howarth (2014, p. 258), o discurso laclauiano também pode ser entendido como uma prática de articulação na medida em que é capaz de interligar elementos contingentes, formando “sistemas relacionais” nos quais a identidade dos elementos é modificada como resultado de uma prática. Assim sendo, uma importante condição para qualquer prática articulatória, incluindo nesse jogo as práticas hegemônicas, é a contingência radical de todos os elementos sociais e naturais que podem sempre ser constituídos de diferentes formas, complicando os mapas que se colocam capazes de ler de forma transparente as constituições políticas e as relações constituídas no social.

Com a Teoria do Discurso, Laclau (2011) se distancia completamente de uma ontologia fundacionista ou essencialista, movendo-se em direção a uma ontologia política pós-fundacional. Ele entende que qualquer tentativa de constituição de uma realidade ou de um sujeito será sempre radicalmente contingente. A interpretação rígida de qualquer fato social é limitada por um exterior constitutivo e está intrinsecamente aberta a deslizamentos, falhas, erros, contradições e contestações.

Operando com a compreensão de discurso como prática de significação, e defendendo com Laclau e Mouffe (2015, p.39) que “[...] toda configuração social é significativa”, os autores me ajudam a entender as hegemonias como um resultado provisório de práticas articulatórias particulares, que buscam constituir a universalização de um discurso, procurando fixar sentidos como tentativas/promessas que visam alcançar a plenitude que falta ao social. Uma falta que sempre será sentida, pois as relações hegemônicas são constituídas através de cadeias de equivalências que anulam suas particularidades em nome de um projeto político sempre em constante movimento.

Assim, para Laclau (2011), a constituição de uma hegemonia é um processo em que um discurso particular passa a representar algo que é maior do que ele, perdendo qualquer rastro de essência que poderia ser assimilado a ele próprio. A perspectiva universal e particular vista tradicionalmente como uma dicotomia em processo turbulento de disputa pelo poder é rompida e passa a ser pensada por Laclau (2011) como mutuamente referenciadas nos jogos da política.

Apresentando-se como universal, o discurso que representa um “nós” contra “eles” precisa incorporar sentidos diferenciados para sobreviverem às disputas por significação e à precária estabilização de uma nova hegemonia, portanto, os diferentes “nós” acabam sendo interpretados por algo que não são. Isso não quer dizer que “a impossibilidade de um fundamento universal não elimine a sua necessidade” (Laclau, 2011, p.97), porém, a ideia de um fundamento ou um fechamento é transformado discursivamente em um lugar vazio que pode ser parcialmente ocupado de várias maneiras. As estratégias para a ocupação desse lugar são exatamente a matéria da política, dizem respeito especialmente a possibilidade de uma política democrática que nunca pode se dar como garantida (Mouffe, 1996) e, para isso, deve ser construída discursivamente pela e com as diferenças em seus mais variados projetos de mundo.

Esse efeito discursivo acontece, pois, como mencionado anteriormente, as particularidades são articuladas sempre em cadeias de equivalência, mas mantendo importantes relações diferenciais entre elas. Então, uma Democracia como uma promessa universal, com princípios, regras e demandas gerais a serem seguidas à

risca para a realização de um futuro melhor é colocada em questão quando Laclau e Mouffe (2015) afirmam que a constituição de hegemonia é um processo incessante de produção e de articulação de sentidos que impendem as suas completas fixações, uma vez que quanto maior a proliferação de significados, maior a articulação e mais intensas as disputas por significação. Sendo assim, mesmo que o “nome” democracia, as defesas e as demandas que retroalimentam a reafirmação desse nome ao longo da modernidade aparentem plena estabilidade, na verdade, é mais uma articulação hegemônica precária que se encontra em ruínas – e a maior prova disso é a existência deste e de diversos outros trabalhos de pesquisa que questionam as promessas universais democráticas do tempo presente.

Perturbando com Laclau (2011) a dicotomia binária da modernidade entre a ideia da particularidade e do universalismo, considero a simplificação da política democrática, significada como uma política universal que carrega uma promessa final de algo *comum a todos*, uma ideia problemática e insuficiente para pensarmos o nosso lugar no mundo e a nossa potencialidade como produtores e participantes da política.

Laclau e Mouffe (2015) afirmam que o processo de articulação de diferenças particulares é essencial para a constituição de uma hegemonia. Especialmente Laclau (2011, p.105) com a ajuda da desconstrução e da *différance* em Derrida, defende que um determinado particular só pode se realizar plenamente se mantiver continuamente aberta – e continuamente redefinir – sua relação com o universal. Laclau e Mouffe (2015) ainda ressaltam que o discurso hegemônico que passa a ser concebido como universal é carregado de sentidos particulares permanentemente em disputa, indo totalmente de encontro com a incessante busca pelos fechamentos dos significados e das realizações democráticas na contemporaneidade.

Defendo, com Laclau e Mouffe (2015), que não existe qualquer fundamento único, fixo e definido *a priori* que possa explicar, de forma definitiva, o funcionamento do social e a sustentação teórica que aponta para a possibilidade de uma democracia que seja comum e absoluta para todos. Os autores fazem essa afirmação inspirados nas contribuições de Jacques Derrida sobre a impossibilidade de conter-se o processo de significação, de estancar a produção de sentidos sobre os fenômenos sociais. No entanto, não se trata de simplesmente negar a existência de fundamentos, mas de afirmar a precariedade e a contingência deles, assumi-los como construções discursivas.

Penso nesses fundamentos a partir da ideia de contingência, assumindo que tudo pode acontecer, sendo impossível afirmar de antemão se aquilo que se projeta nos processos de teorização pode ou não ser efetivamente realizado ou

identificado em nossas análises. Com os autores, reafirmo que tudo é da ordem da imprevisibilidade, e, portanto, sem fundamentos fixos ou essencialismos que possam atestar se algo vai ou não acontecer da forma prevista. Laclau e Mouffe (2015) explicam essa precariedade e contingência rompendo com a ideia de social como estrutura fechada e totalizante para pensá-la como textualidade em que a política emerge como dimensão ontológica do social e, assim, a categoria discurso assume papel central.

Tenho me apropriado da ideia de tradução derridiana para argumentar sobre a impossibilidade de uma ordem, de um desfecho, e enfim, da certeza do “nome” democracia. A tradução, em si, é apresentada por Derrida (2006) como uma tarefa impossível, traduzir o intraduzível, dado que “[...] a multiplicidade irredutível de línguas exibe um não-acabamento, a impossibilidade de completar, de totalizar, de saturar, de acabar com qualquer coisa que seria da ordem da edificação”, como destacam Cunha e Costa (2015, p. 5).

Em Derrida (2006), a tradução pode ser entendida como um dos “sintomas” da ordem da *différance* em sua ausência de centralidade e de origem. A tradução doa-se à infinita substituição e é assim que escapa as tentativas de fixação de sentidos em estruturas fechadas de significação.

A articulação tradutória impõe-se como traição permanente à possibilidade de sentidos originais. Em interlocução com Derrida, Mouffe (2003) vai defender que a impossibilidade de fixação completa de sentidos possibilita a manifestação dos conflitos em prol de uma democracia de caráter radical. Essa é uma ideia de democracia que inclui a diferença, o imprevisível e o imponderável, como fatores de deslizamento em relação à dualidade confortável entre os conceitos de igualdade e de liberdade - os pilares democráticos estruturais. As diferenças impõem-se nos jogos políticos desestabilizando discursos que se articulam a partir de consensos instáveis e provisórios, tais como as promessas universais que se pretendem comuns a todos no campo da política, tal qual nos campos de formação.

Trago a influência da tradução derridiana no trabalho de Laclau (2011), pois me ajuda a refletir sobre como o “nome” democracia, fixado na autoridade irretocável dos seus significados progressistas para a política moderna e livre dos homens, não pode mais ser compreendido como único. Seus diferentes sentidos, principalmente os quais ocupam um temporário lugar de poder nas intensas disputas precárias pela hegemonia (Laclau, Mouffe, 2015) reforçam promessas universais de conhecimentos e currículos capazes de revelarem uma verdade objetiva e universalizante. Uma forma única e pré-estabelecida de se “chegar a algum lugar”, de ser alguém, de ser um sujeito que faz parte de um “povo”.

Com Derrida (1991), Laclau (2011) e Laclau e Mouffe (2015), defendo que a formulação desses projetos se sustenta na admissão da existência de fundamentos fixos que possam conferir legitimidade a eles – fundamentos que asseguram a dimensão de universalidade atribuída a eles. Entretanto, partindo dos aportes teóricos assumidos é possível afirmar que se trata de uma legitimidade estabelecida em um jogo de linguagem próprio (Lyotard, 1986), em que o fundamento assumido como pressuposto é também resultado de construção discursiva que justifica e legitima o projeto concebido como universal.

Ainda operando discursivamente, venho assumindo a democracia como um “significante vazio” (Laclau, 2013), que para Laclau, não se configura como uma deficiência, nem sequer é provocado simplesmente pelo resultado de um excesso, “mas precisamente com a possibilidade teórica de algo que aponta, de dentro do processo de significação, para seus próprios limites” (Laclau, 2011, p.38).

“Significantes vazios” se sustentam contingencialmente nas relações políticas, como é o caso da democracia e de outros “nomes” que aparecem diversas vezes no discurso educacional como, por exemplo, a qualidade da educação, a justiça ou a promessa de cidadania. No entanto, a constituição de hegemonia em torno de significantes vazios, pressupõe a proliferação de significados que impedem o fechamento pleno da significação. Daí o esvaziamento do significante. O vazio é ensurdecedor, não é um silêncio ou um simples conforto que possa remeter a algum tipo de estabilização. O “significante vazio”, por sua vez, expõe as marcas de um conflito histórico pelo processo de significação de uma possibilidade de democracia. O vazio é a vida, é o *espaçotempo* de um necessário conflito pela representação possível de um importante signo no campo político e social.

Os significantes vazios são importantes para a política porque são condição para a democracia entendida como processo discursivo em construção aberto às disputas contingentes por significação sempre precária. Ele expressa as fragilidades das tentativas de fixação em contextos sociais constituídos por incessantes e ininterruptas lutas por hegemonização.

A tensão natural entre um limite constitutivo e a impossibilidade de representação geral de algo que fica de fora da estrutura do signo produz este vazio. A noção é definida pelo autor como um objeto que é “necessário e ao mesmo tempo impossível” (Laclau, 2013, p. 119) e é exatamente trabalhando neste vazio, teorizando com a ordem do impossível, que entendo ser viável trabalhar e tensionar os sentidos de democracia ao longo deste trabalho. O “significante vazio” para este artigo, em diálogo com as colaborações teóricas de Laclau e Mouffe, expõe as

marcas e a possibilidade de continuidade de um conflito histórico pelo processo de significação do signo democrático.

## **POR UMA DEMOCRACIA RADICAL**

O fato de a democracia ser um significante vazio demonstra a importância desse “nome” e, ao mesmo tempo, a cautela necessária para interpretá-lo na constituição política e na organização social. O desejo de se definir um significado fixo para a democracia e de operar o seu funcionamento é tão intenso que, constantemente, tenta-se cristalizar os seus possíveis sentidos em promessas para diferentes usos dentro do jogo político. Decifrar, mesmo que parcialmente, como a democracia vem sendo entendida pelas arquiteturas de mundo que se fazem dominantes e disputam espaço político pela hegemonia, me parece incontornável para compreender, consequentemente, as leituras que estão sendo feitas do papel democrático na educação e a importância das produções curriculares para as nossas diversas realidades políticas e sociais.

Como bem sublinha Lopes (2013, p.13), toda estrutura “[...] repousa sobre um certo fundante que garante a sua estruturalidade, orienta a estrutura, mas sempre faz referência a uma presença, a um fundamento que não pode se explicar no interior da própria estrutura. A estrutura exige uma relação com um exterior que a constitui”. À vista disso, Lopes (2013) reafirma a necessidade de pensar a própria estrutura como uma construção discursiva, relacional e aberta, sem que isso possa implicar em assumir uma postura antifundacional ou contrária às contribuições das correntes de pensamento pós-críticas de uma forma geral. Esse recorte, na verdade, reforça ainda mais a necessidade de tensionar fixações provisórias que tentam carregar em si qualquer *rastro* (Derrida 1991) de legitimidade, pois todo fundamento é apenas uma construção discursiva necessária e contingente.

A democracia não está em profunda crise como apontam os populismos de direita e/ou os movimentos de extrema-direita crescentes em toda a face ocidental do globo, muito pelo contrário, ela continua sendo a nossa grande esperança frente aos projetos de comum que tentam insistentemente *economizar* (Macedo, 2017) e simplificar todas as nossas relações, direitos e existências sociais. Entendê-la como distante de ser garantida nos dá a oportunidade de continuar lutando democraticamente por um mundo melhor com as diferenças. Essas são algumas das reflexões que sustentam a compreensão de que não há discurso político ou projeto de mundo enunciado por meio de um projeto político educacional capaz de ocupar permanentemente o lugar de uma ordem definitiva, capaz de cessar definitivamente os processos de significação, de negociações e de traduções, saturando o social.

Podemos ainda ir mais além, defendendo com Mouffe (2003) a *indesejabilidade* desses projetos pelo seu caráter antidemocrático, visto que não existe nada fora do discurso que possa atestar de forma cabal a maior legitimidade de um projeto e/ou de um sentido sobre outras tantas possibilidades de significação. Essa é uma compreensão do funcionamento do social que favorece a sua “hiperpolitização” (Mouffe, 2003), dado que a legitimidade só pode ser assegurada, sempre de forma precária e provisória, nas lutas políticas contextuais.

Projetos de formação totalizantes e universais só podem se sustentar em um “comum” e em um “todos” genéricos - sujeitos pensados *a priori*, cuja formação pressupõe determinados conteúdos também selecionados *a priori*. São as tentativas de controlar o imponderável que nos constitui como “[...] seres languageiros, cindidos e precários” (Lopes, 2013, p. 8), e nessas tentativas de controlar o incontrolável se fortalece e favorece a tentativa de apagamento das diferenças.

Contrária à linha essencialista de pensamento que sustenta a superação dos antagonismos na/da política, Chantal Mouffe (1996, 2000, 2003, 2015) propõe uma radicalização da democracia, exaltando o pluralismo como a manifestação mais autêntica do exercício democrático. Nesse sentido, a autora denuncia fortemente a falta de espaço para disputas nas fábulas que sustentam as perigosas pretensões universalistas, uma ausência que condiciona a projeção de uma democracia comum e harmônica em um dado futuro inexistente.

Os novos “inimigos” da paz perpétua de Kant (1985), um projeto de mundo comum e “verdadeiramente democrático” em moldes muito similares aos que os pensadores modernos propunham em suas projeções para a política, seriam agora aqueles que desafiassem a prometida ordem democrática. A paz absoluta, artificialmente conquistada, cria constrangimentos para a emergência das diferenças e para os conflitos que sempre caracterizam o campo da política. Qualquer desvio de rota é interpretado pelas conceitualizações da modernidade como uma falha a ser corrigida, como um problema “antidemocrático” a ser eliminado – e aqui, trata-se de ser eliminado, não apenas do jogo da política, mas da própria possibilidade de existir.

Em constante desafio a uma ordem global estabelecida, a democracia radical (ou pluralista) segundo Chantal Mouffe (2003) é condicionada pela articulação discursiva nas relações sociais. Nessa perspectiva, as teorias pós-estruturais e pós-fundacionais se apresentam como uma possibilidade alternativa para significar democracia, evitando a pretensão interpretativa de essencializar e definir “o que é a democracia” ou “como deveriam ser” os processos democráticos para alcançarmos um mundo comum pré-estabelecido.

Para Mouffe (2003), a radicalização democrática pressupõe a presença dos antagonismos, de outras possibilidades de significação do mundo. Para Mouffe (1996), as disputas antagônicas são a principal condição de existência e manutenção das próprias possibilidades das políticas democráticas.

Assumindo com Laclau (2011) os antagonismos e as disputas por poder como elemento intrínseco da construção política, Mouffe irá condicionar a construção da democracia a um constante abertura para o Outro, para o diferente como um adversário legítimo dentro de uma infundável, precária e contingente *escrita* da política.

Para pensar em um horizonte democrático, venho nas minhas últimas investidas de leitura e pesquisa, me aproximando cada vez mais de um “modelo” chamado por Chantal Mouffe de “pluralismo agonístico” (Mouffe, 2006, p.174) por considerar ser importante, principalmente no momento que vivemos, entender o diferente não como um inimigo a ser destruído, mas como adversário, com ideias diferentes, cuja existência é necessária para o próprio funcionamento político de uma sociedade que conquistou muito bravamente seus direitos democráticos nos últimos anos.

Para o pluralismo agonístico, a tarefa primordial da política democrática não é eliminar as paixões da esfera do público, de modo a tornar possível um consenso racional, mas mobilizar tais paixões em prol de desígnios democráticos. Uma das chaves dessa tese (...) é que, longe de pôr em risco a democracia, a confrontação agonística é, de fato, sua condição de existência. (Mouffe, 2006, p.175).

O *agonismo* me orienta a pensar que o consenso só pode ser imaginado como o resultado temporário de uma hegemonia que sempre é contingente e provisória, como um sintoma de uma estabilização de um poder que, inevitavelmente, acarreta alguma forma de exclusão em seu estabelecimento. O reconhecimento dessa exclusão, o reconhecimento da diferença na política, é importante para o entendimento da política democrática como um todo, pois ela não é uma imposição segura, ela não é inquestionável e abrangente a todos. Como bem coloca Chantal Mouffe (2006, p.117), “ao precaver-nos contra a ilusão de que uma democracia perfeitamente bem-sucedida possa ser alcançada, força-nos manter viva a contestação democrática.”.

A radicalização democrática em Mouffe orienta meus interesses de pesquisa, pois revela que nada está garantido e que o contexto social e político é amplamente aberto às disputas e ao dissenso. E dessa perspectiva, interpreto a teorização

curricular questionando a ideia de que um currículo único, melhor para todos, pode ser democrático. A democracia radical em Mouffe mantém viva a chama da desconfiança em relação a qualquer projeto de mundo que tente controlar o diferente ou normatizar o que é certo ou errado em nome de um suposto bem comum.

Compreendo que ao questionar *uma* democracia, também podemos potencialmente perturbar as pretensões essencialistas de diversos processos de teorização do campo do pensamento educacional em seu cerne, pois inúmeras linhas de pensamento no campo curricular utilizam esse “nome” e as suas consequentes promessas para reforçar missões salvacionistas impossíveis de serem realizadas no campo educacional. A partir deste ponto, adoto uma postura radical na análise da teorização política, aceitando um pluralismo agonístico que rejeita o consenso racional e projetos de mundo que pretendem ordenar a sociedade em direção a um futuro comum. A pretensão de estabilização, mesmo que impossível, deve ser prontamente rejeitada em prol de uma construção democrática dos currículos.

Adoto uma abordagem agonística compreendendo que os termos da democracia devem ser disputados e entendidos sempre como temporárias dentro das propostas de formação política. Assim como um texto em constante tradução, é necessário promover uma abertura contínua ao Outro, ao ineditismo e aos acontecimentos imprevisíveis da nossa jornada cotidiana. Portanto, é violento admitir como democrático um projeto educacional e/ou uma projeção qualquer de realidade que pressupõe uma única versão de democracia, uma única leitura possível do mundo e, por fim, uma única versão de sujeito.

Tensionar as realizações democráticas é abrir caminhos para que os outros venham e construam as possibilidades de realidade conosco. É admitir que nada temos e nada teremos em comum. É aceitar que, felizmente, não chegaremos em um *mundo comum* e que vivemos em uma sociedade rica em cores e texturas. Rica de diferenças que jamais iremos compreender em sua mais bela ausência de plenitude.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto não possui a prepotência de indicar um único caminho ou teoria definitiva capaz de solucionar as questões inerentes à democracia, mas visa contribuir com a revisão de algumas pretensões de verdade que tentam se estabelecer como inabaláveis no campo das ciências humanas. Não deixo de acreditar na construção de um mundo melhor ou de buscar uma educação melhor, mas reviso o olhar sobre o que se pretende como algo comum a todos sob o nome de democracia.

O compromisso que assumo como educador e pesquisador é um compromisso que pressupõe responsabilidade ética com o outro (Derrida, 2007). Em nome

desse compromisso, defendo a qualidade da e para a educação e me insiro na luta por significação de uma qualidade que não se paute por métricas, normas e/ou decisões tomadas *a priori*.

O mundo do futuro que está sendo projetado e perseguido como o “mundo ideal” possui estruturas de sustentação muito rígidas, mas mesmo com essa rigidez, podemos olhar para os seus limites em busca de alguns rastros (Derrida, 1991) para elucidar uma pequena parte dos nossos questionamentos e desestabilizar o que é colocado como o certo. Defendo, mesmo com o nosso desejo costumeiro de apontar para o problema em busca de uma simples resolução, que essas pistas são apenas traços, sinais de uma possível tentativa de fixação que já está na ordem da recordação, trazendo em si o esquecimento, a impossibilidade total de compreensão e tradução.

Portanto, embora seja tradicionalmente interessante para um artigo acadêmico demonstrar resultados e soluções em um esforço pontual de fixação, não me sinto confortável em perpetuar promessas ilusórias. Objetivo neste espaço construir uma reflexão que ajude parte dos pesquisadores do campo educacional e das ciências humanas a pensarem o processo de construção democrática na política como devir, como promessa de inclusão do Outro como pura alteridade sem garantias, no conflito e com as diferenças.

## REFERÊNCIAS

- BIESTA, Gert (2013). *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- BOTO, Carlota (2003). A civilização escolar como projeto político e pedagógico da modernidade. *Caderno Cedes*, v.23, n.61, p. 378-397.
- BUTLER, Judith (2015). *Quadros de Guerra*: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da; COSTA, Hugo Heleno Camilo (2015). Currículo, tradução e controle. In: *37º Reunião Nacional da ANPED - Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira, 2015*, Florianópolis - SC. *37º Reunião Nacional da ANPED - Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira*. Florianópolis (SC): Gráfica e Editora Copiart Ltda – EPP. trabalho-gt12-4152.pdf (acesso em 19/09/2025).
- DERRIDA, Jacques (1991). *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus.
- DERRIDA, Jacques (2005). *Pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade.
- DERRIDA, Jacques (2006). *Torres de Babel*. Belo Horizonte: UFMG.
- DERRIDA, Jacques (2008). *Gramatologia*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.

- HOBSBAWM, Eric (2007). *A era das revoluções. Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOWARTH, David (2014). *Ernesto Laclau: post-Marxism, populism and critique*. Nova York: Routledge.
- KANT, Immanuel (1985). *Textos Seletos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- LACLAU, Ernesto (1993). Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- LACLAU, Ernesto (2011). *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- LACLAU, Ernesto (2013). *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015). *Hegemonia e estratégia socialista*: por uma política democrática radical. São Paulo, Intermeios.
- LÉVINAS, Emmanuel (1991). *Entre Nous. Essais sur le penser-à-l'autre*. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle.
- LOPES, Alice Casimiro (2013). Teorias pós-críticas, política e currículo. *Educação Sociedades e Culturas*, Porto, n. 39, p. 7-23. <https://ojs.up.pt/index.php/esc-ciie/article/view/311> (acesso em 19/09/2025).
- MACEDO, Elizabeth (2017). Mas a escola não tem que ensinar? Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. *Curriculum sem fronteiras*, v. 17, n. 3, p. 539-554. <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/macedo.pdf> (acesso em 19/09/2025).
- MENDONÇA, Daniel de (2014). O Limite da Normatividade na Teoria Política de Ernesto Laclau. *Lua Nova*, São Paulo, v. 91, p. 135-167. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000100006>
- MOUFFE, Chantal (2000). *The Democratic Paradox*. London and New York: Verso.
- MOUFFE, Chantal (2003). Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n.3, p. 11-26. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- MOUFFE, Chantal (2006). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n. 25, p. 165-175. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200003>
- MOUFFE, Chantal (2015). *Sobre o Político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- PETERS, Michael (2000). *Pós-Estruturalismo e filosofia da diferença*: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica.

# Hegemonia e metáfora: potência e limites da teoria discursiva de Ernesto Laclau

*Hegemony and metaphors: power and limits of Ernesto Laclau's discursive theory*

Oscar Pérez Portales<sup>a</sup> e Carmen Burgos Videla<sup>b</sup>

**Resumo** O presente trabalho tem como objetivo avaliar a pertinência da abordagem discursiva da hegemonia na análise dos processos materiais de domínio neoliberal no contexto da América Latina. Com base em uma crítica ao determinismo economicista e ao reducionismo de classe, Ernesto Laclau constrói uma conceituação discursiva da hegemonia de grande impacto no campo dos estudos filosóficos. A abordagem discursiva é útil para superar os limites de uma concepção arquitetônica da subjetividade política, que a concebia como reflexo da relação entre base e superestrutura. Nesse sentido, a Teoria do Discurso oferece um marco frutífero para uma ontologia política contingente, que comprehende a subjetividade como o produto de operações metafóricas de produção de identidades. O aparelho teórico discursivo é posto em discussão frente à perspectiva foucaultiana da biopolítica, bem como à perspectiva feminista interseccional, para complementar as condições materiais de produção do discurso neoliberal.

**Palavras-chave** Hegemonia. Discurso. Sujeito. Metáforas.

**Abstract** This work aims to assess the relevance of the discursive approach to hegemony in analyzing the material processes of neoliberal domination, starting from a counterpoint with the Foucauldian legacy to point out its limitations. Based on a critique of economic determinism and class reductionism, Ernesto Laclau constructed a discursive conceptualization of hegemony that has had a long-lasting impact on the field of philosophical studies. The discursive approach is useful for overcoming the limits of an architectural conception of political subjectivity that understood it as a reflection of the relationship between base and superstructure. In this sense, Discourse Theory offers a fruitful framework for a contingent political ontology, which understands subjectivity as the product of metaphorical operations of identity production.

**Keywords** Hegemony. Discourse. Subject. Metaphors.

a Doutor em Filosofia pela Universidade Oriente, Cuba, 2022. Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil, 2023.

b Instituto de Investigación en Ciencias Sociales y Educación, Universidad de Atacama, Copiapó, Chile.

## INTRODUÇÃO

A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau representa uma das mais amplas e profundas contribuições à Filosofia Política no último terço do século XX. Com ela como base, Laclau e Mouffe fundamentam a hegemonia como uma lógica intrínseca ao político, a própria ontologia do político que se desenvolve no espaço social (Laclau; Mouffe, 1987). Dentro dela, a noção discursiva de *antagonismo* possibilita a expansão da análise da relação entre Estado e sociedade civil. O marco categorial por eles desenvolvido oferece uma compreensão contingente da subjetividade política, enquanto emergência de práticas e relações discursivas. No contexto do capitalismo tardio, com seus profundos processos de deslocamento, precarização e digitalização dos vínculos comunicativos, das relações laborais e dos laços afetivos, tal abordagem mostrou-se produtiva para explicar a emergência dos movimentos sociais como sujeitos políticos.

Se tal marco conceitual tem sido destacado nas análises da crise dos projetos desenvolvimentistas na América Latina, hoje é ainda mais útil diante do cenário de regressão democrática do continente. Nas últimas três décadas, esse contexto tem sido o plano de desenvolvimento do Pos-Neoliberalismo, conceito desenvolvido pelo Banco Mundial que serviu para definir o surgimento de um grupo de experiências políticas que pretendiam reduzir o impacto social das políticas neoliberais (López, 2016, p. 64). Nesse sentido, o pós-neoliberalismo latino-americano reproduziu uma antropologia política que interpretou o sujeito político como determinado pela satisfação de interesses e necessidades materiais. Nesse esquema, o desenvolvimento de políticas públicas redistributivas garantiria a adesão eleitoral das populações. Por outra parte, o Pensamento Crítico Latino-americano, ao utilizar o conceito de Pós-neoliberalismo, fundamentou uma ontologia que sustenta os movimentos sociais como o “novo sujeito histórico” (Sader, 2010). Uma espécie de substituto da classe obreira que estaria determinado pela consolidação de demandas identitárias. Não é um detalhe menor examinar que, dentro dessa tradição, o *intelectual orgânico* dos movimentos de esquerda fundamenta a existência de uma identidade latino-americana como resultado dos valores e tradições de povos originários, de grupos explorados e de suas expressões de luta.

Depois de mais de duas décadas de recomposição da direita e da extrema-direita no continente, essas suposições antropológicas têm-se demonstrado inoperantes para analisar a produção da subjetividade política. Sobretudo num contexto em que dominam os valores e identidades antidemocráticas no campo do senso comum. Nisto é central a emergência da extrema direita como sujeito político e sua capacidade de produzir uma volição política exterior aos meios institucionais

de controle do conflito político. O surgimento e a produção dessas identidades põem em xeque os meios e as noções que permitiram analisar a relação entre o Estado e a sociedade civil. O domínio eficiente das relações produtivas neoliberais baseadas na autonomia do indivíduo, assim como o impacto de conglomerados digitais transnacionais no controle da opinião pública, são dois elementos centrais da capacidade de produzir identidades, discursos e práticas políticas. A partir disso, assiste-se à emergência de uma potência soberana, no sentido de uma capacidade de decisão, de reprodução e de mobilização das populações e dos territórios, que constitui uma exceção ao sistema democrático liberal.

Nesse cenário, a teoria discursiva de Laclau oferece um marco conceitual proveitoso para compreender a emergência do sujeito político da extrema direita como o resultado de uma operação metafórica. Isto é, a produção de *cadeias de significantes* que catalisam as contradições decorrentes da relação conflituosa entre a mobilidade social propiciada pelas políticas públicas e as condições de exploração laboral, comunicativa e afetiva do neoliberalismo. Assim, é possível identificar os processos de *significação* dessas contradições pelo projeto ultraliberal. Sua base reside na produção de identidades que mobilizam os indivíduos contra o desenvolvimento de políticas públicas redistributivas, a ampliação de direitos de grupos excluídos ou as medidas de mitigação da emergência climática. Um modelo que se evidencia nos casos do paradoxal apoio eleitoral de setores sociais excluídos ao populismo de extrema direita, precisamente os grupos que têm sido beneficiários das políticas públicas pós-neoliberais.

No entanto, a efetividade duma análise da hegemonia dos discursos de extrema direita no continente precisa dar conta da relação entre os significantes que produzem as posições de sujeito avaliadas e a reprodução das relações produtivas neoliberais. Sem essa relação, a produção metafórica de identidades no campo da extrema direita seria de igual natureza à dos projetos populares emancipatórios. É nesse sentido que a teoria da hegemonia precisa de um complemento analítico que preservar o caráter contingente do processo discursivo. Mas que, ao mesmo tempo, estabeleça as condições de possibilidade a partir das quais os significantes conduzem à degradação do regime democrático ou à sua radicalização, a partir da diferença. Tal esforço pode ser acometido por meio de uma análise da *biopolítica* neoliberal no espectro conceitual elaborado por Michel Foucault (Foucault, 2004).

No presente artigo, reconstruiremos o aparato conceitual da noção de hegemonia elaborada por Ernesto Laclau, fundamentando seu caráter de processo metafórico de produção de subjetividade. Tal base habilitará uma análise da emergência do sujeito político de extrema direita no continente como o resultado

da capacidade de seus significantes de hegemonizar o campo do social. Na sequência, avaliaremos o papel da análise discursiva para aquilatar os déficits das práticas políticas desenvolvidas pelos projetos populares emancipatórios. Essa análise conclui com uma avaliação do lugar da noção de *biopolítica*, bem como da perspectiva interseccional do feminismo para complementar a análise discursiva da hegemonia no âmbito da teoria laclausiana.

## I - HEGEMONIA E SIGNIFICANTES NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.

Na elaboração teórica de Laclau, a hegemonia descreve uma complexificação e integração analíticas de vários fenômenos com ampla generalidade heurística, uma operação a partir da qual renovou a análise ontológica do processo. Sua elaboração descreve uma sequência de pressupostos e afastamentos teóricos, que vão desenvolvendo seu ponto de vista e marcam as implicações da categoria e os contextos que o autor aborda. David Howarth caracteriza esse percurso em três momentos: uma recepção gramsciano-althusseriana, uma leitura pós-estrutural marcada pela influência de Foucault e Derrida, com a renúncia à noção de determinação em última instância, e um período de influência lacaniana (2004, p. 262). O presente trabalho salienta que, em independência desse percurso, a teoria da hegemonia tem, na sua base constitutiva, uma formulação discursiva que implica, a nível ontológico, que a hegemonia é uma operação metafórica.

Tal teorização discursiva parte de ampliar a compreensão de Gramsci que a conceitua como o processo de consecução de interesses a partir da reprodução de uma liderança moral ou ideológica (Gramsci, 1987). Não obstante, Laclau critica a Gramsci por sua permanência no marco ontológico da determinação do modo de produção sobre a superestrutura ideológica da sociedade. Para distanciar-se dessa formulação, a hegemonia no pensamento de Laclau estará definida pelo campo discursivo da *articulação*. O discurso não é mais uma prática social, pelo contrário, é o plano de produção da subjetividade, de produção do social. O discurso é a condição de possibilidade do social enquanto toda prática subjetiva é uma prática discursiva (Laclau, 1993). Essa radicalização de origem saussuriana substitui a morfologia do trabalho e substitui o plano da economia política como condição de possibilidade da subjetividade política.

Sobre essa base, a Teoria do Discurso fundamenta uma ontologia política contingente, capaz de dar conta do carácter conflitivo da subjetividade política, bem como do seu estatuto fenomenológico específico. Nesse marco, o sujeito político não se trata de grupos sociológicos determinados ex-antes a uma ação política definida

pelas relações de produção. Além da superação do determinismo economicista, o plano discursivo permite superar uma ontologia centrada no caráter racional, produtivo e institucional da produção de subjetividade. Isto é, possibilita a abertura das dinâmicas comunicativas, identitárias e afetivas, que dão condição à ação dos indivíduos no plano do conflito político. A subjetividade política, como conjunto de relações, noções e identidades que determinam a relação entre a sociedade civil e o Estado, passa a ser um processo político com status próprio.

Tal esforço teórico tem por centro a produção de um aparato teórico capaz de responder à emergência de movimentos sociais em torno de demandas como a liberdade sexual, a equidade de gênero ou os direitos civis de grupos excluídos. A teoria discursiva da hegemonia tornou-se especialmente útil ali onde o sindicalismo havia entrado em crise com sua ação econômico-reivindicativa voltada à organização partidária e estatal. Dessa forma, na sua formulação categorial, a hegemonia é apontada inicialmente em sua dimensão ôntica, como uma experiência específica da política marcada de forma central pela *articulação* (Laclau; Mouffe, 1987 [1985], p.230).

A hegemonia como processo de emergência dos sujeitos políticos será o resultado de um processo de articulação de identidades antagônicas. Nesse sentido, a identidade hegemônica expressa sempre uma universalidade impossível que excede os limites dos elementos sintáticos do enunciado. Sobre esta base, define-se uma fenomenologia que reconhece o caráter metafórico da produção de identidades em tanto que a emergência de um discurso implica a produção de significantes que expressem os conteúdos de uma demanda e, portanto, se expressam em *posições de sujeito*. A partir dessa compreensão, podemos entender que a possibilidade de que um enunciado como *Make America Great Again* produza posições de sujeito tem sua condição na síntese de um “inimigo” como objeto antagônico, no qual se estabelecem limites de exclusão, mais do que na satisfação de interesses materiais.

Essa emergência da subjetividade a partir da produção do antagonismo é o locus da hegemonia, a capacidade dos discursos e significantes de determinar as relações e práticas que levam os indivíduos a ocupar determinadas *posições de sujeito*. Assim, tais posições são o indicador material da volição política de movimentos sociais que se articulam em torno de demandas. O par categorial *universalidade-particularidade* caracteriza a abertura da compreensão ôntica da hegemonia, para definir seu caráter ontológico como base de desenvolvimento do político (Retamozo, 2011, p.49). Desta forma, a articulação discursiva está marcada pela relação de uma particularidade que universaliza seus enunciados em uma cadeia de equivalências. A articulação fica fixada nos seguintes termos:

A prática da articulação consiste, portanto, na construção de pontos nodais que fixam parcialmente o sentido; e o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante por sua vez do constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU, 1987 [1985], p.193).

Os pontos nodais na lógica discursiva não são condições ou relações socialmente localizáveis, como os interesses de classes. Constituem-se por meio de formas ou figuras linguísticas, significantes suficientemente ambíguos para representar diversos significados. A criativa articulação da linguística saussuriana e da psicanálise fundamenta o discurso como um plano ontológico que explicita o político como um processo negativo e constante de sutura, baseado na diferença radical. A hegemonia será, daqui em diante, o processo de construção de uma relação em que uma identidade particular representa uma universalidade por meio de um significante vazio que condensa identidades e discursos até então dispersos numa relação de equivalência (Rodrigues, 2019; Castillo, 2017).

Isto permite delinear a especificidade da subjetividade política como espaço ou dinâmica de formação de *tropos retóricos*. A *metáfora* e a *metonímia* serão os planos constitutivos da hegemonia como a capacidade de uma prática discursiva de construir significações que obliteram os elementos constitutivos das violências paradigmáticas que as estruturam. A *metonímia* indica o momento contingente da enunciação dos termos e a sua substituição arbitrária. A hegemonia, por sua vez, é o momento no qual tal arbitrariedade, a profundidade significante que tornaria visível tal contradição, foi articulada, e, portanto, os termos aparecem como parte de um significado coerente de forma essencial, uma *metáfora*. Este nível de definição da hegemonia desenvolve-se interagindo com as leituras críticas de Slavoj Žižek, que, a partir da perspectiva lacaniana, defende a necessidade de introduzir uma compreensão da exterioridade discursiva, na qual o antagonismo reconheça o caráter irredutível da alienação (Žižek, 2003, p.79). Em *Novas Reflexões...* observam-se as implicações ontológicas do termo:

Por conseguinte, a hegemonia é uma dobradiça, dado que, por um lado, ela sutura a relação entre dois elementos (a tarefa e o agente); mas, por outro, dado que esta sutura se produz no campo de uma relação primária e insuperável de deslocação, só podemos atribuir-lhe um caráter de inscrição, não de articulação necessária (Laclau, 1993, p.109).

A teoria da hegemonia formula, a partir disso, um sistema categorial que possibilita compreender o político como uma operação irredutivelmente simbólica, não literal. A hegemonia institui-se, nesse deslocamento ontológico, como uma universalidade metafórica na qual se realiza a particularidade. Não se pode supor que um sistema de dominação chegue a ser hegemônico como um esforço externo ao sujeito que o produz. As particularidades são absorvidas na universalidade em que se realizam. Este âmbito de definição situa-nos na natureza do sujeito político como produto de uma articulação na qual ele se produz. Isto é essencial num contexto no qual se contemplam os processos materiais de desigualdade, alienação política, repressão no consumo e as condições de vida, como determinação de uma subjetividade política de forma tendencialmente emancipatória. Tal esquema contempla a hegemonia como um processo consciente, racional e institucionalmente centrado, no qual os agentes atuam a partir de valores que definem de forma inteligível as suas ações e filiações políticas (Dussel, 2006, p.51; Houtart, 2010, p. 94; Grüner, 2011, p.55; Acosta, 2011, p.83).

Esta formulação discursiva pode contribuir para compreender a subjetividade política como um momento de intercâmbio, tradução de diversas demandas e agentes em torno de um ponto nodal ou de uma demanda que consegue tornar equivalentes as identidades (Mendoça, 2009, p.158). Isto resulta pertinente para compreender que a capacidade de um agente político, partido ou movimento social de estabelecer seus interesses como hegemônicos está na consecução de uma subjetividade política, resultado da articulação de espaços e agentes diversos sob um imperativo político-afetivo (Dussel, 2006, p.125). Por isso, situar a hegemonia como articulação enquanto prática da política resulta indispensável para uma visão crítica do ato político, assim como das tendências elitizantes e burocráticas que convertem os partidos em espaço de mobilidade social, reduzindo sua capacidade como movimento. Tais dinâmicas os colocam no centro do antagonismo e da geração de fronteira, isto é, na definição das cúpulas partidárias como os *de cima*, em face do *nós*, que aglutina os indivíduos não mobilizados politicamente.

## **II - EXTREMA DIREITA, METÁFORA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.**

A partir dessa reconstrução é possível afirmar que a Teoria Discursiva da Hegemonia pode aportar à compreensão do paradoxo político de que, após mais de duas décadas de políticas progressivas na América Latina, se observa a emergência de uma subjetividade política que contraria os valores de respeito à diferença. Esse cenário tem por centro o questionamento das axiologias, das rationalidades e das

pautas comunicativas consensuais. Não se trata só de um movimento ideológico conservador que dispute os preceitos políticos de um campo específico como o progressismo, a esquerda ou o socialismo. A produção de sua fronteira antagônica inclui, por exemplo, a esfericidade planetária, o papel da ciência, as vacinas e a emergência climática. Trata-se de uma mobilização sem correlatos materiais, por isso é necessária uma compreensão metafórica de tal processo.

Por outra parte, no cenário latino-americano, a perspectiva discursiva da hegemonia permitiria observar os limites a partir dos quais uma parte do Pensamento Crítico do continente interpretou a formação do sujeito político que deu o triunfo eleitoral às experiências neo-desenvolvimentistas. Essa corrente de pensamento julgou o sujeito político como resultado da emergência dos movimentos sociais, de suas lutas e mobilizações. A partir da categoria de articulação, pode-se concluir que, ao contrário desse análise, este foi o resultado de um momento hegemonic no qual os movimentos sociais e partidos de esquerda condensaram demandas de setores diversos. Uma condensação que permitiu que seus valores e expectativas determinassem a pulsão *catacrética* que reduziu metonimicamente o projeto meritocrático neoliberal.

Setores sociais diferentes, parte das classes médias de arraigamento ideológico diverso e o precariado democrático mobilizaram sua filiação ou, pelo menos, retiraram de forma pontual o apoio aos partidos tradicionais. Tudo isso sob significantes vazios, que permitiram que cada grupo aderisse aos enunciados que definiam sua identidade: a redistribuição da riqueza, a luta contra a corrupção, a soberania nacional. Mas tal posição de sujeito na relação com o Estado não esteve centrada na satisfação direta de interesses materiais, senão no significante vazio constituído em torno da aplicação de políticas que representavam um referente de quebra, ruptura, renovação, disruptão de forma progressiva. Tais ações não só foram possíveis pela acumulação da renda nacional devido ao *boom das commodities*, senão também pela constituição destas num plano discursivo de disputa, a partir da mobilização dos setores excluídos e de sua conexão com a esfera pública. Não é fortuito, pelo tanto, a formação de um campo de significação no qual se supõe que um conjunto de políticas públicas estaria modificando, de forma progressiva, os sistemas normativos e as axiológicas dominantes.

A contramão dessa emergência metafórica, diversa, aberta, múltipla, capitalizada em organizações, experiências e significados, a ação política concentrou-se nos marcos institucionais de geração de consensos. Várias dessas experiências, uma vez nos governos, priorizaram as dinâmicas de fortalecimento da governabilidade institucional, assumindo uma vocação de ordem que não lhes permitiu

representar o caráter irredutivelmente negativo e conflitivo da ação de poder. Isto é, o caráter negativo da potência retórica que os tinha levado ao domínio dos institutos políticos. Ficaram assim fora dos antagonismos e viram emergir um amplo movimento conservador que usou demandas como a luta contra a corrupção, a segurança e a liberdade como significantes para rearticular o campo social e se tornar hegemônico (Segrera, 2016, p.170).

É por isso que, diante de um contexto de pós-verdade, em que *tudo o que é sólido se desfaz no ar*, é indispensável compreender os âmbitos não literais da ação política, bem como o seu caráter simbólico e sobre determinado. Dita lógica, podemos evidenciá-la se observarmos o grau de irracionalidade a partir do qual a rearticulação do discurso e do projeto político neoconservador aglutinou um importante movimento de massas, que questiona a axiologia democrática e deliberativa. A ditos processos políticos são consuetudinários a produção de pontos nodais que se constituem a partir de significantes vazios. Um dos exemplos mais ilustrativos é a defesa de valores conservadores nos costumes, como a família tradicional, junto a uma noção hiper-liberal no âmbito económico, em nome da defesa da liberdade. Tal formulação adquire os tons do mito, pois não pode ser redutível nem decifrável a partir de uma literalidade racional nos fatos. Pelo contrário, desafia as axiologias e rationalidades modernas que supõem a localização das evidências, dos argumentos e das sequências fáticas que justificam os relatos e as identidades, e que se manifestam em valores e práticas sociais específicas.

Os movimentos eleitorais nos fornecem exemplos claros do caráter performativo do processo subjetivo na produção de significantes. Entre eles são paradigmáticos os eventos eleitorais brasileiros nos quais se ativou o pânico moral a partir de enunciados como o *kit gay* ou a *mamadeira de piroca* (Menezes, 2024, p.123). Ao mesmo tempo, a complexidade do processo de significação do real se oblitera com significantes como *bandido bom é bandido morto*, uma metáfora eficiente ao situar um inimigo antagônico que permite estabelecer pontos de pertença, motivação e identificação gregária. Diante desse cenário, a resposta, desde a irracionalização ou a redução ao absurdo dos enunciados e de seus sujeitos portadores, impediu identificar, na operação metafórica, as pulsões às quais respondiam. Longe de responder aos enunciados, sintagmas imaginários e impossíveis, a *mamadeira* ou o *kit* reais, era preciso identificar a potência mórbida que fazia com que os indivíduos adotassem suas posições de sujeitos a partir destes discursos.

Uma indagação desse tipo permite identificar, nos movimentos de protesto iniciados em 2013, o cerne da formação da cadeia de equivalência de impugnação dos câmbios sociais iniciados (Pinheiro-Machado, 2019, p.110). De uma parte,

massas populares insatisfeitas com as políticas públicas exigiam a radicalização da justiça social; de outra, setores de classe-meia, golpeados pelos ajustes fiscais, se revoltavam diante da perda de status e reconhecimento que implicava a ampliação do consumo das classes pobres. Ambos os extremos da cadeia de demandas têm na sua base os limites da ação do Estado nos marcos neoliberais nos âmbitos da segurança, saúde, educação, garantias laborais, conjugadas com a capacidade excepcional de determinar a produção da subjetividade. O marco de desenvolvimento das políticas públicas, seguindo uma antropologia de satisfação material, fez supor como dispensável a produção dessas relações como um processo de significação. E teve sua resposta num movimento anti-establishment que assumiu toda norma ou racionalidade como uma agressão à sua liberdade individual. A metafórica aparição de um *pato amarelo* gigante na fachada do capital industrial com o inquérito de: *quem paga o pato?* condensou os interesses neoliberais de recortar o gasto público e a sensação, entre importantes setores sociais, de que tinham sido afetados pela gestão das políticas distributivas.

Assim, os movimentos populistas de direita enunciam a defesa do significante *liberdade* e da *democracia*, desde o questionamento e o atentado às suas instituições sociais, e a construção do inimigo em toda a ideologia que pretenda a redistribuição da riqueza, o reconhecimento das diversidades raciais, de género, sexuais ou o cuidado com o meio ambiente. As quais seriam, em suma, as condições materiais do exercício da liberdade e da democracia. É nesse sentido que a lógica da articulação progride para uma compreensão retórica da política, da operação hegemónica como o ponto de assunção das identidades, demandas, valorações do discurso subalterno numa construção de significação. Uma dinâmica em que a presença dos enunciados não expressa uma relação causal e cumpre a função de negar e ocultar as unidades sintáticas ou os termos pragmáticos da enunciação (Balsa, 2019, 36).

A noção negativa e contingente da subjetividade política permite identificar a reprodução da topologia determinista, inclusive nos termos das identidades discursivas. Isto é, a suposição de que o reconhecimento das identidades e dos discursos de grupos historicamente excluídos determinaria a hegemonização do campo ideológico. Um esquema que parte de conceber que grupos sexodiversos, migrantes, feministas, proletários estarão determinados a rejeitar o discurso e prática de extrema direita. Nesse esquema, a execução de políticas públicas redistributivas e afirmativas seria uma condição inicial para mobilizar a filiação partidária dos indivíduos nos sistemas políticos liberais.

No entanto, a mobilização de um sujeito político contrário à deliberação, ao respeito à diferença e aos valores redistributivos que caracterizam as últimas quatro décadas de teoria e discurso democrático, deixa um sem-número de exemplos contrários a tal topologia. O contexto latino-americano é, sem dúvida, um cenário paradigmático de tal encruzilhada política. Neste, desenvolveram-se, ao longo de três décadas, ações identitárias afirmativas, com o reconhecimento legislativo aos direitos de setores sociais minoritários ou excluídos por motivos raciais, de gênero ou de origem cultural. Mas essas políticas foram assumidas como valores normativamente garantidos sem identificar que toda participação discursiva é suscetível de ser hegemonizada a partir de uma relação de antagonismo. Longe das suposições, setores das elites financeiras conservadoras, necessitados de obliterar a discussão sobre a exploração laboral e a desigualdade geradas pelo neoliberalismo, usaram a afirmação identitária como base para a estruturação de uma cadeia de equivalência. Assim, os direitos das mulheres, das comunidades sexodiversas, dos movimentos antirraciais foram constituídos em pontos de exclusão para afirmar uma universalidade ameaçada. A pulsão gerada pela desapropriação neoliberal foi satisfeita com uma identidade anti-direitos sob a influência de significantes como a *ideologia de gênero*, que permitia reduzir a vocação universal destas lutas e converti-las no discurso de grupos particulares que ameaçam a *liberdade coletiva*.

A limitação da ação política aos marcos jurídico-institucionais através de *políticas públicas* canalizou a potência de impugnação contra a ordem numa produção de *fronteiras* tendo como eixo os grupos excluídos. Tal dinâmica supõe que a produção de um discurso implica a estruturação de um exercício do político, de mobilização das posições de sujeito, por isso, esse processo é um exercício soberano de gestão da relação entre a sociedade civil e o Estado. Não é simplesmente uma operação comunicativa, restrita ao domínio da difusão de sintagmas em redes sociais; o domínio de um discurso nessas plataformas resulta de uma operação metafórica que excede o âmbito comunicativo.

Na base dessas condições, encontram-se o domínio eficiente de relações produtivas neoliberais baseadas na autonomia do indivíduo, assim como o impacto de conglomerados digitais transnacionais de controle da opinião pública, dois elementos centrais da capacidade de produzir identidades, discursos e práticas políticas. A partir do qual assiste-se à emergência de uma potência soberana, no sentido de capacidade de decisão, de reprodução e de mobilização das populações e dos territórios, que é excepcional ao sistema democrático-liberal. No entanto, é também diante desse cenário que resulta indispensável a revisão da capacidade da teoria discursiva de Laclau de dar conta dessa relação. Isto é, se as condições

de possibilidade de produção das operações metafóricas e de sua produção de posições de sujeitos, num exercício excepcional da relação entre estado e sociedade civil, podem ser analisadas no marco ontológico proposto por Laclau.

### **III - COMPLEMENTO MATERIAL À OPERAÇÃO METAFÓRICA DA HEGEMONIA.**

É inegável que a Teoria do Discurso aporta um frutífero marco categorial para a fundamentação de uma ontologia política contingente, capaz de estabelecer uma dinâmica conceitual que dá conta do caráter conflitivo da subjetividade política, bem como de seu status fenomenológico específico. No entanto, após a crítica ao essencialismo de classe e ao determinismo economicista, observa-se a negação do caráter material do conflito político. Em uma conceituação discursiva do antagonismo, que não preserva uma instância de limite nem estabelece um marco ético-normativo para a crítica das práticas políticas concretas. Este aspecto tem implicações complexas para a estabilidade da categoria em sua fundamentação ontológica. Por isso, é indispensável avaliar os limites de sua formulação para dar conta dos contextos, agentes e dinâmicas que condicionam a hegemonia enquanto processo metafórico de produção de subjetividade. Isto faz necessária a ampliação do paradigma discursivo para a análise das condições laborais, comunicativas e institucionais nas quais a biopolítica neoliberal se instaura como o discurso hegemônico. Ao mesmo tempo, resulta importante evidenciar as condições de reprodução material e simbólica que sustentam as diversas experiências ônticas da mesma como processo de ordenação da relação entre estado e sociedade civil.

No contexto atual, a proposta teórica enfrenta contradições decorrentes dos pressupostos críticos que a fundamentam. A radicalização do enfoque descritivo e fenomenológico em suas pretensões ontológicas limita a análise das diversas práticas ônticas da hegemonia a partir de um paradigma discursivo, sem referência material de limite ou de exterior discursivo. Pois o marco de compreensão da articulação reproduz as formulações racionais que pretende criticar, pois a identidade inclui a participação de uma ordem universal irredutível, ante a qual as dinâmicas não racionais, as opressões e violências resultam suspeitas e fora das práticas hegemônicas (Butler, 2003, p.21; Žižek, 2003, p.55). Isto nos depara hoje com um paradoxo: o pós-marxismo, desde sua prevenção teórica das possíveis derivas totalitárias dos projetos de mudança, não questiona as múltiplas, refinadas, planejadas e normativas formas de produção de morte da ordem imperante e suas condições hegemônicas inscritas no modo de produção da vida:

O campo geral de emergência da hegemonia é o das práticas articulatórias, isto é, um campo em que os «elementos» não se cristalizaram em «momentos». Em um sistema fechado de identidades relacionais, no qual o sentido de cada momento está absolutamente fixado, não há lugar algum para uma prática hegemônica. Um sistema plenamente logrado de diferenças, que excluísse todo significante flutuante, não abriria o campo a nenhuma articulação; o princípio de repetição dominaria toda prática em seu interior, e não haveria nada que hegemonizar (Laclau; Mouffe, 1987 [1985], p.229).

Esse marco teórico supõe uma análise na qual a relação entre estado e sociedade civil se estabelece como um plano de disputa e de constante produção de significação. No entanto, os limites construtivistas desse desenvolvimento serão determinados pela peculiar genealogia do pensamento marxista, sua rejeição tácita a qualquer fixação de um exterior discursivo, bem como por um formalismo epistêmico que rejeita a formulação de uma premissa ético-política. Como tem se avaliado, dar conta da emergência do sujeito de extrema direita supõe uma indagação sobre as pulsões que dão condição de possibilidade à eficiência dos significantes vazios que mobilizam os indivíduos para posições de sujeito de rejeição à diferença. Para tanto, é indispesável uma análise das condições nas quais o discurso neoliberal produz os corpos como sujeitos da eficiência econômica, produzindo posições de sujeitos em que o indivíduo se produz como gestor de sua própria regulação e exploração. Mas, para isto, deveríamos reavaliar a rejeição laclausiana às análises das condições materiais de produção da vida, os conjuntos de práticas laborais, mercantis, comunicativas e institucionais nas quais o neoliberalismo, como *modo de produção* da vida, constitui o marco geral de significação.

É fundamental uma crítica às formas alienantes do neoliberalismo como modelo de crescimento lucrativo do capitalismo tardio globalizado, que subordina as esferas subjetivas à ordem de acumulação intensiva e tanática. E enfrentar igualmente os eficazes meios que reduzem a liberdade ético-política à experiência do desejo e à sua satisfação no consumo como único vínculo social ou imaginário de sociabilidade. Um complexo processo subjetivo que se instaura como barreira a qualquer tradução entre movimentos sociais. E muito mais, no esforço destes para articular demandas com grupos alienados que reproduzem as racionalidades excludentes do modo de redução libidinal da vida (Fair, 2019a, p.45; Žižek, 2003, p.35). Perante estes desafios, a teoria de Laclau supõe equiparar a emergência de novas identidades deslocadas a um suposto momento disruptivo (Howarth, 2004, p.265).

Precisamente, assiste-se a um cenário em que vários grupos assumem a disruptão e a defesa da sua identidade como elementos para relativizar o conteúdo material dos conflitos em que interagem. E, com isso, degradam também as axiologias e práticas que determinavam os processos deliberativos no espaço público. Para os movimentos conservadores, os direitos dos povos originários, das minorias étnicas e sexodiversas não passam de identidades que atentam contra o livre exercício da liberdade individual. A livre escolha de identidades e verdades, sem referências a um corpo ou a um sistema de crenças validado, não é uma expressão da emancipação pós-moderna, senão da reificação mercantil de tudo o que é real. O terraplanismo, a rejeição de toda a evidência científica não são apenas fenômenos comunicativos de massa, mas sintomas de uma pulsão que precisa questionar os elementos normativos da realidade, pois não consegue resolver o trauma, a exploração física e psíquica do capital.

É por isso que uma lógica da hegemonia, suportada por uma teoria discursiva, deve compreender que o plano de equivalência das identidades que propõe desenvolve-se num processo de redução das certezas do trabalho e de endividamento do consumo como fenômenos integrados a um imaginário de inevitabilidade do modo de produção atual (Tosel, 2012, p.186). Nesse cenário, a suposição de que os discursos provenientes da comodificação do trabalho são fontes de emancipação deve ser confrontada à luz dos estudos em torno dos processos de *governamentalidade* biopolítica (Foucault, 2010, p.215).

Ao expandir as implicações ontológicas do termo, a teoria discursiva depara-se com um argumento circular: se a hegemonia é a forma da política, a efetividade do sujeito político está garantida independentemente da sua ação. Ao mesmo tempo, o modelo de articulação não apresenta um meio de discernimento entre incomensuráveis condições materiais (Butler, 2003, p.55). Isso se deve ao fato de que a fenomenologia proposta não parte da análise das dominações ou das hegemonias existentes. A crise do sujeito político socialista estabelece-se como a base para a definição do ser da hegemonia como fenômeno, a sua ontologia. Como consequência impõe-se como limite ontológico a ideia de que apenas no quadro de relações políticas agonísticas, dentro da democracia liberal, pode desenvolver-se um sujeito político alternativo. O domínio das oligarquias financeiras, a concentração globalizada dos capitais, os processos de alienação do trabalho, a dissolução mercantil do vínculo social, a violência dos meios estatais, para-estatais, narco-militares de repressão não são dinâmicas que possam ser atendidas. Pois elas serão absorvidas por uma tendência plural inscrita no desenvolvimento hegemónico do social.

A formulação ontológica que a teoria discursiva da hegemonia nos apresenta tem um princípio de racionalidade valioso: o antagonismo só é superável a partir de práticas políticas que sejam significativas. Para isso, a “dominação do capital”, por exemplo, deve ser expressa *catacreticamente* em enunciados significativos que organizem uma volição política. Porém, não apenas não se desenvolve uma teoria adequada sobre os planos não textuais do discurso na teoria de Laclau, como afirma Balsa (2019, p.38), mas a progressiva negação do carácter material do antagonismo impede relacionar as operações retóricas com os elementos não textuais que dão condição de possibilidade ao discurso. Por exemplo, os processos laborais, comunicativos, de habitat e/ou afetivos, de aceleração temporal do trabalho e da vida, que impedem a crítica e a decodificação comunicativa dos *topos* do discurso hegemónico.

Por isso, a produtiva analítica laclausiana para dar conta do carácter metafórico da produção da subjetividade política, pode ser complementada com enfoques que resguardem o carácter acontecimental do discurso permitam dar conta das condições materiais da pulsão que condiciona a efetividade metafórica. Por exemplo, a leitura psicanalítica permite compreender que, apesar do grau de construção simbólica da repressão do desejo ou das figuras imaginárias do consumo que mitigam o trauma, a norma do discurso capitalista é intervir na economia libidinal do sujeito. O espaço da operação hegemônica é diluir a relação entre ambos os processos; sem isso, a hegemonia não tem *locus* conceptual. Se se ignora tal conflito, bem nos serviria qualquer uma das teorias normativas do comunicativo (Žižek, 2003, p. 35; Fair, 2018, p.201). Então, ao contrário do que foi colocado por Laclau e por vários de seus seguidores, como Biglieri, a hegemonia não pode ser apenas um exercício retórico (2017, p.250). Esta implica sempre relações de poder que se imprimem na literalidade dos corpos que administra o poder soberano (Montero, 2012, p.21). As condições de violência psíquica, incerteza traumática, precarização das condições de vida são um demiurgo que gera um processo de alienação comum a formas metafóricas do político totalmente inversas. Nesse sentido, os protestos sociais no Brasil de 2013 ou o assalto de uma horda de matizes totalitários às sedes dos poderes democráticos em Brasília podem ser lidos como sintomas da própria ordem hegemônica, mas de signo e conotações opostos.

Apesar do entusiasmo exegético de vários autores (Fair, 2019) sobre o carácter ético-político da obra de Laclau, o esforço antiessencialista impõe um limite conceptual importante ao elemento ético-normativo da teoria do discurso. Um viés que sustenta a conceptualização ontológica do antagonismo. Ao estruturar o modelo fenomenológico da política a partir da universalidade dos significantes

vazios, tal teoria tem um limite importante: definir a partir de que referência pode ser julgada a natureza desse exercício retórico. Ou seja, poder estabelecer juízos sobre a especificidade da produção metafórica de um discurso orientado à deliberação ou à construção de comunidade política, face a outro orientado à degradação dos espaços deliberativos democráticos (Balsa, 2018, p.41).

Nesse esforço pode ser também essencial um diálogo com as tensões que aporta a perspectiva feminista. Não é menor lembrar que é no debate com Judith Butler que a Teoria do Discurso reavalia o papel da universalidade na definição da hegemonia. O conceito de interseccionalidade nos aporta uma perspectiva teórica na qual se preserva o papel da identidade como centro de uma ontologia discursiva. No entanto, a luta feminista tem superado os limites dos debates acadêmicos para tornar possível, ou quase evidente, que a crítica das violências que reprimem, regulam e administram os corpos está estreitamente relacionada às relações de alienação do capital em suas dimensões produtiva, colonial e racial (Guadagnin, 2024, p.241). A referência às condições de exploração racial e colonial nas quais se desenvolve o discurso implica uma referencialidade material na qual todas as operações metafóricas não têm o mesmo valor e, ao contrário do referente agonístico, têm implicações sumas cero. Isto é, a hegemonia sempre implica que o estabelecimento da fronteira se desenvolve sobre corpos, grupos e sujeitos cuja vida é cegada.

Por isso, é indispensável estabelecer a especificidade do exercício metafórico que caracteriza a luta descolonial por uma democracia participativa e de justiça social, face às articulações discursivas neoconservadoras que lutam pela degradação dos limites que implicam a democracia liberal. Nisto, a renúncia à alteridade, como noção de limite das identidades e a reprodução de um modelo hobbesiano do político não permitiram estabelecer estas distinções (Vergalito, 2018, p.641; Critchley, 2004, p.116). Tais formulações geram aporias que não podem ser reduzidas formalmente a partir desta redução do discurso; as bases do político são as mesmas, a partir de uma construção emancipatória, que a partir de um projeto conservador ou reacionário. Este limite descriptivo-explicativo não é uma simples contingência, mas o resultado de uma elaboração ontológica que partiu do exercício de interditar qualquer referência material às práticas discursivas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau fundamenta a Hegemonia como um processo discursivo essencialmente metafórico. No sentido em que a ontologia do social é produzida em uma operação de significação situada, a partir da possibilidade de determinadas identidades de hegemonizar o campo discursivo e de

produzir posições de sujeito. As posições de sujeitos nesse marco instauram-se como um conceito-chave para uma ontologia acontecimental que supera os entendimentos deterministas e essencialistas que têm derivado em práticas políticas limitadas aos marcos de governabilidade. Desde esse modelo é possível entender a relação entre estado e sociedade civil como o campo de uma disputa pela significação do real, não como o resultado de dinâmicas de satisfação, filiação material ou de reconhecimento. Nesse próprio horizonte se comprehende que as práticas e discursos de identidades dos grupos excluídos não se constituem em hegemônico a partir do marco liberal de reconhecimento legal pelo Estado. Pelo contrário, estes devem ser o ponto nodal da disputa significativa que tende a uma universalidade impossível, que se insatura num referente de radicalização das práticas e das relações entre o Estado e a sociedade civil.

A formulação clausiana é ainda mais efetiva se complementada pelas análises pós-estruturais da biopolítica aneoliberal. Desde esta podemos dar conta das condições de possibilidade da produção dos significantes vazios no contexto do capitalismo tardio. Nesse sentido, a produção da subjetividade de extrema direita mostra como os significantes vazios são os dispositivos sintomáticos do mau-estar gerado pelo regime de expropriação neoliberal. Indagar e significar essas relações, em seu status de gênero, colonial e racial, para tornar possível outro marco de significação que faça hegemônicos os valores de respeito à diferença.

## REFERENCIAS.

- ACOSTA, Yamandú. *La constitución del sujeto en la filosofía latinoamericana*. Grüner, Eduardo (Coord). Los avatares del pensamiento crítico hoy por hoy. En: *Nuestra América y el Pensamiento Crítico: Fragmentos de Pensamiento Crítico de América Latina y el Caribe*, 2011.
- ARDITI, B. a. *Post-hegemonía: la política fuera del paradigma postmarxista habitual*. En: C. Heriberto & F. Javier (Comps.), *Política y cultura: la tensión de dos lenguajes* (1<sup>a</sup> ed.; p. 159-193). Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.
- BALSA, J. *Hegemonía, dialogismo y retórica*. *Diferencias*, 1(9), 33-44, 2020.
- BIGLIERI, P. *Populismo y emancipaciones. La política radical hoy. Una aproximación (con variaciones) al pensamiento de Ernesto Laclau*. *Revista mexicana de ciencias políticas y sociales*, 62(229), 2017.
- BUTLER, J. *Re-escenificación de lo universal: hegemonía y límites del formalismo*. En: J. Butler, E. Laclau, & S. Zizek, *Contingencia, hegemonía y universalidad* (1<sup>a</sup> ed.; pp. 17-48, C. Sardoy, & G. Homs, Trad.). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

- CASTILLO, C. V. *Hegemonía: aproximación a la constitución de sujetos políticos en Laclau. Mutatis Mutandis: Revista Internacional de Filosofía*, 1(9), 41-64, 2017.
- CRITCHLEY, S. *Is there a normative deficit in the theory of hegemony?*. En: S. Critchley, & O. Marchart (Eds.), *Laclau: a critical reader* (1<sup>a</sup> ed.; pp. 113-122). New York: Routledge, 2004.
- DUSSEL, E. *20 tesis de política*. México: Siglo XXI / Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, 2006.
- FAIR, H. *El discurso capitalista neoliberal desde una perspectiva lacaniana. Desafíos*, 31(1), 193-235, 2019 a.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique: cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.
- FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France 1976*. Paris: Gallimard/Seuil, 2010.
- GRAMSCI, A. *Gramsci y la filosofía de la praxis*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1997.
- GRAMSCI, A. *Cuadernos de la cárcel TI: Edición crítica del Instituto Gramsci. A cargo de Valentino Gerratana* (1<sup>a</sup> ed.; A. M. Palos, Trad.). Ciudad de México: Era/Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999.
- GRÜNER, E. *Los avatares del pensamiento crítico, hoy por hoy*. En: E. Grüner (Coord.), *Nuestra América y el Pensamiento Crítico: fragmentos de pensamiento crítico de América Latina y el Caribe* (1<sup>a</sup> ed.; pp. 15-74). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011.
- GUADAGNIN, R. 12. INTERSECCIONALIDADE E O DEVIR DO GÊNERO? “O PESSOAL É POLÍTICO”: ATIVIDADES REALIZADAS NO SISTEMA PRISIONAL PELO COLETIVO TERRITÓRIO EM JUSTIÇA SOCIAL. *Editora Fundação Fênix*, 233.
- HOUTART, F. *De la resistencia a la ofensiva en América Latina: cuales son los desafíos para el análisis social*. Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano, 26, 1-5, 2010.
- HOWARTH, D. *Hegemony, political subjectivity, and radical democracy*. En: O. Marchart, & S. Critchley, *Laclau: a critical reader* (1<sup>a</sup> ed.; pp.). New York: Routledge, 2004.
- KATZ, C. *Socialismo o neodesarrollismo*. Aporrea. org, 30, 2006.
- LA CLAU, E., & MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista*. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LA CLAU, E. Gramsci. En: S. Critchley, S., & W. R. Schroeder, *A companion to continental philosophy*. 1<sup>a</sup> ed.; pp. 461-468. New Jersey: Wiley Blackwell, 1991.
- LA CLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

- LACLAU, E. *Posmarxismo sin pedido de disculpas* (Con Chantal Mouffe). En: E. Laclau, *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1993.
- LACLAU, E. *Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas*. En: E. Laclau, J. Butler, & S. Žižek, *Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- LACLAU, E. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- LOPEZ SEGRERA, F (2016). *América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha* / Francisco López Segrera. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- MENDONÇA, D. *Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (1), 153-169, 2009.
- MENEZES, Carlos André Araújo. *Expressões de uma “vingança adiada” : o kit gay e a mamadeira de piroca como movimentos performativos na linguagem* / Carlos André Araújo Menezes; orientador Vanderlei José Zacchi. – São Cristóvão, SE, 2024.
- MONTERO, A. S. *Significantes vacíos y disputas por el sentido en el discurso político: un enfoque argumentativo*. *Identidades*, 2(3), 1-25, 2012.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. Rosana Pinheiro-Machado. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- RETAMOZO, M. *Tras las huellas de hegemonía: usos de hegemonía en la teoría política de Ernesto Laclau*. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, 16(55), 39-57, 2011.
- RODRIGUES, A. *Reformulações da teoria marxista no pós-marxismo de Laclau e Mouffe*. *Revista Inter-Legere*, 2(24), 51-80, 2019.
- SADER, E. *Posneoliberalismo en América Latina*. 1<sup>a</sup> ed. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formación CTA, 2010.
- TOSEL, A. *Les deux voies de l'imaginaire néolibéral et leur tension*. *Noesis*, (20), 169-203, 2012.
- VERGALITO, E. *¿Es la teoría de la hegemonía una teoría “crítica”?* Explorando los límites del pensamiento político de Ernesto Laclau. *Isegoría*, (59), 637-650, 2018.
- ŽIŽEK, S. *¿Lucha de clases o posmodernismo? ¡Sí, por favor!*. En: J. Butler, E. Laclau, & S. Žižek (Orgs.), *Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda*. (ed.; pp. 95-140), 2003.

# História e Teoria Política do Discurso: contribuições do pensamento laclauiano para uma história do político

*History and Political Theory of Discourse  
contributions of Laclauian thought to  
a history of politics*

Jefferson Evânio da Silva<sup>a</sup> 

**Resumo** O objetivo do presente texto é discutir as contribuições teórico-metodológicas da Teoria Política do Discurso para o campo da pesquisa histórica. Mais especificamente, explorar o potencial analítico de algumas categorias que constituem parte da formulação teórica de Ernesto Laclau para os estudos históricos que buscam problematizar o passado e sua articulação com o presente a partir de sua inscrição numa problemática geral da discursividade da vida social. Partindo-se da premissa de que o diálogo interdisciplinar caracteriza a constituição de uma *história-problema*, advogamos tanto a importância da abertura da pesquisa histórica para perspectivas preocupadas com o estudo das funções políticas e simbólicas do discurso; quanto a possibilidade de ampliação crítica desta tradição discursiva a partir do diálogo crítico entre *História e Teoria Política do Discurso*.

**Palavras-chave** Teoria do discurso. Historiografia. Metodologia. Interdisciplinaridade. Política

**Abstract** The aim of this text is to discuss the theoretical and methodological contributions of Political Discourse Theory to the field of historical research. More specifically, it explores the analytical potential of some categories that are part of Ernesto Laclau's theoretical formulation for historical studies that seek to problematize the past and its articulation with the present based on its inscription in a general problem of the discursivity of social life. Starting from the premise that interdisciplinary dialogue characterizes the constitution of a historical problem, we defend both the importance of opening historical research to perspectives concerned with the study of the political and symbolic functions of discourse, and the possibility of critically expanding this

---

<sup>a</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Pós-doutorando em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: evanio.silva@servidor.uepb.edu.br

*discursive tradition based on critical dialogue between History and Political Theory of Discourse.*

**Keywords** Discourse theory. Historiography. Methodology. Interdisciplinarity. Politics.

## INTRODUÇÃO

*A história não é um processo autodeterminado. A opacidade de uma exterioridade irrecuperável sempre empanará as categorias que definem a interioridade.*

(Ernesto Laclau)

No conjunto de sua produção intelectual, o teórico argentino Ernesto Laclau jamais se debruçou diretamente sobre as condições do ofício do historiador. Com efeito, apesar de sua formação inicial em História pela Universidade de Buenos Aires, o teórico não escreveu necessariamente sobre os métodos da pesquisa histórica ou acerca da natureza das fontes a partir das quais se dá a produção do conhecimento histórico. E, não obstante, encontramos no conjunto de seus textos uma preocupação sempre latente: o do sentido adquirido pela história no interior de determinadas formações discursivas<sup>1</sup>. Mais ainda, a construção discursiva laclauiana é atravessada, a todo instante, pela narrativa histórica. Isto ocorre, por exemplo, não apenas naqueles momentos em que o autor se dispõe a discorrer sobre temas como a história do marxismo ou do pensamento político contemporâneo,

---

1 Empregamos o conceito de formação discursiva no sentido definido pelos estudos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), em diálogo com a leitura proposta por Foucault (2014a). Ou seja, não entendemos por formação discursiva um conjunto de textos, enunciados e/ou discursos caracterizados pela unidade que os “amarra” segundo a “coerência lógica de seus elementos” internos, cujo sentido dependeria de um “sujeito transcendental apriorístico, um sujeito atribuidor de sentido a la Husserl” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 178). O que constitui a coerência de uma formação discursiva é a regularidade na dispersão. Na teoria política do discurso, compreende-se por formação discursiva uma “unidade mais ampla de significação” em torno da qual se reúnem conceitos, imagens, textos, signos, vozes, silêncios e discursos sob o signo da diferença, do corte, do limiar e da ruptura. Com efeito, “uma formação discursiva é sempre um conjunto articulado, mas, heterogêneo, de discursos, ou seja, de sistemas de regras de produção de sentido. Uma formação discursiva já está hegemонizada por um determinado discurso dentro de uma pluralidade. Não é um todo monolítico, fechado em si, mas, produz efeitos de posicionamento, autorização e restrição sobre os sujeitos que nela se constituem ou expressam” (Burity, 2014, p.66). Além disso, a formação discursiva pressupõe um dentro e um fora, elementos heterogêneos que não cabem em seu interior no momento mesmo da articulação. No interior de uma formação discursiva há, também, disputas em torno da significação, de modo que ela não pode ser imaginada como uma unidade coesa, harmônica e definitiva que se expressaria na referência comum a um mesmo tema, objeto, ou no estilo comum de enunciados e discursos. O que a caracteriza não é a mesmidade, mas, inversamente, a prática relacional entre seus elementos diferenciais. “Sempre que se puder descrever entre um número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva” (Foucault, 2014a, p. 47).

mas, sobretudo, nas diversas ocasiões em que a experiência histórica é requerida para conferir ao exercício teórico o elemento da soma (ou da articulação), sem o qual poderia-se muito facilmente acusá-lo de conceber as ideias *ex nihilo*.

O potencial heurístico dos conceitos e categorias analíticas que associamos à teoria política do discurso se deve, em grande medida, à sua própria inscrição no tempo histórico. Sem cair nas armadilhas da tensão intrínseca ao par idealismo/realismo, Laclau não pretendeu exaurir a história de seu conteúdo “empírico” manifesto (plural, contingente) e, sobretudo, pedagógico. Muito menos conceber a ideia de discurso<sup>2</sup> como um elemento a-histórico e/ou descolado do tempo. O que fez, neste ponto, foi resgatar a própria experiência histórica de sua gaiola idealista-essencialista. Ainda com relação à história, o que ele mais precisamente questionou foi sua subsunção à lógica do processo linear, teleológico e fatalista, ao postular, como na epígrafe que abriu este texto que “a história não é um processo autodeterminado”, uma vez que “[...] a opacidade de uma exterioridade irrecuperável sempre empanará as categorias que definem a interioridade” (Laclau, 2018, p. 226). Desse modo, tanto a ideia de um sentido pré-determinado a se manifestar segundo uma lógica do encadeamento processual, causal e necessário, quanto a fantasia hegeliana (e liberal-democrata) de um fim da história encontraram, nos textos de Laclau, um arsenal de objeções críticas.

Em *Emancipação e Diferença*, Laclau (2011) defendia a necessidade de um questionamento da mística presente na ideia de uma finalidade última atribuída ao processo histórico, bem como o descentramento das tradicionais apostas de certo marxismo ortodoxo na pressuposição da classe como sujeito histórico privilegiado. Um tal giro hermenêutico nos leva a pensar nas possibilidades de uma abertura da história à própria natureza relacional, contingente e antagonística que caracteriza, como diria Marc Bloch (2002, p. 55): a ciência/experiência dos homens no tempo. Assim, Laclau também parece colocar *sub judice* a ideia de uma história que se tornaria inteligível a partir do desvelamento de uma estrutura centrada. Ao

2 Na teorização elaborada por Ernesto Laclau, a noção de discurso aponta para uma categoria que pressupõe a articulação de “palavras e ações”; algo que tem “natureza material e não mental e/ou ideal (Mendonça; Rodrigues, 2014, p. 49). Trata-se, pois, de uma leitura do discurso que não pretende circunscrever a questão da produção do sentido à intencionalidade dos agentes - conforme certa concepção psicologista do discurso. Com efeito, em Laclau, “o discurso é uma unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconsciente”, constituindo parte “inseparável da ontologia social dos objetos” (Burity, 2014, p. 66). Na Teoria do Discurso, a noção de discurso implica, pois, a função central da lógica da articulação e do diferimento, sendo o próprio discurso o resultado de determinada prática de articulação. Nos termos de Laclau e Mouffe (2015, p. 178): “chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos discurso”.

postular que todo sentido é socialmente construído, o autor nos convida a pensar numa leitura da história capaz de colocar em relevo a problemática da “genealogia” dos sentidos assumidos pelo par inseparável entre discurso/ação. Poder-se-ia dizer, ao menos neste sentido, que há na gramática laclauiana um conceito de história a guiar sua reflexão sobre temas como antagonismo, hegemonia, democracia agonística, dentre outros. Desde uma perspectiva laclauiana, a história não possui uma finalidade em si mesma, muito menos um sentido que se revela no decorrer de um processo. Desprovida de centro, a história é atravessada pela linguagem e pelas disputas hegemônicas que orientam, inclusive, sua própria escrita.

Diante do exposto, o presente texto parte de uma constatação preliminar. Uma vez que o diálogo entre a teoria política do discurso e a história representa um traço constituinte da própria teorização laclauiana, o movimento que parte da pesquisa histórica - no caso da historiografia brasileira - em direção ao rico arsenal conceitual fornecido pela teoria política do discurso não ultrapassou o terreno das explorações iniciais. A leitura dos textos de Laclau não é um fenômeno popularizado nos cursos de Licenciatura ou Bacharelado em História no Brasil. De fato, uma rápida consulta na bibliografia de teses e dissertações disponíveis em repositórios institucionais na área podem comprová-lo facilmente. Inversamente, este não é o caso, conforme sabemos, com os estudos em educação, com destaque para a área de currículo, das políticas públicas e de outros campos onde pesquisas interdisciplinares têm explorado os processos de identificação e subjetivação política na estruturação de discursos educacionais, religiosos e políticos (Burity, 2010; Oliveira, Oliveira, Mesquita, 2013; Lopes, Macedo, 2010). O que também se aplica ao campo de estudos pós-estruturalistas em religião e política e, especialmente, em importantes trabalhos sobre neoconservadorismos, populismos e questões de gênero na contemporaneidade (Mendonça, 2014; Burity, 2023, Souza, 2019; Souza, Silva, 2022; 2023 Oliveira, Oliveira, 2022).

Além disso, no contexto atual, inúmeros estudos têm demonstrado o potencial heurístico da teoria política do discurso na compreensão dos processos históricos de construção do povo. Com efeito, a literatura especializada tem chamado a atenção, por exemplo, para a capacidade da extrema direita global e nacional em construir o povo mediante a articulação de demandas sócio-políticas, a construção de fantasias sociais, o acirramento das fronteiras e a mobilização de significantes vazios capazes de fomentar a produção de inúmeras formas de identificação política (Nazareno, 2025; Marques, Carlos, 2025; Freitas, 2025; Costa, Coelho, Marques, 2025). O populismo de extrema direita, considerado enquanto uma lógica política constitutiva do fazer político contemporâneo não deve, portanto, ser subestimado

pela comunidade dos historiadores. E, neste sentido, o mesmo poderia ser dito com relação ao potencial crítico do pensamento político laclauiano para a pesquisa histórica acerca dos efeitos desta lógica em termos sincrônicos e diacrônicos.

Nesta direção, o objetivo do presente texto é discutir as contribuições teórico-metodológicas da teoria política do discurso para o campo da pesquisa histórica. Mais especificamente, pretende-se explorar o potencial analítico de algumas categorias/conceitos que constituem parte da formulação teórica de Ernesto Laclau para os estudos históricos que buscam problematizar o passado e sua articulação com o presente a partir de sua inscrição numa problemática geral da discursividade da vida social. Partindo-se da premissa de que o diálogo interdisciplinar caracteriza a constituição de uma *história-problema*, advogamos tanto a importância da abertura da pesquisa histórica para perspectivas preocupadas com o estudo das funções políticas e simbólicas do discurso; quanto a possibilidade de ampliação crítica desta tradição discursiva a partir do diálogo entre História e teoria política do discurso.

Na primeira seção do artigo, discutimos o lugar tradicionalmente ocupado pelo significante povo no campo da pesquisa histórica e seus desdobramentos em outros campos discursivos centrais ao debate proposto. Especialmente, a partir de uma breve problematização da tradição modernista e de certa expressão do pensamento histórico-sociológico brasileiro que definimos como culturalista. Na mesma direção, propomos, à luz da teoria política do discurso, algumas provocações teórico-metodológicas no sentido da possibilidade de uma *história do político*<sup>3</sup> “animada” pela mobilização, no âmbito de pesquisas empíricas, de conceitos e questões suscitadas pela teorização laclauiana, tais como: *discurso, significantes vazios e flutuantes, pontos nodais, lógicas da diferença e da equivalência, articulação e hegemonia*. Na segunda seção, tentamos situar algumas das provocações teórico-metodológicas apresentadas ao longo da discussão na análise de um problema específico: a construção discursiva do povo nos Oitocentos. Discutindo, neste último ponto, os embates hegemônicos envolvidos na construção

3 Por político entende-se a esfera antagonística que organiza a vida social e que se traduz na disputa de sentidos no universo geral da discursividade. História do político, portanto, busca fazer referência a uma modalidade de pesquisa histórica que abarca justamente essa esfera do conflito no âmbito simbólico e da própria linguagem. A política, por sua vez, diz respeito à esfera daquilo que se apresenta como manifestação da normatividade, da ordem propriamente dita. Nos termos de Chantal Mouffe, o político se refere “à dimensão de hostilidade e antagonismo que é uma possibilidade sempre presente em toda sociedade humana; antagonismo que pode assumir muitas formas diferentes e emergir em diferentes relações sociais. A política, por outro lado, se refere ao conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflitivas porque são afetadas pela dimensão do político (Mouffe, 2006, p. 22).

discursiva de um povo considerado “ideal” pelo prisma de formações discursivas como o catolicismo ultramontano, a ética cristã reformada e o liberalismo político republicano.

## UMA “OUTRA” HISTÓRIA DO POVO É POSSÍVEL?

*[...] es solo gracias al puro, irreductible evento que consiste en un desplazamiento contingente no recuperable por ninguna reagregación metafórica, que podemos tener una historia, tanto en el sentido de *Geschichte* como en el de *Historie*. Es porque hay hegemonía (y metonimia) que hay historia*

(Ernesto Laclau)

A história política e, mais precisamente, a história do pensamento político constitui um campo de estudos privilegiado da pesquisa histórica. Da ênfase atribuída pela historiografia tradicional, ainda no século XIX, ao primado do político, isto é, à ordem factual, à cronologia dos eventos e à reconstrução idílica de memórias reservadas aos chamados “grandes homens”; passando pelas inúmeras novas abordagens suscitadas pelo movimento dos *Annales* a partir da década de 1920, inicialmente no contexto francês, e os diálogos com os campos da História social e cultural, o fenômeno político sempre mereceu destaque na produção discursiva das mais distintas tradições historiográficas.

Entre os diversos problemas formulados no interior deste campo discursivo, a questão do povo se apresenta, decerto, como uma das mais problemáticas. Em uma reflexão acerca dos problemas envolvidos no projeto da chamada “história vista de baixo”, uma história que pretende, dentre outras coisas, dar voz à maioria silenciosa dos “mortos”, o historiador inglês Peter Burke nos convidava a formular a seguinte questão: quando nos propomos a fazer a história do povo, quem é, de fato, o povo? Indagava o autor: “[...] são todos: o pobre, as classes subalternas, como costumava chamá-las o intelectual marxista Antonio Gramsci? São os analfabetos e os incultos?” (Burke, 2011, p. 21).

Há de se situar, inclusive, a questão dos inúmeros desafios colocados ao historiador engajado na complexa tarefa de compreensão da discursividade e/ou imaginário popular. Com efeito, haveria no povo algo como uma gramática intrínseca, espécie de voz coletiva e monolítica a traduzir a existência pré-discursiva de um sujeito sem fissuras? Esta voz seria, ainda que fragmentada, distinta daquela que nos acostumamos a atribuir às chamadas elites? E, em caso afirmativo, poderia o historiador reconstituir, ao modo do exercício poético-literário presente na voga

modernista europeia e brasileira, de J. Michellet à Carlos Drummond de Andrade, algo como “a rosa do povo”? Leia-se, algo como uma “essência do popular”? Ou, pelo contrário, conforme salientado por V. Safatle (2022), a chamada linguagem popular seria sempre atravessada pela ação de um elemento externo e, por vezes, estranho ao próprio povo?

No caso brasileiro, a busca pela chamada “alma popular” ocupou, conforme sabemos, toda uma geração de intelectuais. De acordo com Antonio Cândido (2006), foi o movimento modernista, inspirado nas vanguardas europeias de final de século, o primeiro a fundar as sementes que germinariam no interior do pensamento social brasileiro nas décadas posteriores. Com efeito, em autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, apesar dos hiatos que os separam, a *culturalização* do povo constitui, decerto, um elemento irremovível de nossa construção histórico-sociológica. A tentativa em descrever minuciosamente aqueles elementos supostamente característicos da personalidade nacional, os traços do caráter de nosso povo, a questão de sua condição étnico-racial, suas formas de amar, produzir, comunicar, gozar, morrer e sepultar os mortos. Mais ainda, seu particular sistema de crenças, sua relação peculiar com o sagrado, com os bichos, sua inscrição na natureza dos seres a refletir, de algum modo, sua própria inscrição na natureza do mundo. A inscrição do significante nas redes daquilo que, dialogando com J. Derrida (2013), poderíamos chamar de uma *metafísica da presença* (do povo, no mundo).

No campo da pesquisa histórica, especialmente naquelas investigações que buscaram problematizar o povo a partir do signo da cultura, a tentativa em descrever algo como a linguagem do povo e/ou do popular também guiou toda uma série de importantes estudos (Bakhtin, 1987; Ginzburg, 2002; Darton, 2001; Chartier, 1995; 1998; Thompson, 1998). Prevalecendo, em muitos casos, a despeito de certa reserva quanto à homogeneidade da discursividade popular, relativa aposta teórico-metodológica na busca pelos caracteres intrínsecos às formas de ser e estar do povo no mundo. Quer seja do ponto de vista de suas conexões (trocas, ressonâncias, equivalências etc...) com a chamada cultura das elites, ou, ainda, em sua posição antagonística frente ao *status quo* estabelecido, o chamado imaginário popular ocupa um lugar de destaque na produção discursiva histórico-sociológica. Em termos gerais, a leitura histórica do povo parece ser orientada por certa noção culturalista do significante, vis-à-vis a subsunção da ideia de povo à lógica do agente histórico privilegiado. Assim, tanto do ponto de vista do seu corte de classe ou, ainda, mediante o deslocamento da discussão para o terreno das identidades,

uma dupla lógica parece organizar os discursos sobre o povo: a *culturalização do significante*, por um lado; o *essencialismo das posições-de-sujeito*, por outro.

No caso brasileiro, há de se perguntar, inclusive, em que medida o elogio epistêmico à “natureza” festiva, folclórica e exuberante da “alma popular” negligenciou a origem profundamente conservadora e, em alguns casos, autoritária deste mesmo regime enunciativo. Quando se decide borrar da memória coletiva, por exemplo, a ação daqueles projetos estético-políticos que buscaram construir a hegemonia recorrendo a certo *ethos* cultural. Deve-se recordar, por sinal, que a invenção estética do povo brasileiro flertou abertamente, a partir de movimentos como a Ação Integralista Brasileira, com o nazifacismo dos anos de 1920-30 (Safatle, 2024; Schmidit, 2008). Recordemos a farta produção político-literária de autores como Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Alfredo Élis, Cassiano Ricardo e Cândido Mota Filho, onde a questão da identidade nacional ganhava contornos essencialistas, ufanistas, modernos, vis-à-vis a idealização de um povo sem fissuras ou contradições. Um povo “ideal”: pacífico (porém disposto ao sacrifício em defesa da pátria); e obediente às leis (porém belicoso quando da necessidade da defesa intransigente das tradições nacionais, da “boa” moral e dos “bons” costumes).

Do ponto de vista da teoria política do discurso, um primeiro ponto de inflexão mereceria destaque. A identidade popular não é uma presença inscrita na natureza dos seres ou das coisas. Além disso, a chamada *essência* do popular nos escapa para sempre e, por uma razão bastante elementar: é que a escrita da história não se curva à metafísica das coisas. Ou, pelo menos, não deveria fazê-lo. O corte antiessencialista da teorização laclauiana, nascido de frutífero diálogo com *insights* da filosofia da linguagem derridiana, a psicanálise lacaniana e a ontologia heideggeriana nos convida a pensar o sujeito histórico em outros termos. A saber, nos termos de sua construção política, de suas condições sociais de emergência e/ou impossibilidade. Desse modo, o povo não pode ser lido como uma presença autoevidente, muito menos como uma espécie de presença psicológica cujo desvelamento estaria à nossa disposição. Além disso, o povo não deve ser lido como a tradução de uma unidade simplesmente oposta ao poder. Como insistia Laclau na *Razão Populista*: “[...] o povo será sempre algo mais do que o oposto ao poder. Existe um Real, no povo, que resiste à integração simbólica” (Laclau, 2018, p. 225).

Diante do exposto, quais seriam as implicações mais diretas de tais pressupostos para o campo da pesquisa histórica? E, mais precisamente, para uma história do político? O que significa fazer uma história do povo segundo essa ordem de fatores? Em primeiro lugar, fazer a história de sua (des) reinvenção no tempo. A teoria política do discurso nos convida a problematizar, por exemplo, como

determinadas formações discursivas engendraram a construção do próprio povo. Como certos discursos mobilizam fantasias, operam a articulação de demandas, cavam fronteiras no social e cristalizam o desejo dos sujeitos mediante a mobilização de significantes vazios e dos processos de identificação a eles associados. Além disso, poderíamos pensar numa história disposta a tratar como *problema* central o processo de *construção social do sentido* do próprio povo. Por que somos impelidos a pensar o povo desta e não de outra maneira? Que tipo de lógicas e discursos nos legaram a imagem que associamos ao chamado povo brasileiro?

Apesar de aparentemente triviais, essas pequenas mudanças no olhar do historiador (nos termos de uma “nova” hermenêutica histórica), subvertem todo um conjunto de lógicas explicativas dominantes no interior da gramática tradicionalmente empregada para fazer, como se diz, a história do signo popular. Isto em muito difere, por exemplo, de certa tradição histórico-sociológica que se pautou pelo desejo em descrever a verdadeira forma de ser e estar no mundo do sujeito popular, ou, ainda, da crítica aos sistemas ideológicos que impediriam ao povo tomar consciência das razões estruturais de sua própria exploração. Em segundo plano, paralelamente à história das lutas do povo pela emancipação, bastante conhecida pelos historiadores sociais, especialmente entre aqueles de orientação marxista, uma outra história política seria possível: a história dos discursos emancipatórios e, não menos importante, a história daqueles discursos impregnados pelo desejo e pela fantasia da ordem.

Neste sentido, se pudéssemos reunir o que está disperso nesta discussão bastante exploratória, resumiríamos algumas das implicações da teoria política do discurso para uma história do *político* nos seguintes termos:

- A teoria política do discurso nos convida a pensar o povo na ordem do discurso; e o discurso, dentro da própria história que o torna possível. Ou seja, o povo como uma identidade construída na e pela linguagem e a História como um registro inelutável do *político*. Ou seja, como gênero discursivo certamente dotado de científicidade, porém, impensável fora da lógica do antagonismo e das lutas travadas em torno da construção social da realidade. Como colocado por Laclau em *Los fundamentos retóricos de la sociedad*: “[...] es solo gracias al puro, irreductible evento que consiste en un desplazamiento contingente no recuperable por ninguna reagregación metafórica, que podemos tener una historia, tanto en el sentido de *Geschichte* como en el de *Historie*. Es porque hay hegemonía (y metonimia) que hay historia’ (Laclau, 2014, p. 115). Desse modo, tanto a história enquanto

teatro da realização humana quanto a História que se escreve segundo determinado conjunto de regras, são atravessadas pela linguagem e igualmente tocadas pelo “signo” da hegemonia.

- Do ponto de vista da identidade popular, preconiza-se, neste ponto, o investimento de certa energia na problematização dos sistemas de regras que tornaram possível, no interior de determinada cena englobante, a emergência da própria ideia de povo. Este exercício requer, portanto, uma crítica histórica àquilo que J. Derrida denominou como metafísica da presença. Uma lógica poderosa a retroalimentar a crença na existência de uma identidade política anterior aos jogos de linguagem e que parece estar fundada numa espécie de *fantasia de autoreferencialidade*. Fazer a história do povo, portanto, significa fazer a história de sua construção segundo a ação de lógicas políticas muito precisas (o populismo, o poder pastoral, o clientelismo, etc).
- A crítica pós-estruturalista à “autoreferencialidade” do sujeito, fundamental na estruturação do pensamento laclauiano, também nos convida a pensar as possibilidades de uma história do povo no registro das lutas travadas em torno de sua própria significação histórica. Ou seja, como uma identidade organicamente atravessada pelas disputas semânticas e simbólicas que se travam em torno da definição social e política do sentido do próprio povo. Como todo significante político, o povo é um *significante flutuante*. Enquanto tal, seus sentidos estão em constante disputa na discursividade da vida social e não deveríamos furtar à história a possibilidade de conversão de tais questões em problemas de investigação historiográfica.
- Sendo a identidade popular assombrada pelo excesso que nela não cabe, a história do significante povo também poderia buscar compreender as marcas deste “excesso” que, no caso da história, geralmente assume a forma de uma falta. Noções como a de *exterior constitutivo* e *heterogeneidade* (empregadas como forma de nomear a experiência da exterioridade presente em todo processo de totalização simbólica) possuem, neste ponto, uma função heurística poderosa, pois permitiriam ao historiador preocupado em compreender os processos de construção social e histórica do povo, problematizar o conjunto bastante heterogêneo daquelas vozes, demandas e outros elementos excluídos e marginalizados no interior de uma cadeia de equivalências.
- Finalmente, a história do político para além do seu tradicional ponto de inflexão (o sujeito falante, escrevente, performático, considerado como

ponto de origem das ideias políticas etc...). O discurso político não possui um centro, uma origem, ou, ainda, uma estrutura a ser desvendada. Há uma força em ação no discurso político que constitui os momentos precários e contingentes de sua própria estruturação: o *interdiscurso*. Como sugere Laclau, a estruturação de um discurso depende da articulação entre elementos que uma vez articulados têm sua identidade transformada. Uma história do político, portanto, poderia eleger como objetos de investigação justamente as redes de articulação entre aqueles elementos que engendram o discurso, inclusive, o próprio discurso político. Como, por exemplo, o próprio discurso político é, sob vários ângulos de análise histórica, um discurso teológico disfarçado, traduzido, reificado etc.

Partindo da premissa de que uma outra história do político é possível, a próxima seção busca compartilhar a experiência de um estudo a partir de um caso empírico concreto: a construção discursiva do povo nos Oitocentos. Se todo sentido é histórica e socialmente construído, que tipo de lógicas serviram de base à construção discursiva do povo no Brasil do Segundo Reinado? Desde uma perspectiva laclauiana, a própria imagem que nos acostumamos a atribuir ao povo em determinado contexto histórico não seria o resultado precário e contingente de uma interpelação discursiva? Não seria essa imagem, este nome, com todos os sentidos a ele associados, e, inclusive, negados, a tradução de um *momento* na estruturação de determinados discursos?

## **A CONSTRUÇÃO DO POVO NOS OITOCENTOS: UM ARQUIVO QUE RESSOA NO TEMPO?**

No Segundo Reinado (1840-1889), o discurso religioso (católico e protestante) se destacava pelo investimento político dispensado à construção de um “povo ideal”: o “povo de Deus”. A dupla face, e, por vezes, a imagem antagonística, de uma outra construção social típica do período: o “povo nação”. Na segunda metade dos Oitocentos, formações discursivas como o catolicismo *ultramontano* e certas expressões religiosas herdeiras da ética cristã reformada disputaram os sentidos associados à ideia de povo, especialmente a partir das tensões estabelecidas com os poderes seculares, inclusive com as autoridades do Império. Do ponto de vista das autoridades eclesiásticas do universo católico, o povo de Deus diria respeito, essencialmente, ao conjunto da comunidade dos fiéis reunida em torno da liderança religiosa. Enquanto lógica de governo, o *poder pastoral* estabelecia uma

relação indissociável entre o pastor e seu rebanho, devendo o povo ser guiado pela liderança religiosa nos mais diversos assuntos da vida.

Essa demanda da Igreja (a do direito à primazia na orientação do povo), circulou em várias publicações impressas da indústria editorial católica, representando, inclusive, elemento estratégico de seu projeto educacional. Numa passagem presente no *Livro do Povo*, um exemplar da literatura das boas maneiras voltada à instrução de crianças e adultos, (inspecionada pela Igreja e utilizada em diversos liceus espalhados pelas províncias da região nordeste a partir de 1860), encontramos referências ao arquivo do discurso colonial a partir do qual se buscou, em vários contextos, amarrar o destino do povo às funções assumidas pelo pastor:

Na freguezia, o vigario é, ·para assim dizer, o único professor de moral e governa as ovelhas com uma santa liberdade. Não as abandona um só instante, desde o berço até a sepultura, na missa, na predica, no confessionário, no baptismo, no casamento, no leito da morte. E o Senhor, o possuidor, o diretor dos seus segredos, alegrias, tristezas, incredulidades, e terrores. O dogma, a penitencia, a absolvção, os bons e maus desejos, as inimizades, vinganças, erros, e arrependimentos, tudo vê, tudo ouve, tudo sabe. Amedronta as consciencias e tranquiliza-as; castiga e ao mesmo tempo consola. Não ha coração que se lhe não abra; choupana humilde que não visite; pobres que não console, e não teme o frio, o calor, a chuva, a tempestade, e as molestias contagiosas. Nascido quasi sempre no meio do povo, criado e alimentado como o povo, conhece melhor as suas necessidades, que os grandes do mundo, os seus interesses; fraqueza, desejos, costumes, defeitos, qualidades, vicios, e virtudes. Sabe melhor quaes são os remedios que precisa o povo, quaes são as palavras que se lhe deve dizer, quaes os males do corpo e da alma que devem ser curados (Rodrigues, 1865, p. 137-8)

No século XIX, vale salientar, a instituição do *padroado* previa uma série de incursões do poder secular no âmbito da vida administrativa da Igreja Católica. O imperador detinha o poder de nomear bispos, padres, dentre outras prerrogativas. Em estudo recente, defendemos, inclusive, que essa centralidade atribuída ao vigário no tocante à tutela do povo pelo discurso pastoral da Igreja Católica se traduziu, justamente, em uma das respostas dos setores mais conservadores da instituição no Brasil aos efeitos “paralisantes” da instituição do padroado (Silva, 2024). Daí o discurso do pastorado cristão estabelecer essa fronteira entre o povo e “os grandes do mundo”. Daí, também, o vigário encarnar esse Nome-do-pai, no sentido lacaniano, que, em termos estritamente constitucionais, caberia em

primeira instância à figura do Imperador. Esta *sublimação* da liderança católica sendo reforçada, naquele contexto, pelas orientações preconizadas no Concílio Vaticano I (1869-1870), onde a personificação da tradição e a paternidade dos líderes da Igreja sobre o povo de Deus era cristalizada na famosa frase atribuída à Pio IX: “a tradição sou eu”.

Não obstante, essa tutela orgânica a ser exercida pelo vigário sobre o povo não era um consenso no bastante heterogêneo campo do discurso religioso no Brasil Oitocentista. Não o era no interior da própria formação discursiva do catolicismo, e, muito menos, quando levamos em consideração o seu exterior constitutivo e, em muitos casos, seu componente adversarial: o discurso protestante. Neste segundo plano, significações “completamente” diferentes para o “povo de Deus” serão elaboradas. Entre certa expressão liberal da ética cristã reformada no Brasil, uma destas noções de povo ocupa lugar de destaque em importante publicação da segunda metade do século XIX, o periódico *Imprensa Evangélica*:

Nada se conseguirá por o povo encruzar os braços e gritar contra a relaxação do governo, e supplicar-lhe o desempenho de seus supostos deveres. E' somente pela iniciativa individual, particular e social que um povo se pode tornar grande e feliz. A moral publica provem da moralidade individual. A renovação nacional não se faz em massa; mas pela eleção de seus membros individualmente. Nossa época é emphaticamente a época do povo. O governo não tem obrigação de carregar e sustentar o povo, mas o povo, o governo. Os pastores são para guiar a apascentar as ovelhas, mas para leva-las em corpo e em peso não, senão só por acaso as fracas e doentes e os cordeirinhos desamparados (Imprensa Evangélica, 1864, p 2)

O que se advoga no seio do discurso liberal-protestante é o protagonismo do Povo de Deus para além dos braços tutelares do Estado e/ou da Igreja. Nesse discurso, o povo deve ser lido como o conjunto associativo de indivíduos capazes e responsáveis pelo seu próprio destino. O discurso da responsabilização do povo colocava *sub judice* a lógica do pastorado, que tinha na submissão do povo aos cuidados das lideranças católicas espalhadas pelo interior uma das pedras angulares de seu projeto de subjetivação. Entretanto, apesar do terreno antagônístico em que esses dois discursos se situam, é preciso pontuar as ressonâncias estabelecidas entre as formações discursivas no sentido de suas equivalências, a saber: o desejo em desconstituir a própria possibilidade de emergência do povo como sujeito político. No primeiro caso, pela via do controle exercido pela autori-

dade pastoral sobre “seu” rebanho; no segundo, pela defesa intransigente de um povo constituído pela soma de indivíduos atomizados e tendencialmente guiados pela particularização de seus destinos/demandas. *Povo-rebanho*, em primeira instância; *povo-população*, em segundo plano.

Em outras palavras, para amplos setores religiosos da segunda metade dos Oitocentos, a construção do povo não se daria, pelo menos não imperiosamente, pela via da articulação de demandas. Muito menos, mediante o estabelecimento de fronteiras contra um inimigo particular (o Estado, o Império etc...). Notemos, que quando o catolicismo ultramontano define que o vigário conhece melhor os anseios do povo do que os “grandes do mundo”, não se está buscando estabelecer uma fronteira intransponível entre o “povo de Deus” e o “povo nação”. Ou seja, não se buscou, na maior parte dos casos, estabelecer o enfrentamento direto entre o povo e o governo como meio de reforçar a ideia de “unidade” da identidade teológico-política. Entendimento acompanhado, naquele contexto, pela ética cristã reformada, conforme sugeria a *Imprensa Evangélica*: “O governo não tem obrigação de carregar e sustentar o povo, mas o povo, o governo”.

Esta tentativa de “anulamento” do *desentendimento*, nos termos de J. Rancière (1996), explica-se, parcialmente, em razão do próprio *modus operandi* do poder pastoral. Conforme nos lembrava Michel Foucault (2008), ao proceder uma genealogia desta lógica política no ocidente cristão, a governamentalidade no poder pastoral não pode funcionar fora do plano de uma mortificação dos desejos (demandas). Isto é, da montagem de um cenário fantasmático onde o único desejo permitido ao sujeito consiste, paradoxalmente, no desejo em não se ter mais desejo. Importante frisar, que apesar de sua “origem” católica, algumas das fantasias sociais estruturantes do poder pastoral seriam relidas, no Brasil Oitocentista, à luz de uma ética cristã reformada (neste caso, presbiteriana), igualmente preocupada com a construção do “seu” povo e, mais enfaticamente, de sua relação com a política.

Contudo, ainda poderíamos explorar a questão do povo, isto é, a questão de sua significação histórica, a partir de mais um ângulo. Há de se perguntar, por exemplo, como o pensamento político secular, sobretudo, aquele de inspiração liberal-republicana também participava desta batalha pela pastoralidade do povo. Ou, em nossos termos, desta disputa simbólica responsável pela construção social da ideia de povo (inclusive brasileiro). Rastros da construção liberal da noção de povo podem ser encontrados a partir da produção de intelectuais como Rui Barbosa (1849-1923), um observador bastante crítico, diga-se de passagem, da influência da religião nos campos da educação e da administração pública no Brasil do século XIX.

Ao comentar a importância dos jornais na formação da opinião pública num artigo publicado na *Tribuna do Povo* na década de 1860, Rui Barbosa articulava os significantes *democracia, povo e instrução* num único registro hermenêutico. Buscava, também, definir o tipo de ação e comportamento legítimos ao povo, além de alertar o leitor para o perigo das multidões e outras formas de ameaça jacobina àquilo que chamava de “democracia das individualidades”. Vejamos, como o liberalismo de Rui Barbosa antagonizava com outras concepções de povo no Brasil dos Oitocentos e, curiosamente, como essa leitura estabelecia pontos de ressonância discursiva com muitas daquelas significações teológico-políticas de povo preconizadas, inclusive, pelos conservadorismos católicos ou liberalismos protestantes que o próprio Rui Barbosa criticava em diferentes momentos de sua atuação como intelectual e político:

Há diferença profunda entre a democracia socialista de outros tempos, a democracia grega ou romana, e a democracia liberal moderna, a democracia americana ou suíça. Aquela era a onipotência da multidão, a tirania do número, o absolutismo das maiorias, o aniquilamento do indivíduo. A nossa, a verdadeira democracia, é o governo do povo senhor de si, mas limitado pelo direito, é a representação proporcional das minorias, o reconhecimento de que o direito, ainda que seja de um indivíduo só, não pode sacrificar-se aos interesses, ainda que seja do povo inteiro, é a sagrada da propriedade individual, da liberdade de palavra, da liberdade de imprensa, da liberdade de reunião, da liberdade de cultos, da liberdade do trabalho, da liberdade política. Aquém destas raias o povo é tudo; além delas o povo não pode nada. E para o povo saber o que pode e o que não pode, precisa de aprender. Quem são os mestres do povo? O instituidor primário e o jornalista (Barbosa, 1951, p. 22-3)

Rui Barbosa condiciona a possibilidade do povo aos limites estabelecidos pela lei e pela ordem. Contra a tirania do número e a patologia das multidões (tema recorrente nos manuais de psicologia do século XIX), o intelectual define o remédio: a instrução do povo. Mas, com um destaque: os novos pastores do povo não são, respectivamente, o vigário - conforme leitura do catolicismo ultramontano -, muito menos o pastor evangélico, imbuído da missão de orientar aquelas ovelhas não emancipadas pela ética do mérito e do esforço individual. A instrução do povo caberá, desta vez, ao educador primário e ao jornalista. Traços de certa herança retórica jesuítica estão presentes no texto de Rui Barbosa. Ao defender, por exemplo, que o povo só saberá o que pode e o que não pode fazer mediante a

instrução fornecida por um Outro, o texto revela sua inscrição no arquivo salva-cionista de matriz religiosa.

Finalmente, os direitos individuais e a defesa da propriedade privada funcionando, não apenas, na condição de *demandas democráticas*, mas, como *pontos nodais* de uma articulação onde o povo, a democracia liberal e a República constituiriam um único laço político indissociável. No discurso liberal Oitocentista, o próprio povo assume, ao lado da liberdade, a condição de um *significante vazio*, quando seu nome passa a ser evocado para conferir ao “mofo acinzentado” do liberalismo à brasileira, aquele verniz encarnado pelo caráter não popular de muitas demandas (não articuladas), porém, proclamadas como *populares, do povo, em nome do povo*<sup>4</sup>. Com efeito, é preciso insistir que muitas das referências ao povo na história do discurso liberal brasileiro buscaram negar a própria possibilidade histórica do povo como o agente da política e/ou da democracia. Ao estabelecer uma equivalência semântica entre os termos povo e população, as diversas expressões do conservadorismo brasileiro situaram o “povo” no plano de territorialidades nacionais inventadas: o “povo” como um ponto no mapa. Ao fazê-lo, essas formações discursivas fixaram as regras de uma concepção do povo mediada pelos signos da submissão à lei, à ordem e à figura encarnada de um pastor que na história do país assumirá diversos nomes ao longo do século XX.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades de articulação entre pressupostos teórico-analíticos da teoria política do discurso e a pesquisa histórica reforçam, por um lado, o traço interdisciplinar da disciplina histórica e, por outro, representam enormes desafios de

---

4 A tradição do pensamento liberal brasileiro nos Oitocentos tem uma história peculiar. Em momentos episódicos da história nacional, especialmente no contexto da década de 1830 e nas décadas que antecederam a Proclamação da República, uma pequena facção mais radical do pensamento liberal politiza o conceito de povo no sentido da crítica às instituições monárquicas. Mas, de modo geral, esse posicionamento discursivo da identidade (povo) no centro da arena pública brasileira consistia em um estratagema retórico empregado pelos liberais para produzir uma falsa consciência de participação política. A especificidade da realidade social brasileira e o caráter profundamente conservador do pensamento liberal impediu, no país, a circulação de um discurso liberal nos moldes do liberalismo europeu. Formados na escola do patronato e da clientela, os liberais não se guiavam por questões estritamente programáticas do ponto de vista ideológico. Inversamente, ao convocar o povo, visavam garantir privilégios sociais e raramente se demonstraram contra o fim da escravidão e/ou em defesa de uma política de Reforma Agrária no Brasil. De acordo com Emilia Viotti da Costa (2010), mesmo nos momentos de acirramento das fronteiras políticas do tipo nacional x estrangeiro: “Os principais adeptos do liberalismo no Brasil foram homens cujos interesses se relacionavam com a economia de exportação e importação. Muitos eram proprietários de grandes extensões de terras e elevado número de escravos e ansiam por manter as estruturas tradicionais da produção ao mesmo tempo que se libertavam do jugo de Portugal e das restrições que este impunha ao livre comércio” (Costa, 2010, p.135-6).

tradução. Tradução de conceitos e categorias analíticas cuja efetiva mobilização na pesquisa histórica requer o alinhamento das questões ao primado dos *problemas de pesquisa* e à natureza das *fontes utilizadas* pelo pesquisador. Recuperar o lugar da discursividade na pesquisa histórica é um dos caminhos abertos a uma historiografia que não se nega ao debate em torno dos problemas de nosso tempo; com suas violências, barbarismos e genocídios que acontecem na crueza do agora. Questionar a lógica processual - teleológica - da história e a ênfase atribuída à ideia de um sujeito histórico privilegiado, quer seja a classe ou, ainda, o próprio povo (lido como forma de presença no mundo), não significa negar o caráter disruptivo da história que se vive e se escreve. Inversamente, essa interrogação poderia permitir à própria história a abertura às diversas formas de diferença e, inclusive, contingências necessárias à sua própria radicalização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch (1987). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília, Editora da UNB.
- BURITY, Joanildo (2014). Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 59-74.
- BURITY, Joanildo (2010). Teoria do Discurso e Educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. *Revista Teias* vol. 11. n. 22. mai/ago, p. 07-29.
- \_\_\_\_\_ (2023). Um momento populista na religião? *Revista Ciências Sociais e Religião*. Campinas, vol. 25, jan./mar, p. 1-19.
- BURKE, Peter (Org) (2011). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp.
- BLOCH, Marc (2002). *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BRASIL (1951). *OBRAS COMPLETAS DE RUI BARBOSA. VOL I (1865-1871)*, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.
- CANDIDO, Antonio (2006). *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.
- CARVALHO, José Murilo de (2017). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHARTIER, R (1988). *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difel.
- \_\_\_\_\_ (1995). Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, n.16, p. 179-192.

- CONNOLLY, William (2008). *Capitalism and Christianity, American style*. Durham: Duke University.
- COSTA, Emilia Viotti da (2010). *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp.
- DARNTON, R (2001). *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sônia Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- FREITAS, Felipe Corral de (2025). A crise da democracia liberal e a exclusão do antagonismo da política. *Sociologias*, [S. l.], v. 27, n. 64, p. e143279. DOI: 10.1590/1807-0337/e143279. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/143279>. Acesso em: 2 out. 2025.
- FOUCAULT, Michel (2014a). *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. (2014b). *A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 (2014b)*. São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- GARCIA DA COSTA, Everton; BANDEIRA COELHO, Gabriel; DE SOUZA MARQUES, Marcelo. Populismo e democracia: a Teoria do Discurso em debate (2025). *Sociologias*, [S. l.], v. 27, n. 64, p. e148501. DOI: 10.1590/1807-0337/e148501. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/148501>. Acesso em: 2 out. 2025.
- GONDRÁ, José (2004). *Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Editora UERJ.
- GINZBURG, C (2002). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HARDT, M; NEGRI, (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- \_\_\_\_\_. LACLAU, Ernesto (2018). *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas
- \_\_\_\_\_. *Emancipação e diferença (2011)*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- \_\_\_\_\_. *Los fundamentos retóricos de la sociedad (2014)*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_\_. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo (1978)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.
- LOPES, Alice Cassimiro; MACEDO, Elizabeth (Orgs) (2010). *Curriculum: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez.

- LOPES, Alice Cassimiro; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de; Oliveira, Anna Luiza A. R Martins de (2018); *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife: EdUFPE.
- MARQUES, Marcelo de Souza; CARLOS, Euzeneia (2025). O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. *Sociologias*, [S. l.], v. 27, n. 64, p. e140107. DOI: 10.1590/1807-0337/e140107. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/140107>. Acesso em: 2 out. 2025.
- MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto (2014). *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- MOUFFE, Chantal. Religião, democracia liberal e cidadania (2006). In: BURITY, Joanildo A; Machado, Maria das Dores C. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana.
- NAZARENO, Marcelo Gabriel (2025). ¿Qué (no) hay de populismo en “la razón populista”? Significantes vacíos, fronteras y la especificidad de la lógica populista. *Sociologias*, [S. l.], v. 27, n. 64, p. e143280. DOI: 10.1590/1807-0337/e143280. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/143280>. Acesso em: 2 out. 2025.
- OLIVEIRA, G.G. Sousa de; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui. A teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em Educação (2013). *Educação e Realidade*, Porto Alegre v. 38, n. 4, out/dez, p. 1327-1349.
- OLIVEIRA, Gustavo; OLIVEIRA, Anna Luiza (2022). Malditos os que têm fome e sede de justiça: discursos cristãos neoconservadores e lógicas neoliberais na educação brasileira. *Currículo sem Fronteiras*, Porto Alegre, v. 22, p.1-25. <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384.v22.1555>.
- RANCIÈRE, Jacques (1996). *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34.
- RODRIGUES, Antonio Marques (1865). *O Livro do Povo*. 4. ed. Maranhão: Typ do Farias.
- SAFATLE, Vladimir. *Em um com o impulso* (2022). Belo Horizonte: Autêntica.
- \_\_\_\_\_. (2024). Como construir esteticamente um povo: sobre certo modernismo sombrio e sua atualidade. *Revista Aisthesis*, Santiago, vol. 76, p. 240-251. doi. <http://dx.doi.org/10.7764/Aisth.76.11>
- SCHMIDT, Patricia. *Plínio Salgado: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- SOUZA, Robson da Costa de; SILVA, Jefferson Evânio da (2022). Conservadorismos, fundamentalismo protestante e democracia no Brasil: uma compreensão em chave pós-estruturalista. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 37-60. DOI: 10.1590/0100-85872021v42n1cap02.
- SOUZA, Robson da Costa de; SILVA, Jefferson Evânio da (2023). Pós-estruturalismo e religião: a ética calvinista em relação à temática mais abrangente da teologia

política contemporânea. *Reflexão*, São Paulo, v. 48, e237281, p.1-21. DOI: 10.24220/2447-6803v48a2023e7281.

SOUZA, Robson da Costa de (2019). *Gênero e ideologia entre evangélicos brasileiros*. São Paulo: Fonte Editorial.

SILVA, Jefferson Evânio da (2024). *(Des/re)invenção do povo na educação brasileira: entre o poder pastoral e as fantasias republicanas*. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

## PERIÓDICO

Imprensa Evangélica (1864). *Hemeroteca Digital Brasileira*. Disponível em < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> > Acesso em 02 de setembro de 2025.

# Reconfigurando a justiça social: hegemonia e performatividade da accountability educacional em Pernambuco

*Reconfiguring social justice: hegemony and the  
performativity of educational accountability in  
Pernambuco*

Divane Oliveira de Moura Silva<sup>a</sup>,  
Karla Wanessa Carvalho de Almeida<sup>b</sup>, Kátia Silva Cunha<sup>c</sup>

**Resumo** Este artigo analisa a política educacional em Pernambuco a partir da categoria de justiça social, mobilizando a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, bem como a noção de performatividade de Stephen Ball. Parte-se do pressuposto de que, no âmbito das políticas públicas, a justiça social não é um conceito fixo, mas um significante vazio que adquire sentidos contingentes nas disputas por hegemonia. O objetivo é compreender como a justiça social vem sendo reconfigurada no campo educacional, sobretudo pela incorporação de práticas de accountability, avaliação de resultados e métricas de desempenho. O estudo se ancora em análise documental de normas e relatórios da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, observando como o discurso oficial desloca a justiça social de uma dimensão política para uma dimensão técnica. O aporte teórico articula a noção de hegemonia e de significantes vazios à lógica da performatividade, entendida como um regime discursivo que impõe a avaliação constante e a responsabilização como formas de legitimar práticas educacionais. A análise aponta que o termo justiça social assume sentidos múltiplos, oscilando entre a referência a direitos sociais e a ênfase em resultados mensuráveis, inscrevendo-se em uma disputa discursiva sempre contingente.

**Palavras-chave** Justiça social. Performatividade. Política educacional. Teoria do Discurso. Hegemonia.

**Abstract** This article analyzes education policy in Pernambuco through the lens of social justice, drawing on Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Discourse Theory, as well as

a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. [divane.oliveira@ufpe.br](mailto:divane.oliveira@ufpe.br)

b Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. [wanessadeus@hotmail.com](mailto:wanessadeus@hotmail.com)

c Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. [katia.scunha@ufpe.br](mailto:katia.scunha@ufpe.br)

*Stephen Ball's notion of performativity. It assumes that, within the field of public policy, social justice is not a fixed concept but an empty signifier that acquires contingent meanings in hegemonic struggles. The aim is to understand how social justice has been reconfigured in the educational field, particularly through the incorporation of practices of accountability, outcome evaluation, and performance metrics. The study is based on a documentary analysis of regulations and reports from the Pernambuco State Secretariat of Education and Sports, examining how official discourse shifts social justice from a political to a technical dimension. The theoretical framework articulates the notions of hegemony and empty signifiers with the logic of performativity, understood as a discursive regime that imposes constant evaluation and accountability as means of legitimizing educational practices. The analysis indicates that the term social justice assumes multiple meanings, oscillating between a reference to social rights and an emphasis on measurable results, thus situating itself within a contingent discursive struggle.*

**Keywords** Social justice. Performativity. Educational policy. Discourse Theory. Hegemony.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as políticas educacionais no Brasil têm sido atravessadas por racionalidades orientadas pela gestão por resultados, ancoradas em *accountability*<sup>1</sup>, eficiência e governança gerencial (Silva *et al.*, 2025). Esse movimento, imbricado ao neoliberalismo, repete-se em escala global por meio da disseminação de métricas, indicadores e regimes de visibilidade (Ball, 2012), que reconfiguram o Estado, a escola e as subjetividades.

Nesse horizonte, emerge o Programa Juntos pela Educação, instituído em Pernambuco em 2023 e anunciado como “o maior investimento educacional da história do estado” (Pernambuco, 2023a). Embora mobilize valores como equidade e justiça social, compreendemos que o programa opera, sobretudo, como dispositivo de legitimação em um discurso performativo de metas e responsividade, esvaziando seu potencial crítico em favor da lógica gerencialista.

Esta investigação, desenvolvida no Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas, Currículo e Docência (LAPPUC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), analisa documentos educacionais da Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE-PE) como práticas discursivas que buscam fixar sentidos. O objetivo

---

<sup>1</sup> Accountability, sem tradução exata, refere-se à responsabilização de agentes públicos pelo cumprimento de metas (Silva *et. al*, 2025).

não é medir eficácia, mas compreender como a justiça social é performada, isto é, produzida como efeito discursivo que estabiliza precariamente significados e reorganiza o debate educacional.

Ao discutir os deslocamentos entre o político e o técnico na democracia contemporânea, o trabalho pretende contribuir para debates interdisciplinares. Na análise discursiva da política educacional em foco, toma-se como eixo a teoria política pós-fundacional (Laclau; Mouffe, 2015), articulada à sociologia da educação (Ball, 2010, 2012) e, de forma periférica, à filosofia crítica (Fraser, 2002). Essa abordagem permite compreender como discursos constituem relações de poder, hegemonia e disputa simbólica.

Além desta introdução, o artigo organiza-se em quatro seções, que abordam: o referencial teórico e o *corpus*; a apresentação da teoria discursiva pós-fundacional; a análise da mobilização da justiça social no programa; e, por fim, as considerações sobre suas implicações nas disputas discursivas em educação.

## ABORDAGEM TEÓRICO-ESTRATÉGICA

Situamos a justiça social como uma categoria teórica em disputa, cujas significações emergem de diferentes tradições intelectuais. Entre elas, destaca-se a formulação de Nancy Fraser<sup>2</sup> (2002), que compreende a justiça como articulação entre redistribuição e reconhecimento, sustentada pelo princípio normativo da paridade de participação. Para a autora, a injustiça decorre tanto de desigualdades materiais quanto da desvalorização cultural, demandando uma resposta política capaz de integrar múltiplas dimensões. Essa formulação oferece instrumentos analíticos relevantes, embora se torne limitada quando confrontada com a crítica pós-fundacional de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe<sup>3</sup> (2015).

Segundo Graeff, Nascimento e Marques (2019), a crítica pós-fundacional desloca a ideia de fundamento último ao enfatizar a contingência, a precariedade e a parcialidade no ordenamento social. Nessa perspectiva, o social não possui essência fixa, sendo atravessado por disputas que impedem qualquer fechamento definitivo.

Com base nessa compreensão, a investigação toma a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015; Laclau, 2011, 2013, 2014) como eixo analítico, em diálogo com interlocutores. Para Costa, Coelho e Marques (2025, p. 4), trata-se de uma

2 Nancy Fraser (1948-) é filósofa política norte-americana da tradição da teoria crítica. É reconhecida internacionalmente por sua formulação teórica sobre justiça social.

3 Ernesto Laclau (1935–2014) e Chantal Mouffe (1943–) são teóricos pós-estruturalistas vinculados à Escola de Essex. Como cientistas políticos, desenvolveram a Teoria do Discurso.

“superteoria”, pois não analisa apenas partes isoladas, mas a lógica do social em sua totalidade contingente. Portanto, a abordagem torna-se relevante para compreender como a justiça social é mobilizada e disputada nas políticas educacionais.

Apreendemos que as políticas públicas não são neutras, mas práticas discursivas que produzem sentidos, subjetivações e formas de legitimação. A política, como aponta Laclau (2013, p. 198, 257), é um jogo entre o “vazio” e o “flutuante”, em que “crises orgânicas<sup>4</sup>” desestabilizam consensos e permitem novos antagonismos. O social não é um “jogo fechado”, mas efeito de projetos hegemônicos (Graeff, Nascimento, Marques, 2019, p. 595). Diferente da visão normativa de Fraser (2002, p. 13), que ancora a justiça em critérios fixos, como a “paridade de participação”, Laclau e Mouffe defendem que ela é sempre contingente: um horizonte simbólico em disputa.

Essa instabilidade discursiva torna-se mais explícita quando articulada à noção de performatividade de Stephen Ball<sup>5</sup> (2010, 2012; Ball, Collet-Sabé, 2025). A performatividade opera como tecnologia de regulação: substitui debates políticos por metas, indicadores e *accountability*. Nesse regime, a legitimidade deriva das evidências de eficiência, e não de princípios ético-políticos. Assim, apelos à justiça social acabam traduzidos em padrões de desempenho, que interpelam sujeitos como avaliáveis e responsivos às metas.

Diante dessa percepção, adotamos uma análise teórico-discursiva de documentos normativos e publicações governamentais referentes ao Programa Juntos pela Educação (Pernambuco, 2023a, 2023b, 2023c, 2024a, 2025a, 2025b). Esses materiais, ao situarem de forma precária e contingencial categorias como justiça, equidade e qualidade, constituem terreno privilegiado para observar como tais significantes são performados na política educacional pernambucana.

Ainda que não componham o *corpus* central, é importante assinalar a emergência de resistências que tensionam o discurso oficial. Como lembra Marchart (2018), o político retorna sob a forma de antagonismo que desestabiliza consensos, ainda que não esteja enunciado nos textos oficiais. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco<sup>6</sup> (SINTEPE), por exemplo, tem questionado o modelo

4 A crise orgânica, no sentido gramsciano, refere-se a um colapso ou profunda desestabilização da ordem hegemônica vigente. Trata-se de um momento em que as estruturas políticas, sociais e simbólicas que sustentavam o consenso dominante entram em falência, abrindo espaço para que narrativas antes tidas como incontestáveis sejam questionadas (Laclau, Mouffe, 2015, p. 209, 215, 241, 279).

5 Stephen J. Ball (1950–) é um sociólogo britânico de destaque no campo da política educacional, com formação em Educação pelas universidades de Essex e Sussex.

6 O SINTEPE, instituído em 1988, representa trabalhadores da educação em Pernambuco. Além de negociar salários, atua contra políticas gerencialistas e, no Programa Juntos pela Educação,

de pactuação de metas e a lógica de bonificação, denunciando o esvaziamento da justiça social em favor de índices de desempenho. Essas e outras vozes, mesmo não diretamente analisadas aqui, reforçam que a justiça social permanece como significante em disputa e que a hegemonia estatal não se estabelece sem antagonismos.

## **FERRAMENTAS ANALÍTICAS DA TEORIA DO DISCURSO PARA COMPREENDER A POLÍTICA EDUCACIONAL**

A Teoria do Discurso (TD), desenvolvida por Laclau e Mouffe (2015), constitui uma abordagem pós-fundacional voltada a compreender como a realidade social é construída por práticas discursivas. Diferente do marxismo tradicional, que privilegia fatores econômicos como determinantes últimos, a TD enfatiza a instabilidade do social. O social é, portanto, um espaço discursivo sempre incompleto, atravessado por excesso de sentido e pela impossibilidade de fechamento definitivo.

Nesse horizonte, Laclau e Mouffe (2015) reelaboram a compreensão de sobre-determinação de Althusser<sup>7</sup>, sustentando que nenhuma formação social possui um único princípio organizador; ao contrário, o social resulta de múltiplas determinações e articulações. Não há um todo constituído, mas efeitos totalizantes que tentam fixar sentidos como se fossem universais.

Para Laclau e Mouffe (2015), o discurso é uma prática que procura fixar sentidos em meio a disputas por hegemonia. O termo hegemonia, originalmente elaborado por Gramsci<sup>8</sup> para designar a capacidade de uma classe dirigente exercer direção intelectual e moral sobre a sociedade, é deslocado pela TD, deixando de se referir a um sujeito histórico específico e passando a designar a lógica de articulação contingente que estrutura o social.

Longe de ser mera imposição de uma classe, hegemonia passa a significar o processo pelo qual particularidades buscam representar a totalidade, articulando sentidos em torno de pontos provisórios de fixação. Ela opera pela lógica da equivalência – unificação de demandas diversas – e da diferença – sua dispersão na ordem vigente. Trata-se, portanto, de um processo precário, no qual diferenças heterogêneas podem ser unificadas momentaneamente em torno de equivalências construídas frente a um antagonismo comum.

Assim, a hegemonia não é entendida como simples dominação de uma classe sobre outra, mas como prática de articulação que busca estabilizar sentidos no

---

se opõe ao discurso oficial, reinscrevendo a justiça social de forma democrática e conflitiva.

<sup>7</sup> Louis Althusser (1918 – 1990) foi um filósofo do marxismo estrutural.

<sup>8</sup> Antonio Gramsci (1891-1937) foi um filósofo marxista reconhecido, principalmente, pela sua teoria da hegemonia cultural.

campo aberto da discursividade. Como observa Marques (2020), a unidade discursiva não possui caráter teleológico, isto é, não se orienta para um fim último ou necessário previamente dado. Diferente de uma lógica que pressupõe direção inevitável da história ou da política, o que se encontra é a emergência de uma “regularidade em dispersão” (Marques, 2020, p. 18): os sentidos não se fixam de maneira linear e definitiva, mas se articulam provisoriamente em cadeias que produzem a aparência de unidade.

Nessa compreensão, os significantes vazios são termos que, justamente por não possuírem conteúdo fixo, podem articular demandas diversas sob uma referência comum (Laclau, 2011, 2013). Assim, categorias como justiça social aglutinam diferenças sob um horizonte aparentemente universal, operando como promessa integradora, mesmo sendo um campo de disputa. No entanto, todo ato de instituição discursiva carrega marcas de sua contingência, pois a sedimentação<sup>9</sup> de sentidos jamais abarca a totalidade social. Mesmo quando um discurso se apresenta como dado e naturalizado, permanece atravessado por exclusões e alternativas suprimidas, que podem ser reativadas em novos antagonismos (Marques, 2020).

A TD concebe a significação como sempre incompleta, já que os sentidos se articulam de forma precária em meio a antagonismos e disputas. Nesse horizonte, a noção de sutura (Laclau; Mouffe, 2015) designa a tentativa de conferir unidade e estabilidade provisória ao social, operação que nunca se realiza plenamente, pois os significados permanecem abertos a deslocamentos e reconfigurações. É nesse movimento que a fantasia (Laclau, 2013) ganha preponderância, ao operar como narrativa que projeta a possibilidade de uma totalidade harmonizada. Ao fazê-lo, busca ocultar o antagonismo e mascarar a contingência das fronteiras discursivas, ao mesmo tempo em que sustenta a força de identificações hegemônicas.

Cabe destacar a distinção entre o político e a política (Mouffe, 2020). Enquanto o político remete ao antagonismo inerente à vida social, a política refere-se às instituições e práticas que tentam organizar tais conflitos. Ressaltamos que essa diferenciação é importante para compreender a política educacional não apenas em termos normativos ou técnicos, mas como campo de disputas discursivas em torno de sentidos que buscam se estabilizar.

Diante do exposto, apreendemos que a Teoria do Discurso oferece ferramentas para perceber como termos como justiça social podem ser mobilizados, disputados e reconfigurados na política educacional. Em vez de tratá-los como

---

<sup>9</sup> Por meio da TD, a sedimentação é percebida como o processo em que determinadas fixações ganham aparência de objetividade e fazem esquecer sua origem contingente.

conceitos estáveis, a análise enfatiza a dimensão discursiva e hegemônica, emergindo os deslocamentos entre o político e o técnico nas práticas contemporâneas de governança.

## ANÁLISE TEÓRICO-DISCURSIVA DO PROGRAMA JUNTOS PELA EDUCAÇÃO

Na Inglaterra, como discute Ball (2012), a justiça educacional foi reinscrita nos marcos da performatividade, convertendo-se em metas, rankings e indicadores que regulam tanto o trabalho docente quanto a organização escolar. Nos Estados Unidos, pesquisas mostram como políticas de responsabilização, impulsionadas pela Lei *No Child Left Behind*<sup>10</sup>, deslocaram categorias como equidade e justiça social para métricas de eficiência e *accountability*, reforçando regimes de padronização curricular e avaliação em larga escala (Apple, 2019; Hursh, 2007).

No Brasil, processo análogo foi articulado com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2007 (Brasil, 2007), sedimentando-se como referência de qualidade. O índice, ao articular fluxo escolar e desempenho em exames padronizados, passou a orientar políticas de financiamento, bonificação docente e pactuação de metas, convertendo a justiça em horizonte de resultados quantificáveis. Como argumentam Dias (2021) e Silva *et al.* (2025), a lógica de responsabilização inscrita no IDEB deslocou desigualdades estruturais para métricas de eficiência, reforçando a gramática performativa da governança educacional.

A escolha desses três contextos não é aleatória: Inglaterra, Estados Unidos e Brasil configuram matrizes discursivas na circulação de políticas educacionais em Pernambuco, operando como laboratórios de experimentação e vetores de difusão de modelos sustentados na lógica da mensurabilidade. Tais experiências irradiaram práticas e léxicos transnacionalizados por organismos internacionais, consultorias e redes de especialistas, informando, de modos diversos, a formulação de políticas locais.

A referência a esses contextos não busca paralelismos simplistas, mas aponta como rationalidades neoliberais se traduzem em múltiplas escalas. Cumpre salientar que a mobilização dos autores citados, ainda que situados em tradições heterogêneas, não constitui contradição neste estudo, mas gesto analítico que tensiona leituras sobre como categorias políticas, como a justiça, são deslocadas e

<sup>10</sup> A Lei *No Child Left Behind* (NCLB), ou ‘Nenhuma Criança Deixada para Trás’, foi promulgada em 2002 nos EUA, exigindo que escolas alcançassem padrões de leitura e matemática, responsabilizadas por testes anuais.

reconfiguradas em rationalidade transnacional que tecnifica o campo educacional e universaliza a eficiência como horizonte.

Diante disso, afirmamos que a experiência pernambucana não é isolada, mas se inscreve em um mesmo diagrama discursivo. Nesse quadro, nossa análise dirige-se à identificação de cadeias de equivalência, estratégias de fixação e significantes vazios acionados nos discursos institucionais, buscando compreender como termos — sobretudo a justiça social — são articulados. À semelhança de Frangella (2020), assumimos que a justiça é significada, performada e interpelada de modos diversos, exigindo leitura atenta à linguagem, subjetivações e dispositivos que a mobilizam.

Com base nesse enquadramento, detalhamos os achados empíricos, organizados em eixos que permitem observar como a hegemonia é operacionalizada em práticas discursivas. Os resultados aparecem em cinco subseções estruturadas por núcleos discursivos. A primeira examina o Decreto nº 54.836/2023 como dispositivo normativo que busca neutralizar o político. A segunda analisa como a vulnerabilidade é articulada à lógica da eficiência no Programa *Juntos pela Educação*. A terceira discute práticas de estabilização hegemônica nos Seminários Formativos. A quarta aponta a conversão da justiça em métrica institucional nos ciclos de pontuação. Por fim, a quinta problematiza o fechamento representacional do discurso performativo, que procura apagar o dissenso e homogeneizar a política educacional a partir do encontro da SEE-PE com as Gerências Regionais de Educação.

## **(I) A JUSTIÇA SOCIAL AUSENTE: O DECRETO COMO DISPOSITIVO INTENCIONAL NO APAGAMENTO DO POLÍTICO**

O Programa Juntos pela Educação é apresentado no portal oficial da SEE-PE por meio de diferentes instrumentos normativos e informativos — como o decreto instituidor, a cartilha explicativa (Pernambuco, 2023b) e comunicados institucionais — que buscam conferir transparência e legitimidade à sua execução. O discurso enfatiza a necessidade de superar *déficits* em indicadores como IDEB, cobertura em creches e oferta de tempo integral. Ao destacar metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e a urgência de melhorar índices, o programa em pauta é apresentado como resposta incontestável às demandas sociais, configurando-se como possível pacto coletivo que reforça a identidade positiva do Estado na condução da educação básica.

Nessa direção, o Decreto nº 54.836/2023 (Pernambuco, 2023c), que institui o Programa Juntos pela Educação, marca a política educacional em Pernambuco como norma estratégica. Desde seus primeiros artigos, organiza a ação estatal

sob a lógica do planejamento, com foco em metas e eficiência. O texto delinea arquitetura discursiva ancorada na racionalidade técnica, gerencial e performativa. A justiça social, embora evocada em enunciados associados ao programa, está ausente do decreto — literal e conceitualmente. Essa ausência não é silêncio neutro, mas gesto discursivo que busca estabilizar sentidos e bloquear o dissenso.

Portanto, a omissão do termo justiça social é significativa: ao evitar sua enunciação, o documento evita disputas sobre seus sentidos possíveis. Como afirmam Laclau e Mouffe (2015), práticas hegemônicas operam pela fixação de significantes flutuantes, convertendo-os em consensos momentâneos que ocultam sua origem conflitiva. No lugar da linguagem política, o decreto mobiliza expressões como “execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz” (Pernambuco, 2023c, Art. 3º, II), reinscrevendo a política na lógica administrativa e apagando o conflito próprio da educação.

Esse apagamento, contudo, não ocorre sem resistência. O SINTEPE questionou a coerência do programa: “Juntos pela Educação como, se existe um projeto de lei [sobre ajustes salariais] dividindo a categoria?”, afirmou sua presidente Ivete Caetano (Santana, 2023). Enquanto o governo performa justiça social como eficiência, o sindicato reinscreve o termo em chave conflitiva, emergindo a precariedade da hegemonia e a impossibilidade de suprimir o político.

A racionalidade técnica se intensifica nas regras de adesão. O Art. 5º condiciona a transferência de recursos à apresentação de planos com metas, parâmetros e cronogramas. A política educacional converte-se em contrato, no qual compromissos com resultados substituem a equidade histórica. Como observam Ball e Collet-Sabé (2025), esta é a lógica da performatividade: o valor da ação pública decorre da mensurabilidade, não de princípios ético-políticos. Nesse enquadramento, a justiça é deslocada de sua potência transformadora para operar como marcador técnico de desempenho.

O decreto também reforça dispositivos de controle ao atribuir à Controladoria-Geral do Estado a fiscalização das ações (Pernambuco, 2023c, Art. 6º). A SEE-PE concentra metas e critérios que asseguram a execução “ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz” (Pernambuco, 2023c, Art. 3º, II). Esses significantes, articulados no discurso institucional, sustentam a hegemonia performativa, operando como gramática normativa que busca conter antagonismos e suprimir possibilidades diversas (Laclau, 2013).

Outro aspecto é a contratualização federativa. O Art. 4º prevê que a adesão dos municípios se dará por “instrumento jurídico próprio”, reforçando vínculos de desempenho. Desigualdades históricas passam a ser tratadas como problemas

técnicos de gestão, não como questões políticas de justiça redistributiva. Ademais, o decreto não menciona diversidade, equidade racial ou inclusão de grupos marginalizados.

Essa lógica se sustenta pela universalização de demandas abstratas como qualidade e eficiência, que operam como significantes vazios estabilizados pela governança. Ao reconfigurar a política como organização técnica, e não como disputa democrática, o decreto institui a performatividade como dispositivo primordial, elevando o gestor a sujeito ideal e transformando a justiça social em ausência programada.

## **(II) VULNERABILIDADE COMO EFICIÊNCIA: A CADEIA DE EQUIVALÊNCIA NO DISCURSO INSTITUCIONAL**

A análise do discurso institucional da SEE-PE, especialmente na publicação de lançamento do Programa Juntos pela Educação (Pernambuco, 2023a), aponta uma cadeia de equivalência que articula significantes heterogêneos. Quando o texto afirma que as diretrizes se sustentam em “*liderança, resultados, ensino de qualidade*”, espaços educacionais, ambiente escolar seguro, integração, universalização, escola aberta, educação integral e *foco nos mais vulneráveis*” (Pernambuco, 2023a, grifos nossos), constrói-se uma equivalência entre termos distintos, como se expressassem um único projeto ético-político.

Nesse movimento, vulnerabilidade é deslocada de sua dimensão histórico-social para função operacional. Termos como “*liderança*”, “*resultados*”, “*ensino de qualidade*” e “*foco nos mais vulneráveis*” formam um consenso aparentemente incontestável, naturalizando a justiça educacional como efeito de um sistema técnico de gestão. Na perspectiva de Laclau e Mouffe (2015), trata-se da construção de cadeias simbólicas que rearticulam antagonismos, buscam neutralizar conflitos e deslocam particularidades históricas.

Na cadeia de equivalência, a justiça emerge como significante vazio, captando identificações. O enunciado “*foco nos mais vulneráveis*” funciona como marcador moral que, ao potencializar a justiça, a desloca do conflito redistributivo e de reconhecimento para a racionalidade gerencial. O efeito é a conversão da justiça em critério técnico de gestão, transformando demandas sociais em metas performativas. A eficácia simbólica reside na aparência neutra e consensual, que naturaliza a hegemonia da performatividade.

Ao vincular vulnerabilidade a resultados, o discurso reconfigura a justiça social como desempenho, deslocando o foco da desigualdade estrutural para um suposto *déficit* de aprendizagem. O Estado é representado como gestor eficiente da

desigualdade, e os sujeitos educacionais como agentes responsivos à mensuração. A inclusão é performada não como enfrentamento de exclusões históricas, mas como conformidade às metas operacionais.

O discurso adota retórica de urgência e escassez, destacando indicadores negativos — como Pernambuco com “uma das piores taxas do Brasil no atendimento de creches públicas” (Pernambuco, 2023a) — para legitimar modelo centrado na correção de fluxo e cumprimento de metas, sem questionar causas sociais ou estruturais do alegado fracasso escolar. Esse padrão atravessa as ações propostas: a suposta baixa performance justifica intervenções técnico-gerenciais, que vão da recomposição da aprendizagem à distribuição de bônus por desempenho (Pernambuco, 2024b).

O detalhamento das ações explicita a lógica da quantificação: criação de “60 mil vagas na Educação Infantil”, construção de “334 quadras poliesportivas”, implantação de “73 novas salas de recursos multifuncionais” (Pernambuco, 2023a). Os números substituem o argumento político, e a justiça educacional torna-se índice de produtividade estatal. Na inclusão, a criação de centros de atendimento para estudantes com deficiência é apresentada como conquista técnica, sem menção à escuta das comunidades ou à formação dos profissionais. A justiça social é performada como produto de política eficaz, não como processo de reconhecimento e transformação.

O evento de lançamento do programa, diante do qual o SINTEPE organizou protesto — ver Imagem 1 —, reforça esse discurso performativo. A presença de autoridades, acompanhada de declarações como “permitir que Pernambuco volte a ser referência no Brasil” (Pernambuco, 2023a), projeta a educação como emblema de modernização e excelência. A vulnerabilidade deixa de ser ponto de partida para enfrentar desigualdades e torna-se pretexto para mobilização simbólica em torno da eficácia da gestão. Como significante vazio, é preenchida pelo discurso oficial com função organizadora da política pública, ajustada ao vocabulário da performance.



**Imagen 1.** Trabalhadores ligados ao SINTEPE protestam durante lançamento do Juntos pela Educação. Fonte: Ed Machado/Folha de Pernambuco<sup>11</sup>

Dessa forma, o discurso institucional da SEE-PE reconfigura profundamente o campo simbólico da justiça. Termos que, em outros contextos políticos, poderiam convocar dissenso e pluralismo são aqui produzidos e moldados por práticas discursivas que os estabilizam como consensos técnicos. Constitui-se uma hegemonia discursiva que desloca a justiça social do político à gestão tecnocrática, convertendo desigualdades em *déficits* de desempenho e sujeitos em administradores de sua própria vulnerabilidade.

### **(III) PACTUAÇÕES E TREINAMENTOS: OS SEMINÁRIOS COMO PRÁTICA DE ESTABILIZAÇÃO HEGEMÔNICA**

Os Seminários Formativos do Programa Juntos pela Educação (Pernambuco, 2024a) operam como dispositivos de sedimentação discursiva, reafirmando sentidos estabilizados nos documentos oficiais e promovendo adesão simbólica ao projeto gerencial da política. Embora se apresentem como espaços de diálogo, funcionam como rituais de pactuação de metas e prazos, reforçando o discurso performativo. A colaboração emerge como valor universal, mas subordinada à lógica da *accountability*.

O relatório afirma que a colaboração entre Estado e municípios fomenta “educação inclusiva, equânime e com justiça social, com o intuito de viabilizar o

<sup>11</sup> <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/a-queda-de-braco-entre-o-governoe-os-trabalhadores-em-educacao/37816/> (acesso em 21/06/2025).

crescimento dos índices educacionais enquanto reflexo da qualificação da educação básica” (Pernambuco, 2024a). A justiça social é assim articulada a um léxico técnico que reproduz eficácia, eficiência e entrega de resultados.

A formação oferecida não problematiza. A pluralidade de perspectivas sobre educação é eclipsada pela racionalidade performativa. Como lembra Ball (2010), o regime da performance regula ações e constitui sujeitos auditáveis, mensuráveis e ajustáveis à lógica da política pública. Nesse processo, a justiça é deslocada de seu papel político-disputável e reinscrita como dispositivo de legitimação da governança educacional.

Essa dinâmica expressa uma crise orgânica: consensos prévios sobre a função social da educação são tensionados por novas lógicas de gestão. Não há ruptura absoluta, mas deslocamento discursivo: a justiça social, antes ligada à defesa de direitos, é reinscrita no vocabulário da eficiência. Nessa direção, significantes flutuantes – colaboração, avanço, alinhamento – proliferam no momento da crise, deslocando antagonismos e instaurando aparentes consensos.

A própria estrutura dos seminários ilustra isso. O evento em Caruaru<sup>12</sup>, “Colaboração em Foco: Avançando Juntos pela Educação em Pernambuco” – ver Imagem 2 –, é apresentado como espaço de “alinhamento acerca do Programa” (Pernambuco, 2024a), reforçando a unidade discursiva em torno dos objetivos do governo.



**Imagem 2.** Seminário Juntos pela Educação discute a importância do Regime de Colaboração para a educação de Pernambuco. Fonte: Portal SEE-PE<sup>13</sup>

12 Caruaru é um município localizado no Agreste pernambucano e é o mais populoso dessa região, situando-se a aproximadamente 140 km de Recife, capital de Pernambuco.

13 <https://portal.educacao.pe.gov.br/seminario-juntos-pela-educacao-discute-a-importancia-do-regime-de-colaboracao-para-a-educacao-de-pernambuco/> (acesso em 31/08/2025).

As oficinas dos seminários apontam a orientação tecnocrática. Títulos como “Construindo Unidades Escolares”, “Financiamentos na Educação” e “Colaborar para Educar” (Pernambuco, 2024a) demonstram a prevalência de discurso gerencial centrado em recursos, planejamento e metas, em detrimento do debate pedagógico ou político. A formação é instrumentalizada como ação normativa; em vez de promover pluralidade e escuta ativa, os seminários reproduzem um discurso hegemônico que tenta suprimir o dissenso.

O caráter performativo é reforçado por atos simbólicos, como a entrega de equipamentos. A governadora Raquel Lyra, ao entregar ônibus durante o seminário em Caruaru, encena eficiência e resolutividade, transformando resultados em prova de gestão. Essa prática ativa a lógica de visibilidade e reconhecimento típica da performatividade: as subjetividades educacionais são constituídas pela exposição e mensuração das ações.

A gratidão pública, como a da secretária de Lagoa do Carro<sup>14</sup> — “É bom contar com esse apoio e ver que o estado está aberto para que possamos dialogar e promover mudanças significativas na educação” (Pernambuco, 2024a) — reafirma discursivamente a eficácia da política. Contudo, tal reconhecimento não implica autonomia ou participação, mas adesão. Os sujeitos são interpelados como colaboradores, desde que aceitem termos previamente estabelecidos.

Outro mecanismo de destaque é o guia de ações para municípios (Pernambuco, 2024a), apresentado como diretriz técnica. Normas padronizam práticas e sentidos, elencando pré-requisitos, metas e contrapartidas. A colaboração reduz-se a procedimento técnico-operacional, eliminando sua dimensão política. Como observa Frangella (2020, p. 1), “as significações de justiça e equidade, tomadas como igualdade/universalidade/homogeneidade, funcionam como tentativas de regulação e controle”, suprimindo diferenças e possibilidades de reinvenção política.

Assim, os seminários consolidam-se como dispositivos de estabilização hegemônica. Pluralidade sobre justiça, qualidade e colaboração é encerrada em discurso de eficácia, sustentada por tecnologias discursivas que produzem adesão. A governança opera não apenas pela imposição de normas, mas pela constituição de sujeitos interpelados por lógicas performativas — educadores e gestores performando colaboração como obediência técnica. A formação deixa de ser espaço de diálogo democrático para tornar-se ferramenta de regulação simbólica e subjetiva.

---

<sup>14</sup> Lagoa do Carro é um município da Zona da Mata pernambucana, situado a aproximadamente 60 km do Recife.

#### **(IV) METAS COMO JUSTIÇA: ACCOUNTABILITY E PERFORMATIVIDADE NOS CICLOS DE 2025**

O evento promovido pela SEE-PE em 2025 (Pernambuco, 2025a), relativo aos Ciclos de Pactuação de Metas, constitui elemento importante na sedimentação discursiva do Programa Juntos pela Educação. Em trechos oficiais, afirma-se que as metas foram definidas a partir de indicadores voltados a reduzir “desigualdades raciais e socioeconômicas” e superar “padrões elementares de desempenho”, visando “mais equidade e justiça educacional” (Pernambuco, 2025a).

Nesse arranjo, ser justo significa, sobretudo, performar adequadamente. Diretores regionais, gestores escolares e docentes passam a ser avaliados pela capacidade de alcançar indicadores previamente definidos. O acompanhamento sistemático das metas reforça esse regime discursivo, instaurando temporalidade voltada à produção de evidências que legitimam a política.

Esse processo, contudo, não se estabelece sem antagonismos. O SINTEPE tem reiterado que a ênfase em pactuações, bonificações e contratos temporários converte a justiça social em índice de desempenho, desconsiderando condições de trabalho e valorização docente (Santana, 2023). Esse gesto indica que a hegemonia performativa não constitui consenso estável, mas campo precário de disputas em que a justiça social é reinscrita em chave democrática e conflitiva.

O discurso oficial busca neutralizar o dissenso mobilizando a regionalização como recurso argumentativo. Apresentada como valorização de contextos locais, a regionalização opera como capilarização do controle: descentraliza encargos, mas não redistribui poder. A pactuação municipal funciona como mecanismo de responsabilização difusa, em que gestores assumem compromissos rígidos sem autonomia efetiva. Nesse cenário, diretores escolares são repositionados como operadores da performance, reforçando racionalidade empresarial que aproxima a gestão pública da lógica privada. Essa concepção é articulada em palestras conduzidas por consultorias privadas durante os ciclos (Pernambuco, 2025a), nas quais a função do gestor é reduzida à administração de resultados.

A linguagem mobilizada nesse processo materializa a racionalidade performativa: termos como “alinhamento estratégico”, “engajar” e “resultados cada vez melhores” (Pernambuco, 2025a) sobrepõem-se a noções político-pedagógicas, buscando produzir sujeitos auditáveis, ajustáveis e orientados à responsividade. Desigualdades sociais históricas são recodificadas como falhas técnicas de rendimento, tratáveis por monitoramento e pactuação. A equidade, em vez de horizonte de transformação estrutural, converte-se em superação de “padrões elementares de desempenho” (Pernambuco, 2025a), operação que esvazia sua densidade política.

O ciclo de pontuação afirma-se como ritual performativo de governança. Ao exigir resultados constantes e antecipação de metas, instaura temporalidade acelerada que fragiliza processos pedagógicos críticos e duradouros. A reflexão democrática cede ao planejamento técnico, e a justiça social é performada como eficiência. Esse fechamento simbólico, contudo, é instável: o antagonismo mobilizado pelo SINTEPE e outros atores indica que a disputa permanece aberta.

Nessa direção, concordamos com Graeff, Nascimento e Marques (2019, p. 595) ao afirmar que “por mais bem-sucedido que seja um discurso no processo de sedimentação (hegemonização), ele sempre carregará consigo as marcas de sua radical contingência”. A hegemonia da performatividade precisa ser reiterada, e é nessa repetição que sua fragilidade se manifesta.

#### **(V) O FECHAMENTO REPRESENTACIONAL DA JUSTIÇA: QUANDO O PERFORMATIVO OFUSCA O DISSENTO**

As análises até aqui indicam que a justiça não apenas mantém sua abertura semântica, mas intensifica sua condição flutuante, tornando-se campo privilegiado de disputa, no qual forças diversas tentam preenchê-la com seus projetos e visões de mundo. No Programa Juntos pela Educação, a noção de justiça social é reconfigurada por práticas discursivas que a inscrevem em uma lógica de performatividade e responsividade gerencial. Essa intenção de fechamento simbólico opera na construção de uma formação hegemônica.

Como observam Laclau e Mouffe (2015), a hegemonia constitui-se pela sutura de sentidos em torno de significantes vazios que operam como universais momentâneos, ocultando a particularidade das lutas que os constituem. No caso pernambucano, a justiça social é invocada como valor universal, operacionalizada como sinônimo de cumprimento de metas, mensuração de resultados e desempenho institucional. Esse deslocamento dissimula tensões da política educacional, reduzindo o debate à eficiência. O dissenso não é negado, mas traduzido em linguagem tecnocrática, suspendendo temporariamente sua força antagônica.

O deslocamento não é neutro, mas marcado pela operação hegemônica: ao redefinir a justiça como fim alcançável e mensurável, o discurso oficial busca suturar o campo discursivo, bloqueando a proliferação de sentidos e interditando a disputa política. Como alertam Macedo e Paranhos (2023, p. 86), “a preocupação com a justiça social [...] é comodificada pela economização”. A linguagem da justiça não é rejeitada, mas incorporada à racionalidade neoliberal como ferramenta de regulação.

Essa lógica performativa se expressa também nas ações formativas promovidas pela SEE-PE às Gerências Regionais de Educação. Um encontro em Arcoverde<sup>15</sup> apresentou entre os objetivos o uso da “matriz de impacto” e a elaboração de “plano de ação com metas claras, indicadores de sucesso e estratégias monitoradas” (Pernambuco, 2025b) — práticas que transformam a justiça em métricas operacionais. A escuta e a construção coletiva são subsumidas à eficiência do planejamento. No campo político, como afirmam Laclau e Butler (2004, tradução própria): “a igualdade é um tipo de discurso que tenta lidar com as diferenças; é uma forma de organizá-los [...]. Isso significa que, dependendo das circunstâncias, a igualdade pode levar ao reforço ou enfraquecimento das diferenças.” Ao negar a diferença como elemento constitutivo do social, a justiça performada enfraquece sua potência democrática.

Nesse contexto, o discurso da corresponsabilidade entre Estado e municípios redistribui encargos, mas não poder. Expressões como planejamento “com propósito” e sintetização “reflexiva” (Pernambuco, 2025b) constroem um discurso linear entre diagnóstico, ação e resultado, promovendo imagem de gestão totalizante que ignora o inacabado e o contraditório — dimensões importantes da democracia. Podemos argumentar com Macedo e Paranhos (2023, p. 86) que essa racionalidade produz indivíduos que internalizam regras de mercado como critérios de valor e existência.

A promessa de totalidade e eficiência é intensificada por enunciados como “100% de matrículas e 100% de alunos fazendo parte da rede estadual, sem evasão e sem desistências” (Pernambuco, 2025b). Tal formulação encarna o que Laclau (2013, p. 184) define como “um excesso fantasmático de um objeto através do qual a satisfação é alcançável”: a fantasia da completude — a ideia de que uma política poderia eliminar exclusão e antagonismo. Essa pretensa completude é de ordem mítica: ao instaurar a fantasia de inclusão total, o discurso oficial busca um fechamento hegemônico que tenta conter a heterogeneidade, relegando ao exterior simbólico sujeitos que resistem ou escapam à lógica performativa.

Entretanto, o fechamento discursivo é sempre contingente. A hegemonia performativa nunca é definitiva: os antagonismos que ela tenta silenciar permanecem latentes, prontos para reinscrição. Como afirma Frangella (2020, p. 3), “o discurso é resultado de práticas articulatórias em que um sentido/conteúdo específico articula/abrange outros encarnando uma plenitude sempre ausente”. A justiça

15 Arcoverde é um município do Sertão pernambucano, localizado na microrregião do Moxotó e integrante da mesorregião do Sertão de Pernambuco. Situa-se a 256 km a oeste do Recife.

social, como significante vazio, permanece aberta à reapropriação por projetos contra hegemônicos que valorizem diferença, dissenso e pluralidade.

Mais do que denunciar o uso instrumental da justiça social, esta análise busca torná-lo visível. Desnaturalizar sentidos fixados é gesto ético-político importante para reabrir o campo simbólico da educação à disputa. Como argumentam Macedo e Paranhos (2023, p. 83), “justiça social, como democracia e emancipação, são projetos irrealizáveis, da ordem do porvir, para usar o termo de Derrida”. Sua força não reside na realização total, mas na manutenção do campo aberto à emergência de novas demandas e subjetividades.

Ao final, a justiça performada nos documentos do Programa Juntos pela Educação opera menos como compromisso político e mais como artefato regulatório. Contudo, como lembra Frangella (2020, p. 18), “é a possibilidade de diferir que dota esse processo de um caráter político democrático”. Resta, então, reinscrever a justiça social como prática de abertura, dissenso e contestação, vivenciada no reconhecimento de que sua significação permanece em disputa.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Compreendemos que o Programa Juntos pela Educação mobiliza a justiça social em discurso marcado pela performatividade, gestão de resultados e tecnificação da política, configurando-a como significante vazio.

Nesse contexto, a análise, a partir de um diálogo interdisciplinar, articula a teoria política pós-fundacional com debates da sociologia sobre desigualdades, regulação e justiça educacional. Estudos críticos indicam que a *accountability* reconfigura o Estado, enquanto a filosofia social fornece horizontes normativos e pós-normativos — da crítica de Fraser à perspectiva laclauiana que recusa o fechamento do social. Nesse cruzamento, o trabalho aponta que a justiça social na educação não pode ser compreendida apenas como ideal ético, mas como significante em disputa, cuja análise exige transitar entre diferentes campos, como teoria política, sociologia e filosofia.

A performatividade desloca a justiça social e fragiliza a participação democrática: não se apresenta apenas como promessa normativa, mas como instrumento regulatório. Ao transformar decisões em metas e indicadores, o discurso oficial restringe deliberação e vozes plurais. No entanto, o político não desaparece: a conversão da justiça em eficiência articula a fragilidade da hegemonia, e cada ciclo de metas e pactuações reproduz a fantasia de completude, abrindo espaço para deslocamentos e contestação.

Nesse cenário, o antagonismo mobilizado pelo SINTEPE, expresso no discurso da presidente e nos protestos, desloca a hegemonia performativa, mostrando que não se trata de consenso absoluto. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo, incorporando discursos antagônicos e etnografias de pactuação para captar resistências além do *corpus* analisado.

Dessarte, a justiça social na educação se configura como significante em disputa, passível de apropriação pela governança ou reinscrição por resistências. Assim, reforça-se a perspectiva pós-fundacional: a política não se reduz à técnica, e o social não admite fechamento. Ao mostrar como a justiça é performada em Pernambuco – como ausência, métrica e fechamento –, o artigo contribui para reabrir a discussão sobre as condições de possibilidade de uma educação democrática, situada e plural.

## REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. (2019). *Ideology and Curriculum* (4th ed.). New York: Routledge.
- BALL, Stephen J. (2010). Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. *Educação e Realidade*, p. 37-55. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15865> (acesso em 20/04/2025).
- BALL, Stephen J. (2012). *Global Education Inc.: New Policy Networks and the Neo-Liberal Imaginary*. Abingdon: Routledge.
- BALL, Stephen J.; COLLET-SABÉ, Jordi (2025). *Against School: Thinking Education Differently*. Switzerland: Springer Nature.
- BRASIL (2007). INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA*. BRASÍLIA: INEP. <HTTP://IDEB.INEP.GOV.BR/> (ACESSO EM 10/05/2025).
- COSTA, Everton G.; COELHO, Gabriel B.; MARQUES, Marcelo de S. (2025). Populismo e democracia: a Teoria do Discurso em debate. *Sociologias*, v. 27, p. e148501-e148501. <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e148501>
- DIAS, Rosanne E. (2021). Desempenho regulando a docência nas políticas de currículo. *Cadernos de Educação*, n. 65. <https://doi.org/10.15210/caduc.voi65.21126>
- FRANGELLA, Rita de C. P. (2020). “Muitos como Um”: políticas curriculares, justiça social, equidade, democracia e as (im) possibilidades de diferir. *Educar em Revista*, v. 36, p. e75647. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75647>
- FRASER, Nancy (2002). A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista crítica de ciências sociais*, v. 63, p. 07-20. <https://doi.org/10.4000/rccs.1250>

- GRAEFF, Caroline B.; NASCIMENTO, Kamila; MARQUES, Marcelo de S. (2019). A crítica pós-fundacionalista: um debate em construção. *Novos Rumos Sociológicos*, 7(11), 559-577. <https://doi.org/10.15210/norus.v7i11.17061>
- HURSH, David (2007). Assessing No Child Left Behind and the rise of neoliberal education policies. *American Educational Research Journal*, v.44, n. 3, p. 493–518. <https://doi.org/10.3102/0002831207306764>
- LACLAU, Ernesto (2011). *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- LACLAU, Ernesto (2013). *A razão populista*. São Paulo: Três estrelas.
- LACLAU, Ernesto (2014). “The impossibility of society”. In: ANGERMULLER, Johannes; WODAK, Ruth; MAINGUENEAU, Dominique. *The Discourse Studies Reader: Main currents in theory and analysis*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 122-126.
- LACLAU, Ernesto; BUTLER, Judith (2004). “The uses of equality”. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. *Laclau: A critical reader*. New York: Routledge [e-book].
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.
- MACEDO, Elisabeth; PARANHOS, Will (2023). Lutas para significar justiça social: o Novo Ensino Médio no Brasil. *Revista internacional de educación para la justicia social*, v. 12, n. 2, p. 79-93. <https://doi.org/10.15366/riejs2023.12.2.005>
- MARQUES, Marcelo de S. (2020). Status ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: diálogos, perspectivas teóricas e conceitos básicos. *Dados*, v. 63, p. e20180242. <https://doi.org/10.1590/001152582020211>
- MARCHART, Oliver (2018). *Thinking antagonism: Political ontology after Laclau*. Edinburgh: University Press.
- MOUFFE, Chantal (2020). *The democratic paradox*. Radical Thinkers. Reprint. London: Verso.
- PERNAMBUCO, Governo do Estado (2023a). *Decreto Nº 54.836/2023*. Recife: Alepe. <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=73022&tipo=TEXTOORIGINAL> (acesso em 10/05/2025).
- PERNAMBUCO, Governo do Estado (2023b). *Juntos pela Educação*. Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. <https://portal.educacao.pe.gov.br/juntos-pela-educacao/> (acesso em 10/02/2025).
- PERNAMBUCO, Governo do Estado (2023c). *Governo de Pernambuco lança programa Juntos pela Educação*. Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. <https://portal.educacao.pe.gov.br/governo-de-pernambuco-lanca-programa-juntos-pela-educacao/> (acesso em 12/05/2025).

PERNAMBUCO, Governo do Estado (2024a). *Seminário Juntos pela Educação discute a importância do Regime de Colaboração para a educação de Pernambuco*. Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. <https://portal.educacao.pe.gov.br/seminario-juntos-pela-educacao-discute-a-importancia-do-regime-de-colaboracao-para-a-educacao-de-pernambuco/> (acesso em 21/05/2025).

PERNAMBUCO, Governo do Estado (2024b). *Governo de Pernambuco realiza pagamento do Bônus de Desempenho Educacional na próxima terça-feira (15)*. Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. <https://portal.educacao.pe.gov.br/governo-de-pernambuco-realiza-pagamento-do-bonus-de-desempenho-educacional-na-proxima-terca-feira-15/> (acesso em 17/03/2025).

PERNAMBUCO, Governo do Estado (2025a). *SEE inicia Pactuação de Metas 2025 com foco em ampliar resultados no Ideb e reduzir desigualdades*. Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. <https://portal.educacao.pe.gov.br/see-inicia-pactuacao-de-metas-2025-com-foco-em-ampliar-resultados-no-ideb-e-reduzir-desigualdades/> (acesso em 14/03/2025).

PERNAMBUCO, Governo do Estado (2025b). *SEE promove encontro formativo em Arcoverde e reúne profissionais das 16 Gerências Regionais de Educação (GRES)*. Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. <https://portal.educacao.pe.gov.br/see-promove-encontro-formativo-em-arcoverde-e-reune-profissionais-das-16-gerencias-regionais-de-educacao-gres/> (acesso em 10/08/2025).

SANTANA, Betânia. (2023). “Juntos pela Educação como, se existe um projeto de lei dividindo a categoria?”, questiona o Sintepe. Recife: Blog da Folha – *Folha de Pernambuco*. <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/juntos-pela-educacao-como-se-existeum-projeto-de-lei-dividindo-a-categoria-questiona-o-sintepe/37715/> (acesso em 11/08/2025).

SILVA, Divane O. de M.; SILVA, Leandra C. P. da; SILVA, Viviane R. B.; CUNHA, Kátia. S. (2025). Crise e controle? A operação da accountability nas produções curriculares e nos processos de subjetivação. *Revista e-Curriculum*, 23, e69511-e69511. <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2025v23e69511>

# Desdobramentos da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: populismo, antipopulismo e novas possibilidades analíticas

*Developments on Laclau and Mouffe's Discourse Theory: populism, anti-populism and new analytical possibilities*

Gabriela Caraffini Pretto<sup>a</sup> 

**Resumo** Este trabalho apresenta um mapeamento de desdobramentos recentes da Teoria do Discurso (TD), desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, enfatizando reavaliações conceituais e aplicações empíricas no interior da literatura sobre o populismo. O objetivo, portanto, é discutir transformações recentes no interior da TD e examinar como essa abordagem tem sido operacionalizada em pesquisas sobre populismo. Para tanto, realizou-se uma revisão das contribuições que atualizam a teoria ao incorporar dimensões psicanalíticas – como os conceitos lacanianos de desejo, fantasia e *objet a* – e que propõem categorias analíticas capazes de captar disputas discursivas no campo político, como o *hype* populista e o antipopulismo. Essas propostas ampliam o potencial da TD para compreender processos de construção de sentidos e a disputa em torno do signíficante “populismo”, possibilitando uma análise dos efeitos políticos do uso do termo.

**Palavras-chave** Teoria do Discurso. Populismo. Hype populista. Antipopulismo. Mídia.

**Abstract** This paper presents a mapping of recent developments in Discourse Theory (DT), developed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, emphasizing conceptual reassessments and empirical applications within the literature on populism. The aim is to discuss recent transformations within DT and to examine how this approach has been operationalized in research on populism. To this end, the study reviews contributions that update the theory by incorporating psychoanalytic dimensions—such as Lacanian concepts of desire, fantasy, and *objet petit a*—and that propose analytical categories capable of capturing discursive struggles in the political field, including populist *hype* and anti-populism. These contributions expand the potential of DT to understand processes of meaning-making and disputes around the signifier “populism,” enabling an analysis of the political effects of the term’s use.

**Keywords** Discourse Theory. Populism. Populist Hype. Antipopulism. Media.

<sup>a</sup> Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCP/UFRGS). E-mail: gabrielacpretto@live.com

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresento um apanhado sobre os desdobramentos da Teoria do Discurso (TD) desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, sobretudo após a publicação, em 1985, do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista*. A obra representa um marco nas Ciências Sociais, apresentando tanto uma reinterpretação quanto uma ruptura com os preceitos básicos da teoria marxista, trazendo à tona aportes da teoria pós-estruturalista, da psicanálise lacaniana e da linguística. Dessa forma, os autores rompem com o essencialismo de classe e com a ideia de uma sociedade onde haja consenso, trazendo a relação antagonística como inevitável. (Marques, 2020; Mendonça, 2019; Panizza; Miorelli, 2013)

A TD se concentra, portanto, na maneira como os sentidos circulam no meio social e sob qual *lógica* eles operam. Compreende-se, assim, que as estruturas discursivas são socialmente construídas como um sistema de práticas com sentido que molda as identidades dos sujeitos. Por isso, este trabalho busca identificar como esse modelo teórico vem sendo desenvolvido e aplicado a estudos empíricos sobre populismo. Proponho, dessa forma, um mapeamento não-exaustivo dos desdobramentos teóricos da TD no campo dos estudos de populismo, identificando novas categorias teóricas e possibilidades analíticas que deles emergem.

Assim, a metodologia adotada consistiu em uma revisão exploratória de trabalhos que discutem o fenômeno do populismo a partir da TD de Laclau e Mouffe, com foco especial naqueles que discutem a maneira como o significante “populismo” circula no debate político. O recorte, portanto, é concentrado em pesquisas que mobilizam a TD como fundamento teórico para investigar o populismo, com atenção às categorias e abordagens que complementam e fazem avançar o arcabouço original dos autores. Nesse sentido, destacam-se contribuições acerca do antipopulismo e do *hype* populista, bem como as que trazem aportes da tradição psicanalítica. Não se busca, portanto, esgotar a literatura existente, mas evidenciar movimentos recentes de atualização conceitual e possibilidades de análise neste campo. A seleção incluiu artigos publicados em periódicos importantes para o debate, como *Journal of Language and Politics* e *Political Studies*, além de coleções dedicadas aos estudos críticos sobre populismo.

Por mais que a teoria de Laclau e Mouffe seja considerada densa e com alto nível de abstração (De Cleen *et al.*, 2021), a seguir apresento desdobramentos que demonstram um crescente esforço em tornar a TD aplicável a investigações empíricas. Em um primeiro momento, serão apresentados alguns fundamentos teóricos primordiais da TD, para em seguida analisar como essa teoria foi trabalhada por autores próximos a essa tradição e que se dedicam aos estudos sobre populismo.

Para exemplificar os trabalhos que lançam mão da psicanálise, será apresentada a distinção entre lógicas sociais, políticas e fantasmáticas (Glynos; Howarth, 2007) e a reavaliação de categorias centrais, como a *demand*a, por meio dos conceitos lacanianos de *desejo* e *objeto a*. (Zicman De Barros, 2021)

Em seguida, apresento duas categorias que demonstram ter logrado algum grau de aplicabilidade a estudos empíricos para compreender de que forma os sentidos do significante “populismo” circulam no espaço social: o *hype* populista e o antipopulismo. Essas duas categorias se interrelacionam na medida em que uma atenção exagerada à “ameaça do populismo” (o *hype* populista) pode se tornar uma forma perniciosa de polarização, por meio do discurso antipopulista. (Stavrakakis *et al.*, 2017) O significante populismo, sobretudo no discurso midiático, se torna um dispositivo retórico difuso para a defesa de pressupostos normativos da democracia liberal e das políticas de austeridade.

## 2. FUNDAMENTOS DA TEORIA DO DISCURSO DE LACLAU E MOUFFE

Em primeiro lugar, cabe diferenciar a Teoria do Discurso (TD) da Análise do Discurso (AD). A AD consiste, *grosso modo*, em uma série de métodos e técnicas de analisar o sentido, a exemplo da Análise Crítica do Discurso (Wodak; Meyer, 2016) e da Análise Materialista do Discurso. (Orlandi, 2022; Pêcheux, 2013 [1988]) Mais do que uma caixa de ferramentas metodológicas para análise textual, a Teoria do Discurso (TD) se ocupa muito mais da maneira como os sentidos *circulam* na sociedade. Esse ponto já introduz um aspecto muito importante da TD: o discursivo vai além do textual. O discurso, portanto, se trata de sistemas de práticas com sentido que formam as identidades de sujeitos e objetos. (Howarth; Stavrakakis, 2000)

Laclau e Mouffe reconhecem sua posição pós-marxista na introdução do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista*, publicado pela primeira vez em 1985. Essa alcunha carrega em si duas dimensões. Primeiro, a teoria é pós-marxista, na medida em que os autores rompem com categorias essenciais do marxismo: a categoria de classe, de acordo com o diagnóstico dos autores, já não é suficiente para dar conta dos conflitos sociais. Ademais, de acordo com a percepção dos autores sobre o político<sup>1</sup>, a ideia de comunismo como sociedade sem antagonismos

---

1 A distinção entre “o político” e “a política” é uma contribuição fundamental de Chantal Mouffe (2015), na qual a autora separa o campo das práticas institucionais (a política) do político. Este, por sua vez, se refere à dimensão antagonística que constitui as sociedades. O objeto da teoria política é, portanto, compreender os aspectos ontológicos da essência do político, o que Mouffe propõe que seja feito para além do racionalismo liberal. A política, no entanto, se refere às normas que organizam a sociedade politicamente, correspondendo à Ciência Política e às análises empíricas.

também não se sustenta, pois seria impossível uma esfera pública sem conflito. (Laclau; Mouffe, 2015; Mouffe, 2015) Apesar das críticas e rupturas importantes, a teoria de Laclau e Mouffe ainda é pós-marxista, visto que ela se desenvolveu, justamente, tendo o marxismo como ponto de referência.

Portanto, a TD tem como objeto o *sentido*, e não o texto. O discursivo, na verdade, se refere a tudo que detém sentido. Para tanto, os autores recorrem, à linguística de Ferdinand de Saussure (2012 [1916]), sobretudo no que tange o valor *negativo* do signo. Isso significa que o sentido é atribuído a partir de um sistema *diferencial e relacional*. Por exemplo, uma folha que cai pode significar o processo natural de uma árvore, mas também pode ser um transtorno para quem precisa varrer a calçada onde ela se encontra. Da mesma maneira, esse acontecimento também pode ser interpretado como a vontade de Deus.

Assim, não há um significado inato e definitivo nestes objetos, efeitos ou ações; há interpretações *em relação* à formação discursiva na qual eles se inserem. Isso não significa que o sentido não exista: é evidente que existem fatos objetivos que estão postos na realidade, mas não existe nada inerente a esses fatos que capaz de definir, de forma última e categórica, o seu sentido. Por isso que, de acordo com essa perspectiva teórica, as estruturas discursivas são construídas socialmente. Assim, é necessário compreender de que forma se dá a construção social e política dos sentidos. O foco da TD, portanto, é entender o que circunda e possibilita a existência de determinados discursos, indo além dos discursos em si mesmos.

A unidade analítica primordial para a análise política nos termos propostos pela TD é a de *demandas*. Quando um determinado grupo social abriga demandas específicas que não são atendidas pelas autoridades governamentais, essas demandas têm a tendência de se conectar de uma maneira que transcende seu conteúdo particular. Esse processo, em última instância, confere equivalência a essas demandas. Ou seja, quando muitas demandas não são atendidas durante um determinado período, o sistema institucional perde a capacidade de absorver essas demandas separadamente. As demandas acumuladas perdem a sua *diferenciação*. Assim, a articulação de demandas diversas culmina naquilo que Laclau descreve como uma *cadeia equivalencial de demandas*.

Uma vez que uma cadeia equivalencial de demandas insatisfeitas é estabelecida, uma fronteira interna emerge, dividindo o espaço social em dois grupos distintos e opositos. Essa fronteira interna conforma uma relação de *antagonismo* entre esses grupos: o antagonismo que, justamente, dentro do quadro da TD, é a lógica estruturante do campo político. Além disso, as demandas podem se articular na forma de *demandas populares*, constituindo uma subjetividade social mais ampla.

A importância das demandas populares é, justamente, criar a possibilidade de estabelecer o “povo” como ator político em potencial. Ainda, cabe ressaltar que as demandas se referem ao nível analítico e *ôntrico*, enquanto a categoria de antagonismo dá conta do nível ontológico. (Laclau, 2018, p. 73–75)

À medida que a equivalência entre os elementos constitutivos dessa cadeia se aprofunda, ela pode ser representada por meio de um significante vazio, ou seja, uma única expressão lexical que abrange todo o significado engendrado pela cadeia equivalencial de demandas. Uma vez que o significado é construído social e politicamente, é de interesse da TD compreender de que forma os significantes vazios são preenchidos de significado.

Ocorre que, em um contexto de luta social, existe uma disputa discursiva por hegemonia: entre aqueles que enunciam suas demandas e as veem articuladas em uma cadeia equivalencial, e aqueles que detém o poder político para cumprir as demandas. Nesse processo de disputa, a fronteira dicotômica que separa esses dois grupos pode acabar esmaecida. Enquanto temos uma cadeia equivalencial de demandas populares, por um lado, o grupo que se encontra do outro lado da fronteira dicotômica pode, também, apresentar uma outra cadeia equivalencial. Essa outra cadeia é constituída, de certa forma, pelas mesmas demandas populares, mas que são ligadas umas às outras de uma maneira totalmente diferente. O projeto hegemônico rival pressiona o campo das demandas democráticas, de forma a disputar o *significado* discursivo dessas demandas. É isso que Laclau (2018) entende por significantes flutuantes: demandas cujos significantes estão em disputa entre os grupos que estão em lados opostos da fronteira dicotômica.

Ademais, considerando um processo no qual as demandas articuladas na cadeia equivalencial não foram satisfeitas, Laclau ressalta que há um sentimento importante permeando esse processo: a falta (*lack*). Existiria algo faltando na continuidade do social, um espaço a ser preenchido nesse grupo. A resposta a essa falta, para Laclau, é a construção do “povo”:

Há uma totalidade da comunidade que está faltando. Isso é decisivo: a construção do ‘povo’ será a tentativa de dar nome a essa totalidade ausente. Sem essa ruptura inicial de algo na ordem social – por menor que esse algo seja inicialmente – não há possibilidade de antagonismo, fronteira, ou, em última instância, ‘povo’ (LACLAU, 2018, p. 85, trad. livre)<sup>2</sup>

2 No original, “There is a fullness of the community that is missing. This is decisive: the construction of the ‘people’ will be the attempt to give a name to that absent fullness. Without this

Isso implica, em primeiro lugar, que os atores sociais não conseguem constituir plenamente suas identidades e seus interesses. Consequentemente, eles constroem um Outro, um inimigo que leva a culpa por essa impossibilidade. Segundo, quando existem demandas não resolvidas acumuladas, há um acirramento da relação com esse Outro – e é disso que se trata a categoria de antagonismo. (Panizza; Miorelli, 2013)

O antagonismo para Laclau e Mouffe, na verdade, não diz respeito apenas a relações específicas entre grupos sociais opositos. O que interessa é aquilo que *delimita* as diferenças: o que faz com que um grupo se distinga do outro? Indo além, eles afirmam que o político se estrutura ao redor dos limites dessas diferenças, ou seja, dos limites antagonísticos. O conflito, assim, não é entendido como um defeito da sociedade. Na verdade, ele não só é entendido como inescapável como também é própria a essência do político. (Laclau; Mouffe, 2015; Mouffe, 2015)

Tendo em conta que a cadeia equivalencial é constituída por demandas distintas, cada uma com seu conteúdo particular, ela precisa ser estabilizada. Para explicar esse efeito estabilizador, Laclau e Mouffe lançam mão da psicanálise lacaniana e o conceito de *point de capiton*, que é adaptado à TD como *pontos nodais* (“nodal points”) ou significante-mestre. O ponto nodal “segura” a cadeia de significação: como o botão que une o tecido ao acolchoado de uma almofada, ele une e estabiliza o discurso a partir de um único ponto. No entanto, o ponto nodal só consegue fixar parcialmente o sentido, sempre sobrando algo de incompleto ou em aberto. (Howarth, 2000; Howarth; Stavrakakis, 2000)

A repercussão da obra de Laclau e Mouffe se reflete na proximidade que diversos autores mantêm com a TD, sob as nomenclaturas de Teoria do Discurso Pós-Estruturalista ou ainda *Escola de Essex*. Ou seja, esses termos pretendem reunir um universo de autores que se dedicam até hoje à compreensão dos discursos e sua influência na formação de identidades sociais. (Panizza; Miorelli, 2013; Sommerer, 2005) Na próxima seção, apresento algumas expansões e avanços que autores próximos a esse campo teórico propuseram no que diz respeito a categorias de análise, operacionalização de conceitos e metodologia.

### 3. EXPANSÕES DA TEORIA DO DISCURSO

Os desdobramentos que serão detalhados nessa seção, em geral, compartilham do objetivo de tornar a TD mais tangível em termos de análise empírica do

---

initial breakdown of something in the social order – however minimal that something could initially be – there is no possibility of antagonism, frontier, or, ultimately, ‘people’”

político. Por exemplo, Glynos e Howarth (2007) propõem pensar em termos de *lógicas* e não necessariamente de *discurso*, para demarcar ainda mais sua distinção em relação ao linguístico. As lógicas não dão conta do conteúdo substantivo das práticas, mas das suas dinâmicas e seu modo de funcionamento. De certa forma, isso já estava pressuposto na ideia de discurso de Laclau e Mouffe, mas as lógicas permitem dirimir a confusão entre o que é dotado de sentido e o que é textual.

Nesse sentido, os autores distinguem três tipos de lógicas: sociais, políticas e fantasmáticas. As lógicas sociais dizem respeito ao funcionamento de um campo específico: o mercado, por exemplo, pode ser entendido pela chave da lógica de competição. Já as lógicas políticas se referem às disputas em torno das práticas sociais, ou seja, como elas são contestadas ou normalizadas. Por fim, as lógicas fantasmáticas são o “gancho” ideológico que faz com que os sujeitos se engajem nas referidas práticas. As lógicas fantasmáticas fazem referência ao conceito psicanalítico de *fantasia* (“fantasy”). Isso permite a incorporação sistemática da dimensão afetiva, evidenciando os componentes libidinais envolvidos na vinculação dos sujeitos a determinadas práticas, o que também possibilita uma melhor compreensão do *modus operandi* da ideologia. (De Cleen *et al*, 2021)

A proposta das lógicas é particularmente relevante para este debate porque permite compreender fenômenos recentes associados ao populismo dentro de uma chave propriamente política. Como será exposto adiante, o *hype* populista pode ser entendido como um desdobramento que opera precisamente no registro de uma lógica política, uma vez que ilumina um modo de funcionamento que define fronteiras, estrutura disputas e orienta percepções sobre o populismo no debate público. Em outras palavras, isso reforça o que Laclau havia antecipado ao tratar do político em um nível *ontológico*, e não apenas ôntico ou descritivo.

Também com o aporte da teoria psicanalítica, Zicman de Barros (2021) critica a formulação de Laclau quanto à categoria de demanda. Para o autor, Laclau não teria dado a devida atenção à sua unidade analítica mínima, deixando o seu significado subentendido. A ideia de demanda como algo “dado”, inclusive, seria uma contradição com a tradição pós-essencialista de Laclau, pois atribuiria uma certa imanência a essa categoria. A solução, Para Zicman de Barros, é um retorno a Jacques Lacan, sobretudo na sua noção de *desejo*: essa categoria deveria ser a unidade analítica mínima, e não a demanda.

Em primeiro lugar, a demanda seria uma necessidade articulada simbolicamente, para a qual Lacan evoca a relação entre o bebê e a mãe no período simbiótico. Ao transformar uma necessidade em demanda, o bebê acrescenta uma nova dimensão afetiva: o desejo por reconhecimento O desejo, para Lacan,

é o *desejo do outro*. Isso significa, simultaneamente, duas coisas: primeiro, nós desejamos aquilo que o outro deseja. Segundo, nós *desejamos ser desejados* pelo outro. Esse desejo do outro está presente, por exemplo, no olhar (*gaze*): “O olhar do outro sempre pode desaparecer e se atrair por outra coisa. É algo que não se pode controlar. E corremos o risco de nos tornarmos presa desse olhar, em uma busca por dominá-lo que está fadada ao fracasso.”<sup>3</sup> (Zicman de Barros, 2021, p. 516)

A partir dessa compreensão, Lacan formula o que considerou sua contribuição verdadeiramente original à psicanálise: o conceito de objeto *a*. O objeto *a* é precisamente o “desejo desejado” que está presente no olhar do outro. É quando queremos ser capazes de desejar o desejo do outro, e que nos faz, verdadeiramente, desejar e que, em última instância, nos levaria a um estágio de plenitude – a plenitude que estariamos em busca desde o momento que saímos do ventre. O objeto *a* não é, necessariamente, um objeto simbolizável ou tangível. No entanto, existem situações nas quais a simbolização acontece: por líderes, ídolos, pessoas amadas, ideias. No campo político, como argumenta Stavrakakis (2007), podemos imaginar que líderes políticos podem restabelecer uma ordem de um passado glorioso, ou recuperar a moral de uma sociedade degenerada. É idealização da promessa de uma plenitude, de conquistar algo que preencheria uma falta. Diante da definição de desejo e objeto *a* para Lacan, Zicman de Barros conclui que o desejo é muito mais central para a formação de identidades coletivas do que as demandas em si.

Como De Cleen *et al* (2021) percebem, é através do conceito de populismo que o potencial analítico da TD se desenvolve mais facilmente. Assim, os intelectuais que se afiliam ou que se aproximam dessa perspectiva teórica têm se voltado para novas agendas de pesquisa e, consequentemente, tendo uma maior preocupação com aspectos metodológicos. Por mais que os primórdios da TD de Laclau e Mouffe tenham sido marcados pelo desenvolvimento de um arcabouço teórico bastante denso e abstrato, atualmente há um maior esforço em torná-la aplicável a investigações empíricas. Para além das técnicas e métodos da Análise do Discurso, os autores também apontam que as pesquisas inseridas na TD também vêm utilizando métodos como grupos focais, surveys, etnografias, bem como análise de conteúdo e linguística de corpus. (Brown, 2024; De Cleen *et al.*, 2021, 2025; Kefford; Moffitt; Werner, 2021)

Marques e Carlos (2025), por sua vez, reforçam que é metodologicamente necessário analisar os processos em torno da construção dos pontos nodais.

3 No original, “The other’s gaze can always vanish and be attracted by something else. One cannot control it. And one can become its prey, in a quest to dominate it that is doomed to fail.”

Para os autores, examinar tais processos implica investigar que significados são mobilizados, como esses significados se conectam entre si, além de como as relações de exterioridade entre demandas no campo discursivo são estabelecidas. Dedicando-se à investigação do governo de Jair Bolsonaro, os autores aplicam as contribuições teóricas da TD à análise do discurso da extrema-direita brasileira, examinando documentos como plano de governo, discursos de posse, intervenções na ONU e pronunciamentos em rádio e TV. A abordagem adotada evidencia os elementos constitutivos e as dinâmicas da articulação discursiva desse projeto político, constituindo mais um exemplo de avanço metodológico na aplicação da TD à investigação empírica do discurso populista.

Além disso, há autores que enfatizam aspectos culturais, estilísticos e discursivos da atuação de líderes políticos, atentando para a dimensão *performática*. Por certo, a perspectiva de Laclau e Mouffe do discursivo já compreendia o “*performativo*”, mas autores como Ostiguy (2009, 2017), Moffitt (2015, 2016, 2018) e Aiolfi (2022) dão ainda mais atenção a essa questão, trazendo à tona também a questão da teatralidade e da transgressão daquilo que é esperado do meio político. Ostiguy apresenta o modelo “alto-baixo” para ilustrar e operacionalizar a análise dessas performances. Inspirado no conceito de distinção em Pierre Bourdieu (2006 [1979]), o autor propõe um eixo ortogonal à clivagem esquerda-direita que dê conta de padrões culturais e da forma como o líder interage com o público e com as instituições. O “alto” se relaciona à valorização de comportamentos mais decorosos, polidos, técnicos, “bem-comportados” – tudo o que remete à “alta-cultura”. Já o “baixo” caracteriza-se pelo exato oposto: informalidade, despojamento, uma comunicação sem filtros que é, acima de tudo, vista como autêntica. O populismo, dessa forma, diferencia-se justamente por colocar o baixo em evidência, através de performances que podem chocar ou constranger, mas que sobretudo contrasta com o que é esperado dos padrões tradicionais da política institucional.

Assim, essa perspectiva enfatiza a questão dos trejeitos, da corporalidade, da forma de se comunicar, e da forma como isso tem o poder de mobilizar potenciais eleitores e transmitir autenticidade. Ostiguy e Moffitt (2020) reafirmam sua intenção de complementar a teoria de Laclau sobre o populismo para torná-la mais “pé no chão”. Parte-se do princípio de que populismo não é algo que se é, mas algo que se faz.

De forma coerente com o quadro teórico da TD, é possível perceber que o debate que se faz não é apenas sobre como definir o populismo, mas sobre os efeitos que o uso dessa categoria produz. Ou seja, abrem-se possibilidades, a partir da TD de Laclau e Mouffe, para investigar a maneira como os discursos sobre populismo

são construídos e entram em disputa. Na próxima seção, apresento duas categorias teóricas que se propõem, também, a esse papel: o *hype populista* e o *antipopulismo*.

#### **4. POPULISMO E ALÉM: O HYPE POPULISTA, ANTIPOPULISMO E ESTUDOS SOBRE MÍDIA**

Para investigar o fenômeno do populismo em seus desdobramentos contemporâneos, diversos autores recorrem a técnicas de Análise do Discurso e Linguística de Corpus não apenas para aplicar a TD de Laclau e Mouffe, mas também para propor novas categorias conceituais que capturam outras nuances na construção dos sentidos e nas dinâmicas comunicacionais que os sustentam. Em particular, os estudos sobre os usos dos termos “populismo” e “populista” em veículos de mídia e na produção acadêmica evidenciam a existência de uma lógica política subjacente à circulação desse significante: atribuir a alguém ou a algum partido o rótulo de populista possui, por si só, um efeito político, que estrutura relações de (des)legitimidade no debate público. Nesse sentido, as investigações a seguir buscam compreender os sentidos e impactos dessa atribuição, considerando não apenas o conteúdo discursivo, mas as dinâmicas políticas que ela revela.

Um destes diagnósticos é o fenômeno do *hype populista*. *Hype* é uma palavra de origem inglesa, para a qual não existe uma tradução exata para o português – tanto é que foi aportuguesado na forma do verbo “*hypar*”. No dicionário *Merriam-Webster* (2024), *hype* é definido como uma publicidade ou promoção extravagante, por vezes enganosa. A partir da TD, Glynos e Mondon (2016) identificaram que há um *hype* do populismo nessas duas esferas de produção de discursos sobre política, ou seja, daqueles sujeitos que interpretam a política. Uma das dimensões desse *hype* é a utilização do termo “populismo” de forma apocalíptica e sensacionalista, como se houvesse um crescimento incontrolável e meteórico de uma ameaça à democracia, mas sem questionar de que maneira o déficit democrático do modelo liberal contribuiu para que o populismo se tornasse uma alternativa ao status quo (Mouffe, 2015; Mouffe, 2020; de Barros; Lago, 2022). Esse diagnóstico é corroborado por um levantamento realizado por Rooduijn (2019). Observou-se que, só em 2017, os termos “populista” e “populismo” foram citados 2.537 vezes pelo *The New York Times*. Em relação à produção acadêmica, o autor verifica que no *Web of Science* esses termos foram usados no título de 208 artigos em 2016 e 332 em 2017. Em contrapartida, em 2010 foram apenas 76 trabalhos publicados dentro desses parâmetros.

Assim, a análise do *hype populista* se volta a compreender os efeitos políticos – intencionais ou não – de se falar tanto em “populismo” na linguagem política

cotidiana. De forma complementar, é certo que populismo é normalmente associado a uma crítica ou uma forma de deslegitimar aquele ou aquilo que se julga como populista. Ou seja, falar em populismo implica falar *contra* algo ou alguém. Por isso, o *hype* populista está diretamente ligado ao discurso antipopulista, ou da construção discursiva da deslegitimação política.

O antipopulismo se constitui, portanto, como um discurso político específico, que utiliza a categoria de populismo como “atalho argumentativo”: uma maneira facilitada de descredibilizar aqueles que se opõem ao *status quo* ou *mainstream* político. Assim, o termo se torna um guarda-chuva, sob o qual cabe “todo mundo de quem não se gosta.” (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2013; Stavrakakis, 2018; Voutyras, 2024) Para Rancière, populismo nada mais é que uma forma de “mascara[r] e ao mesmo tempo revela[r] a grande aspiração da oligarquia: governar sem povo, isto é, sem divisão do povo; governar sem política.” (2014 [2005] p. 101-102)

Moffitt (2018) destaca algumas razões pelas quais o fenômeno do antipopulismo ainda parece receber pouca atenção. Em primeiro lugar, trata-se de uma posição *by default* tanto na mídia quanto na academia: o populismo é evidentemente ruim e essa evidência é discursivamente construída. Indo além, a naturalidade dessa posição é justamente o que a invisibiliza. Em segundo lugar, o autor destaca que o antipopulismo se apresenta como uma aliança temporária um tanto desajeitada, na qual certos atores se unem de forma estratégica contra a ameaça do populismo. Ou seja, a aliança antipopulista não se apresenta como uma força coesa. Para Stavrakakis *et al* (2017), populismo e antipopulismo se constituem mutuamente, reproduzindo um ao outro ainda que sempre em conflito. Em outras palavras, “sempre são necessários dois para dançar o tango do populismo/antipopulismo.” (Stavrakakis *et al.*, 2017, p. 22, trad. livre)<sup>4</sup>

Essa dinâmica se exemplifica quando adicionamos a categoria de crise à equação. Stavrakakis *et al.* (2017) compartilham da perspectiva de Moffitt (2016, 2018) segundo a qual as crises são performadas e não dadas de forma externa, neutra ou objetiva. A percepção da crise é mediada, e é na mediação que o discurso populista atua – assim como o discurso antipopulista. A disputa entre populismo e antipopulismo está, portanto, na atribuição de culpa à crise. Para os antipopulistas, os populistas são os culpados pela crise, independente de qual seja sua natureza.

Além disso, os autores observam que, no contexto grego em específico e europeu no geral, a disputa discursiva entre populismo e antipopulismo leva a

---

4 No original, “it takes two to dance the populism/antipopulism tango.”

formas perigosas de polarização – ou a uma “polarização perniciosa”, como eles a chamam:

Sem dúvida, “populismo” é normalmente apresentado como uma ilustração de tudo que é anormal: é invariavelmente visto como uma violação ou transgressão da ordem natural como a política é adequadamente, racionalmente e profissionalmente feita [...] Até que ponto esse desejo normalizante encarnado pelo “centro moderado” antipopulista pode operar como um multiplicador de uma dinâmica polarizante? Certamente, evidências da Grécia contemporânea mostram que o antipopulismo pode ser tão – ou até mais – confrontador, virulento e polarizante quanto o seu oponente populista; mas as forças populistas são retroativamente denunciadas como as causadoras da crise de representação que as precedeu (Stavrakakis et al., 2017, p. 8–9, trad. livre)<sup>5</sup>

O problema que se coloca é que, nas formas perniciosas de polarização, ocorre a demonização e desumanização daqueles que questionam as limitações da democracia liberal por parte das elites políticas, independente da natureza desses questionamentos. Descarta-se, portanto, qualquer questionamento em relação “à desigualdade crescente, o monopólio da elite na tomada de decisão camouflada de governança meritocrática e tecnocrática” (Stavrakakis, 2018, p. 9, trad. livre) É com essa finalidade que o significante “populismo” é mobilizado.

No discurso, a desumanização e demonização se apresenta nas adjetivações: os populistas são anormais, irracionais, paranoicos, perigosos, irresponsáveis... Lançando mão da teoria de Chantal Mouffe (2015), os autores afirmam que a dinâmica que se conforma é a de antagonismo (disputa entre inimigos), e não de agonismo (disputa entre adversários).

Voutyras (2024) desenvolve a questão da meritocracia e tecnocracia no discurso antipopulista, considerando que são aspectos centrais para compreender o seu funcionamento. Primeiramente, o autor destaca a meritocracia e a tecnocracia no contexto da década de 1990, com o surgimento da política da “Terceira Via”. Neste momento, partidos de esquerda deslocam-se para o centro e não só

5 No original, “Indeed, “populism” is most often presented as illustrating all that is abnormal: It is invariably seen as violating or transgressing a natural order of how politics is properly, rationally, and professionally done. [...] To what extent can this normalizing desire incarnated by the antipopulist “moderate center” operate as a multiplier of polarization dynamics? Indeed, evidence from contemporary Greece shows that this antipopulism can be equally—if not more—confrontational, vitriolic, and polarizing than its populist opponent; only this time it is populist forces that are retroactively denounced as the abnormal causes of the preceding crisis of representation.”

fazem concessões, mas alinhamp-se efetivamente ao modelo neoliberal que estava em desenvolvimento. Dessa forma, a meritocracia torna-se o pilar moral dessa nova ordem política, sobretudo no que diz respeito à mobilidade social. A ideia de meritocracia, ainda, coloca a elite em um lugar de legitimidade: ao contrário da aristocracia, a elite neoliberal chegou lá porque “fez por merecer”.

A governança tecnocrática também ganha força neste momento, em que o aparente “fim da história” (Fukuyama, 2006 [1992]) teria dado cabo às disputas ideológicas entre esquerda e direita. Como consequência, Voutyras (2024) aponta para o esvaziamento das instituições democráticas: se não há mais política, mas apenas governança de teor técnico, as decisões ficam cada vez mais afastadas do controle popular – palavra que, aliás, assume uma posição especial nessa discussão. A mobilização populista se dá, justamente, no campo da falta de representação, quando a elite não dá conta das demandas que circulam e o povo avalia que não tem espaço para reivindicá-las.

Para Moffitt (2016), a mídia é um dos palcos onde o populismo atua (*plays*) – ou, para relembrar a metáfora de Stavrakakis et al. (2017), onde o tango do populismo/antipopulismo pode ser dançado. Isso significa que é no discurso da mídia que a disputa entre essas duas partes toma lugar: se a posição hegemônica na mídia é antipopulista, e o significante populismo é tomado como uma alcunha pejorativa, o seu significado é atribuído justamente pelos antipopulistas. Reiteramos, portanto, que neste trabalho o nosso objetivo é investigar esses significados pejorativos empregados pela mídia.

Tendo isso em vista, Moffitt (2016) apresenta duas principais abordagens sobre os estudos de mídia e populismo. A primeira delas busca entender como a cobertura midiática afeta o sucesso de líderes populistas; a segunda, como os atores populistas usam a mídia. Na sua percepção, existem algumas lacunas a serem preenchidas, e uma delas em particular traz pontos importantes para a presente pesquisa.

O autor reflete sobre como a lógica da mídia e a lógica do populismo se encaixam, levando em consideração seu enquadramento de que a mídia fornece um palco para a performance do populismo. Em sua revisão teórica, Moffitt (2016) identifica que o “mau comportamento” e a postura afrontosa dos líderes populistas é um prato cheio para a forma como a mídia prioriza o conflito, os escândalos, os estereótipos e a personificação.

Já Demata, Conoscenti e Stavrakakis (2020) investigam as metáforas empregadas pelos jornais *The Guardian* e *Daily Mail* em sua cobertura do populismo. Os autores primeiramente reiteram a relevância do antipopulismo ao pensarmos sobre

o populismo em si: “se ‘populista’ é um termo que raramente os políticos escolhem como uma forma aceitável de descrever a si próprios, então a designação ‘populista’ só pode ser criada por um oponente antipopulista ou por quem está fazendo a análise”. (Demata; Conoscenti; Stavrakakis, 2020, p. 3–4, trad. livre)<sup>6</sup> Ainda, eles apontam que, assim como o populismo pode assumir formas conservadoras ou progressistas, de direita ou de esquerda, o mesmo ocorre com o antipopulismo.

Goyvaerts e De Cleen (2020) ponderam que, ao contrário da academia, na mídia há pouco ou nenhum espaço para discutir e questionar os significados do populismo. Além disso, a mídia *mainstream* utiliza do termo para demarcar o que é legítimo ou não na política democrática, a partir de um viés normativo liberal que, diante da falta de problematização, torna-se *evidente* nestes discursos. Ademais, os autores também buscam entender quais tipos de política estão sendo defendidas pela mídia quando esta utiliza do significante “populismo” para criticar determinados atores. Quer dizer, a mídia está cumprindo o papel de cão de guarda (*watchdog*) da democracia ou da manutenção da ordem econômica, política e social vigente?

Essa dinâmica entre populismo/antipopulismo apresentada até agora foi investigada, no caso da Revista Veja, por Ronderos e Glynnos (2023). Analisando publicações da revista entre 2015 e 2018, os autores afirmam que, quando a revista ataca o populismo, ela deixa escapar os pressupostos ideológicos e normativos da agenda neoliberal por ela defendida. Por isso, a postura antipopulista da Veja seria movida principalmente por uma posição “anti-esquerda”, em defesa de uma economia de livre-mercado. Ainda, Ronderos e Glynnos observam que o investimento ideológico da revista em seu discurso reflete em uma atribuição dísparsa dos termos “populis\*” (ou seja, populismo, populista e populistas) entre Lula e Bolsonaro: Lula é vilanizado como a personificação do populismo, enquanto Bolsonaro é “salvo” pela sua equipe econômica de ser taxado como tal.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, busquei oferecer um mapeamento de tendências de pesquisa no âmbito da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em particular em relação ao fenômeno do populismo. A TD segue em desenvolvimento, consolidando-se como um arcabouço teórico robusto para a teoria crítica em suas diversas disciplinas. Esses avanços tornaram a teoria de Laclau e Mouffe

---

6 No original, “If being a ‘populist’ is rather rarely chosen by politician as an acceptable self-description, then the ‘populist’ designation has to be the creation of an anti-populist opponent or the analyst herself.”

mais tangível à análise empírica, o que também se demonstra pela variedade de métodos que foram e ainda podem ser utilizados para melhor compreender as dinâmicas de construção de sentido na sociedade.

O retorno à teoria psicanalítica realizado por Zicman de Barros (2021) e Glynn e Howarth (2007) também trouxe mais nuance e maior rigor em categorias centrais para a TD, permitindo que se incorpore à análise, de maneira mais fundamentada, a dimensão afetiva e libidinal dos sujeitos. Por meio desses refinamentos teóricos, é possível conferir maior poder explicativo na análise da formação das identidades coletivas. Da mesma forma, as investigações que enfatizam o aspecto performático e estilístico do populismo também trazem novas possibilidades analíticas e metodológicas. Pela chave da teatralidade e da transgressão dos líderes políticos, esses trabalhos buscam compreender como se dá o *apelo* que certas lideranças têm para mobilizar o seu público.

Por fim, no que diz respeito à lógica de circulação do termo “populismo” no debate público, apresentaram-se as categorias de *hype populista* e *antipopulismo*. Primeiramente, essa literatura aponta que a categoria de populismo tem sido utilizada de forma alarmista e sensacionalista. Isso ocorre, precisamente, porque essa categoria é mobilizada de forma a aglutinar todos aqueles que se opõem à ordem social e econômica estabelecida, facilitando o caminho para tornar equivalentes figuras de esquerda ou direita que questionem a ordem liberal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIOLFI, Théo. Populism as a Transgressive Style. *Global Studies Quarterly*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. ksac006, 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com/isagsq/article/doi/10.1093/isagsq/ksac006/6546411> Acesso em: 19 set. 2025
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.
- BROWN, Katy. New opportunities for discourse studies: Combining discourse theory, critical discourse studies and corpus linguistics. *Journal of Language and Politics*, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 473–495, 2024. Disponível em: <https://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/jlp.23066.bro> Acesso em: 19 set. 2025
- DE CLEEN, Benjamin *et al.* Discourse theory and the turn to practice: Lessons from the populist moment. *Journal of Language and Politics*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 1–24, 2025. Disponível em: <http://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/jlp.24200>. dec Acesso em: 19 set. 2025

- DE CLEEN, Benjamin *et al.* Moving discourse theory forward: A five-track proposal for future research. *Journal of Language and Politics*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 22–46, 2021. Disponível em: <http://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/jlp.20076>. Acesso em: 19 set. 2025
- DEMATA, Massimiliano; CONOSCENTI, Michelangelo; STAVRAKAKIS, Yannis. Riding the Populist Wave. *Metaphors of Populism and Anti-Populism in the Daily Mail and The Guardian*. Iperstoria, [s. l.], p. No 15 (2020): Populism and Its Languages, 2020. Disponível em: <https://iperstoria.it/article/view/686> Acesso em: 19 set. 2025
- FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Riverside: Free Press, 2006.
- GLYNOS, Jason; HOWARTH, David. *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory*. Londres: Routledge, 2007. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781134138364>. Acesso em: 19 set. 2025.
- GLYNOS, Jason; MONDON, Aurelien. The political logic of populist hype: The case of right-wing populism's 'meteoric rise' and its relation to the status quo. In: *POPULISMUS: POLITICAL DISCOURSE AND DEMOCRACY*, 2016, Tessalônica. *POPULISMUS* Working Papers n. 4. Tessalônica: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://researchportal.bath.ac.uk/en/publications/the-political-logic-of-populist-hype-the-case-of-right-wing-popul> Acesso em: 19 set. 2025
- GOYVAERTS, Jana; DE CLEEN, Benjamin. Media, Anti-Populist Discourse and the Dynamics of the Populism Debate. In: KRÄMER, Benjamin; HOLTZ-BACHA, Christina (org.). *Perspectives on Populism and the Media*. [S. l.]: Nomos Verlagsgesellschaft mbH & Co. KG, 2020. p. 83–108. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/index.php?doi=10.5771/9783845297392-83>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- HOWARTH, David R. *Discourse*. Buckingham: Open University Press, 2000. (Concepts in the social sciences).
- HOWARTH, David; STAVRAKAKIS, Yannis. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, David; NORVAL, Aletta; STAVRAKAKIS, Yannis (org.). *Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change*. Manchester e Nova York: Manchester University Press, 2000. p. 1–23.
- KEFFORD, Glenn; MOFFITT, Benjamin; WERNER, Annika. Populist Attitudes: Bringing Together Ideational and Communicative Approaches. *Political Studies*, [s. l.], p. 003232172199774, 2021. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0032321721997741> Acesso em: 19 set. 2025
- LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. Londres: Verso, 2018.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios - Casa de Artes e Livros, 2015.

- MARQUES, Marcelo de Souza. Status Ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: Diálogos, Perspectivas Teóricas e Conceitos Básicos. Dados, Rio de Janeiro, v. 63, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582020211> Acesso em: 11 ago 2025
- MARQUES, Marcelo De Souza; CARLOS, Euzeneia. O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. Sociologias, Porto Alegre, v. 27, p. e140107, 2025.
- MENDONÇA, Daniel De. Democratas têm medo do povo? O populismo como resistência política. Caderno CRH, Salvador, v. 32, n. 85, p. 185, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/22403> Acesso em: 19 set. 2025
- MOFFITT, Benjamin. How to perform crisis: A model for understanding the key role of crisis in contemporary populism. Government and Opposition, [s. l.], v. 50, n. 2, p. 189–217, 2015. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/government-and-opposition/article/how-to-perform-crisis-a-model-for-understanding-the-key-role-of-crisis-in-contemporary-populism/3A522C020FF774CFA5DoC91CD10A98F1> Acesso em: 19 set. 2025
- MOFFITT, Benjamin. The global rise of populism: performance, political style, and representation. California: Stanford University Press, 2016. p. 240
- MOFFITT, Benjamin. The Populism/Anti-Populism Divide in Western Europe. Democratic Theory, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 1–16, 2018. <http://berghahnjournals.com/view/journals/democratic-theory/5/2/dto50202.xml> Acesso em: 22 nov. 2024
- MOUFFE, Chantal. Por um populismo de esquerda. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- MOUFFE, Chantal. Sobre o Político. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015. p. 135
- MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. Government and Opposition, [s. l.], v. 48, n. 2, p. 147–174, 2013. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/article/exclusionary-vs-inclusionary-populism-comparing-contemporary-europe-and-latin-america/AAB33C1316BE16B8E4DE229519362E27> Acesso em: 19 set. 2025
- ORLANDI, Eni P. Discurso E Texto: Formulação E Circulação Dos Sentidos. 5. ed. campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- OSTIGUY, Pierre. A Sociocultural Approach. In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira *et al.* (org.). The Oxford Handbook of Populism. London: [s. n.], 2017. p. 104–133.
- OSTIGUY, Pierre. The high and the low in politics: a two-dimensional political space for comparative analysis and electoral studies. [s. l.], n. October, p. 1–65, 2009.
- OSTIGUY, Pierre; MOFFITT, Benjamin. Who Would Identify With An “Empty Signifier”? In: OSTIGUY, Pierre; PANIZZA, Francisco; MOFFITT, Benjamin (org.). Populism in Global Perspective. 1. ed. [S. l.]: Routledge, 2020. p. 47–72. Disponível em: <https://>

[www.taylorfrancis.com/books/9781000335422/chapters/10.4324/9781003110149-4](http://www.taylorfrancis.com/books/9781000335422/chapters/10.4324/9781003110149-4).  
Acesso em: 31 jul. 2025.

PANIZZA, Francisco; MIORELLI, Romina. Taking Discourse Seriously: Discursive Institutionalism and Post-structuralist Discourse Theory. *Political Studies*, [s. l.], v. 61, n. 2, p. 301–318, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9248.2012.00967.x> Acesso em: 19 set. 2025

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. O ódio à democracia. São Paulo: Boitempo, 2014.

RONDEROS, Sebastián; GLYNOS, Jason. Anti-populist fantasies: interrogating *Veja* 's discursive constructions, from Lula to Bolsonaro. *Critical Discourse Studies*, [s. l.], v. 20, n. 6, p. 618–642, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17405904.2022.2156567> Acesso em: 19 set. 2025

ROODUIJN, Matthijs. State of the field: How to study populism and adjacent topics? A plea for both more and less focus. *European Journal of Political Research*, [s. l.], v. 58, n. 1, p. 362–372, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12314> Acesso em: 19 set. 2025

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SOMMERER, Erwan. L'école d'Essex et la théorie politique du discours : une lecture « post-marxiste » de Foucault. *Raisons politiques*, Paris, v. no 19, n. 3, p. 193–209, 2005. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-raisons-politiques-2005-3-page-193?lang=fr> Acesso em: 19 set. 2025

STAVRAKAKIS, Yannis. Paradoxes of Polarization: Democracy's Inherent Division and the (Anti-) Populist Challenge. *American Behavioral Scientist*, [s. l.], v. 62, n. 1, p. 43–58, 2018.

STAVRAKAKIS, Yannis *et al.* Populism, anti-populism and crisis. *Contemporary Political Theory*, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 4–27, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41296-017-0142-y> Acesso em: 19 set. 2025

STAVRAKAKIS, Yannis. The Lacanian left: psychoanalysis, theory, politics. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

VOUTYRAS, Savvas. Anti-populism, meritocracy and (technocratic) elitism. In: STAVRAKAKIS, Yannis; KATSAMBEKIS, Giorgos (org.). *Research Handbook on Populism*. Northampton: Edward Elgar, 2024. (Research Handbooks in Political Thought). p. 35–47.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael (org.). *Methods of critical discourse studies*. 3rd edition. Los Angeles London New Delhi Singapore Washington DC: Sage, 2016.

ZICMAN DE BARROS, Thomás. Desire and Collective Identities: Decomposing Ernesto Laclau's notion of demand. *Constellations*, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 511–521, 2021. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8675.12490> Acesso em: 19. set 2025

ZICMAN DE BARROS, Thomás; LAGO, Miguel. Do que falamos quando falamos de populismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

# Espaços de amparo e processos de identificação política: a dimensão dos afetos nas escolhas presidenciais de estudantes de camadas populares nas eleições brasileiras de 2018 e 2022

*Support spaces and political identification processes: the dimension of affection in the presidential choices of students from working-class backgrounds in the 2018 and 2022 Brazilian elections*

Luciana Silvestre Girelli<sup>a</sup>, Igor Suzano Machado<sup>b</sup>

**Resumo** Este artigo discute a maneira como os afetos influenciaram o processo de identificação política de estudantes de camadas populares, vinculados a cursos do Ifes na modalidade de educação de jovens e adultos, durante as eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022. A partir da perspectiva teórico-metodológica da Teoria do Discurso da Escola de Essex, que admite a influência das paixões humanas na constituição política dos sujeitos, foram analisadas trajetórias de vida tanto de discentes que apoiaram o candidato à presidência da República Jair Messias Bolsonaro, quanto dos que se opuseram a ele. Os resultados do estudo demonstraram uma tendência dos participantes em assumirem as posições políticas hegemônicas encontradas nos espaços onde se sentiram mais amparados em momentos de vulnerabilidade. No caso dos eleitores de Bolsonaro, preponderaram o ambiente virtual e a igreja. Entre os não eleitores, destacaram-se a escola e as organizações sociais. A pesquisa utilizou, como técnicas de coleta de dados, entrevistas individuais, grupos focais e observação por meio de diálogos em aplicativo de mensagens.

**Palavras-chave** Afetos. Identificação política. Jair Bolsonaro. Projeja. Teoria do Discurso.

**Abstract** This article discusses how emotions influenced the political identification process of working-class students enrolled in Ifes youth and adult education programs

a Doutora em Ciências Sociais (PGCS-UFES). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) – campus Vitória e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades (PPGEH-Ifes), na linha de pesquisa Práticas Educativas em Ensino de Humanidades. E-mail: luciana.girelli@ifes.edu.br.

b Doutor em Sociologia (IESP-UERJ). Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Professor licenciado da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: igorsuzano@gmail.com

*during the 2018 and 2022 Brazilian presidential elections. Based on the theoretical and methodological perspective of Essex School Discourse Theory, which recognizes the influence of human passions on the political constitution of individuals, the life trajectories of both students who supported presidential candidate Jair Messias Bolsonaro and those who opposed him were analyzed. The study results demonstrated a tendency among participants to adopt hegemonic political positions found in the spaces where they felt most supported in moments of vulnerability. For Bolsonaro voters, the internet and religion predominated. Among non-voters, school and social organizations stood out. The research used individual interviews, focus groups and observation through dialogues in messaging applications as data collection techniques.*

**Keywords** Affects. Political identification. Jair Bolsonaro. Proeja. Discourse Theory.

## INTRODUÇÃO

O crescimento da extrema-direita no Brasil e em âmbito internacional tem impulsionado pesquisas que buscam compreender as diversas nuances desse fenômeno político. Nas Ciências Sociais, os objetos de investigação das pesquisas vão desde os arranjos e atuações institucionais das forças conservadoras, passando pela influência da comunicação digital em processos eleitorais e pelo papel das religiões na conformação de novos atores políticos. Há, contudo, uma dimensão importante a ser analisada e que busca compreender as razões pelas quais os sujeitos identificam-se com esses ideais: os afetos.

Na visão de Mouffe (2019, p. 115), “é através da sua inserção em práticas significativas discursivas-afetivas, envolvendo palavras, afetos e ações, que os agentes sociais adquirem formas de subjetividade”. Para a autora, os afetos podem ser orientados e mobilizados para múltiplas direções, sendo sua compreensão fundamental para a formação das identificações políticas. A própria fidelidade ou não aos valores democráticos não seria criada por meio de uma argumentação racional, mas por um processo que envolve identificação afetiva.

Nesse sentido, Tomas e Luz (2025, p. 3) afirmam que o bolsonarismo no Brasil – exemplo arquetípico do fenômeno de ascensão contemporânea da extrema-direita – vai além do próprio Bolsonaro, sendo que “seu alcance se justifica mais pelas emoções e afetos envolvidos nos significados que articula do que por Bolsonaro como indivíduo”.

Partindo desses elementos, este artigo discutirá o modo como os afetos foram mobilizados nos processos de identificação política de estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), *campus* Vitória<sup>1</sup>, nas duas últimas eleições presidenciais. Tomou-se como referência o candidato Jair Messias Bolsonaro, vencedor do pleito de 2018, que concorrera também em 2022, para analisar a identificação política discente entre apoiadores e críticos ao político.

Para a análise pretendida, foram utilizados dados qualitativos oriundos de uma pesquisa de doutorado (Girelli, 2024)<sup>2</sup>, cujo objetivo principal consistiu na compreensão dos fatores que levaram ou não à identificação política de estudantes do Proeja com o político de extrema-direita em sua primeira disputa presidencial. Além disso, foram analisados os aspectos que levaram à manutenção do apoio a Bolsonaro ou à oposição ao candidato no pleito de 2022.

No que se refere aos critérios de seleção dos participantes, a pesquisa considerou alunos matriculados, entre 2018 e 2022, em cursos técnicos de Guia de Turismo, Cadista para Construção Civil, Metalurgia e Segurança do Trabalho. A opção de voto em Bolsonaro ou a oposição ao candidato deveria ser ostensivamente publicizada na escola ou fora dela, como em redes sociais. As indicações dos participantes foram feitas por professores que lecionaram para os discentes no período analisado, pela equipe pedagógica responsável por seu acompanhamento e por alunos informantes, em geral, líderes de turma. Os estudantes deveriam apresentar perfis diversos de raça e etnia, gênero e orientação sexual, faixa etária, religião e engajamento em organizações sociais.

Em termos de idade, os participantes distribuíram-se entre 21 e 64 anos, sendo que metade possuía menos de 35 anos. Mulheres e homens foram igualmente representados. Em relação à orientação sexual, apenas dois alunos disseram não ser heterossexuais, autodeclarando-se homossexual e bissexual. No que tange à raça e à etnia, 15 disseram ser pretos e pardos, e cinco, brancos. Sobre os locais de residência, a maior parte declarou viver em bairros de periferia da Grande Vitória, região metropolitana do Espírito Santo. Quanto à ocupação remunerada, exerciam atividades no setor de serviços, seja formal ou informal, e na área industrial, em empresas terceirizadas. Alguns disseram estar desempregados. Suas rendas familiares eram compostas, majoritariamente, por rendimentos de até três salários mínimos.

1 O Proeja tem a finalidade de atender sujeitos acima de 18 anos que não conseguiram concluir o ensino médio e precisam de perspectivas de inserção no mundo do trabalho. É uma política de inclusão social de jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas e que tem como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2007).

2 O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo e está registrado na Plataforma Brasil sob o nº 56607722.2.0000.5542.

Dos 20 discentes que compuseram o *corpus* empírico da pesquisa, nove declararam ter votado em Jair Bolsonaro<sup>3</sup>, enquanto onze declararam se opor a ele, optando, no segundo turno dos pleitos, pelos candidatos petistas<sup>4</sup>. Em termos político-ideológicos, os discentes que se identificaram com o candidato se declararam majoritariamente de direita, apresentando variações dessa posição, como centro-direita, direita liberal ou direita conservadora, esta última predominante no grupo. Também foram mencionadas orientações como centro liberal, patriota e pela família.

Ainda sobre os apoiadores de Bolsonaro, do ponto de vista religioso, quatro estudantes declararam-se evangélicos; dois, católicos, sendo um tradicionalista e outro não praticante; dois cristãos, mas sem religião específica; e um ateu/agnóstico. Em relação à participação em organizações sociais, a maioria disse não possuir envolvimento. Porém, entre os que participavam, foram citados o Movimento Brasil Livre (MBL), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Liberal (PL) e a igreja que frequentavam.

Já entre os estudantes que apresentaram rejeição ao candidato da extrema-direita, a maioria considerou-se como de esquerda, militante, apoiador ou simpatizante desse campo político. Há quem tenha se posicionado como de centro ou se autodeclarado a partir da rejeição ao campo conservador, com adjetivos que qualificavam sua posição política, como antifascista. Em termos religiosos, havia quatro evangélicos, três católicos, um agnóstico, um da Igreja Messiânica e dois que não frequentavam nenhuma denominação. Do ponto de vista do envolvimento com organizações sociais, apenas uma estudante declarou não ter participado desse tipo de atividade coletiva, ao passo que a maioria disse se envolver com movimentos sociais, organizações comunitárias e de juventude, e partidos políticos de esquerda.

A coleta de dados da pesquisa foi realizada em 2022 e 2023 e combinou a utilização de entrevistas individuais diretivas, que abordaram a trajetória de vida dos estudantes, e semiestruturadas, a partir de um roteiro orientador; grupos focais, presenciais e *on-line*; e observação, feita no diálogo com os participantes no aplicativo de mensagens *WhatsApp*.

3 Apenas uma estudante declarou ter votado, no primeiro turno, em candidatos diferentes de Bolsonaro, a saber: João Amoedo (Novo), em 2018, e Ciro Gomes (PDT), em 2022. Os demais optaram pelo presidenciável nos dois turnos dos pleitos.

4 No primeiro turno de 2018, entre os não eleitores do candidato, oito declararam ter votado em Fernando Haddad (PT), dois em Ciro Gomes (PDT) e um em Cabo Daciolo (Patriota). Já em 2022, nove disseram ter escolhido o candidato Lula (PT) e dois afirmaram ter optado por Ciro Gomes (PDT).

No que se refere à organização deste artigo, ele se divide em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira delas, aborda-se, do ponto de vista teórico, a maneira como os afetos incidem sobre os processos de identificação política, conforme a perspectiva da Teoria do Discurso da Escola de Essex. Já na segunda seção, analisam-se as trajetórias de vida dos estudantes que votaram e dos que não votaram em Jair Bolsonaro, evidenciando semelhanças e singularidades em relação aos espaços que lhes proporcionaram amparo e acolhimento em momentos de vulnerabilidade. Na terceira e última seção, argumenta-se que tende a ocorrer uma coincidência entre os espaços de amparo e acolhimento e aqueles considerados por eles como responsáveis pela formação de suas identificações políticas. Além disso, pretende-se demonstrar a maneira como os afetos contribuíram para a articulação desse processo, recuperando a noção de hegemonia e colocando em destaque as contribuições específicas deste estudo para a compreensão do tema. Nas considerações finais, ressalta-se como essa abordagem abre possibilidades para o estudo dos afetos e das identificações políticas.

## **1. AFETOS E IDENTIFICAÇÕES POLÍTICAS: UMA LEITURA A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO**

Para compreender a importância da dimensão afetiva nos processos de identificação política, partimos da caracterização do sujeito pós-moderno (Hall, 2006), marcado por identidades abertas, fragmentadas e contraditórias. A partir dessa perspectiva, Laclau e Zac (1994) afirmam que as identidades políticas não são óbvias, pois não têm um lugar definido na estrutura social. Elas são constituídas e modificadas em decorrência da necessidade constante de preenchimento de uma falta constitutiva dos sujeitos, que requer uma identificação: “é preciso identificar-se com alguma coisa porque há uma falta originária e insuperável da identidade” (Laclau; Zac, 1994, p. 3, tradução nossa<sup>5</sup>).

A falta constitutiva também é mencionada por Hall (2006, p. 39) em sua abordagem sobre o descentramento do sujeito no pensamento ocidental: “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros”. Conforme o autor, a identificação consistiria em um processo de articulação, nunca completo e sempre contingente (Hall, 2012).

---

5 No original: one needs to identify with something because there is an originary and insurmountable lack of identity.

A relação entre falta constitutiva e processos de identificação política, por sua vez, é abordada por Stavrakakis (2007, 2010). Ele afirma que o sujeito humano “por ser essencialmente dividido e alienado se converte no lócus de uma identidade impossível, o lugar onde se produz uma inteira política de identificação” (Stavrakakis, 2007, p. 31, tradução nossa<sup>6</sup>). O autor também reitera a impossibilidade de uma instituição completa da identidade e argumenta que esta somente pode ser concebida como fracassada, motivo pelo qual sua plenitude passa a ser desejável. O sujeito da falta emerge dessas tentativas frustradas de busca pela identidade, as quais são realizadas por processos de identificação, que são possíveis e necessários, embora também fracassados como forma de alcance completo de uma identidade.

Stavrakakis (2007) argumenta que a mola propulsora desses processos é o desejo por uma completude faltante a fim de alcançar o gozo (*jouissance*) perdido, o qual consiste na “emoção, esteja ela relacionada a um sentimento consciente de prazer ou de dor” (Fink, 1998, p. 83), que aparece como uma parte das pessoas que foi sacrificada pelo ingresso nas relações sociais e no sistema simbólico da linguagem.

A busca incessante pelo gozo perdido, por sua vez, terá como combustível o campo da fantasia, que “é uma construção que estimula, que causa o desejo, justamente porque promete recobrir a falta do Outro, a falta criada pela perda da *jouissance*” (Stavrakakis, 2007, p. 77). Por meio da promessa ilusória de encontro com o gozo, a fantasia acaba por preencher, ainda que temporariamente, a falta constitutiva do sujeito, fazendo com que ele se sinta, finalmente, “completo” (Fink, 1998).

Ao realizar uma leitura sociopolítica dos fenômenos da vida social, Stavrakakis (2010) afirma que a falta constitutiva é importante porque atua no estímulo ao desejo, o que exige a constituição de identidades por meio de processos de identificação. Estes, por sua vez, preenchem as lacunas do sujeito com objetos socialmente disponíveis, como papéis familiares, padrões de consumo, ideais profissionais e ideologias políticas.

A fantasia, como forma de preenchimento dessa falta, é uma construção que também pertence ao mundo social. Sua promessa ilusória, no âmbito político, sustenta-se na recuperação de um estado de harmonia, unidade e completude

---

6 No original: por ser esencialmente dividido y alienado se convierte en el locus de una imposible identidad, el lugar donde se produce una entera política de identificación.

da vida em comunidade, o qual, inclusive, é definido como um dos objetivos da maioria dos projetos políticos.

Glynos (2011) afirma que a fantasia pretende oferecer certa garantia fundamental ao sujeito na medida em que proporciona proteção contra a imprevisibilidade e a contingência das relações sociais. Segundo o autor, ela estrutura o desejo, fornecendo, ao mesmo tempo, um ideal e um impedimento à sua realização, o que faz com que ela seja composta por uma face beatífica e outra terrível.

A promessa da plenitude, embora impossível de se realizar, aparece como possível para o sujeito mediante a superação de obstáculos, nomeados ou implícitos, na forma de um “outro” ameaçador. Como implicação dessa lógica, em momentos de conflito político, não é raro que grupos ou pessoas sejam designados como inimigos, o que pode ser explicado, conforme Stavrakakis (2007), pelo fato de que a ordem social harmoniosa (e ilusória), criada pela fantasia, atribui a culpa pela desordem a um elemento estranho ou intruso, que pode ser estigmatizado ou mesmo eliminado para que essa ilusão mantenha sua coerência. Há uma constante criação de um “nós” e um “eles”, fundamental para o processo de identificação.

Em acordo com Oliveira e Lopes (2021), afirmamos que a categoria fantasia, assim como identificação e sujeito cindido, são extremamente importantes em análises de processos políticos, pois conseguem captar a centralidade combinada das dimensões simbólica e afetiva da vida social. Assim, a ênfase nos afetos “se assenta na condição da fantasia ser um suporte da realidade exercendo uma dupla tarefa: a de tamponar a falta constitutiva do Outro e a de se colocar como aquilo que vai recuperar o gozo (desde sempre perdido)” (Oliveira; Lopes, 2021, p. 131). Para as autoras, o investimento afetivo é o que alimenta os processos de identificação e o que possibilita a fixação discursiva.

Em consonância com a argumentação anterior, Mouffe (2023) afirma que há dois lados em jogo no processo de identificação, um cognitivo e representacional, e outro afetivo, movido por uma força libidinal adquirida pela significação: “Quando ocorre a junção entre ideias e afetos as ideias adquirem poder. Para abordar o campo sociopolítico, portanto, é preciso partir de uma dupla fonte: a ordem do significante (o simbólico) e a ordem do afeto, do gozo (Mouffe, 2023, p. 42 – tradução nossa)<sup>7</sup>.

Considerar, portanto, a dimensão dos afetos ao analisar processos de identificação política não implica uma subordinação da teoria a um tipo de impe-

7 No original: *Cuando ocurre esta unión entre ideas y afectos, las ideas adquieren poder. Por lo tanto, para abordar el campo sociopolítico hay que partir de una doble fuente: el orden del significante (lo simbólico) y el orden del afecto, de la jouissance.*

rialismo psicanalítico (Glynos, 2021), mas o reconhecimento de que se trata de um elemento da vida dos sujeitos, que confere forma e força aos discursos. A fim de dar concretude a esse debate, na próxima seção, apresentaremos as trajetórias de vida dos estudantes do Proeja e demonstraremos como as demandas por proteção e acolhimento foram mobilizadas por distintas orientações políticas no contexto das eleições presidenciais de 2018 e 2022.

## 2. TRAJETÓRIAS DE VIDA E DEMANDAS POR PROTEÇÃO

Os estudantes da educação de jovens e adultos possuem especificidades que os diferenciam dos alunos do ensino regular. Conforme Santos (2006), esse público está fora da idade considerada correta para a série ou nível de ensino; trabalha ou está à procura de emprego; assume uma série de responsabilidades junto à família e, na maioria das vezes, não tem o tempo disponível visto como ideal pelos professores para aprofundar os estudos.

Arroyo (2007), por sua vez, afirma que suas vidas são marcadas pelo permanente estado de vulnerabilidade devido à informalidade laboral: “o horizonte para eles, inclusive ao terminarem alguma fase da educação básica, seja o que chamam de quarta série, de oitava série, ou até a educação média, talvez seja o trabalho informal, o subemprego, a sobrevivência mais imediata” (Arroyo, 2007, p. 7-8). Em decorrência dessa forma de subsistir, o autor aponta que a insegurança e o imediatismo são traços bastante característicos desse público, pois convivem com uma situação de incerteza permanente.

Se, por um lado, os aspectos socioeconômicos tornam os sujeitos da EJA bastante homogêneos, por outro, a diversidade cultural desse grupo forma um quadro imensurável de singularidades e heterogeneidades, que contribuem para pensar em identidades da EJA no plural, de maneira não fixa (Oliveira; Cezarino; Santos, 2009). Desse modo, esses sujeitos, ainda que marcados pela exclusão escolar e pela vulnerabilidade laboral, distinguem-se entre si pelas identidades étnicas, de gênero, geracionais, religiosas, linguísticas e culturais.

Diversas dessas características foram encontradas nos participantes deste estudo. Ao analisarmos suas trajetórias de vida em interface com o processo de formação de suas identificações políticas, observamos que os percursos individuais tanto dos eleitores quanto dos não eleitores de Jair Bolsonaro são extremamente semelhantes.

Em ambos os grupos, há relatos de uma infância marcada por dificuldades econômicas, chegando a situações de fome e pobreza. Como alternativas para complementar a renda familiar, estão o ingresso precoce dos estudantes no mundo

do trabalho e o recebimento de benefícios sociais oriundos de programas governamentais, como o Bolsa Família.

Além de casos de racismo e homofobia, a violência física também marca as trajetórias de grande parte dos estudantes. Essa violência se apresenta principalmente no reduto familiar, seja pelas agressões físicas e ameaças sofridas por eles quando crianças, seja pela violência contra suas mães, promovida por seus pais ou padrastos. São comuns as menções ao uso de drogas ilícitas e de álcool por familiares, bem como a morte precoce de figuras de referência na família, como a mãe, o pai ou os tios, por causas diversas. Nos dois grupos, estudantes narraram que não conviveram ou conviveram pouco tempo com seus pais, sendo essa uma lacuna frequentemente mencionada.

As diferenças e desigualdades de gênero também marcaram os participantes da pesquisa. Entre as mulheres foram registrados casos de gravidez e casamentos precoces, relacionamentos abusivos, situações de violência, criação solitária dos filhos e enfrentamento de barreiras impostas pelos maridos ou companheiros para acesso ao trabalho e aos estudos. Além disso, nas narrativas femininas, a dedicação à maternidade e aos relacionamentos conjugais aparece com bastante centralidade, impactando seus percursos de vida de maneira brusca e decisiva. As interrupções ou retomadas dos estudos e do trabalho costumam ser justificadas por esses fatores.

Já entre os homens, há relatos sobre o uso de entorpecentes e a proximidade ou envolvimento efetivo com o tráfico de drogas em algum momento de suas vidas. A paternidade e os relacionamentos afetivos, mesmo presentes, são aspectos pouquíssimos mencionados, o que sugere um baixo impacto dessas questões em suas descontinuidades escolares ou laborais.

As causas da interrupção do processo de escolarização são partilhadas tanto por aqueles que se identificaram com Bolsonaro, quanto por aqueles que rejeitaram o candidato. Apareceram como justificativas, em ambos os casos, o contexto familiar conturbado devido a violências e atividades ilícitas, mudanças frequentes de locais de moradia, desinteresse pela escola, necessidade de trabalhar para contribuir com o sustento da família, cuidados com filhos, familiares idosos ou enfermos, dificuldade de conciliar trabalho e estudo e, entre as mulheres, a gravidez na adolescência e o casamento.

Considerando que as trajetórias de vida dos estudantes, resguardadas as especificidades, apresentaram-se de forma muito parecida, é necessário apontar o que pode ter contribuído para que sujeitos com percursos de vida tão semelhantes assumissem identidades políticas tão distintas. Em outras palavras, que elementos

de diferenciação apareceram em suas narrativas de vida e que, de alguma maneira, podem ter influenciado o processo de identificação política desses sujeitos no contexto das eleições de 2018 e 2022?

A resposta a esse questionamento considera a perspectiva teórica apresentada anteriormente, que trata da importância dos afetos em processos de identificação política e das demandas por proteção e segurança registradas pelas camadas mais pobres da população. Por meio da análise das trajetórias de vida dos 20 participantes desta pesquisa, concluímos que os espaços de amparo acionados pelos estudantes em momentos de vulnerabilidade parecem estar relacionados, direta ou indiretamente, aos espaços que mais os influenciaram em seu processo de identificação política, no contexto eleitoral de 2018 e 2022, indicando que os afetos podem ser mobilizados em distintas direções políticas.

Consideramos como espaços de amparo ambientes, grupos ou instituições que tiveram o papel de acolhimento, validação e reconhecimento social desses sujeitos diante de situações adversas, de insegurança e vulnerabilidade, preenchendo-os de sentido e estabilidade. Além disso, podem ter propiciado inclusão, pertencimento, valorização e reexistência social, possibilitando, em alguma medida, a saída do anonimato de suas vidas ordinárias rumo a um lugar de conforto, sociabilidade e crescimento intelectual, estruturando suas fantasias de plenitude em substituição ao gozo perdido.

Ao analisar os espaços de amparo mencionados pelos estudantes da pesquisa, notam-se acentuadas diferenças entre os eleitores de Jair Bolsonaro e os não eleitores do candidato. No caso dos primeiros, destaca-se o papel da religião e da internet, e, em menor grau, das organizações sociais e da escola. Vejamos alguns exemplos.

Para Eduardo<sup>8</sup>, 30 anos, o catolicismo proporcionou estabilidade e harmonia em sua vida, elementos importantes diante de um passado marcado por turbulências na família. Para Suzana, 27 anos, Elisângela, 43 anos, e Dalva, 64 anos, todas vítimas de violência de gênero, a fé representou acolhida, proteção e segurança nos momentos de maior vulnerabilidade, como nas agressões físicas e ameaças de morte feitas por seus companheiros, como podemos ver no depoimento a seguir:

Eu tive um relacionamento abusivo. Eu sofri diversas violências. [...]. Teve uma vez que [...] ele [o namorado] ficou com raiva, me pegou pelo pescoço e puxou

---

<sup>8</sup> Os nomes de todos os participantes foram modificados a fim de resguardar sua identidade, conforme as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa.

uma faca e eu comecei a rezar... [...] “Ave Maria, cheia de graças, o Senhor é convosco” [...] ele foi apertar o meu pescoço, não conseguiu, a mão dele travou. Foi aí que ele me soltou e eu vi que eu quase morri, ele ia me matar. Então, foi ela que me salvou<sup>9</sup>.

Por sua vez, Pedro, 33 anos, inaugurou um tempo de bonança a partir da conversão para a religião evangélica. Ele conseguiu sair do tráfico de drogas e passou a reexistir socialmente por meio do retorno à escola e pela obtenção de um trabalho. Além disso, integrou-se a um grupo que o acolheu mais do que o julgou, apesar de sua vida pregressa. Passou a se sentir útil ao contribuir em projetos sociais vinculados a sua instituição religiosa, aspecto também mencionado por Vanda, 46 anos, acerca de seu envolvimento em ações com jovens na igreja.

No espaço de amparo proporcionado pela religião, a família é compreendida como a célula primária capaz de reverter a desordem em que o país se encontra, sendo elevada ao patamar de questão política. Muitos estudantes lamentaram o fato de que suas famílias não tenham sido estáveis ou completas, como se essa lacuna, uma vez preenchida, pudesse solucionar adversidades que acabaram por encontrar ao longo da vida.

De forma distinta da religião, mas igualmente influente, a internet também cumpriu um papel de acolhimento. Para Lucas, 22 anos, e Eduardo, por exemplo, a internet funcionou como um espaço de socialização e interação social. O primeiro imergiu nesse ambiente a partir de jogos virtuais, logo após sua mudança para Vitória (ES), encontrando conforto e estabilidade frente à fase conturbada pela qual passava. O segundo, por sua vez, tímido desde a infância, interagiu em grupos que partilhavam os mesmos interesses que ele, protagonizando debates sobre temas diversos, como questões filosóficas e teológicas: “Era um grupo mais cômico, de comédia, onde grande parte dos estudantes que estavam no grupo tinha uma visão mais libertária. Mas eu gostava sempre de discutir ali no grupo”<sup>10</sup>.

Para grande parte dos eleitores de Bolsonaro, a internet apareceu como um ambiente que lhes proporcionou autonomia na formação de suas posições políticas, onde deixaram de ser meros espectadores e passaram a ser protagonistas. Esse espaço permitiu que saíssem do anonimato e da invisibilidade característicos dos sujeitos periféricos com escolaridade descontinuada rumo ao estrelato dos comentários e postagens das redes sociais. Frente a uma trajetória de vida marcada por

9 Entrevista concedida por Suzana, em 06.05.2022, em Vitória (ES).

10 Entrevista concedida por Eduardo, em 06.09.2022, em Vitória (ES).

privações, rupturas e descontinuidades, muitos desses estudantes perceberam sua existência social a partir da interação no ambiente virtual.

Embora menos mencionadas, as organizações sociais também emergiram como espaços de amparo entre esses estudantes. No caso de Elisângela, por exemplo, “ser escolhida” por um partido político<sup>11</sup>, após anos de violências e humilhações de seus companheiros, representou o reconhecimento de suas potencialidades para além de mãe e esposa. Uma vez filiada, passou a existir socialmente como militante de direita e candidata à vereadora no município onde mora.

Uma dinâmica semelhante pareceu envolver Diana, 24 anos, ex-militante do MBL. Ao ingressar nesse movimento, deixou de ser apenas filha de um político com atuação assistencialista para alçar a posição de dirigente de uma organização que, em tese, defendia os princípios da liberdade. No MBL, ela cresceu intelectualmente e se reposicionou socialmente, tornando-se uma liderança jovem bastante articulada no campo da direita capixaba.

O reconhecimento proporcionado por organizações sociais, mais especificamente, partidos políticos, também pareceu impactar Ronaldo, 50 anos, no contexto de liderança do bairro onde mora. Embora não integre organizações comunitárias formais, ele demonstrou se sentir prestigiado quando procurado por políticos que desejavam seu apoio como cabo eleitoral.

Por fim, a escola, instituição que pouco apareceu como espaço de amparo nesse grupo, foi mencionada apenas pelas estudantes Diana e Suzana como ambiente favorável para descobertas acerca de questões políticas. Elas disseram que esse lugar estimulou sua autonomia na medida em que apresentou uma diversidade de posições sobre vários temas.

Por outro lado, ao analisarmos a trajetória de vida dos estudantes que não votaram em Jair Bolsonaro, notamos que a escola e as organizações sociais foram os espaços de amparo mais mencionados por esses participantes, sendo muito influentes em seus processos de identificação política.

No que se refere à escola, ela apareceu nas narrativas dos estudantes como espaço de socialização, crescimento intelectual, reconhecimento e valorização das capacidades individuais. Luís, 24 anos, relatou uma “quebra de círculo” ao sair de um ambiente propício ao envolvimento com o tráfico de drogas, no qual seria apenas “mais um”, e adentrar no espaço escolar, onde foi reconhecido como uma liderança de juventude: “Eu vivia num mundo totalmente diferente, [...] onde

---

<sup>11</sup> Em sua narrativa de vida, a estudante disse que foi convidada para filiar-se ao PTB.

houvesse bebida, onde houvesse tráfico. [...] Mas depois que eu entrei no Ifes, eu saí dessa rota, alguns amigos entraram”<sup>12</sup>.

Por sua vez, Valentim, 30 anos, ao se compreender como um jovem preto, periférico e LGBTQIAPN+, vislumbrou na escola a possibilidade de inclusão social, sendo ela a melhor alternativa para obter um futuro promissor. Tanto Luís quanto Valentim mencionaram uma conexão entre o ingresso na escola e a participação em organizações sociais. O primeiro citou o envolvimento direto com o grêmio estudantil do Ifes, que elevou seu patamar de conhecimento político. Já o segundo falou sobre a participação em manifestações estudantis e conferências de juventude, nas quais intercambiou experiências com outros jovens. Ambos saíram do anonimato periférico e adentraram em espaços públicos onde suas vozes foram amplificadas.

No que se refere ao gênero, a escola também serviu de acolhimento para Carolina, 32 anos, que experimentou um crescimento intelectual nesse espaço, obtendo reconhecimento e valorização de suas habilidades. Além de ampliar sua socialização, ela escreveu um livro no período em que esteve no Ifes e compreendeu que poderia ser “algo a mais” do que mãe, funcionária e esposa, percebendo-se como protagonista de sua vida. Após o ingresso no Proeja, ela relatou que passou a “acreditar na minha capacidade, coisa que eu não conseguia. Eu consegui publicar um livro. Eu consegui ter notas excelentes. [...] Mas sabe o que eu aprendi com o meu tempo no Ifes? Eu sou forte pra caramba”<sup>13</sup>.

A escola também intensificou a socialização de Nilo, 21 anos, que relatou o retorno do sentimento de conforto ao frequentar esse espaço devido aos laços de amizade que estabeleceu. Já Pablo, 43 anos, enxergou no ambiente escolar a possibilidade de reinclusão e validação social. Após envolvimentos ilícitos, encontrou, primeiro na religião, depois na escola, o portal de acesso para uma vida pública “limpa” e “correta”. A partir da educação, ingressou em espaços de representação estudantil e estabeleceu articulações políticas, filiando-se a um partido pelo qual foi candidato a vereador. Passou a reexistir socialmente desde um outro lugar.

As organizações sociais e partidárias, conforme as trajetórias de Tadeu, 42 anos, Teresa, 43 anos, e Ruth, 46 anos, também aparecem como espaços de amparo. O primeiro considera que encontrou “um bom caminho” na militância de esquerda, pois passou a pertencer a um grupo pelo qual protagonizou ações sociais, afastando-se das “péssimas influências” a que estava sujeito sendo um

---

12 Entrevista concedida por Luís, em 23.09.2022, em Vitória (ES).

13 Entrevista concedida por Carolina, em 02.09.2022, em Vitória (ES).

jovem de periferia: “A minha identidade como pessoa, como ser humano no mundo, [...], foi definida através do conjunto de coisas que eu ia ver na política e também pela direção que a política me levou, né? Eu não sei o que seria da minha vida se eu tivesse tomado um caminho diferente da política”.<sup>14</sup>

Já Teresa e Ruth, duas mulheres negras, deixaram a penúria e o anonimato de uma vida de pobreza para se dedicarem a movimentos sociais e partidários, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), dos quais se tornaram dirigentes.

Outros espaços também foram citados pelos não eleitores de Bolsonaro como responsáveis pela formação de sua identificação política, ainda que de forma menos recorrente: os meios de informação, a família, os espaços culturais e os programas governamentais, como o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, que valorizou mulheres chefes de família, como Irene, 60 anos, por meio de incentivos financeiros para a aquisição da casa própria.

A relação entre os espaços de amparo mencionados pelos estudantes e os que mais influenciaram em sua identificação política será tema da próxima seção.

### **3. ESPAÇOS DE AMPARO COMO ESPAÇOS DE IDENTIFICAÇÃO POLÍTICA**

Para fortalecer o argumento de que os espaços de amparo citados anteriormente estão relacionados aos espaços que mais contribuíram no processo de identificação política dos estudantes nas eleições de 2018 e 2022, apresentaremos as respostas dos participantes à seguinte questão, feita de forma oral e individualmente, durante uma seção de entrevistas: “Qual desses espaços mais contribuiu para a formação da minha identificação política?” a) escola; b) família; c) meios de informação; d) organização social; e) religião; f) outros.

Os estudantes deveriam escolher dois desses espaços, de forma hierarquizada, indicando como primeiro lugar o espaço que consideravam ter maior influência sobre sua identificação política e, em segundo lugar, o de contribuição secundária. Todas as escolhas deveriam ser justificadas. No quadro abaixo, estão compilados os resultados das respostas entre os estudantes eleitores de Bolsonaro.

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida por Tadeu, em 02.05.2022, em Vitória (ES).

**Quadro 1.** Espaços que mais contribuíram para a formação da identificação política dos eleitores de Jair Bolsonaro.

Faixa etária	Estudante	1º lugar	2º lugar
Estudantes abaixo de 35 anos	Lucas	Meios de informação	Organização social
	Diana	Meios de informação	Organização social
	Suzana	Escola	Meios de informação
	Eduardo	Meios de informação	Religião
	Pedro	Religião	Meios de informação
Estudantes acima de 35 anos	Elisângela	Família	Organização social
	Vanda	Meios de informação	Organização social
	Ronaldo	Meios de informação	Família
	Dalva	Família	Religião

Fonte: Elaboração própria.

Os dados do quadro confirmaram a indicação dos meios de informação, sobretudo, neste caso, as redes sociais digitais, como um dos espaços que mais contribuíram para a formação da identificação política desses estudantes, em todas as faixas etárias. A religião, por sua vez, foi pouco mencionada, o que se justifica pelo fato de os participantes Ronaldo e Dalva terem interpretado a alternativa “família” como “valores da família”, no sentido religioso, e não como instituição de socialização, conforme a proposta da questão. Desse modo, a religião acabou mesclando-se à família quando analisadas as justificativas das respostas, figurando secundariamente como espaço influente, muito próxima das organizações sociais. A escola, por sua vez, foi citada por apenas uma estudante, sendo o ambiente menos significativo para a formação da identificação política desses participantes.

Outros dados que podem convergir para a compreensão de que os espaços de amparo estão relacionados, direta ou indiretamente, aos espaços de formação da identificação política são as imagens apresentadas na figura a seguir. São fotografias de objetos, levados pelos eleitores de Bolsonaro nas entrevistas individuais, que representam sua identidade ou elementos significativos em suas vidas. Vejamos as imagens:



**Figura 1.** Símbolos que representam a identidade dos eleitores de Jair Bolsonaro. Fonte: Girelli, 2024.

Percebe-se que os estudantes trouxeram, para representar a si próprios, símbolos que se relacionam aos espaços de amparo ou ao papel cumprido por eles, tais como uma bíblia e um terço, que indicam a importância da fé e religiosidade; a bandeira do Brasil e uma tatuagem do mapa do Espírito Santo, que exaltam valores patrióticos, como a ordem e o amor pelo país, com uma variação regional; uma foto de um bebê sendo cuidado pelos pais, que evidencia o acolhimento familiar tão desejado; um documento de identificação civil, que representa a existência social, o “ser alguém” no mundo; e crachás de trabalho, que simbolizam a conquista de um espaço pelo esforço individual e pelo reconhecimento externo de capacidades profissionais.

A sobreposição entre os espaços de amparo e os de identificação política também pode ser verificada pelas respostas à questão de múltipla escolha sobre os fatores que mais contribuíram para a formação da identificação política entre os estudantes que não votaram em Jair Bolsonaro. Pelo quadro abaixo, as organizações sociais aparecem como os espaços mais influentes, se analisadas em conjunto com os fatores de ordem secundária.

**Quadro 2.** Espaços que mais contribuíram para a formação da identificação política dos não eleitores de Jair Bolsonaro

Faixa etária	Estudante	1º lugar	2º lugar
Estudantes abaixo de 35 anos	Nilo	Meios de informação	Família
	Rosa	Família	Meios de informação
	Luís	Meios de informação	Escola
	Valentim	Escola	Organização social
	Carolina	Família	Escola
Estudantes acima de 35 anos	Tadeu	Organização social	Religião
	Teresa	Organização social	Escola
	Ruth	Organização social	Escola
	Pablo	Escola	Religião
	Paulo	Família	Organização social
	Irene	Meios de informação	Organização social

Fonte: Elaboração própria.

Além da preponderância dos espaços de organização social, sobretudo entre os estudantes acima de 35 anos, observa-se maior menção à importância da escola nesse grupo do que entre os eleitores de Jair Bolsonaro, ainda que de forma secundária. Sua importância assemelha-se à dos meios de informação e à da família. O espaço menos mencionado foi a religião, aparecendo como o de menor influência sobre a formação da identificação política desse grupo.

Para concluir a apresentação dos dados dos não eleitores de Jair Bolsonaro, também apresentaremos a compilação das imagens que contêm os objetos que representam a identidade e momentos significativos da vida desses sujeitos. Assim como no caso dos eleitores do candidato, nem todos os participantes levaram objetos, sendo este um panorama parcial.



**Figura 2.** Símbolos que representam a identidade dos não eleitores de Jair Bolsonaro. Fonte: Girelli, 2024.

As imagens também parecem corroborar para uma provável coexistência entre os espaços de amparo desses estudantes e seus espaços de identificação política. Na Figura 2, constam uma bolsa característica do estilo hip hop, movimento considerado “salva-vidas” pelo estudante que a trouxe; uma caixa de som, associada a referências culturais; uma mochila, marca do ambiente escolar; um grupo de pessoas com camiseta de movimento social e a bandeira de um sindicato, símbolos da militância política de esquerda; uma bola, símbolo de lazer, socialização e importância do grupo; uma foto da estudante com sua família, formada pelo marido e filhas, pelas quais interrompeu e retomou os estudos; e um chaveiro recebido durante um encontro da igreja, espaço frequentado pela estudante quando teve depressão.

Analizando a situação pelo lado oposto, foi possível observar também que os espaços menos mencionados como responsáveis pela formação da identificação política dos estudantes, tanto entre os eleitores, quanto entre os não eleitores de Jair Bolsonaro, são os considerados por eles, igualmente, como de pouco acolhimento e amparo. Por exemplo, apesar de diversos estudantes não eleitores de Bolsonaro demonstrarem sua fé, muitos relataram não ter ou não participar de religião específica, e outros contaram ter deixado de frequentar suas igrejas por considerá-las ambientes hostis, seja por terem sido alvo de preconceito devido à sua orientação sexual, seja porque foram estigmatizados por sua posição política contrária a Jair Bolsonaro.

Já entre os eleitores do candidato, a escola é pouco mencionada como espaço responsável por sua identificação política e, coincidentemente, muitos deles declararam que se sentiram hostilizados por sua posição política nesse ambiente durante o período eleitoral. Sendo assim, parece também haver alguma relação entre os espaços de não acolhimento com os de menor influência na formação da identificação política desses estudantes.

Tendo em vista os dados apresentados, podemos conjecturar que os sujeitos do Projea assumiram posições políticas que possuíam alguma relação com os espaços em que se sentiram mais acolhidos ou amparados socialmente, ou, pelo contrário, assumiram posições políticas que demonstravam oposição aos espaços sociais em que se sentiram menos acolhidos, reconhecidos e respeitados.

No contexto eleitoral de 2018 e 2022, esses espaços provavelmente foram hegemonizados por determinado espectro político, seja do campo conservador, seja do campo progressista, o que deve ter se refletido na identificação política dos estudantes: os que forjaram sua identidade política acolhidos em um ambiente virtual, religioso ou familiar mais conservador direcionaram seu voto a Bolsonaro,

enquanto os discentes que forjaram sua identidade política acolhidos no espaço escolar e em organizações sociais mais progressistas se opuseram ao candidato.

Para elaborar essa argumentação, levamos em consideração a hipótese de que essas identidades conseguiram “hegemonizar” o discurso político constitutivo desses espaços. Tendo como referência a noção de hegemonia desenvolvida pela Teoria do Discurso, cumpre ressaltar que não se trata de insinuar uma vinculação essencialista entre certos espaços de convivência social e determinados valores e ideologias, mas uma articulação discursiva momentânea e precária, na qual esses ambientes, valores e ideologias são articulados de forma contingente e reversível, a depender de disputas de poder concretas, histórica e geograficamente situadas.

A hegemonia, na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, diz respeito ao processo de representação da coletividade por meio dos valores e interesses de um grupo social específico. Para que ocorra esse movimento de “sinédoque”, no qual uma parte consegue representar o todo, é necessário que uma série de demandas diferentes possam ser agrupadas sob um significado comum – um significante vazio – tornando-as, de certa forma, equivalentes. Como esse processo é contingente e esses significantes vazios gerenciam sempre um excedente de significado, isso implica dizer que não há uma vinculação essencialista entre determinados grupos sociais e certos valores e ideias e que qualquer grupo que deseje se apresentar como representante da vontade coletiva – incluindo os defensores da democracia – deve conquistar, politicamente, o apoio de setores sociais mais amplos da sociedade, por meio de processos de articulação discursiva, exercício do poder e, no que mais nos interessa aqui, mobilização de afetos. Nesse sentido, para Laclau, conforme Oliveira e Lopes (2021, p. 121),

o afeto funciona como o “moto” que mobiliza/subverte as demandas diferenciais em demandas equivalenciais. Seria, assim, uma força (energia catexial) capaz de fazer a articulação em torno de um nome – os significantes vazios. Ele destaca também que o intervalo (frágil, debilitado, opaco) entre as demandas particulares e sua possibilidade de alcance universal encontra passagem através do investimento afetivo.

Considerando os pressupostos teóricos dispostos acima, Mouffe (2023), em sua leitura sobre o crescimento da extrema-direita em âmbito mundial, afirma que os grupos mais pobres e que possuem empregos precários foram arrebatados por um sentimento generalizado de vulnerabilidade, sobretudo após a pandemia da Covid-19. Tornou-se latente o desejo por segurança e proteção, canalizado por

populistas de direita pela adoção de um nacionalismo excludente, mas menosprezado pela esquerda global.

Os dados relativos ao público-alvo desta pesquisa demonstraram como esse sentimento de vulnerabilidade ultrapassou o contexto pandêmico, difundindo-se entre as camadas mais pobres de países capitalistas periféricos. Da mesma forma, o grupo pesquisado também corrobora com a perspectiva de que o populismo de extrema-direita, encarnado na candidatura de Bolsonaro (Machado, 2020; Marques; Carlos, 2025), tem sido hábil em tirar proveito da situação para articular um discurso capaz de “restaurar o gozo perdido” desses sujeitos, com suas promessas fantasmáticas de maior segurança e proteção às famílias.

Mas os estudantes que participaram da pesquisa também demonstraram outro caminho em que tais afetos são articulados em torno de um discurso hegemônico distinto, quando analisamos as trajetórias dos não eleitores de Bolsonaro. Apesar de experiências de vida marcadas por uma condição de vulnerabilidade e instabilidade comuns aos eleitores do candidato, esses estudantes mobilizaram os afetos daí decorrentes na direção oposta, em termos de identificação política.

Ao que tudo indica, essa bifurcação nas trajetórias dos dois grupos de estudantes está relacionada aos diferentes espaços de amparo que ativaram seus afetos de forma articulada a diferentes discursos políticos. Enquanto os estudantes amparados principalmente pelo ambiente das igrejas e da internet se depararam com a identificação com a direita política como forma de suprir sua falta constitutiva, aqueles que se sentiram amparados por movimentos sociais, ambiente escolar e atividades culturais encontraram seu caminho de identificação política em discursos mobilizados pela esquerda.

Em consonância com a argumentação anterior, Mouffe (2019) afirma que o reconhecimento do papel dessa energia libidinal e de que ela pode ser orientada para múltiplas

direções, produzindo afetos distintos, é fundamental para a construção de hegemonia. Ao fazer sua reflexão mais recente sobre a importância dos afetos na política, sob inspiração da leitura da obra *A grande transformação*, de Karl Polanyi (Mouffe, 2023, p. 16, tradução nossa)<sup>15</sup>, a autora reconhece como afetos decorrentes de contextos semelhantes podem resultar em construções hegemônicas distintas:

15 No original: Esta hipótesis se basa en mi lectura de Karl Polanyi, quien en su libro *La gran transformación* puso de manifiesto cómo la sociedad en los años treinta, amenazada por la dislocación causada por los avances de la mercantilización, reaccionó con un contramovimiento que readaptó la economía a las necesidades sociales.[9] Polanyi también señaló que la resistencia a esa dislocación no adoptó necesariamente una forma democrática. De hecho, no solo condujo al New Deal de Roosevelt, sino también al fascismo y al estalinismo.

Em seu livro *A Grande Transformação*, ele [Polanyi] revelou como a sociedade na década de 1930, ameaçada pela desarticulação causada pelos avanços da mercantilização, reagiu com um contramovimento que readaptou a economia às necessidades sociais. Ele também observou que a resistência a essa desarticulação não assumiu necessariamente uma forma democrática. De fato, levou não apenas ao *New Deal* de Roosevelt, mas também ao fascismo e ao stalinismo.

Ainda segundo Mouffe (2023, p. 16-17), Polanyi “mostra que quando as sociedades passam por sérias perturbações em seus modos de vida, a necessidade de proteção se torna a demanda central, e as pessoas tendem a seguir aqueles que elas acham que podem melhor fornecê-la”<sup>16</sup>, o que se assemelha ao contexto contemporâneo. O atual sucesso eleitoral da extrema-direita estaria associado, segundo ela, à capacidade dessa força política de responder a essas demandas, mobilizando esses afetos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, sugerimos que as identidades políticas que geraram o investimento afetivo dos estudantes do Proeja nas eleições presidenciais de 2018 e 2022 foram aquelas disponíveis nos espaços que ofereceram amparo e acolhimento a suas vulnerabilidades. Todavia, conforme visto, esse diagnóstico não é fatalista, haja vista que afetos semelhantes podem articular soluções políticas distintas.

Este estudo corrobora com Mouffe (2023) ao concluir que a democracia radical não consiste exclusivamente na aceitação de uma argumentação racional a favor do governo do povo, mas em uma possibilidade de identificação política que se apoia na mobilização de afetos. Contudo, acrescenta uma dimensão que falta à reflexão da teórica política e de outros autores que pensam a relação entre a direita populista atual e seus apoiadores: seja na identificação com líderes populistas de direita, como Bolsonaro, seja na identificação política com projetos mais à esquerda, ou democraticamente radicais, como pretende Mouffe, o investimento afetivo para a construção das identidades políticas dos sujeitos não costuma se dar sem a intermediação de outras pessoas e instituições, que não são exatamente lideranças e instituições políticas, em seu sentido mais estrito.

Na trajetória de vida desses estudantes, ao que tudo indica, a identidade política só se fez objeto de desejo capaz de tamponar a falta constitutiva decorrente da

<sup>16</sup> No original: Polanyi señala que, cuando las sociedades sufren serias alteraciones en sus modos de vida, la necesidad de protección se vuelve una demanda central y la gente tiende a seguir a quienes consideran que mejor pueden satisfacer esta necesidad.

perda do gozo quando esteve inserida em uma rede de relações capaz de fornecer ao sujeito tanto uma opção de identidade política, quanto uma opção de reconhecimento intersubjetivo em um ambiente de amparo e valorização pessoal, o qual foi capaz de direcionar seus afetos em uma direção política ou outra.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel (2007). Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens adultos populares? *Revej@ – Revista de Educação de Jovens e Adultos*, Belo Horizonte, v. 1, p. 5-19. <https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf> (acesso em 05/09/2025).
- BRASIL (2007). *Documento Base*. Programa Nacional de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Setec/MEC.
- FINK, Bruce (1998). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GIRELLI, Luciana Silvestre (2024). *Entre a direita e a esquerda no Brasil popular: um estudo sobre a formação da identificação política de estudantes do Proeja/Ifes nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022*. Tese de doutorado. Vitória (ES): Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.
- GLYNOS, Jason (2021). Critical Fantasy Studies. *Journal of Language and Politics*, v. 20, n. 95-111. [https://repository.essex.ac.uk/29347/1/Glynos,%20J.%20\(2021\)%20Crtical%20Fanta%20sy%20Studies%20-%20Pre-proof%20Version%20-%202020-11-16%20%20FINAL%20-%20circulation.pdf](https://repository.essex.ac.uk/29347/1/Glynos,%20J.%20(2021)%20Crtical%20Fanta%20sy%20Studies%20-%20Pre-proof%20Version%20-%202020-11-16%20%20FINAL%20-%20circulation.pdf) (acesso em 17/11/2023).
- GLYNOS, Jason (2011). Fantasy and Identity in Critical Political Theory. *Filozofski Vestnik*, v. 2, p. 65-88. <https://core.ac.uk/download/pdf/9589899.pdf> (acesso em 17/11/2023).
- HALL, Stuart (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- HALL, Stuart (2012). “Quem precisa de identidade?” In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, p.103-133.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq.
- LACLAU, Ernesto; ZAC, Lilian (1994). “Minding the Gap: The Subject of Politics”. In: LACLAU, Ernesto (org.). *The Making of political identities*. London, New York: Verso, p.11-39.
- MACHADO, Igor Suzano (2020). O Bolsonarismo como populismo de extrema-direita. Uol. Entendendo Bolsonaro. <https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com>.

br/2020/08/22/o-bolsonarismo-como-um-populismo-de-extrema-direita/ (acesso em 25/09/2025).

MARQUES, Marcelo de Souza; CARLOS, Euzeneia (2025). O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. *Sociologias*, v. 27, n. 64, p. 1-45. <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e140107>

MOUFFE, Chantal (2023). *El poder de los afectos en la política: hacia una revolución democrática y verde*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI Editores.

MOUFFE, Chantal (2019). *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária.

OLIVEIRA, Verônica Borges de; LOPES, Alice Casimiro (2021). Por que o afeto é importante para a política? Implicações teórico-estratégicas. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 114-135. <https://doi.org/10.22481/praxedu.v17i48.8939>.

OLIVEIRA, Edna Castro de; CEZARINO, Karla Ribeiro de Assis; SANTOS, Júlio de Souza (2009). Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos no PROEJA. *Anais do XXIV Simpósio Brasileiro - III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação*. Vitória/ES. <https://www.anpae.org.br/simposio2009/88.pdf>.

SANTOS, Simone Valdete (2006). “O Projea e o desafio das heterogeneidades”. In: Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação a Distância, TV Escola, Salto para o Futuro (orgs.). *EJA: Formação técnica integrada ao ensino médio*, p. 54-60.

STAVRAKAKIS, Yannis (2007). *Lacan y lo político*. Buenos Aires: Prometeo Libros.

STAVRAKAKIS, Yannis (2010). “Symbolic Authority, Fantasmatic Enjoyment and the Spirits of Capitalism: Genealogies of Mutual Engagement”. In: CEDERSTRÖM, Carl and HOEDEMAEKERS, Casper (orgs.). *Lacan and Organization*. London: MayFlyBooks, p. 59-100.

TOMAS, Alvaro Bartolotti; LUZ, Michele Diana da (2025). “Ou as minorias se adequam ou desaparecem”: a construção bolsonarista do Povo e seu impacto na restrição de direitos LGBTQIA+. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 27, n. 64, p. 1-38. <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e140514>

# Disputas hegemônicas pela centralidade do conhecimento nas políticas de currículo: um olhar a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau

*Hegemonic disputes over the centrality of knowledge in curriculum policies: a perspective based on Ernesto Laclau's Discourse Theory*

Cíntia Aparecida Oliveira<sup>a</sup> e André Araújo de Medeiros<sup>b</sup>

**Resumo** O artigo em tela volta-se para problematizar as concepções estruturais que entrelaçam significações em torno de um conhecimento curricular como eixo estruturante para o currículo da educação básica e da formação de professores, que se sustentam por uma compreensão de conhecimento numa lógica universal e racional para orientar as finalidades sociais da educação. Nesses discursos, arguem-se articulações discursivas fundamentadas numa forte tentativa de centralização do conhecimento como propriedade, a partir de uma visão engessada e dicotômica, buscando imprimir uma significação absoluta do conhecimento como algo que pode ser transmitido ou distribuído igualmente a todos e como um dado objetificado que falta ao currículo. A discussão ora apresentada destaca alguns argumentos mobilizados acerca da produção curricular do conhecimento, articulada nos documentos políticos curriculares nacionais, como tentativa de significar uma educação de qualidade para todos os estudantes da educação básica. Como aporte teórico-epistemológico, esta discussão alinha-se à Teoria do Discurso, de Laclau e Mouffe (2015), e à perspectiva discursiva de currículo, com Lopes (2017). Apontamos para a necessidade de pensar o conhecimento como produção discursiva num investimento radical em processos interpretativos que não prescindam das articulações contingenciais e negociações discursivas.

**Palavras-chave** Políticas de Currículo. Conhecimento. Hegemonia. Teoria do Discurso.

**Abstract** This article aims to problematize the structural conceptions that intertwine meanings around curricular knowledge as a structuring axis for basic education

<sup>a</sup> Doutoranda e Mestra em Educação, Cultura e Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC/UERJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: cintiaoliveirademedeiros@gmail.com

<sup>b</sup> Mestrando em Educação, Cultura e Comunicação pelo PPGECC/UERJ na linha de pesquisa Educação, Movimentos Sociais e Diferenças. E-mail: medeiros4645@gmail.com

*and teacher training curricula, which are based on an understanding of knowledge in a universal and rational logic to guide the social purposes of education. In these discourses, discursive articulations are argued based on a strong attempt to centralize knowledge as property, from a rigid and dichotomous view, seeking to imprint an absolute meaning of knowledge as something that can be transmitted or distributed equally to all and as an objectified data that is lacking in the curriculum. The discussion presented here highlights some arguments mobilized about the curricular production of knowledge, articulated in national curricular policy documents, as an attempt to signify quality education for all students in basic education. As a theoretical-epistemological contribution, this discussion aligns with Laclau and Mouffe's (2015) Discourse Theory and Lopes' (2017) discursive perspective on curriculum. We point to the need to think of knowledge as discursive production in a radical investment in interpretive processes that do not dispense with contingent articulations and discursive negotiations.*

**Keywords** Curriculum policies. Knowledge. Hegemony. Discourse theory.

## INTRODUÇÃO

*O que anima a escrita e a leitura? (Skliar, 2014)*

Abrimos esta discussão a partir das interrogações de Skliar (2014), que nos servem de inspiração para pensar a escrita deste artigo, atravessado por memórias, reflexões e diálogos, mas também por inquietações, dúvidas e incertezas. Essas questões emergem de nossas vivências como professores-pesquisadores e curriculistas da educação básica em uma região periférica do município do Rio de Janeiro e nos constituem em um movimento profissional e acadêmico de atuação com os caminhos teórico-epistemológicos das pesquisas em políticas de currículo no campo pós-estrutural e pós-fundacional<sup>1</sup>.

A força normativa das políticas públicas e educacionais, presentes nos diferentes discursos pedagógicos, tem buscado produzir o que seria o “bom currículo” no cenário educacional. Desde a redemocratização brasileira, reformas curriculares vêm evocando, de maneira incisiva, uma centralidade do conhecimento nos textos normativos legais relacionados à educação básica e à formação de professores (Brasil, 2002, 2015, 2018, 2019, 2024), sustentando-se em discursos que objetivam

---

<sup>1</sup> Referimo-nos a movimentos filosóficos cuja origem remonta a meados do século XX, os quais se consolidaram mediante uma pluralidade de autores e perspectivas teóricas. As seções que se seguem dedicar-se-ão a uma breve exposição de suas premissas fundamentais.

o conhecimento para a formação de sujeitos plenos e prometidos para atuar na sociedade (Autor 1, 2025).

Sob a promessa de um objetivo claro e racional, essas disputas políticas buscam centralizar a definição de um conhecimento escolar e padronizar um perfil docente, na tentativa de controlar e prescrever o futuro da educação (Autor 1, 2023; Figueiredo, 2024). Com isso, tais disputas procuram significar o que deve ser avaliação, ensino e aprendizagem, estabelecendo normativas que são, na verdade, resultados provisórios de negociações entre diferentes grupos de influência e poder.

De forma mais específica, objetivamos problematizar, neste trabalho, as concepções estruturais que entrelaçam significações em torno de um conhecimento curricular como eixo estruturante para o currículo da educação básica e da formação de professores. Tais concepções trazem discursos sobre uma suposta qualidade da educação, preenchida hegemonicamente por uma noção de qualidade associada à provisão de conhecimento (Frangella, 2021).

Esses discursos fundamentam-se na crença de uma racionalidade científica que se ergue como instância hegemônica para legitimar o saber, o que acaba por hierarquizar e desqualificar outras formas de compreensão do mundo. Sob essa perspectiva, o conhecimento é reduzido a uma essência universal e supostamente neutra, sendo projetado como promessa de verdade e apresentado como solução totalizante para dilemas políticos e sociais complexos. Tal lógica, no entanto, busca ocultar as profundas disputas de poder que atravessam a produção de sentidos no currículo, com o intuito simultâneo de silenciar a multiplicidade de vozes, saberes e experiências inerentes ao tecido social.

Cabe ressaltar, portanto, que nossa intenção não é negar a relevância de uma educação de qualidade, mas tensionar o discurso que apresenta um conhecimento supostamente garantido pela escola, como alavanca para um projeto social. Esse imaginário pedagógico, por sua vez, associa a educação ao desenvolvimento social de maneira determinista, como se uma consciência pudesse antecipar uma realidade a priori (Lopes, 2017).

Compreendendo a política curricular como discurso, ou seja, como prática de significação e textualidade, partimos do princípio de que é impossível qualquer tentativa de leitura única, literal e homogênea de um texto. É justamente nesse terreno que este artigo encontra sua razão de ser. Apesar de se configurar como um campo múltiplo e heterogêneo, permeado por diferentes forças, essa política tem permanecido, em grande medida, submetida a uma lógica logocêntrica (Lopes, 2017).

Essa racionalidade opera por meio de dispositivos de controle e cálculo que, para além de normatizar os sujeitos a serem formados, buscam regimentar seus modos de ser e agir no contexto educacional. Dito de outro modo, tenta-se estabelecer um horizonte normativo no qual o currículo seja capaz de constituir sujeitos hábeis, instrumentalizados por um conhecimento considerado apropriado para a vida (Lopes; Macedo, 2011; Costa; Lopes, 2017).

Para uma melhor apresentação das reflexões, subdividimos o trabalho em três seções, além desta introdução. Na primeira, discutimos os aportes teóricos da abordagem discursiva pós-estrutural e pós-fundacional, especialmente a teoria laclauiana, para compreender a produção da hegemonia nas políticas de currículo. Em seguida, analisamos a tradição do conhecimento e os entrelaçamentos discursivos que sustentam padrões considerados universais na formulação dessas políticas. Por fim, problematizamos a concepção de conhecimento como algo fixo a ser transmitido, defendendo um currículo marcado por negociações e por um movimento intersubjetivo de produção de sentidos.

## **CONHECIMENTO CURRICULAR EM DISPUTA: CRÍTICAS PÓS-ESTRUTURALISTAS E PÓS-FUNDACIONALISTAS AOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS NAS POLÍTICAS DE CURRÍCULO**

Partindo de uma perspectiva pós-estruturalista e pós-fundacionalista<sup>2</sup>, este estudo opera com a concepção de política curricular como um espaço aberto às possibilidades de hiperpolitização, considerando a disputa discursiva incessante pela significação dos currículos. Essa abordagem articula as discussões de Lopes e Macedo (2011) sobre as dimensões instáveis da linguagem com os pressupostos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015).

Conforme apontam Mendonça e Rodrigues (2014, p. 33), a partir da década de 1930, assiste-se à intensificação de críticas dirigidas à filosofia da ciência e ao empirismo lógico, o que sinaliza um movimento incipiente de desfundamentação do conhecimento. A primeira metade do século XX configura-se, portanto, como um período marcado por uma “crise na filosofia”, caracterizada pela contestação da metafísica, pela crítica ao pensamento positivista e pela emergência de novas perspectivas sobre a filosofia e a linguagem.

Para além das contribuições seminais de Wittgenstein, destacam-se, nesse contexto, a fenomenologia de Husserl e Heidegger, bem como reflexões prove-

2 Para um aprofundamento das perspectivas teóricas pós-estruturalistas e pós-fundacionalistas, ver Laclau e Mouffe (2015), Lopes (2013), Williams (2013), Mendonça e Rodrigues (2014), Mendonça, Linhares e Barros (2016), Mendonça (2021).

nientes do campo das ciências sociais. O pensamento filosófico-epistemológico do período oscilava, assim, entre o ímpeto de fundamentar e o movimento de desfundamentar o conhecimento científico, em uma tentativa de reconfigurar sua relação com a noção de verdade.

Dentro desse mesmo horizonte crítico, inscreve-se o pós-fundamentalismo. Esta corrente compartilha com o pós-estruturalismo a premissa central da impossibilidade de fundamentos fixos e últimos. Ambas as perspectivas problematizam o objetivismo, enfatizando, em contrapartida, a heterogeneidade, o indeterminismo e o antiessencialismo. O pós-fundamentalismo constitui-se, portanto, como uma interpelação radical a quaisquer fundamentos que pretensamente se situem fora do âmbito do social e do político. Seus proponentes sustentam que a sociedade e a política não se assentam sobre princípios axiomáticos ou imunes à contestação, mas são, por natureza, terrenos de disputas contínuas.

É no contexto de desconstrução derridiana<sup>3</sup> e da filosofia da linguagem de Wittgenstein que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), inspirando-se no pós-estruturalismo e no pós-fundamentalismo, constroem a Teoria do Discurso<sup>4</sup>. Essas correntes teóricas operam por meio de um duplo movimento, horizontal e vertical, percorrendo disciplinas como a Linguística, a Filosofia, a Ciência Política, a Psicanálise e a História. O objetivo dessa transversalidade é examinar o social mediante a integração de distintos estratos filosófico-epistemológicos e metodológicos. Conforme argumentam Mendonça e Rodrigues (2014), é precisamente esse trânsito multidimensional que confere à Teoria do Discurso um poder explicativo ampliado, capacitando-a a decifrar os complexos processos de constituição do social.

De acordo com Mendonça e Rodrigues (2014), o pós-estruturalismo e o pós-fundamentalismo não devem ser compreendidos como um pensamento que se projeta “além” ou “após” a estrutura ou o fundamento. O que está em jogo na crítica dessas correntes não é a rejeição da estrutura ou do fundamento, e sim a problematização do viés essencialista que marcava sua concepção tradicional. O

3 A desconstrução se constitui como um caminho interminável e inevitável de questionamentos, de desconstruções de verdades estabelecidas e que são entendidas como imutáveis. Trata-se de um duplo movimento de inversão de hierarquias e descentramento de ideias. Para um maior aprofundamento sobre a desconstrução derridiana, ver Derrida (2014).

4 A Teoria do Discurso é uma Teoria Política que tem sido utilizada sobre o social nas análises realizadas no âmbito da Ciência Política, da Sociologia, na área da Educação e em outros campos transdisciplinares. Nesse aporte epistemológico e com a ausência de um significado originário e transcendental, a criação de qualquer sentido só pode ocorrer no sistema de linguagem ou significação passando a ser compreendida como aberta aos processos de significação e submetida ao caráter parcial de toda produção de sentidos (Lopes; Macedo, 2011).

questionamento central recaiu, portanto, sobre a visão de uma estrutura dotada de fundamentos absolutos e imutáveis. Esse movimento teórico conferiu legitimidade a características como a parcialidade, a provisoriação e a contingência, abrindo espaço, consequentemente, para a proliferação de uma multiplicidade de possibilidades interpretativas.

Segundo Graeff, Nascimento e Marques (2019), não há um fundamento que ordene o Ser “a partir de fora”, como postulavam determinadas ontologias históricas que o reduziram à condição de ente. Há, contudo, um fundamento imanente ao próprio Ser, aquele que Heidegger caracteriza como um abismo (Ab-grund). Trata-se de um abismo porque o fundamento do Ser não se ancora em qualquer exterioridade; ele se sustenta apenas em si mesmo e, por isso, não se apoia em nada; é, portanto, abissal.

Dessa forma, é crucial compreender que a crítica pós-fundacionalista não se propõe a uma negação absoluta da noção de fundamento. O seu intento, na verdade, é mais sutil e dialético: trata-se de debilitar seu status ontológico. O projeto consiste em deslocar o fundamento de sua posição de centralidade incontestável e de sua imobilidade estrutural, problematizando o estabelecimento de um fundamento último e inquestionável (Graeff; Nascimento; Marques, 2019).

[...] a impossibilidade de estabelecimento de um fundamento se encontra na noção de falta/ausência de um centro estável do social sobre o qual poderiam se sedimentar os fundamentos em disputa. É a falta de um centro, e não a existência de uma diversidade de possíveis fundamentos em disputa, que impossibilita o estabelecimento de um fundamento último. Ou seja, trata-se de uma concepção que aceita a ideia de estrutura descentrada e que indica que, não havendo um centro estável, a sedimentação será sempre parcialmente bem-sucedida e, portanto, relativamente aberta à agência (Marques, 2023, p. 163).

Ao nos dedicarmos a esta discussão, objetivamos interpelar uma vertente teórica que tem permitido reconhecer o caráter disjuntivo da linguagem. Esta vertente evidencia a impossibilidade de uma significação plena, destacando a iteração e a tradução como condições intrínsecas de qualquer texto (Derrida, 2014). Não é nossa intenção apresentar respostas definitivas, mas, a partir de nosso lugar de fala e posicionamento enquanto pesquisadores, consideramos pertinente problematizar os discursos que projetam um conhecimento racional e universalista, os quais se apresentam como tentativas de fixação de sentidos e de produção de uma identidade plenamente constituída.

Para Graeff, Nascimento, Marques (2019), todo o conhecimento científico do Ocidente, que tem origem na filosofia metafísica, foi construído com base na ideia de que existe um alicerce absoluto. Esse discurso se sustenta numa crença que garante a verdade de todo o resto que se descobre. Por isso, para provar que algo é verdadeiro, sempre voltamos a esses princípios básicos. Na prática, isso cria uma corrente sem fim: um conhecimento sempre precisa de um anterior para ser validado, e esse conhecimento anterior também precisa de uma crença que o justifique.

A partir de diferentes argumentos, vários autores vêm possibilitando compreender por que as questões sobre o conhecimento científico ocupam, cada vez mais frequentemente, o centro dos debates curriculares. De acordo com Pereira (2017), a reafirmação da importância do conhecimento está a serviço da constituição de sua própria hegemonia como sistema de significação. Enquanto tal, esse sistema produz sentidos que orientam formas de ser e estar no mundo. Ele se organiza com base em fundamentos igualmente produzidos discursivamente, mas que são enunciados como alicerces sólidos, supostamente capazes de garantir a plenitude que nos é inatingível e pela qual ansiamos.

No Brasil, essa centralidade vem sendo discutida por Lopes e Macedo (2011), Macedo (2018), Costa e Lopes (2022), Figueiredo (2024), Lopes, Cunha e Costa (2025), dentre outros pesquisadores, desestabilizando a concepção de conhecimento como senha de acesso a um domínio privado que supostamente garantiria um saber como objeto redentor de um sujeito constituinte da Modernidade.

Como apontam Lopes, Cunha e Costa (2025), há uma defesa pela centralidade do conhecimento, sobretudo em sua forma racionalista, sustentada em teorias pedagógicas crítico-emancipatórias, carregando expectativas normativas sobre a formação de sujeitos preparados para futuros supostamente complexos. Tais expectativas, frequentemente legitimadas em discursos modernizantes, naturalizam agendas de formação alinhadas a projetos de progresso e instrumentalização social, obscurecendo as tensões políticas, históricas e afetivas que atravessam os processos educativos.

Os tensionamentos da modernidade neoliberal revelam distintos esforços de teorização presentes nos discursos educacionais, tentativas de construção de uma sociedade harmoniosa projetada pela tradição ocidental e por dispositivos político-institucionais, supostamente como o único caminho concebível para a realização de um mundo melhor e plenamente estabilizado. Nesse contexto, há tentativas de estabelecer uma visão idealista de mundo, em que a educação é significada como a instituição responsável pelas desigualdades estruturais e contingências sociopolíticas.

É de se destacar, também, que as promessas de qualidade da modernização neoliberal com learnification (Biesta, 2018) e instrumentalismo gerencial tendem a não serem desfeitas pelo clamor de mais conhecimento por toda a parte (Young; Muller, 2014), com expressiva repercussão nas discussões curriculares no Brasil, no processo de produção da BNCC e, ainda hoje, por entendermos a promessa de racionalidade – e de acesso à verdade universal por uma consciência crítica como impossível –, na medida em que todo conhecimento envolve sempre interpretação (Lopes; Cunha; Costa, 2025, p. 21).

Entendendo a política curricular compreendida como um discurso, ou seja, como uma prática de significação que está longe de ser neutra, defende-se que qualquer tentativa de estabilizar um sentido único para o currículo está fadada a um movimento de indecidibilidade. Esse movimento é acionado pelos processos contextuais de tradução, nos quais os sentidos são constantemente negociados e ressignificados. A impossibilidade de conter as tensões e as múltiplas interpretações que surgem no currículo é particularmente visível no âmbito da formação de professores. É nesse espaço, marcado por uma multiplicidade de demandas sociais, que os sentidos “outros” do currículo irrompem e se reinventam no próprio ato de formar (Derrida, 2014; Laclau, 2011; Lopes, 2017).

Sob a ótica que concebe a política curricular como um discurso, impõe-se a análise das demandas sociais e dos antagonismos que viabilizam a formação de hegemonias, as quais resultam em uma fixação parcial e provisória de sentidos nos processos de articulação das políticas curriculares (Lopes, 2017). A teoria de Laclau e Mouffe (2015) fornece o suporte para essa compreensão, sustentando que as condições de possibilidade para tal articulação discursiva residem precisamente na existência de forças antagônicas. Desse modo, pode-se afirmar que instituir uma relação hegemônica equivale a uma tentativa de estabelecimento de uma ordem específica.

Avança-se, assim, para a compreensão de como essa universalização se concretiza. A hegemonia é alcançada precisamente quando “uma força social particular assume a representação de uma totalidade que é radicalmente incomensurável” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 37). No entanto, uma vez que essa totalidade ou universalidade almejada é, conforme demonstrado, um objeto impossível de se realizar plenamente, a identidade hegemônica que a encarna adquire um status peculiar.

E, uma vez que essa totalidade ou universalidade incorporada é, conforme vimos, um objeto impossível, a identidade hegemônica torna-se algo da ordem

de um significante vazio<sup>5</sup>, sendo que sua própria particularidade encarna uma completude inalcançável (Laclau, 2011). Dessa forma, a hegemonia configura-se não como um discurso definitivo, mas como um lugar de representação sempre contingente e precário. Com isso, reiteramos a ideia de um sujeito produzido nos processos de significação do social, marcando não sua fundamentação, mas sim sua contingência. Lopes (2017, p. 123) afirma que:

[...] qualquer fundamento é, sobretudo, precário, instável, ilusão de um fundamento sólido. Não é a fundação de um edifício nem um terreno sobre o qual é possível traçar um mapa [...]. Os fundamentos são vazios como o abismo. É o vazio desse abismo que nos impõe a tarefa de construir fundamentos precários, operando no vazio normativo.

Partimos do entendimento de que os processos de significação do conhecimento inscritos nas políticas de currículo, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e da Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) – (Brasil, 2019), bem como de documentos internacionais como os produzidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), veiculam sentidos hegemônicos que promovem uma organização curricular orientada pela centralidade nas competências e habilidades. Essa orientação remete a um registro epistemológico específico, que concebe o conhecimento como um saber-objeto, passível, em tese, de ser distribuído de forma padronizada e igualitária a todos.

A BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortaleci-

---

5 No interior do sistema discursivo, a impossibilidade de constituição de um sentido finalístico ocorre pela abundância de sentidos que podem ser incorporados, constituídos ou perdidos por um discurso. No caso dos significantes vazios, por exemplo, quanto mais estendida for a cadeia de equivalências, mais os conteúdos particulares irão se universalizar. Para um maior aprofundamento sobre significantes vazios, ver (Mendonça, 2003).

mento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (Brasil, 2018, p. 13).

Neste contexto, conforma-se um conjunto de políticas públicas voltadas ao incremento e ao fortalecimento da formação docente, com vistas a atender às especificidades fundamentais e às diferentes etapas da Educação Básica, tendo como fundamento estruturante o conhecimento curricular. Para tal, a formação de professores suscita demandas por:

I – Sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; II – a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e III – o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação (Brasil, 2019, p. 3).

Professores são importantes devido ao seu impacto sobre a aprendizagem dos estudantes. A pesquisa indica que a melhoria da qualidade dos professores talvez seja a orientação a ser adotada pelas políticas que abrem as melhores probabilidades de ganhos substanciais no desempenho da escola (OCDE, 2006, p. 23).

As primeiras etapas da educação, da educação inicial e do desenvolvimento profissional de professores devem estar muito mais interconectadas, de modo a criar uma estrutura de aprendizagem ao longo da vida. Além de fornecer uma sólida capacitação básica de conhecimento de disciplinas específicas, de pedagogia relacionada a disciplinas e de conhecimentos gerais de pedagogia, a educação inicial de professores deve também desenvolver habilidades para práticas reflexivas e para o desenvolvimento de pesquisas em serviço (OCDE, 2006, p. 99).

Essas tentativas de organizar experiências que conduzam a efeitos de sentido específicos, os quais defendem um conhecimento a ser selecionado e distribuído mediante uma política curricular, ocorrem em um imbricamento progressivo entre os currículos da formação de professores e os da educação básica. Tal articulação anuncia o que se poderia caracterizar como uma fantasia beatífica, operacionalizada sob a forma de uma promessa racional lastreada em argumentos que visam, precisamente, a bloquear aquilo que poderia desestabilizar sua pretensão de plenitude. Nesse sentido, conforme assinalam Santos, Borges e Lopes (2019, p. 247), esse ordenamento discursivo opera na busca por “dispositivos identitários, que

atuem de modo racional, para que determinadas ações conduzam a determinadas respostas”, instituindo, assim, uma lógica de previsibilidade e controle sobre os processos educativos.

No âmbito da disputa política em torno da significação do conhecimento e de sua defesa como elemento central nas políticas curriculares, distintas correntes teóricas como as abordagens críticas, crítico-reprodutivistas e as teorias de emancipação e resistência convergem ao reafirmar a preponderância do conhecimento, um princípio amplamente reconhecido (Costa; Lopes, 2022). Além disso, essa tradição que enfatiza saber-objeto tem como objetivo assegurar um lastro de conhecimentos que oriente a ação docente, aprimorando tanto suas práticas quanto seu desempenho, uma vez que se apoia em fundamentos epistemológicos para atender a finalidades sociais específicas (Lopes; Macedo, 2011; Santos; Borges; Lopes, 2019).

Por outro lado, os embates sobre a definição, a natureza e a organização do conhecimento escolar são marcas distintivas das reflexões no campo da teoria curricular, expressando tensões entre diversos projetos culturais de sociedade. Tais conflitos representam uma luta pelo poder de atribuir significado tanto ao mundo quanto ao saber que sobre ele é produzido, o que, por sua vez, determina o lugar desse conhecimento no currículo. Em essência, são disputas entre projetos educacionais que se apresentam como detentores dos significados mais adequados para a construção de um mundo idealizado (Pereira, 2017).

Dessa forma, desconstruindo a possibilidade de um caráter racional, objetivo, lógico e imparcial a ser desempenhado pelo conhecimento, uma desconstrução que se inicia afirmando que o conhecimento não é um objeto estável na realidade, ressaltamos com base nos autores que dialogamos nesse trabalho, que sujeitos diferentes, em contextos diferentes, reinterpretam e ressignificam os conhecimentos de formas diferentes, constituindo-se sujeitos na luta política, pois “o sujeito não é concebido de uma essência ou história de vida, experiência, engajamento a priori a uma causa que lhe coordena as decisões. O sujeito é discursivamente constituído de demandas sociais articuladas [...]” (Costa; Lopes, 2022, p. 6).

Assim, a busca por legitimar um conhecimento a ser objetivado-aprendido na formação de professores para responder às demandas do currículo da educação básica tenta significar o que é supostamente considerado como conhecimento importante, configurando um processo de estruturação curricular, desconsiderando as produções contingentes que constituem o social. Discursos que tentam associar o desempenho dos alunos à formação dos professores se fazem cada vez mais presentes. Discursos que se sustentam na concepção de que os professores

precisam de um conhecimento epistemologicamente superior, supostamente necessário para o exercício da docência e “dotado de uma racionalidade, que precisa ser apropriada pelos sujeitos para que eles possam se engajar na tarefa emancipatória de transformação do mundo” (Pereira, 2017, p. 2).

Segundo Dias (2021), discursos com pretensões universalizantes articulam discursivamente demandas para a formação de professores, marcados por uma gama de interesses, enfatizando o conhecimento instrumental e a prescrição curricular, com ênfase na técnica e na mensuração para o desenvolvimento das finalidades educacionais, voltados para a eficácia e eficiência do sistema com base em resultados obtidos nas avaliações.

Pensar a linguagem como produção discursiva tem favorecido problematizar essas pretensões universalizantes das políticas de currículo, possibilitando questionar o projeto moderno de educação, levando a uma radical desconfiança da autonomia plena da racionalidade e de um conhecimento legitimado como instrumento para transformação e emancipação social.

Somos “linguageiros”, não naturais, marcados desde sempre por este alijamento do mundo dito natural. “Seres” que nunca tiveram uma só experiência que possamos afirmar como imediata ou não mediada pela linguagem, não há uma experiência que possa ser considerada como experiência de uma presença (Haddock-Lobo, 2013). Por sermos constituídos na linguagem, estamos alienados do que nos circunda, como também estamos desde sempre submetidos ao funcionamento da linguagem (Santos; Borges; Lopes, 2019).

Essa discussão possibilita compreender que os discursos funcionam como jogos de linguagem, radicalizados de forma contingencial e precária às tentativas de fixação do sujeito (Laclau, 2011; Lopes, Macedo, 2011; Costa; Lopes, 2022). Nessa perspectiva, essa lógica põe em operação uma gramática, a qual consiste em um conjunto de regras que orientam e tentam regular o que pode e o que não pode ser enunciado (Pereira, 2017). Dessa maneira, as posições assumidas pelos sujeitos são definidas por articulações discursivas negociadas no interior de muitas disputas dos jogos de linguagem (Santos; Borges; Lopes, 2019).

Para além de qualquer intenção salvacionista, a tentativa que nos lançamos nesse trabalho é colocarmos sob suspeição os discursos acerca da centralidade do conhecimento nas políticas de currículo, que tentam garantir um sentido transparente e original para conduzir as ações formativas, indicadas como únicas saídas para a construção de uma sociedade harmônica e reconciliada com o social.

Isso tem reforçado investidas das políticas neoliberais, aprisionando a educação às temporalidades continuistas e lineares, em nome de um horizonte

que se pretende chegar a partir da utopia de um futuro desejável. Mesmo diante das pluralidades que apontam para uma necessidade de reconhecimento da diferença nas políticas de currículo, a qualidade da educação tem sido reduzida ao cumprimento eficaz de demandas num caráter instrumental, como a aquisição do conhecimento como se fosse objeto, algo coisificado, sendo passível de controle (Lopes, 2013; Macedo, 2017; Dias, 2021).

De acordo com o posicionamento de Lopes, Cunha e Costa (2025, p. 29), a alternativa para neutralizar tais leituras reside no fomento a práticas discursivas pedagógicas que desmontem a busca por fundamentos últimos, sejam os baseados no conhecimento, na razão ou na ciência, abrindo espaço, assim, para a hiperpolitização do tecido social.

## **A TRADIÇÃO DO CONHECIMENTO E OS ENTRELAÇAMENTOS DISCURSIVOS NAS SIGNIFICAÇÕES**

### **POLÍTICO-CURRICULARES**

Nos últimos anos, o cenário educacional brasileiro vem acentuando fundamentos últimos com metas e projeções para a educação, imprimindo significações à formação de professores e à educação básica, para alcançar objetivos harmônicos, plenos, salvíficos e de realizações consensuais para um futuro que se quer alcançar por referência (Autor 1, 2025).

A tradição da centralidade do conhecimento tem orientado as proposições das políticas de currículo numa relação objetivada e racional, enfatizando uma concepção de que, uma vez feita a seleção dos conhecimentos a serem ensinados aos educandos, seria possível “verificar” pela via das avaliações padronizadas/externas o que foi efetivamente ensinado pelo professor e aprendido pelo educando, pressupondo que a seleção das competências e das habilidades selecionadas compreenderia por si o planejamento pedagógico e curricular dos professores da educação básica e o direito de aprendizado dos educandos. Segundo Macedo (2017).

Adquirir conhecimento, para ser alguém, é a resposta que a teoria curricular vem produzindo à interpelação sobre a função da escola. Tal resposta marca uma simbiose entre conhecimento e conteúdo, que joga a escolarização no terreno da proprietarização de um conhecimento-coisa (Macedo, 2017, p. 549).

Na luta política pela significação de um dado conhecimento, competências e habilidades são discursivamente trazidas nos documentos normativos nacionais

(Brasil, 2018, 2019, 2024), produzindo sentidos sobre o saber-fazer do professor e quais as aprendizagens essenciais para os educandos, encarnando um caráter salvacionista a partir do que é projetado, deixando à margem outras perspectivas e abordagens que supostamente julgadas não necessárias.

É interessante observar que os sentidos universalistas nas políticas de currículo desconsideram as produções culturais ao prescrever competências e habilidades a serem desenvolvidas nos professores e alunos, além de tentativas de significar uma identidade/um perfil docente para a sociedade (Figueiredo, 2024).

A escola não pode se contentar em ensinar a linguagem dessa comunidade, em transformar o sujeito em representante dessa linguagem, sob pena de torná-lo um sujeito genérico. Segundo Biesta (2006), para dizer que há educação, é preciso mais do que isso: é preciso deixar emergir o sujeito como aquele que surge como o inesperado. Nesse sentido, não há como se criar métodos ou modelos para garantir a relação intersubjetiva que caracteriza a educação e permite ao sujeito surgir. A responsabilidade da teoria e das políticas curriculares é, fundamentalmente, bloquear a hipertrofia da linguagem das comunidades racionais, ou, como defendo neste artigo, bloquear a hipertrofia da ideia de que o conhecimento é o núcleo central do currículo (Macedo, 2012, p. 734).

No processo dessas lutas político-discursivas, muitas têm sido as demandas projetadas, tencionando produzir uma conciliação para superar os conflitos políticos, apagando as diferenças e bloqueando o que pode desestabilizar tal plenitude. Nessa esteira, há defesas por demandas alicerçadas na manutenção de determinadas tradições teóricas que se hibridizam em novas reconfigurações. Na Tabela 1, enunciamos algumas demandas identificadas nas recentes Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores (Brasil, 2024), apontando para conhecimento de expectativas comportamentais, cognitivas, morais, instrumentais, entre outras.

**Tabela 1.** Demandas postas à formação dos futuros professores a partir do conhecimento do saber-fazer técnico nas recentes diretrizes de formação inicial dos professores da educação básica.

<b>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial ao Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica - Parecer CNE/CP n.º 4/2024</b>	
Curriculos alinhados com as necessidades educacionais.	Conhecimento pedagógico – Para compreender as teorias e práticas de ensino e aprendizagem, estratégias de ensino, planejamento de aulas, avaliação educacional, gestão da sala de aula e habilidades de comunicação com o público da Educação Básica, em suas diferentes etapas (Brasil, 2024a, p. 15).
Práticas de excelência em sala de aula.	Conhecimento pedagógico do conteúdo: Para compreender os modos de formular e apresentar o conteúdo de maneira comprehensível aos alunos, incluindo o uso de analogias, ilustrações, exemplos, explanações e demonstrações. Envolve intersecção do conteúdo e da pedagogia e é de domínio exclusivo dos professores (Brasil, 2024a, p. 15).
Práticas formativas que favoreçam a relação orgânica entre teoria e prática.	Conhecimento disciplinar: Para dominar os conteúdos específicos da área de atuação, como matemática, ciências, línguas, história, entre outros, para oferecer uma instrução de qualidade aos estudantes (Brasil, 2024a, p. 15).
	Conhecimento sobre o desenvolvimento humano: Para compreender os processos de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social dos estudantes em diferentes faixas etárias. Isso permite o ajuste das práticas de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos (Brasil, 2024a, p. 15).
	Conhecimento sobre psicologia da aprendizagem: Para compreender os processos de aprendizagem, convivência, estilos de aprendizagem e estratégias de ensino que promovam a aprendizagem efetiva e o engajamento dos alunos (Brasil, 2024a, p. 15).
	Conhecimento sobre diversidade e inclusão: Para lidar com a diversidade cultural, social, étnica, de gênero e de capacidades funcionais dos estudantes, garantindo a inclusão e a equidade na sala de aula. Isso envolve o conhecimento de estratégias e práticas pedagógicas inclusivas (Brasil, 2024a, p. 15).
	Conhecimento sobre tecnologia educacional: Para ter capacidade de utilizar as tecnologias de forma pedagogicamente adequada às transformações do mundo contemporâneo (Brasil, 2024a, p. 15).
	Conhecimento sobre legislação e políticas educacionais: para se familiarizar com as políticas e leis que regem a educação, incluindo direitos e responsabilidades dos(as) profissionais da educação, normas curriculares, diretrizes educacionais e avaliações em larga escala, nas diferentes esferas de organização do Estado brasileiro (Brasil, 2024a, p. 15).
	Conhecimento sobre educação para valores: Para compreender a importância da formação ética, cidadã e de valores morais na educação, visando ao desenvolvimento integral dos estudantes (Brasil, 2024a, p. 15).

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Parecer CNE/CP N° 4/2024 (Brasil, 2024).

Parcerias entre instituições de ensino e escolas	<p>Práticas de ensino em situações reais de sala de aula: Para realizar estágios, regências, observações em sala de aula e envolvimento em projetos educacionais concretos e organizados por temas e com foco no desenvolvimento de cada conhecimento profissional docente (Brasil, 2024a, p. 16).</p> <p>Conexão sólida entre teoria e prática: para refletir as práticas e aplicar os conhecimentos teóricos em contextos reais de ensino, o que pode ocorrer por meio de diários reflexivos, registros de aulas, análises de casos de ensino e outras estratégias que promovam a autorreflexão e a tomada de consciência do próprio percurso formativo do(a) licenciando (Brasil, 2024a, p. 16).</p> <p>Parceria entre Instituição de Ensino Superior e escolas da Educação Básica: Para garantir que a formação inicial esteja alinhada com as necessidades do cenário educacional atual, atividade que precisa ser desenvolvida em larga escala, como parte integrante do processo formativo, e não no formato de projetos especiais (Brasil, 2024a, p. 16).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Parecer CNE/CP Nº 4/2024 (Brasil, 2024).

Sob a perspectiva dos trechos dispostos no quadro, consideramos estratégico observar as interpenetrações entre as demandas pelo conhecimento que ocupam o espaço central dessa política para o sujeito a que se quer formar. Na política em tela, essas demandas se colocam em diferentes investidas em busca de conferir ordem ao social, disputando sentidos para formação e profissionalização docente em diferentes esferas do campo da discursividade.

Ao trazer o discurso do “currículo alinhado às necessidades educacionais” (Brasil, 2024, p. 15), evoca-se uma relação com o *saber-fazer* revelando-se em diferentes emaranhados, resgatados de perspectivas da psicologia comportamental da administração científica de Taylor, envolvidos com o eficientismo e o progressivismo e com foco no sujeito centrado principalmente na eficiência, estruturado em metas, objetivos e formas de verificação de sua consecução (Lopes; Macedo, 2011).

Ao mesmo tempo, observamos que a política evoca no futuro professor uma compreensão sobre o desenvolvimento humano, endereçando sentidos para uma conduta complexa, tendo que se comprometer com o bem-estar físico, emocional, cognitivo, moral e social dos seus educandos. Além disso, sustenta-se em concepções estruturais científicas, evocando o conhecimento e a eficiência enraizados num saber-fazer técnico, favorecendo discursos salvacionistas, emancipatórios e garantidores da justiça social.

Para Santos, Borges e Lopes (2019, p. 248), o conhecimento é articulado nas demandas de currículo como mercadoria a ser selecionada, como se fosse passível de aplicação e mensuração por profissionais docentes. Para as autoras, “se a mercadoria conhecimento não circula de acordo com o previsto, cabe identificar o

entrave, que de modo reiterado recai no professor, uma vez que os outros aspectos tendem a estar controlados”.

Os discursos apontam para um déficit formativo na formação inicial, relacionando esse déficit aos resultados das avaliações padronizadas e desconsiderando a vulnerabilidade na qual os educandos estão imersos: falta de infraestrutura social, desigualdades socioeconômicas e outros descompassos que são elementos do cenário educacional (Santos; Borges; Lopes, 2019).

A defesa pelo conhecimento nas políticas de currículo imbrica diferentes significados mobilizados por uma falta compartilhada: a qualidade da educação. Em diálogo com Costa e Lopes (2022), entendemos que a expectativa de leitura única da política, sob a lógica logocêntrica do controle, parte de uma ilusão da estabilidade do conhecimento, e da pressuposição de que seria possível a afirmação como uma propriedade a ser alcançada. Ainda segundo os autores, a disputa no movimento de afirmação curricular por intermédio do conhecimento, como forma de assegurar a um sujeito ou ao sujeito uma capacidade de operar em dado contexto, perfaz uma tensão interna no campo.

Nesse entendimento epistemológico, o sujeito não é um dado apriorístico, mas urdido na ação política. O sujeito emerge na relação com a alteridade, na relação com o que nos convoca a ser, a responder e a decidir (Derrida, 2014; Lopes; Macedo, 2011; Costa; Lopes, 2022; Pereira, 2017).

Por essa razão, com base nos registros pós-estruturais e discursivos dos estudos em políticas de currículo e na desconstrução derridiana, apontamos para a abertura à diferença, ao imprevisível e a multiplicação de sentidos de tradução, acenando para a impossibilidade de fixar conceitos, sentidos absolutos, desconfiando de narrativas enunciadas como verdades e apostando nas possibilidades de tradução que reativa disputas pela significação e do diferir próprios da política contextual, permitindo o jogo político e as possíveis ampliações dos espaços de poder, pois “a não-fixação ou abertura do sistema de diferenças discursivas é o que torna possível estes efeitos de analogia e interpenetração” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 192).

Segundo Lopes e Macedo (2011, p. 92), o currículo não se constitui em objeto fixo “[...] nem é um produto de uma luta fora da escola para significar o conhecimento legítimo. O currículo não é uma parte legitimada da cultura transportada para a escola. O currículo faz parte da própria luta pela produção de significado.

Esses registros de conhecimento são tidos como tendo um “selo oficial de verdade” (Lopes, 2017, p. 113), parte de uma perspectiva ilusória de estabilidade do conhecimento pressupondo que seria possível um consenso curricular produzido

fora da disputa política curricular contextual. Esses discursos, projetados numa temporalidade linear, veem os conhecimentos socialmente acumulados como uma possível estabilização do campo da discursividade para regular as possibilidades de ser dos professores.

Nessa construção por um consenso fundante, há tentativas de um ordenamento social produzido por aparentes estabilidades nas relações discursivas hegemônicas. Para Mendonça (2010, p. 487, 488), “[...] considerar o consenso uma solução que abranja todos os interesses, sua proposição já é, em si, uma imposição política excludente, pois desconsidera outras formas de tomadas de decisão, outras maneiras de conceber o jogo democrático [...]”.

Defendemos com Macedo (2012) a necessidade de redefinir os sentidos de currículo para além do conhecimento, abrindo espaço para além do que é considerado como currículo nacional ou municipal, que traz como sentidos a superação da situação de vulnerabilidade social pelo domínio do conhecimento socialmente acumulado ou, como Michael Young o denominou, conhecimento poderoso.

## **A LÓGICA DO CONTROLE VIA CONHECIMENTO: TECENDO CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA(S) IMPOSSIBILIDADE(S)**

Encerremos este trabalho reafirmando nosso desejo de continuar escrevendo sobre aquilo que nos anima (Skliar, 2014) e que nos traz a possibilidade de sermos e estarmos no mundo. As leituras pós-estruturais e pós-fundacionais têm nos seduzido de tal modo que não podemos mais deixar de nos lançarmos para responder questões que nos inquietam enquanto professores-pesquisadores e curriculistas da educação básica.

Respostas que *não* se dão na ordem do cálculo ou numa condução teleológica, mas que pensam as políticas de currículo num porvir discursivo, num deslocamento entre si e no gesto de resposta por meio de um eterno diferir. Defendemos currículo e produção político-curricular como prática de significação, operando discursivamente numa relação contextual. Entendemos que produzimos currículo na relação com o Outro e que não podemos decidir no Outro, não sendo possível controlar os processos de significação da política curricular.

A tradição da centralidade do conhecimento tenta deter as diferenças e cessar a discursividade de fechamentos arbitrários. Dessa forma, apostamos por políticas curriculares como potencial ético-político atravessado pela alteridade. Ao considerarmos isso, pretendemos contribuir para a compreensão de uma formação que se afaste de um caráter racional que vem sendo evocado pelo conhecimento curricular como eixo estruturante nas políticas de currículo.

Com base na análise empreendida, conclui-se que não há uma realidade pré-discursiva a ser encontrada no social, mas sim modos de significar realizados pela tradução de textos e pelas lutas políticas cotidianas. Nesta perspectiva, apostamos na importância de desconstruir o discurso que confere centralidade ao conhecimento, localizado supostamente como algo pronto no currículo, nos livros ou na formação acadêmica.

Tal desconstrução é crucial porque problematiza esse significante, revelando-o como uma promessa a ser alcançada, carregada de expectativas por uma educação emancipatória, salvacionista e supostamente capaz de garantir qualidade para todos. Não se trata, contudo, de desconsiderar a importância das demandas pelo conhecimento, mas de deslocar o foco para os processos de subjetivação de professores e educandos, os quais se constituem na ação e na luta política travada nos diversos espaços, acadêmicos e não acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL (2002). Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n.º 1, de 18 de fevereiro de 2002. (2002). Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, ao nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília-DF. Seção 1, p. 31. [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rccp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rccp01_02.pdf) (acesso em 07/02/2023).
- BRASIL (2015). Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n.º 2 de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial ao nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília-DF. <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-%20secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015> (acesso em 09/04/2024).
- BRASIL (2018). Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base.
- BRASIL (2019). Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 22/2019. Aprovado em 7 de novembro de 2019. Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, Diário Oficial da União. Brasília, DF. [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECPN222019.pdf?query=LICENCIATURA](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN222019.pdf?query=LICENCIATURA) (acesso em 05/03/2025).

- BRASIL (2024). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 4, de 12 de abril de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados não licenciados e de segunda licenciatura). Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2024/256291-pcp004-24/file>. Acesso em: 25 mar. 2025.
- COSTA, Hugo Heleno Camilo; LOPES, Alice Casimiro (2018). A contextualização do conhecimento no ensino médio: tentativas de controle do outro. *Educação & Sociedade*, v. 39, n. 143, p. 301-320 (acesso em 18/02/2024).
- DERRIDA, Jacques (2014). *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- DIAS, Rosanne Evangelista (2021). Desempenho regulando a docência nas políticas de currículo. *Cadernos de Educação*, n. 65. <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/21126> (acesso em 13/09/2022).
- FIGUEIREDO, Marize Peixoto da Silva (2024). Política Nacional de Alfabetização: disputas pelo controle da formação para padronizar a docência. *Revista Exitus*, v. 14. <http://educa.fcc.org.br/pdf/exitus/v14/2237-9460-exitus-14-e024064.pdf> (acesso em 22/02/2025).
- FRANGELLA, Rita de Cássia (2021). O que se disputa na/com a base nacional comum curricular? *Revista Espaço do Currículo*, v. 14, n. 1, 2021. p. 1-16. (acesso em 10/02/2023).
- GRAEFF, Caroline Bianca; NASCIMENTO, Kamila; MARQUES, Marcelo de Souza (2019). A crítica pós-fundacionalista: um debate em construção. *Novos Rumos Sociológicos*, v. 7, n. 11, p. 559-577. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/17061>. (acesso em 11/11/2025).
- HADDOCK-LOBO, Rafael (2013). Notas sobre o trajeto aporético da noção de experiência no pensamento de Derrida. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 27, n. 53, p. 259-274. <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/14271> (acesso em 29/02/2024).
- LACLAU, Ernesto (2011). *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Editora Intermeios.
- LOPES, Alice Casimiro (2013). Teorias pós-críticas, política e currículo. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 39, p. 7-23. <https://ojs.up.pt/index.php/esc-ciie/article/view/311/291> (acesso em 05/10/2025).
- LOPES, Alice Casimiro (2017). Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto; LINHARES, Bianca. Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar. São Paulo: Intermeios, 2017. p. 19-38, p. 109-127.

- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (2011). *Teorias de Currículo*. SP: Cortez.
- LOPES, Alice Casimiro; CUNHA, Érika Virgílio Rodrigues da; COSTA, Hugo Heleno Camilo (2025). Como enfrentar o negacionismo e a crítica à educação em tempos de populismo de direita? *Sociologias*, v. 27, p. e139936, 2025. <https://www.scielo.br/j/soc/a/pbvqcSVCwcDNpZy64BxChh/?format=html&lang=pt> (acesso em 25/09/2025).
- MACEDO, Elizabeth (2012). Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. *Cadernos de pesquisa*, v. 42, p. 716-737.
- MACEDO, Elizabeth (2017). Mas a escola não tem que ensinar? Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. *Currículo sem fronteiras*, v. 17, n. 3, p. 539-554, 2017. <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/macedo.pdf>
- (acesso em 18/03/2024).
- MARQUES, Marcelo de Souza (2023). Interações socioestatais: aspectos epistemológicos e contribuições a partir da Abordagem Estratégico-Relacional e da Perspectiva da Pólis. *Tempo Social*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 1-25. <https://revistas.usp.br/ts/article/view/206694>. (acesso em 10/11/2025).
- AUTOR 1, 2023.
- AUTOR 1, 2025.
- MENDONÇA, Daniel (2003). A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. *Revista de Sociologia e Política*, p. 135-145.
- MENDONÇA, Daniel (2021). Fundamentar ou Não Fundamentar? A Questão do Pós-Fundacionalismo. In: MENDONÇA, D.; LINHARES, B. (Org). *Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Mouffe: implicações teóricas e analíticas*. São Paulo: Intermeios, p. 29 – 51.
- MENDONÇA, Daniel; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián (2016). O fundamento como “fundamento ausente” nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 164-194, jan./abr. 2016. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86845316007> (acesso em 10/11/2025).
- MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (2014). Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. 2<sup>a</sup> ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 27-45.
- OCDE (2006). Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Moderna Ltda. <https://vdoc.pub/documents/>

professores-sao-importantes-atraindo-desenvolvendo-e-retendo-professores-eficazes-uuh573p7qo8o (acesso em 05/06/2022).

PEREIRA, Talita Vidal (2017). Gramática e lógica: jogo de linguagem que favorece sentidos de conhecimento como coisa. *Curriculum sem fronteiras*, v. 17, n. 3, p. 600-616 (acesso em 08/12/2023).

SANTOS, Geniana; BORGES, Verônica; LOPES, Alice Casimiro (2019). Formação de professores e reformas curriculares: entre projeções e normatividade. *Revista Linhas Críticas*, Brasília, v. 25, p. 239-256, 2019. <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/26200> (acesso em 24/05/2023).

SKLIAR, Carlos (2014). *O ensinar enquanto travessia: linguagens, leituras, escritas e alteridades para uma poética da educação*. Salvador: EDUFBA.

WILLIAMS, James (2013). *Pós-Estruturalismo*. 2<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes.

# Reflexões sobre o caráter político do fenômeno organizacional a partir da análise do caso da resistência do movimento ponta do coral 100% pública

*Reflections on the political character of the organizational phenomenon based on the case analysis of the resistance of the 100% public ponta do coral movement*

Eloise Helena Livramento Dellagnelo<sup>a</sup> e Carlos Eduardo Justen<sup>b</sup>

**Resumo** O resgate do vínculo entre fenômeno organizacional e projetos políticos hegemônicos constituiu-se no fio condutor da pesquisa realizada. Nela, procurou-se demonstrar que a ampliação significativa do fenômeno organizacional necessita do esforço analítico de recuperação do vínculo ontológico entre fenômeno organizacional e projetos políticos hegemônicos, já que a significação desse fenômeno decorre de sua natureza política. Percorrendo esse itinerário a partir da lente teórica da Teoria Política do Discurso (TPD), tomou-se como objeto analítico da pesquisa o estudo da resistência encetada pelo Movimento Ponta do Coral 100% Pública, o qual, na contramão dos interesses manifestados pelo capital imobiliário dominante da cidade de Florianópolis, Santa Catarina, defende a apropriação coletiva de uma área na região central da cidade – o conjunto formado pelas Pontas do Coral, do Lessa e do Goulart -, visando à criação de uma área verde de lazer, em oposição à tentativa de exploração hoteleira daquela porção de terras. Por meio de observação direta, entrevistas e análise de documentos pode-se perceber que o movimento social analisado, sendo tanto elemento significante como significado da totalidade social na qual se insere, sua compreensão não pode ser desligada do embate precário e contingente entre projetos hegemônicos pela significação do social.

**Palavras chaves** teoria do discurso político. Organização. Fenômeno organizacional. Ponta do coral. Cidade.

a Professora Titular do Programa de Pós Graduação em Administração - PPGA da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, doutora em Engenharia de Produção e Mestre em Administração. Fundadora do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da UFSC. E-mail: eloiselivramento@gmail.com

b Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA). Graduado e Mestre em Administração pela UFSC, é pesquisador junto ao Observatório da Realidade Organizacional. E-mail: justencarlos@gmail.com

**Abstract** *The recovery of the link between organizational phenomenon and hegemonic political projects constituted the guiding thread of the research carried out. In it, we sought to demonstrate that the significant expansion of the organizational phenomenon requires the analytical effort to recovery the ontological link between the organizational phenomenon and hegemonic political projects, since the significance of this phenomenon arises from its political nature. Going through this itinerary from the theoretical lens of the Political Theory of Discourse (TPD), the analytical object of the research was the study of the resistance initiated by the Ponta do Coral 100% Public Movement, which, contrary to the interests expressed by the dominant real estate capital of the city of Florianópolis, Santa Catarina, defends the collective appropriation of an area in the central region of the city - the group formed by Pontas do Coral, Lessa and Goulart -, aiming at the creation of a green area of leisure, as opposed to the attempt to exploit that portion of land as hotels. Through direct observation, interviews and document analysis it can be seen that the analyzed social movement, being both a significant element and a meaning of the social totality in which it is inserted, its understanding cannot be disconnected from the precarious and contingent clash between hegemonic projects due to the significance of the social.*

**Keywords** political discourse theory. Organization. Organizational phenomenon. Ponta do coral. City.

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: O FENÔMENO ORGANIZACIONAL COMO QUESTÃO POLÍTICA E SOCIOLÓGICA

As organizações, em suas múltiplas formas e escalas, são expressões privilegiadas da vida social e política contemporânea. Mais do que instrumentos técnicos ou arranjos administrativos, elas configuram modos de ordenar o social, instituindo práticas, discursos e identidades que definem, ainda que precariamente, o que se entende por sociedade. Assim, compreender o fenômeno organizacional é compreender também a dimensão política da vida coletiva, marcada por disputas hegemônicas, antagonismos e processos de significação que produzem e reproduzem ordens sociais. Essa perspectiva insere o debate organizacional no interior das ciências sociais, aproximando-o de temas clássicos da sociologia e da teoria política — como poder, resistência, ideologia e emancipação.

É sob esse horizonte que se inscreve o presente artigo, ao propor um diálogo entre os Estudos Organizacionais e as abordagens sociológicas da política e do discurso. A partir da Teoria Política do Discurso (TPD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), busca-se explorar as relações entre organização, hegemonia e resistência, tomando como referência o Movimento Ponta do Coral 100% Pública,

em Florianópolis (SC). A análise do movimento, compreendido como fenômeno organizacional e político, permite evidenciar como práticas coletivas de contestação revelam a natureza política da organização e, ao mesmo tempo, repolitizam o próprio campo organizacional. Desse modo, o artigo contribui para um diálogo mais amplo entre os debates sobre o político nas ciências sociais e as discussões sobre organização, poder e significação no campo dos Estudos Organizacionais.

A versão dominante dos estudos organizacionais, que poderíamos apontar como de matiz funcional-positivista, traz pressuposta, tomada como naturalizada, a clivagem entre sociedade e organização, esta última tratada como micro fenômeno da primeira. Uma característica fundamental dessa matriz, além da busca pelo consenso e ordem, consiste na tentativa de autonomização das práticas organizacionais em relação às dimensões constitutivas da vida humana associada. Por autonomização das práticas organizacionais, entende-se a construção de um discurso que associa o *mainstream* dos estudos organizacionais a um instrumento imprescindível para a manutenção de uma sociedade organizada e a preservação dos valores por ela cultivados, como o progresso social e o crescimento econômico. A imprescindibilidade retira o caráter político do uso do management e, assim, o autonomiza como um dos fundamentos do social em nosso contexto atual de vida. Como tal, essa segregação representa um importante recurso explicativo para a proposta mais central de limitar o alcance dos estudos organizacionais à estrutura social envolvida nas organizações de tipo empresarial, algo alçado, como aponta Madsen (2005), à dominância no âmbito anglo-saxônico, berço da versão dominante dos estudos organizacionais. O mascaramento dessa clivagem entre fenômeno organizacional e relações sociais mais amplas, o qual chamamos de política do *mainstream* dos estudos organizacionais, tem a pretensão de mascarar a base ontológica do social ou, em outras palavras, o caráter fundacional do social, que é a impossibilidade de encontrar um fundamento último para o entendimento das práticas organizacionais. Aquilo que vemos pressupõe uma ontologia que marca a dinâmica do social como inherentemente indecidível, isto é, aberta a possibilidades, articulações hegemônicas e contra-hegemônicas, passíveis de apreensão apenas no momento em que tais práticas articulatórias surgem. A política do *mainstream* é, num nível conceitual, o mascaramento de que a realidade organizacional, enquanto teoria e prática, é uma constante guerra de interpretações, sempre aberta a apro- priações, rupturas, desmanches e reconstruções.

O produto principal desse estado de coisas é o empobrecimento das possibilidades constitutivas do fenômeno organizacional. Isso porque a naturalização dessa clivagem leva ao conceito-centrado de organização como empresa e à percepção

do fenômeno organizacional como encapsulado nas micropolíticas próprias das organizações formais.

A restrição das possibilidades significativas do fenômeno organizacional, via conceito-centrado de empresa, dá-se pelo entendimento daquele fenômeno como significante de fatos e fenômenos intervenientes ou aparentados dentro e ao redor imediato de instituições empresariais, onde se dão as tradicionais relações de trabalho entre gestor e empregados. A organização, dessa forma, assume a forma de uma unidade de análise, delimitável e comprehensível, posicionada no interior das estruturas consolidadas da modernidade e do capitalismo como instrumento funcional à manutenção da ordem social hegemônica (Bohm, 2006; Chia, 1997).

Nesta perspectiva, o empobrecimento significativo do fenômeno organizacional ocorre a partir de duas principais formulações analíticas. A primeira implica a localização do fenômeno organizacional junto ao reino limitado das micropolíticas nas organizações formais (Bohm 2006; Spicer, Bohm, 2007; Clegg, 1998, Barcelos, Dellagnelo e Salles, 2017), limitando significantes e significados às formas e modelos que possibilitam tornar as organizações formais, sob o aspecto econômico, mas eficazes e eficientes (Parker, 2002; Gaulejac, 2007). A segunda, em decorrência, envolve uma noção de fenômeno organizacional como uma entidade suficiente e completa em si, uma espécie de entidade-substância a que se atribuem previamente predicados, qualidades e determinações delineados como racionais, isto é, adequados.

A questão crucial dentro desse contexto é que tal tentativa de dominação ontológica do campo traz em seu bojo a pretensão de avocar, para si, à sua maneira, a própria representação da realidade social a partir dele retratada. E assim o faz de um modo desrido da necessária problematização, de forma que esse estado de coisas dominante nos estudos organizacionais passa a ser tomado como natural. Ocorre, todavia, que a dominância fundamentada nesse pressuposto ontológico, longe de se constituir como naturalizada, vem a ser characteristicamente política, dada a intervenção hegemônica da qual decorre.

Assim, a pretensão de instituir a clivagem entre fenômeno organizacional e sociedade dá-se em detrimento da ligação entre a organização e o processo social mais abrangente. Mais do que isso, em detrimento da possibilidade de significar o fenômeno organizacional a partir do embate real entre projetos políticos hegemônicos que objetivam, à sua maneira, a instituição e a preservação de uma ordem política dentre as várias possíveis, algo nunca plenamente alcançável. É nessa seara que se dá a instituição do social, via tentativas de promoção, consolidação e contestação de certo regime de práticas sociais, aí se demonstrando a lógica

política, isto é, “[...] aquilo que estabelece simultaneamente os limites e o terreno de constituição de todo objeto possível – e, como resultado, impossibilita qualquer coisa além de si” (Laclau, 2011, p. 152-153).

A retomada ou resgate do vínculo entre fenômeno organizacional e projetos políticos hegemônicos constituiu-se no fio condutor da pesquisa realizada. Nela, procurou-se demonstrar, num primeiro plano, que a ampliação significativa do fenômeno organizacional, no contexto de uma leitura antiessencialista e pós-fundamentalista, necessita do esforço analítico de retomada do vínculo ontológico entre fenômeno organizacional e projetos políticos hegemônicos, já que a significação desse fenômeno decorre de sua natureza política. E, percorrendo esse itinerário a partir da lente teórica da Teoria Política do Discurso (TPD), num segundo aspecto, procurou-se explorar as possibilidades analíticas que esse *corpus* teórico permite para a ressignificação da leitura da organização e do organizar. Nesses dois intentos estará concentrado o presente artigo, numa espécie de esforço reflexivo da pesquisa que o originou.

Disso resultou a escolha, como objeto analítico da pesquisa da qual deriva este artigo, pelo estudo da resistência encetada pelo Movimento Ponta do Coral 100% Pública, um movimento social urbano construído a partir do ideário do direito à cidade e que se autocaracteriza como “horizontal (sem hierarquia), autônomo (independente), onde todos podem participar” (MPC, 2016a). Na contramão dos interesses manifestados pelo capital imobiliário dominante da cidade de Florianópolis, Santa Catarina, esse movimento defende a apropriação coletiva de uma área na região central da cidade – o conjunto formado pelas Pontas do Coral, do Lessa e do Goulart -, visando à criação de uma área verde de lazer, em oposição à tentativa de exploração hoteleira daquela porção de terras.

Todavia, um desafio adicional na mencionada ampliação significativa do fenômeno organizacional envolveu a escolha de um *corpus* teórico capaz de sustentar uma leitura própria acerca da estruturação da realidade social, que possibilitasse tomar essa percepção experiencial ampliada dentro do escopo mais amplo da instituição e preservação de dada ordem social. Assim como em outros trabalhos levantados (Barcelos, Dellagnelo e Salles, 2014), isso se deu por intermédio da Teoria Política do Discurso (TPD), mais especificamente a vertente Laclauiana. A TPD, de verve pós-estruturalista e pós-fundamentalista, aponta para o enfraquecimento dos fundamentos ontológicos dos fenômenos sociais e, como tal, para a impossibilidade de dado fundamento definitivo, de um lado, e, de outra ponta, para a necessidade de fundamentos parciais e sempre incompletos (Marchart, 2007).

Esse duplo jogo permite vislumbrar toda realidade social como instituída a partir de atos de poder, de decisões instituidoras que permitem vislumbrar o ser como possibilidade – o momento do político. Dessa perspectiva, tais decisões nunca estão lastreadas nem num fundamento estável, tampouco lógico, na ausência absoluta de fundamento. Caracterizadas pela contingência e finitude, as decisões instituidoras, que apresentam o momento do político, levam a uma “[...] pluralidade de movimentos hegemônicos que procuram fundamentar a sociedade sem ser totalmente capaz de fazê-lo” (Marchart, 2007, p. 7), ou seja, às práticas da política.

Desta feita, pois, resultou o objetivo de analisar a organização da resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública sob a égide da TPD, a fim de evidenciar o caráter político desse fenômeno organizacional, propósito a que este artigo se vincula.

O trabalho de pesquisa de campo transcorreu durante 12 meses, acompanhando o Movimento, por meio da observação participante em reuniões presenciais, em mobilizações públicas, assistindo a debates, áudios produzidos pelo movimento, aplicando entrevistas e analisando documentos digitais e impressos. A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso. Segundo Howarth (2005, p. 331), a maior parte das pesquisas de aplicação empírica da teoria política do discurso é sustentada na análise aprofundada de casos particulares, já que o estudo de casos possibilita “[...] maior atenção para os detalhes e sua maior proximidade ao objeto de estudo”.

Após a obtenção da aprovação do estudo pelos membros do movimento, tivemos acesso a todos os eventos e documentos por eles produzidos e vivenciados. As reuniões presenciais ocorriam, a priori, com periodicidade semanal, elas eram abertas a todos, com a lavratura de ata ao final. Respeitavam uma pauta prévia, definida na reunião antecedente. As reuniões do movimento foram gravadas em áudio e seu conteúdo foi transscrito nos principais aspectos atinentes às categorias analíticas. Elas duravam em média três horas. Dessa reuniões, ainda, foi construído um diário de campo, com anotações pessoais e observações acerca do ocorrido. Ademais, pudemos ter acesso ao diretório de arquivos mantido pelo movimento, que reúne toda a documentação produzida desde 2011, enriquecido com o material já constante do blog e demais matérias jornalísticas existentes. Também, fomos incluídos na lista de e-mails interna do movimento, canal reconhecido de comunicação entre os seus integrantes, tendo a oportunidade de acompanhar as discussões e a dinâmica de comunicação consequente. Do acervo de dados secundários utilizados como material de pesquisa, no qual se incluem documentação formal produzida pelo próprio movimento (atas, relatórios, ofícios, cartazes, etc),

matérias jornalísticas da mídia de massa e de blogs independentes, destaca-se, ademais, o uso de três debates acerca da construção do Parque Hotel Marina Ponta do Coral, promovidos por um canal de TV fechada, disponíveis no youtube.

O levantamento de dados contou também com a realização de 08 entrevistas semi estruturadas em profundidade, aplicadas com membros fundadores do Movimento, as quais tiveram duração entre 1h a 3h30 minutos. A seleção dos sujeitos entrevistados contemplou os participantes com maior tempo de permanência no movimento, que eram os que também demonstravam maior assiduidade e comprometimento com as demandas e atividades desenvolvidas. Outros entrevistados foram escolhidos pelas reiteradas referências a seu nome durante as reuniões, eventos e entrevistas e/ou devido ao reconhecimento pelo legado deixado ao Movimento. Além das entrevistas semi-estruturadas, a coleta de dados, como já evidenciado, envolveu também a observação participante, abrangendo todas as reuniões, além de eventos e ocupações da Ponta do Coral. Volumoso material de áudio, bem como anotações em diário de pesquisa, foram reunidas a partir da observação participante. A observação participante permitiu que a investigação se desenvolvesse no contexto de ação em que se conformaram o contexto, as pessoas e suas atividades do movimento, já que realizada no contato direto, frequente e prolongado dos investigadores com os atores e contextos sociais. Durante o trabalho de campo, a observação participante seguiu o modelo proposto por Spradley (1980), numa dinâmica contínua.

As categorias-conceito centrais ao entendimento da lógica hegemônica – o antagonismo e a constituição de fronteiras políticas, a noção de ponto nodal e a disputa em torno de seus significados, que se tornam vazios/flutuantes -, foram aquelas orientadoras dos esforços necessários ao cumprimento dos objetivos da pesquisa. As razões da escolha dessas categorias de análise abrangem não somente a necessidade em si de circunscrever a apreciação do objeto dentro de um caminho metodológico viável, mas também o insight dos pesquisadores em torno da compreensão de que às categorias-conceito escolhidas atribui-se centralidade no entendimento da operação da lógica hegemônica conforme ela se evidencia no fenômeno empírico sob análise. Assim, adentrando-se um pouco mais nesses conceitos centrais tem-se que o discurso, conforme compreendido por Laclau e Mouffe (2015), implica a tentativa, sempre parcial e precária, de dominar o fluxo das diferenças, de constituir um centro que represente a própria formação discursiva. Esse centro, que se demonstra mediante pontos discursivos privilegiados da fixação parcial, Laclau denomina de ponto nodal. Numa formação social, inúmeros poderão ser os pontos nodais conforme a variedade de pontos de condensação das

relações sociais existentes. Desta feita, o ponto nodal representa um ponto de cristalização num dado discurso, um limitador no fluxo das diferenças que constitui discursivamente o social, de modo que algum sentido parcial e precário seja constituído numa realidade acessível ao sujeito (Jorgensen; Phillips, 2002; Mendonça; Rodrigues, 2008). A hegemonia é, assim, basicamente, fixar conteúdos em torno de pontos nodais discursivos. Trata-se de um discurso sistematizador, aglutinador, de unidade de diferenças. Consoante Laclau (2000, p. 122), hegemonia é uma “relação em que um conteúdo particular assume, num certo contexto, a função de encarnar uma plenitude ausente”. Desta feita, a constituição de uma relação hegemonic, que redundará numa ordem significativa hegemonic, acarreta sempre a extensão de um discurso particular que logra suplementar e representar outros discursos ou identidades dispersas. Essa representação parte de um discurso aglutinador, que reúne em torno de si um ponto nodal capaz de fixar parcialmente seu sentido e, como tal, articular elementos antes mantidos numa pura relação de diferenças entre si (Mendonça, 2010).

## **2. O MOVIMENTO PONTA DO CORAL 100% PÚBLICA EM SUA RESISTÊNCIA: SIGNIFICAÇÃO A PARTIR DE PROJETOS HEGEMÔNICOS DE SOCIEDADE.**

### **2.1 A TPD E O POLÍTICO NA CONSTITUIÇÃO DO SOCIAL**

De acordo com o entendimento esposado pela TPD, toda tentativa de apresentar um fundamento para os fenômenos sociais será um fenômeno parcial no constante jogo das tentativas rivais de fundamentação, assim, a representação da realidade social vem a ser uma constante tensão entre a incompletude e a precariedade da significação dos fenômenos sociais (o político) e a sempre renovada tentativa – nunca singular tampouco suficiente em si –, de sedimentação dos sentidos de dada realidade social (a política) (Mendonça, 2014a). As tentativas rivais e plurais de fundamentação – as práticas da política –, representam, portanto, intervenções que visam a estabilizar e a domesticar as condições de emergência contingentes e indecidíveis – assim, plurais e conflitivas –, que atravessam a constituição de qualquer regime ou prática social – o político (Jorgensen; Phillips, 2002). Essas intervenções, verdadeiras hegemonias no sentido apropriado pela TPD, por se constituírem como atos de poder, suprimem entendimentos alternativos, acarretando naturalizações. Desta feita, os atos hegemonic, sempre falíveis em último grau, dado que não conseguem abarcar a totalidade significativa do social, atuam dentro

de uma lógica simplificadora do campo do social, a partir do estabelecimento de fronteiras políticas, marcadas pelo antagonismo de seus polos.

Como destaca Laclau (2000, p. 45), “[...] o campo do social pode ser visto como uma guerra de trincheiras em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si o maior número de significantes sociais” e a hegemonia “[...] é o momento da decisão política, da sedimentação de determinado discurso” (Mendonça, 2014b, p. 138). Ora, tomada dentro desse contexto, a infinitude do social, dentro de uma lógica do político, também implica a impossibilidade do fenômeno organizacional como entidade-substância, isto é, ao redor de uma matriz que possa explicar todos os seus processos parciais.

Se o político não se esgota na política da hegemonia, há que se entender, em decorrência, que a infinitude do social, pressuposta por sua abertura incondicionada, impede a sociedade, como ato hegemônico, de se estabelecer em sua plenitude. Como afirmam Laclau e Mouffe (2015), a infinitude do social acarreta a impossibilidade da sociedade. Por não abranger a totalidade significativa do social, os atos hegemônicos de poder produzem brechas, lacunas, deslocamentos, oportunidade em que um novo rearranjo de sentidos se torna possível, a partir de uma concentração de sentido – ponto nodal – em torno de um objeto discursivo. Esse objeto discursivo passa a ser disputado pelos movimentos hegemônicos e, como tal, tem seu preenchimento pleiteado por significantes que, dada a própria concorrência pela atribuição de sentidos, tornam-se esvaziados de seu conteúdo original – significante vazio.

## 2.2 O POLÍTICO E O ORGANIZACIONAL

Nessa pegada ontológica própria, uma leitura mais coerente do campo dos estudos organizacionais envolve o reconhecimento de sua natureza política, de forma que qualquer tentativa de significação hegemônica do fenômeno organizacional é contingente, parcial e, portanto, baseada em atos de exclusão. Assim sendo, um encaminhamento analítico adequado implica tratar, em primeiro plano, a questão do antagonismo e do conflito que existe nas relações sociais, considerando que a política pressupõe esforços para estabelecer uma ordem sedimentada cujas condições de emergência são conflitivas em sua natureza constitutiva. No âmago, o esforço necessário é o de vincular a significação do fenômeno organizacional ao campo discursivo mais amplo que o constitui e ao mesmo tempo dele é parte constitutiva.

Este foi o itinerário adotado para analisar o Movimento Ponta do Coral 100% Pública e a resistência por ele encetada. O Movimento Ponta do Coral 100% Pública,

em linhas gerais, busca resistir contra o modelo de cidade vigente no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil, atrelado à lógica dominante do capital, tendo como expressão maior local a especulação imobiliária, o turismo de luxo e a construção civil. Com os moteis *#NãoVaiTerHotel* e *#VaiTerParque*, o movimento opõe-se à lógica privatizadora dos espaços públicos/coletivos encampanada pelo capital hegemônico na cidade.

### **2.3 O MOVIMENTO E SEUS PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS**

Ao se autointitular um movimento horizontal (sem hierarquias) e autônomo (independente), aberto à participação geral, o movimento tem como foco material de resistência à tentativa de construção, por parte do capital imobiliário, de um complexo hoteleiro na chamada Ponta do Coral, localizada na área de maior valorização imobiliária da cidade de Florianópolis. As pretensões do capital imobiliário se agudizaram em 2011, quando anunciou-se a construção do megaempreendimento Parque Hotel Marina Ponta do Coral. Nesse momento, o Movimento Ponta do Coral 100% Pública, enquanto fenômeno organizacional de resistência, adquiria sua expressão mais atuante.

O movimento defende a horizontalidade, a autonomia, a não liderança e a apropriação coletiva dos espaços públicos, sendo esses os seus princípios políticos e também organizacionais. Nesse contexto, compartilha em certo grau dos princípios adotados pelos chamados movimentos autonomistas, defendendo, em oposição às práticas autoritárias e hierárquicas existentes tanto no Estado, no capital e na organização da luta política por partidos e instituições da esquerda tradicional, a descentralização do poder, a autogestão e a colaboração coletiva no estabelecimento de novos modelos de convivência social. Particularmente, resiste contra um modelo historicamente autoritário de ocupação do espaço público, que privilegia o individualismo em detrimento da sociabilidade.

Na esteira desse argumento, observamos que a dinâmica organizacional do Movimento Ponta do Coral 100% Pública, consistente no conjunto de processos e práticas usados para tornar visível a formação discursiva articulada pelo movimento, deve ser compreendida no afã de tornar possível a investidura do objeto hegemônico pretendido. O objeto hegemônico, como salientado, consiste no modelo almejado de cidade, encarnado no embate pela apropriação da Ponta do Coral. Na concepção adotada pelos integrantes do movimento, *“qualquer grupo que vá discutir a essência do que nós estamos colocando aí, direito à cidade, outro modelo de cidade, não tem como discutir isso replicando os principais erros dessa estrutura que domina o poder”* (Entrevistado C). Isso torna possível fazer

movimento social de uma forma coerente com seus objetivos e ao mesmo tempo com seus princípios, como, por exemplo, "todo mundo ser tratado igual, que as pessoas estejam abertas ao diálogo, que elas tenham voz, que não existe uma hierarquia definida no movimento ou que não seja liderado por partido ou coisa assim, para ter essa demanda democrática assim. Isso seria o embrião de uma nova sociedade" [...] (Entrevistado B).

## 2.4 A RESISTÊNCIA E A DISPUTA HEGEMÔNICA

A proposta do movimento para a área contestada, em contrapartida, é a construção do Parque Cultural das Três Pontas, abrangendo também as Pontas do Lessa e do Goulart, adjacentes à Ponta do Coral. Na visão construída pelo movimento, a Ponta do Coral representa o símbolo maior da tentativa de rompimento tanto com a força do capital imobiliário quanto com a lógica do carro e do passeio que imperaram naquela região e na Cidade de Florianópolis como um todo.

A delimitação desse antagonismo envolve a construção de uma fronteira política, cujo exterior é simbolizado, em termos gerais, pelo capital e sua tentativa hegemônica de construção de sociedade. No âmago da disputa em torno da Ponta do Coral, encontra-se a tentativa hegemônica de sedimentação de projetos antagônicos de cidade. Esse confronto é, em realidade, uma constante tensão entre, de um lado, a lógica da privatização e mercantilização do espaço urbano, e, de outra ponta, a lógica do direito à cidade, na forma de uma plataforma de direitos em torno do espaço urbano.

A resistência em torno da Ponta do Coral e os processos políticos de organizar e organizar nela presentes tem seu terreno discursivo de emergência, pois, em torno do antagonismo encetado por dois projetos políticos distintos de sociedade – o empresarialismo urbano, de um lado, e, o direito à cidade, por outra ponta. Tal terreno discursivo de emergência é marcado pela delimitação de uma fronteira discursiva e pelo posicionamento político da resistência encarnada no movimento em torno do embate entre diferentes projetos políticos de cidade e de sociedade, envolvendo dois projetos não menos antagônicos de reforma urbana – o jogo competitivo de posicionamento das cidades dinamizado pela atração de investimentos do capital nacional e internacional e a demanda e construção democrático-populares de uma plataforma de direitos frente à cidade.

A noção do direito à cidade, de que os bens comuns podem ser produzidos e utilizados para o benefício social transmuta-se, como destaca Harvey (2012), num marco para resistir ao poder capitalista, já que no capitalismo e, particularmente na sua versão moderna – o neoliberalismo --, o urbano tem sido moldado pelos

interesses da especulação imobiliária. Como tal, o direito à cidade assume a feição de um ponto nodal de um discurso cuja fronteira antagônica são as novas geografias urbanas implantadas com o neoliberalismo. Com intensidade cada vez maior, tais geografias impõem-se pelos deslocamentos forçados, despossessão, privatizações espaciais, cerceamentos restritivos do uso do solo e, particularmente, controle sobre “[...] a possibilidade de construir ou inibir novas relações sociais (novos bens comunais) no seio de um processo urbano” (Harvey, 2012, p. 107). Assim sendo, muito além de se constituir como um direito de acesso individual ou mesmo coletivo aos recursos existentes no tecido urbano, o direito à cidade implica uma prerrogativa a mudar e reinventar a cidade, conforme os desejos de quem nela mora, a partir do exercício de um poder coletivo sobre o processo urbano (Jouffe, 2010; Buckingham, 2010). Como ponto nodal, o direito à cidade é demasiado amplo para limitar-se exaustivamente a um conjunto particular de direitos ou a direitos de um universo particular de pessoas. Trata-se, em realidade, de um conceito aberto (Purcell, 2009) – um significante vazio, natureza que permite sua interpretação consoante a especificidade de cada luta social. De outra ponta, essa mesma natureza possibilita a articulação de diversos movimentos sociais e de diferentes demandas num discurso mais universal – em outras palavras, a formação de uma cadeia de equivalências. Como tal, o direito à cidade expressa um interesse comum, embora contemple demandas e reivindicações distintas em algum grau, formatadas a partir de faltas constitutivas particulares.

Todo esse debate fica evidente em várias palavras e documentos levantados na pesquisa como na fala do entrevistado 2 quando afirma “[...] *a gente tem certeza que é o modelo de cidade [...]”*, “[...] é a luta pelo modelo de cidade e que materializa ali [na Ponta do Coral] toda a força do capital e ao mesmo tempo o foco de resistência [...]” (Entrevistado 2). A força do capital, à maneira de um “eles” antagonizado com a identidade e as demandas do Movimento Ponta do Coral 100% Pública, concebido, por sua vez, à espécie de um “nós”, constitui um típico exercício simplificador da realidade social imediata, sinalizando a existência de uma relação hegemônica. Segundo Laclau (2000), a relação hegemônica redunda numa tentativa de construção/contestação de uma ordem hegemônica, evidenciada por uma condensação do social em torno de polos antagônicos que acabam por esgotar a própria representação da realidade social imediata. O capital, a luta pelo modelo de cidade e o foco de resistência atribuído à Ponta do Coral anunciam a tentativa de construção de uma fronteira discursiva, marcada pela existência de dois polos de significantes/significados entre si antagônicos, apontando para essa simplificação do social exigida pela relação hegemônica. A associação entre apropriação de área

pública, no caso envolvendo a venda da Ponta do Coral, e os significantes progresso, construção, geração de emprego e renda, torna-se possível diante da atribuição de um exterior constitutivo, o outro lado da fronteira discursiva. À primeira vista com conotação positiva, esses significantes passam, ao cabo, a estarem associados à atuação do capital na dinâmica da cidade, percebida na tentativa de construção do Parque Hotel Marina Ponta do Coral, de forma que “*o movimento, quando diz que não pode ter a marina, hotel, ali, ele bate de frente com a lógica neoliberal*” (Entrevistado 4), isto é, com a lógica mais ampla do capital.

O Movimento Ponta do Coral 100% Pública e a resistência em torno da Ponta do Coral, então, dessa perspectiva, encontram-se alinhavados ao processo social mais amplo, frente ao embate real entre projetos políticos hegemônicos que pretendem, à sua maneira, a instituição e preservação de uma ordem política, possibilitando, pois, a identificação do caráter político envolto nesse fenômeno organizacional. Delimitar dessa maneira a organização discursiva da resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública possibilita a evidenciação desse fenômeno organizacional no contexto mais amplo de um campo de discursividade, isto é, um horizonte dentro do qual o ser dos objetos é construído (Howarth; Stavrakakis, 2000).

## **2.5 O ORGANIZACIONAL COMO PRÁTICA POLÍTICA E O POLÍTICO COMO FUNDAMENTO DO ORGANIZACIONAL**

No geral, a delimitação do campo discursivo mais amplo no qual se insere a disputa em torno da Ponta do Coral e a organização da resistência do Movimento, como descrito, permite anunciar uma importante mudança no enquadramento analítico do fenômeno organizacional. Esse anúncio passa pela transição da leitura que se pretende enquadurar o fenômeno organizacional, de uma entidade-substância, conforme delimitada pelo *management*, para outra, inherentemente atrelada aos sempre conflituosos processos políticos de construção de sociedades.

Como elemento significativo de dada ordem social, o Movimento Ponta do Coral 100% Pública, em sua condição de fenômeno organizacional, atua na formação da identidade dos sujeitos e objetos ali presentes. Da mesma forma, oculta outros sujeitos e objetos em seus sentidos constitutivos, tudo a partir de um conjunto de práticas significativas que tomam corpo dentro de uma dinâmica organizacional propriamente dita. Essas práticas significativas devem ser compreendidas no afã de tornar possível a investidura do objeto hegemônico pretendido, que é o modelo almejado de cidade.

Assim, a dinâmica organizacional mais restrita do Movimento, consistente no conjunto de processos e práticas usados para tornar visível a formação discursiva

proposta pelo movimento, passa a estar dependente dos próprios movimentos políticos que ocorrem dentro dessa luta discursiva entre projetos de sociedade antagônicos. Em especial, no objeto analítico em apreço, quando da ocorrência de um evento dentro da formação discursiva, associado à atuação do exterior constitutivo e que visava à consolidação do empreendimento hoteleiro no local, sendo assim simbolizado como um impedimento às pretensões do movimento, a ação política tomava vigor e, por decorrência, intensificavam-se os processos e as práticas organizacionais de resistência.

No final de 2014 e no decorrer de 2015, por exemplo, com o alvará de construção expedido pela Prefeitura Municipal e a licença ambiental emitida pelo órgão ambiental competente, além dos primeiros trabalhos de sondagem/prospecção visando à construção do hotel, o Movimento Ponta do Coral 100% Pública fortaleceu sua ação política e, por consequência, seus processos e práticas organizacionais de resistência. Esses eventos foram percebidos como impedimentos à ação política almejada pelo movimento, associados à atuação do exterior constitutivo como etapa importante para a concretização do empreendimento hoteleiro no local.

Em decorrência, a quantidade e a diversidade de atos de ocupação da Ponta do Coral aumentaram, as articulações com os outros movimentos e organizações de resistência se diversificaram e as reuniões de organização se intensificaram.

De outra parte, quando essa ameaça externa era atenuada, a ação política do movimento também sofria declínio e mesma intensidade tomavam os respectivos processos e práticas organizacionais de resistência. Assim, o Movimento ora toma fôlego, intensifica suas práticas de resistência, amplia suas equivalências, ora declina, entra num estado de latência.

A íntima vinculação entre a dinâmica organizacional do Movimento Ponta do Coral 100% Pública e os contornos e sobressaltos da luta discursiva entre projetos de sociedade antagônicos na qual o movimento se insere difere da adaptação funcional entre fenômeno organizacional e ambiente que perpassa grande parte da dominância nos estudos organizacionais.

Como tal, o fenômeno organizacional é pressuposto como uma estrutura social adaptável no estrito sentido de um “sistema de relações que define a disponibilidade de recursos parcos e que podem ser manipulados em termos de eficiência e eficácia” (Selznick, 1971, p. 32). Isto é, uma estrutura sujeita à manipulação previsível, um instrumento de ação racional. A noção de ambiente aí embutida é constituída de uma totalidade definida *a priori* e passível de controle, pintada como uma sinopse apta a fornecer elementos capazes de prever como a organização se estruturará em diferentes estágios do tempo. Como decorrência, a adaptação da organização

ao ambiente é controlável, “um problema de definir as relações desejadas entre organização e seu ambiente (Thompson; McEwen, 1971, p. 178).

Na esteira do argumento antes anunciado, a dinâmica organizacional do Movimento Ponta do Coral 100% Pública, consistente no conjunto de processos e práticas usados para tornar visível a formação discursiva articulada pelo movimento, deve ser compreendida no afã de tornar possível a investidura do objeto hegemônico pretendido, no modelo almejado de cidade, encarnado no embate pela apropriação da Ponta do Coral.

A dinâmica interna de organização, submetida ao sabor dos contornos políticos da luta discursiva mais ampla encampada pelo Movimento é, em realidade, uma das facetas da tentativa de construção da resistência e, como tal, de uma ordem discursiva antagônica ao *status quo* vigente. A análise do caso evidencia que a dinâmica organizacional do movimento não pode ser dissociada do campo discursivo de onde emerge. O ser do fenômeno organizacional é construído dentro da disputa hegemônica por sentidos, e sua ontologia é política. O movimento não é mera adaptação funcional ao ambiente, mas prática constitutiva de uma ordem social alternativa. A análise do Movimento demonstra que o organizacional é inseparável do político: cada prática de resistência é também uma tentativa de instituir um novo sentido de cidade e de sociedade. A organização, longe de ser estrutura autônoma e estável, é processo de significação inserido no jogo hegemônico do social.

### **3. REFLEXÕES EM TORNO DO CARÁTER POLÍTICO DO FENÔMENO ORGANIZACIONAL**

#### **3.1 O FENÔMENO ORGANIZACIONAL COMO PRÁTICA POLÍTICA**

O Movimento Ponta do Coral 100% Pública resiste à construção de um complexo hoteleiro na área central de Florianópolis, mas, em termos discursivos, sua luta ultrapassa o plano local: trata-se da disputa entre projetos distintos de sociedade, a partir de um conjunto de articulações próprias ao espaço discursivo em disputa. Esse espaço é constituído por um sistema discursivo mais amplo marcado pelo antagonismo entre dois projetos de sedimentação do social em sociedade – o ideário do direito à cidade, de um lado, e o projeto neoliberal de política urbana e integração aos circuitos globalizados do capital, de outra parte. De um lado, o direito à cidade; de outro, o empresarialismo urbano articulado aos circuitos globais do capital. Nesse campo de antagonismo, e coerente com a argumentação aqui defendida a respeito da indissociabilidade entre o fenômeno

organizacional e relações sociais mais amplas, observamos o Movimento Ponta do Coral 100% Pública constituindo-se como fenômeno organizacional, tendo sua existência inseparável das práticas de contestação que lhe dão sentido. No âmbito específico da luta pela Ponta do Coral, esse sistema discursivo representa o terreno de emergência de formações discursivas também antagônicas entre si, mobilizadas pelo movimento e pelos atores ligados ao capital imobiliário e ao turismo de luxo, articuladas ao redor de significantes/significados materializados em torno das propostas do Parque Cultural das Três Pontas e do Parque Hotel Marina Ponta do Coral. O entrelaçamento entre esses sistemas/formações discursivas mencionadas, vistos pela perspectiva da tentativa hegemônica de solidificação de projetos particulares de ordem social, e o fenômeno organizacional investigado, possibilitou caminhar na direção da retomada do vínculo entre fenômeno organizacional e relações sociais mais amplas. Desta feita, imprimindo àquele fenômeno um caráter político, já que partípice, do ponto de vista discursivo, da instituição e destituição de ordens sociais, e ampliando o ser de suas possibilidades constitutivas.

O entendimento, em suma, do fenômeno organizacional analisado e da resistência nele articulada está inerente e inexoravelmente atrelado aos sempre conflituosos processos político-discursivos de construção de sociedades, na acepção dada pela TPD. Não se trata de mero exercício de contextualização empírica ou analítica, mas, na essência, de um fundamento comprehensivo da organização e do organizar ali visíveis, fundamento esse esvaziado de sua carga normativa, já que tais processos político-discursivos são marcados pela contingência, historicidade e onipresente instabilidade/sobreterminação entre significantes e significados.

### **3.2 O MOVIMENTO COMO EXPRESSÃO DA DISPUTA HEGEMÔNICA**

Com a retomada do caráter político do fenômeno organizacional investigado, evidenciou-se que a dinâmica constitutiva e as práticas político-organizacionais do movimento estão atreladas à construção hegemônica de projetos de sociedade. A lógica da operação hegemônica que perpassa as tentativas de construção de ordens sociais é contaminada pelos atributos da precariedade, contingência, parcialidade e sobreDeterminação, visto que tais tentativas são forjadas num terreno de emergência antagônico e pautado pela divisão das forças sociais.

Desse panorama, vislumbrou-se que o movimento analisado não constitui um fenômeno organizacional cognoscível *a priori*, mas inherentemente dependente da dinâmica e da contingência próprias ao campo discursivo do qual emerge. Nesse sentido, a análise do fenômeno organizacional investigado apaga as linhas defi-

nidoras da essência do que entende a dominância dos estudos organizacionais sobre organizações, já que na análise realizada não se nota uma visão clara dos processos gerenciais, hierarquia estabelecida, liderança formal e atribuição de papéis, processos formais de comunicação e controle, dentre outros aspectos. A forma como as informações, as decisões, os papéis e as atribuições circulam, são definidos e processados dá-se de maneira fluida, à deriva e/ou amparada dos/nos movimentos políticos do campo discursivo, tal qual os constantes processos de intensificação e quase inércia aos quais o movimento se submete e é submetido.

Estando atrelada aos sempre conflituosos processos político-discursivos de construção de sociedades, a análise do movimento e a resistência nele materializada transpõe os limites estritos do gerenciamento de organizações produtivas, ao abranger o que Chia (1997) denomina de “teoria social da organização”. Como tal, rompendo o posicionamento do fenômeno organizacional, conforme pretendido pela política hegemônica dos estudos organizacionais, no contexto de uma localização simples, isto é, no âmbito de sistemas discretos e isolados no espaço-tempo, e repositionando-o no interior do processo social básico do qual as organizações são parte integrante.

Como implicação, de um lado, tem-se uma ruptura com o receituário dominante acerca do fenômeno organizacional, deixando de percebê-lo como uma mera objetividade voltada à adaptação funcional de conceitos e ferramentas gerenciais. Inserido na construção dos projetos de sociedade, o entendimento do fenômeno organizacional passa a trazer em si a possibilidade sempre presente da confrontação e contestação da política, o ôntico da ordem socialmente estabelecida como hegemônica. De outra ponta, assim compreendida, a relação entre fenômeno organizacional e exercício da resistência se alarga para além daquelas tentativas que limitam o entendimento dos movimentos contra-hegemônicos ao local de trabalho, numa estratégia, pois, despolitizadora (Spicer; Bohm, 2007).

Abstrair a organização do seu entorno significante é um ato de violência ontológica perpetrado pelo *mainstream* que necessita ser contornado. Os estudos organizacionais, ao contribuírem para a legitimação do objeto de análise organização numa conformação bastante particular, tem participado historicamente desses atos políticos de inclusão e exclusão da realidade social e esse fato precisa ser explicitado (CHIA, 1997). Ora, o esvaziamento do vínculo entre o fenômeno organizacional e o processo mais amplo de hegemonização do social, como preconizado pelo management pela via da ocultação e da ausência de reflexão acerca das bases epistêmicas e ônticas do fenômeno organizacional e do campo de estudos nele envolto, constitui-se, assim, à maneira de um organicídio, consideradas às

múltiplas possibilidade do ser da organização e do organizar. Em realidade, sua significação ganha luz como uma operação política na qual o capitalismo e sua vertente neoliberal se “totalizam” perante a experiência social mais ampla.

A resistência a tal violência nos permitirá romper com a leitura da organização como dado concreto da experiência social, um objeto de análise não problemático, e, concomitantemente, investigar seriamente a dinâmica do sistema que engendra tais organizações e as consequências que isso tem para a vida das pessoas (Chevallier; Loschak, s/d).

A organização e o organizar da resistência do Movimento intimamente relacionam-se com atos políticos de inclusão e exclusão que moldam uma constituição particular da realidade com a qual lidamos e, como tal, para o adequado entendimento desse fenômeno organizacional necessitamos, também, de uma adequada leitura da natureza do fenômeno político. Os estudos organizacionais, ao contribuírem para a legitimação do objeto de análise organização numa conformação bastante particular, ou seja, como sistema social de função administrativo-econômica, com estrutura e objetivos definidos e que atua de modo racional legal e coerente, tem participado historicamente desses atos políticos de inclusão e exclusão da realidade social e esse fato precisa ser explicitado (Chia, 1997).

### **3.3 A REPOLITIZAÇÃO DO ORGANIZACIONAL PELA TPD**

Nesse ponto, a contribuição da TPD mostra-se promissora. Ao mobilizar conceitos ao mesmo tempo ricos em possibilidades analíticas e despidos de carga normativa mais acentuada - como antagonismo, deslocamento, cadeia de equivalência, exterior constitutivo, plenitude ausente, dentre outros -, a TPD possibilita um entendimento acurado das formações sociais e de seu processo de construção, nos quais, como visto, o fenômeno organizacional tem vez. Dessa forma, fornece *insights* e recursos conceituais/analíticos capazes de assentar compreensão sobre aspectos essenciais do fenômeno organizacional, particularmente daqueles de resistência – a dinâmica de mobilização/desmobilização, as estratégias de atuação, os processos e as estruturas organizacionais, etc.

Ora, o esvaziamento do vínculo entre o fenômeno organizacional e o processo mais amplo de hegemonização do social, como preconizado pelo *management* pela via da ocultação e da ausência de reflexão acerca das bases epistêmicas e ônticas do fenômeno organizacional e do campo de estudos nele envolto, constitui-se, assim, à maneira de um *organicídio*, consideradas às múltiplas possibilidade do ser da organização e do organizar. Em realidade, sua significação ganha luz como uma

operação política na qual o capitalismo e sua vertente neoliberal se “totalizam” perante a experiência social mais ampla.

O caráter político do fenômeno organizacional apreciado não se dá tão somente pelas sequências/elementos discursivos que articula, tampouco somente pela ação política isoladamente considerada. Dá-se pelo intrincado jogo recursivo entre ambos, que possibilita, em último caso, a formação de atos significativos de inclusão e exclusão de sentidos que moldam a realidade com que lidamos. É aí que o fenômeno organizacional investigado encontra sua matriz constitutiva. A autonomização das práticas organizacionais em relação às dimensões constitutivas da vida humana associada, tal qual opera o *management*, tornando a organização-empresa instrumento imprescindível para a conformação da dada ordem social, precisa ter enquadramento a partir desse enfoque.

O caso do Movimento Ponta do Coral 100% Pública revela que a organização não pode ser compreendida como estrutura neutra ou adaptativa. O fenômeno organizacional é um ato de construção social, inserido nas disputas hegemônicas que buscam fixar o sentido do social. Ao evidenciar a inseparabilidade entre o político e o organizacional, o estudo reafirma a necessidade de repolitizar os estudos organizacionais, desvelando o papel das práticas e discursos que os sustentam.

A resistência do Movimento Ponta do Coral 100% Pública mostra, em última instância, que o fenômeno organizacional é sempre uma prática política: um espaço de significação em disputa, atravessado por lógicas hegemônicas e contra-hegemônicas que definem, precariamente, o que entendemos por organização, sociedade e política.

#### 4. REFERÊNCIAS

- BUCKINGHAM, S. Análisis del derecho a la ciudad desde una perspectiva de género. In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C. (Eds.). *Ciudades para todos: por el derecho a la ciudad, propuestas y experiencias*. Santiago de Chile: HIC, 2010, p. 59-64.
- CHEVALLIER; J.; LOSCHAK, D. *A ciéncia administrativa*. Lisboa: Europa-América, [s.d].
- CHIA, R. Essai: thirty years on: from organizational structures to the organization of thought. *Organization Studies*, v. 18, n. 4, July 1997, p. 685-707.
- CLEGG, S. R. *As organizações modernas*. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- GAULEJAC, V. de. *Gestão como doença social*: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2007.
- HARVEY. *Ciudades rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Madrid: Akal, 2012.

- HOWARTH, D. Applying discourse theory: the method of articulation. In: HOWARTH, D.; TORFING, J. (Eds.). *Discourse theory in European Politics*. London: Palgrave MacMillan, 2005, p. 316-350.
- HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y (Eds.). *Discourse theory and political analysis*. Manchester: Manchester University Press, 2000, p. 1-37.
- JORGENSEN, M.; PHILLIPS, L. *Discourse Analysis as Theory and Method*. London: SAGE Publications, 2002.
- JOUFFE, Y. Contra el derecho a la ciudad accesible. Perversidad de una reivindicación consensual. In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C. (Eds.). *Ciudades para todos: por el derecho a la ciudad, propuestas y experiencias*. Santiago de Chile: HIC, 2010, p. 45-58.
- LACLAU, E. *La imposibilidad de la sociedad*. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.  
\_\_\_\_\_. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015
- MARCHART, O. *Post-foundational political thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- MARSDEN, R. The politics of organizational analysis. In: GREY, C.; WILMOTT, H. *Critical Management Studies: a reader*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 132-164.
- MENDONÇA, D. de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 3, set./dez. 2010, p. 479-497.  
\_\_\_\_\_. O momento do político: evento, indecidibilidade e decisão. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, 2014a, p. 745-771.  
\_\_\_\_\_. O limite da normatividade na Teoria Política de Ernesto Laclau. *Lua Nova*, São Paulo, v. 91, jan./abr. 2014b, p. 135-167.
- MENDONÇA, D. de; RODRIGUES, L. P. Em torno de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Org.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, p. 25-33.
- PARKER, M. *Against management: organization in the age of managerialism*. London: Polity, 2002.
- PURCELL, M. *Le Droit à la ville et les mouvements urbains contemporains*. Droit de Cité, Rue Descartes, n. 63, 2009.
- SELZNICK, P. Fundamentos da teoria de organização. In: ETZIONI, A. *Organizações complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais*. São Paulo: Atlas, 1971, p. 30-43.
- SPICER, A.; BÖHM, S. Moving management: theorizing struggles against the hegemony of management. *Organization Studies*, v. 28, n. 11, nov. 2007, p. 1667-1698.

THOMPSON, J. D.; McEWEN, W. J. Objetivos organizacionais e ambiente. In: ETZIONI, A. *Organizações complexas*: estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas, 1971, p. 177-187.

# A influência das paixões e afetos no processo de articulação política: uma análise do Movimento #vivacentroleste

Aghata Karoliny Ribeiro Gonsalves<sup>a</sup> e Eloise Helena Livramento Dellagnelo<sup>b</sup>

**Resumo** Este artigo analisa a influência das paixões e afetos no processo de articulação política do Movimento #vivacentroleste, surgido em resistência ao projeto da Prefeitura de Florianópolis que previa a substituição dos paralelepípedos históricos do Centro Leste por paver. O objetivo foi compreender como os afetos contribuíram para a formação de identidades coletivas, fronteiras políticas e estratégias de resistência. Para isso, realizou-se pesquisa etnográfica entre 2019 e 2022, combinando observação participante presencial e virtual, entrevistas e análise documental, além da sistematização de mais de 60 acontecimentos em linha do tempo. As análises articularam a Teoria Política do Discurso, o modelo de democracia agonística e a filosofia de Spinoza, com destaque para as interpretações de Lordon sobre a política como *ars affectandi*. Os resultados evidenciam que afetos comuns, como indignação, tristeza e pertencimento, foram decisivos para transformar reações dispersas em mobilização coletiva, dando origem ao grupo #paralelelovers e ao Movimento #vivacentroleste. Conclui-se que paixões e afetos, longe de serem secundários, são elementos centrais na política urbana, atuando como motores de engajamento, disputa simbólica e construção de alternativas à lógica hegemônica de revitalização, ao propor a requalificação como projeto democrático e plural.

**Palavras-chave** Afetos. Democracia agonística. Teoria Política do Discurso. Articulação política. Revitalização urbana.

**Abstract** This article analyzes the influence of passions and affects in the political articulation process of the #vivacentroleste Movement, which emerged in resistance to a project by the Municipality of Florianópolis that proposed replacing the historic cobblestones of the East Center with pavers. The objective was to understand how

a Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre e graduada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: aghata.gonsalves@gmail.com

b Professora Titular do Programa de Pós Graduação em Administração - PPGA da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, doutora em Engenharia de Produção e Mestre em Administração. Fundadora do Grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional da UFSC. E-mail: eloiselivramento@gmail.com

*affects contributed to the formation of collective identities, political boundaries, and resistance strategies. An ethnographic study was conducted between 2019 and 2022, combining on-site and virtual participant observation, interviews, and documentary analysis, in addition to systematizing more than 60 events in a timeline. The analyses articulated Discourse Theory, the agonistic democracy model, and Spinoza's philosophy, with emphasis on Lordon's interpretations of politics as *ars affectandi*. The results show that common affects such as indignation, sadness, and belonging were decisive in transforming dispersed reactions into collective mobilization, giving rise to the #paralelelovers group and the #vivacentroleste Movement. It concludes that passions and affects, far from being secondary, are central elements in urban politics, acting as drivers of engagement, symbolic dispute, and the construction of alternatives to the hegemonic logic of revitalization, by proposing requalification as a democratic and plural project.*

**Keywords** Affects. Agonistic democracy. Political Discourse Theory. Political articulation. Urban revitalization.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a influência das paixões e afetos no processo de articulação política do Movimento #vivacentroleste, uma articulação contingente e precária, marcada pelo processo de resistência e luta política contra um projeto proposto pela Prefeitura de Florianópolis, em fevereiro de 2020, para revitalizar o centro histórico leste, prevendo a substituição dos paralelepípedos históricos das ruas por *paver*.

Inspirando-se em outras experiências mundiais, como o Projeto 22@Barcelona da Espanha, Ruta Medellín da Colômbia, Soho e Shoreditch de Londres, criados para transformar “áreas obsoletas” em distritos criativos, o Projeto Centro Sapiens advoga pelo *progresso econômico*, para posicionar Florianópolis como um polo produtivo de economia criativa e tecnológico (Gaspar, et al., 2017, p. 185). Ele foi apresentado como solução para problemas públicos que dificultariam o desenvolvimento econômico da região, como a falta de investimentos públicos, lixo nas ruas, pessoas em situação de rua, pichação e depredação dos prédios históricos. Frente a essas demandas comuns, o Projeto Centro Sapiens conseguiu articular diversas organizações públicas e privadas de Florianópolis que se identificaram com a proposta, dentre elas, universidades, organizações públicas municipais e estaduais, empresas, organizações de classe e da sociedade civil.

Articulada a projetos mais amplos, ao longo das duas últimas décadas, a Prefeitura de Florianópolis, em parceria com a iniciativa privada, investe em campanhas

e concursos para posicionar a capital catarinense como uma cidade atrativa em âmbito nacional e internacional, como cidade inteligente, criativa e empreendedora, melhor capital para se viver e melhor destino turístico de praias do país. *Slogans* como “Ilha da Magia” e “Ilha do Silício”, contribuem para a consolidação desse modelo de desenvolvimento econômico que tem se tornado hegemônico na cidade.

No entanto, essa política de revitalização, até então supostamente consensual, é colocada em xeque, a partir de fevereiro de 2020, quando um novo projeto de revitalização para a região é lançado pela Prefeitura de Florianópolis, pretendendo substituir os paralelepípedos históricos das ruas do centro leste por *paver*. Grupos e organizações que até então apoiavam as ações de revitalização, começam a se contrapor ao projeto, apresentando outras demandas e interesses que entram em disputa. Diversos usos, ocupações, demandas e visões são explicitadas publicamente. Uma pluralidade significativa de grupos, pessoas e organizações, como comerciantes, arquitetos e urbanistas, artesãos, *designers*, empresários, movimentos sociais, grupos artísticos e culturais, entre outros, se mobilizaram coletivamente, a favor e contra o projeto.

As ações de resistência empreendidas de fevereiro de 2020 a dezembro de 2021, permitiram ampliar a força coletiva contra o projeto de revitalização proposto, sendo capazes de articular diversas demandas e ações em torno da defesa e preservação dos paralelepípedos, constituindo pouco a pouco, na articulação do *Movimento #vivacentroleste*.

Para acompanhar este processo de articulação, foi realizada uma pesquisa etnográfica, por ser aquela que poderia melhor acolher a “surpresa intrínseca dos acasos da experiência de campo” e acompanhar os espaços de tensão próprios da política, em que os sujeitos buscam significar, configurar e reconfigurar a ordem social vigente. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de agosto de 2019 a março de 2022, abarcando uma combinação de diversas estratégias e fontes de coleta de dados, como a observação participante, entrevistas e pesquisa documental. Os momentos observados foram caracterizados pelos locais nos quais as disputas em torno das políticas de revitalização ganharam evidência, como as reuniões plenárias do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Florianópolis, Conferências de Políticas Públicas da Cultura e da Cidade, Reuniões da Setorial Permanente de Patrimônio Cultural, Reuniões do Núcleo do Centro Histórico da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), audiências, reuniões públicas, ações e eventos localizados no próprio espaço urbano em disputa. Além disso, 11 (onze) entrevistas foram realizadas no decorrer da pesquisa. Os participantes foram escolhidos principalmente por terem assumido ampla participação em diferentes

momentos e ações de resistência contra o projeto de substituição dos paralelepípedos por paver. Grupos de Whatsapp, facebook, bem como o perfil de diversas pessoas e organizações foram seguidos, durante os dois anos e sete meses de imersão no campo. Além disso, conteúdos virtuais como notícias, artigos, postagens em blogs, vídeos, leis, decretos, projetos, entre outros documentos digitais integraram também o *corpus* de análise.

Considerando a dimensão temporal da pesquisa, uma linha do tempo foi elaborada, contendo uma sistematização de mais de 60 acontecimentos marcantes que envolveram as disputas em torno das políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste. As análises permitiram identificar para quais demandas as políticas de revitalização foram apresentadas como solução; quem foram os sujeitos envolvidos; seus argumentos e declarações; ações planejadas e intervenções urbanas realizadas; concepções sobre a cidade e o espaço urbano que os grupos defendiam. Por meio da análise foi possível também enfatizar o processo dinâmico das mobilizações coletivas contrárias às políticas de revitalização, identificando demandas comuns, formação de identidades coletivas, fronteiras políticas e estratégias de resistência, bem como aprofundar a compreensão sobre a influência das paixões e afetos no processo de articulação política, as quais serão apresentadas detalhadamente neste artigo.

Neste intento, se fez necessário desposicionar o paradigma dominante de democracia deliberativa, por privilegiar a racionalidade comunicativa e possuir uma perspectiva harmônica e consensual da política (Habermas, 1984). Como alternativa, utilizamos os pressupostos da Teoria Política do Discurso (Laclau e Mouffe, 2015) e do modelo de democracia agonística proposto por Chantal Mouffe, por possibilitar conceber o antagonismo inerente às relações sociais, o dissenso, o conflito e os afetos na política.

Apesar dos avanços das abordagens pós-estruturalistas — sobretudo da Teoria Política do Discurso e do modelo de democracia agonística de Mouffe —, ainda há uma lacuna analítica quanto à compreensão do papel dos afetos nos processos de articulação política. Conforme argumentam Borges e Lopes (2021), há um negligenciamento dos afetos na política, o que se relaciona à forte tentativa de atribuir um sentido cognitivo às práticas sociais, expressando perspectivas cartesianas de pesquisa. Além disso, quando explorada, a literatura tende a privilegiar interpretações psicanalíticas dos afetos, especialmente aquelas derivadas de Freud e Lacan (Glynos; Stavrakakis, 2008; Starnino, 2020).

A própria Mouffe (2002; 2003), ao abordar a influência das paixões e dos afetos em seus primeiros trabalhos, mobiliza a psicanálise — em especial as ideias de

Freud sobre libido e desejo —, compreendendo as “paixões” como um certo tipo de afetos comuns, mobilizados no domínio político e que agem no processo de identificação nós/eles. Não obstante, Mouffe (2002) argumenta que basta olhar ao nosso redor para perceber que, longe de terem desaparecido, as paixões e os afetos, supostamente concebidos como “arcaicos” por muitos liberais, estão mais ativos do que nunca. Segundo ela, no momento em que a maioria dos teóricos políticos democráticos está ocupada celebrando o fim do modo antagônico da política e elogiando as qualidades do novo paradigma de “democracia deliberativa”, pode parecer prematuro trazer de volta o tema “antiquado” das paixões e dos afetos. No entanto, ao renunciar à perspectiva racionalista, a reflexão sobre as paixões e os afetos no processo democrático contribui para compreender como são criadas as formas coletivas de identificação nas práticas políticas e qual o papel desempenhado no processo de articulação (Mouffe, 2014).

Em trabalhos mais recentes (2014; 2019), Mouffe sinaliza que, para além de Freud, a filosofia de Spinoza seria frutífera para aprofundar tal compreensão. Apesar de reconhecer essa relevância, em nenhum de seus trabalhos a autora aprofunda as ideias do filósofo. Ela apenas indica algumas pistas no livro *Por um populismo de esquerda*, a partir da obra *Ética*, de Spinoza, mediada pelas interpretações de Frédéric Lordon, que discorre sobre a política como *ars affectandi*, ou a arte dos afetos (Mouffe, 2019, p. 117).

Este artigo busca justamente preencher essa lacuna teórica e explorar essas possibilidades analíticas, realizando uma incursão na obra *Ética*, de Spinoza, bem como nas interpretações de Frédéric Lordon, articulando-as com a Teoria Política do Discurso e com o modelo de democracia agonística de Mouffe, a fim de aprofundar a compreensão teórico-empírica sobre a influência das paixões e dos afetos no processo de articulação política do Movimento #Vivacentroleste.

Diferentemente da concepção psicanalítica de afeto mobilizada pela Teoria Política do Discurso e por interpretações da lógica fantasmática de Glynos e Howarth (2007) — associada ao desejo, à falta e à identificação imaginária —, a filosofia de Spinoza, especialmente nas interpretações de Frédéric Lordon, comprehende o afeto como potência de agir (*conatus*) e variação da força de existir. Essa mudança de base ontológica desloca o debate do campo da falta para o campo da potência, permitindo analisar a articulação política não apenas como resposta simbólica ao vazio, mas como processo de afetar e ser afetado, que gera novas formas de engajamento e resistência. Assim, o diálogo entre a Teoria Política do Discurso e Spinoza/Lordon propõe uma ampliação da compreensão dos afetos

na política, introduzindo uma leitura imanente e relacional dos processos de articulação.

A seguir apresentamos esta articulação teórica e na sequência, nossas análises empíricas sobre o fenômeno estudado, finalizando com as contribuições deste artigo nas conclusões.

## DEMOCRACIA AGONÍSTICA, ARTICULAÇÃO E AFETOS

Para compreender o modelo de democracia agonística proposto por Chantal Mouffe é necessário retornar aos princípios ontológicos e epistemológicos pós-estruturalistas postulados pela Teoria Política do Discurso e as preocupações da autora com a radicalização das democracias modernas (Laclau; Mouffe, 2015). Em *Hegemonia e estratégia socialista* (1985), Mouffe, conjuntamente com Ernesto Laclau, argumenta que a experiência democrática consiste no reconhecimento da pluralidade e da multiplicidade de lógicas sociais, se tornando possível apenas, a partir de uma prática articulatória (Laclau; Mouffe, 2015). Isso significa dizer que a democracia é compreendida como discurso que articula múltiplos elementos em um sistema social de diferenças, de forma contingente e precária, sendo marcada pelo antagonismo inerradicável das relações humanas que revela atos de poder e a impossibilidade de seu fechamento (Laclau; Mouffe, 2015).

Categoría central desenvolvida em *Hegemonia e estratégia socialista*, a noção de antagonismo é apontada por Mouffe (2019) como essencial para abordar a questão do político. A autora explica que essa noção indica a existência de uma dimensão de negatividade radical, que se manifesta em sua possibilidade sempre presente. Conforme postulado por Laclau e Mouffe (2015), o antagonismo revela o limite de toda objetividade social — a impossibilidade de seu fechamento:

“A presença do ‘Outro’ me impede de ser plenamente eu mesmo. A relação advém não de totalidades plenas, mas da impossibilidade de sua constituição. (...) Na medida em que há antagonismo, eu não posso ser uma presença plena para mim mesmo.” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 202)

O antagonismo impede a totalização da sociedade e exclui a possibilidade de uma ordem social sem divisão e sem poder. A objetividade social se constitui mediante atos de poder; isso significa dizer que ela é política e que, portanto, está marcada pela exclusão que caracteriza sua própria constituição (Mouffe, 2003).

Por essa razão, a prática política não pode ser entendida como mera representação dos interesses de identidades pré-constituídas, mas como expressão de uma

hegemonia — ou seja, de um padrão específico de relações de poder, uma sedimentação discursiva que se estabelece em terreno precário e vulnerável (Laclau; Mouffe, 2015; Mouffe, 2003).

A hegemonia, como ato constitutivo de uma nova ordem, pressupõe rupturas e deslocamentos — ou seja, experimenta desajustes no campo da discursividade, momentos de crise que colocam o discurso hegemônico em xeque. O deslocamento ocorre justamente quando a estrutura não consegue processar ou semantizar algo novo, algo que, portanto, escapa à significação (Mendonça, 2014).

Como afirma Laclau (2005, p. 281), “a história não é um avanço contínuo e infinito, mas uma sucessão descontínua de formações hegemônicas que não podem ser ordenadas de acordo com nenhuma narrativa universal que transcendia sua historicidade contingente”.

Nesse sentido, Mouffe (1999) argumenta que a “revolução democrática” rompeu com verdades absolutas e inaugurou uma sociedade indeterminada, sempre aberta a questionamentos. A autora alerta que essa indeterminação pode levar ao totalitarismo — tentativa de restaurar a unidade negando a pluralidade — ou à sua dissolução social pela ausência de referências simbólicas. Como alternativa para as democracias modernas, Laclau e Mouffe (2015) propõem compreendê-la como resultado de práticas articulatórias, portanto, um discurso.

Seguindo Tafon, Howarth e Griggs (2019), a concepção de discurso de Laclau e Mouffe (2015) que demarca a Teoria Política do Discurso (TPD) contém seis dimensões: é prática social que articula elementos contingentes em cadeias de equivalência; não possui essência fixa; organiza significados e exclui elementos; estrutura-se por pontos nodais e significantes vazios; atua em campos discursivos; e posiciona sujeitos, permitindo agência política.

Considerando os pressupostos ontológicos da TPD, Chantal Mouffe dedicou-se à elaboração de um modelo alternativo para a política democrática, que denominou de “modelo agonístico de democracia”. Inspirada em Carl Schmitt, a autora defende que a política sempre define fronteiras entre um “nós” e um “eles”, sendo, o desafio das democracias modernas converter a luta entre inimigos em confrontos entre adversários, ou seja, perceber o “oponente” (eles) não como inimigos a eliminar, mas adversários legítimos, que compartilham os valores democráticos, transformando o antagonismo em agonismo. Ao reconhecer o pluralismo inarredável de valores que envolvem as democracias modernas, Mouffe (2003) argumenta que a transformação do antagonismo em agonismo só é possível a partir da criação de canais que permitam a expressão das paixões e afetos em direção aos objetivos democráticos. Em oposição ao racionalismo da democracia deliberativa, a

autora defende que não há solução racional para o conflito: “todo consenso existe como resultado temporal de uma hegemonia provisória, como uma estabilização do poder, que sempre implica alguma forma de exclusão” (Mouffe, 2003, p. 117, tradução nossa).

A política, para Mouffe (2003), consiste na tentativa de domesticar a hostilidade e atenuar o antagonismo potencial constitutivo às relações humanas, se propondo a criar unidade e certa ordem, em um contexto de conflito e diversidade (Mouffe, 2003). Por isso, Mouffe (2003; 2015) realiza a distinção conceitual entre os termos “a política” e “o político”. “O político”, segundo a autora, refere-se à dimensão ontológica do antagonismo, inerente às relações humanas. Já “a política”, interpretada a partir de uma perspectiva ôntica, é definida como:

um conjunto de práticas, discursos e instituições que tratam de estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflitivas porque são afetadas pela dimensão do político (Mouffe, 2003, p. 114, tradução nossa).

Reconhecendo o papel decisivo desempenhado pelas paixões e afetos nesse processo, a autora assinala que a estrutura racionalista é incapaz de compreender a dinâmica da política” (Mouffe, 2019, p. 113). Mouffe (2019) acredita que é o desejo que move os seres humanos a agir, e a partir da filosofia de Spinoza, ressalta que os afetos nos fazem agir numa ou em outra direção. Opondo-se ao ponto de vista contemporâneo de que os afetos são uma distorção emocional do comportamento humano, e que a razão e a comunicação devem se empenhar para dominá-los, segundo Lordon (2017), Spinoza (2020) contribui para interpretá-los como algo distinto das “emoções”.

É logo no início do Livro III, intitulado *A origem e a natureza dos afetos*, terceira parte da Ética (principal obra de Spinoza), que o referido filósofo apresenta sua definição de afeto: “Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (Spinoza, 2020, p. 98). Gilles Deleuze, um dos mais profícuos intérpretes de Spinoza, nos ajuda a compreender que o afeto (*affectus*) é a variação contínua da força de existir de alguém: “nossa potência de agir ou nossa força de existir é aumentada ou diminuída de uma maneira contínua, sobre uma linha contínua; e isto é o que nós chamamos afeto” (Deleuze, 2019, p. 42). Sobre esta linha da variação contínua constituída pelo afeto, Spinoza vai assinalar dois polos: alegria e tristeza, que são para ele as paixões fundamentais: “A tristeza

será toda paixão, qualquer paixão, que envolva uma diminuição de minha potência de agir; e a alegria será toda paixão que envolve um aumento de minha potência de agir" (Deleuze, 2019, p. 41). Seguindo a proposição de Spinoza (2019, I, prop. 36) de que "não existe nada de cuja natureza não se siga algum efeito", Lordon (2017) assinala que qualquer coisa é, em essência, potência, ou seja, tem o poder de produzir efeitos, e potência necessariamente em exercício, quer dizer, que produz necessariamente efeitos. Portanto, para Lordon (2017), uma intervenção política consiste em trabalhar o elemento passional, buscando produzir efeitos, e portanto, afetar. Nesse sentido, o autor defende que a política, "absolutamente do mesmo modo que todos os fenômenos do mundo-humano social, opera, essencialmente, no âmbito dos afetos" (Lordon, 2017, p. 30, tradução nossa).

No entanto, os afetos não possuem o poder de afetar a todos de uma mesma maneira. Para explicar as susceptibilidades afetivas, Lordon (2017) mobiliza o conceito de *ingenium* de Spinoza: "homens distintos podem ser afetados de distintas maneiras por um só e mesmo objeto, e um só e mesmo homem pode, em tempos distintos, ser afetado de distintas maneiras por um só mesmo objeto" (Spinoza, 2019, Ét., III, 51, p. 220). Conforme interpreta Lordon (2017), o *ingenium* é também a condensação de toda trajetória sociobiográfica dos encontros e experiências que marcaram nossos caminhos. Essas marcas possuem uma grande influência nas maneiras de sentir, julgar e pensar. É a partir da plurivocidade do elemento passional, que uma mesma afecção pode produzir diferentes efeitos segundo o *ingenium* que o atravessa.

Quando afetos como de indignação ou tristeza se expandem e fazem um número maior de indivíduos considerar tal situação como coletiva e intolerável, eles se tornam políticos (Lordon, 2017). Para o referido autor, afetos comuns são princípios articuladores capazes de "organizar" temporariamente elementos que até então encontravam-se dispersos (Lordon, 2017). Ou seja, possuem grande influência no processo de articulação política que, como ressaltam Laclau e Mouffe (2015), são momentos privilegiados de significação e constituição de identidades coletivas, como evidenciado na articulação do Movimento #vivacentroleste, que será analisado a seguir.

## **A INFLUÊNCIA DAS PAIXÕES E AFETOS NO PROCESSO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO #VIVACENTROLESTE**

O discurso de revitalização para o centro histórico leste de Florianópolis, emerge sob o argumento de abandono e degradação da região, com o objetivo de transformá-la em um distrito tecnológico e de economia criativa. Em fevereiro de

2020, a Prefeitura de Florianópolis decidiu substituir os paralelepípedos históricos das ruas do Centro Leste por paver. A partir de então, diversas reações contrárias e intensos questionamentos emergiram, colocando em xeque o discurso de revitalização até então vigente, deslocando a estrutura social. Segundo Laclau e Mouffe (2015), em termos sociopolíticos, esse é o momento do deslocamento, ou seja, quando um discurso enfrenta um momento de crise que o coloca em xeque. Na experiência analisada, o projeto de substituição dos paralelepípedos por paver foi o estopim para intensos questionamentos contrários à proposta de revitalização, que supostamente estava sendo amplamente aceita em anos anteriores.

As primeiras manifestações contrárias foram realizadas em março de 2020, por meio de ofícios enviados diretamente ao Prefeito de Florianópolis, por duas organizações da sociedade civil influentes no setor de urbanismo da cidade - o Movimento Traços Urbanos e a Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR). Seus argumentos convergem para a defesa da preservação dos paralelepípedos históricos como parte essencial da memória e da paisagem urbana de Florianópolis, enfatizando não apenas aspectos técnicos e legais, mas também afetivos. Para a defesa da preservação dos paralelepípedos históricos, eles ressaltaram que “não tratava de preservar só uma pedra”, mas sim de uma “memória histórica da paisagem urbana”, entendendo a malha viária como “conexão entre as pessoas” e atribuindo a ela uma dimensão “simbólica” essencial. Ao mencionar o “olhar cidadão”, a “perspectiva do lugar” e a necessidade de “sensibilizar para a qualidade do espaço urbano, do desenho, da valorização da história”, as organizações colocam em evidência um vínculo afetivo com o local, reforçando a preservação e conservação do patrimônio urbano para as “gerações futuras”.

Nas redes sociais, as manifestações contrárias também ressaltaram que a irregularidade do projeto ultrapassava o campo legal, necessitando perceber o amor às raízes, respeito à memória e à história de Florianópolis. As pessoas defenderam que a paisagem urbana do centro histórico deveria preservar narrativas coletivas e não lembranças fragmentadas.

Manifestações nessa mesma linha se intensificaram e começam a ganhar evidência, a partir da postagem de uma influente jornalista, realizada no dia 17 de agosto de 2021, Dia Nacional do Patrimônio Cultural. Alcançando grande repercussão entre os grupos e organizações do setor urbanístico e cultural. Nos comentários, as pessoas expressaram como estavam sendo afetadas e o que sentiam (afecções) diante da proposta de substituição dos paralelepípedos: “Tristeza!”, essa obra “me apertou o peito”, é “impossível de acreditar!”, “inimaginável a substituição

dos paralelepípedos por paver”; uma medida de “retrocesso” e “uma verdadeira marretada na cultura local”.

Focalizando a análise sobre como esses posicionamentos contrários se desdobraram, foi possível perceber que os afetos e as afecções tiveram forte influência no processo de desarticulação da estrutura social. Relembrando a explicação de Spinoza (2020), os afetos (*affectus*) indicam a passagem ou transição de um estado a outro, a modificação que deriva do exercício de uma potência. É o efeito produzido a partir dos encontros. Já as afecções (*affectio*) são a maneira pela qual um corpo se dá conta de outro, como ele é marcado pelo outro (Deleuze, 2019). Desse encontro entre os corpos, ocorre a produção de imagens, que se referem às afecções, as quais são as impressões sofridas pelos sentidos do corpo (Spinoza, 2020).

Aproximando a TPD com Spinoza, defendemos que se há deslocamento, é porque há sujeitos afetados, assim podemos afirmar que o deslocamento é o momento privilegiado de manifestação dos afetos, conforme ficou evidenciado pela pesquisa.

Os afetos comuns, de preocupação, indignação e tristeza, compartilhados publicamente, influenciaram o crescimento de uma indignação coletiva, contribuindo para as identificações compartilhadas a favor e contra o projeto, os quais delinearam uma fronteira política de disputa que ora se configurou de forma agônica (entre adversários, que admitiam a possibilidade de um acordo), ora antagônica (entre inimigos, tendo em vista, as tentativas de eliminar por completo o projeto). Essas disputas políticas influenciaram a formação de cadeias de equivalência em torno da preservação dos paralelepípedos (ponto nodal) e a formação das primeiras cadeias de equivalência, fazendo surgir novas identidades políticas, como o grupo *#paralelelovers*.

O grupo se configurou como uma importante frente de resistência ao projeto da Prefeitura de substituição dos paralelepípedos por *paver*, protagonizando diversas ações e debates em torno das propostas de intervenção urbana para o Centro Leste. Em seu próprio nome fica evidente a dimensão afetiva associada à luta política de resistência, ao fundir duas palavras: paralelepípedo e *lovers*. Seus fundadores, em entrevista painel realizada para esta pesquisa, explicaram que o grupo surgiu de forma espontânea, a partir de um núcleo pequeno de cerca de 12 ou 13 pessoas que trocavam ideias e se reuniam para debater e conversar sobre as questões urbanas do Centro Leste que os preocupavam. Com a repercussão do *post* da jornalista, no Dia Nacional do Patrimônio Cultural, referido anteriormente, marcou uma virada, ampliando o alcance do grupo para centenas de pessoas. Esse momento fez com que a mobilização deixasse de ser restrita a poucos incomodados e se transfor-

masse em algo muito maior. Alguns participantes, que até então atuavam de forma tímida e isolada, perceberam que sozinhos não avançariam, mas juntos poderiam fazer diferença, levando à criação do grupo com mais de cem pessoas envolvidas.

Podemos inferir que a formação desta cadeia de equivalência, em torno do ponto nodal de preservação dos paralelepípedos históricos, foi influenciada por afetos comuns, sendo eles, segundo Lordon (2017), princípios articuladores capazes de “organizar” temporariamente elementos que até então encontravam-se dispersos: “Quando afetos como de indignação ou tristeza se expandem e fazem um número maior de indivíduos considerar tal situação como coletiva e intolerável, ele torna-se político” (Lordon, 2017, p. 162, tradução própria). Afetos comuns de preocupação, tristeza, indignação, angústia, agonia e medo, frente à ameaça de retirada dos paralelepípedos e da possível perda do patrimônio histórico e cultural da região, influenciaram a aproximação dos sujeitos. Segundo Spinoza (2020), nosso mecanismo reativo trabalha para rejeitar as causas imaginadas de tristeza, lutando para sair da infelicidade. Porém, é também necessário que tenhamos energia suficiente para isso, sendo que a luta coletiva facilita esse caminho (Lordon, 2017).

Marcadas pela contingência e pela exterioridade dos acontecimentos sociais, as primeiras ações de resistência contra o projeto de revitalização podem ser caracterizadas pelo seu caráter reativo e antagônico, conforme evidenciado pelos próprios entrevistados:

eu entendo que boa parte dessa articulação é reativa. (...) a gente é preocupado com o patrimônio, mas todo esse movimento, aqui, foi um pouco reativo. (...) É um movimento reativo porque a gente reagiu a uma ameaça (E4).

Apesar de reconhecerem que o início das articulações foram reativas à ameaça de retirada dos paralelepípedos, outra entrevistada (E2) ressalta que com o passar do tempo, eles também foram propositivos em dois aspectos: planejaram ações e intervenções políticas para preservar o patrimônio histórico da região, bem como compartilhando suas visões e novas ideias para a requalificação do local. Apesar da contingência e do exterior constitutivo que nos atravessa, Spinoza (2020) e Laclau e Mouffe (2015) nos lembram que não estamos condenados ao acaso dos encontros ou fadados ao determinismo histórico. Reafirmando a concepção ontológica do pós-estruturalismo, é justamente por meio da política que é possível lutar pelas formas de organização social, ou mais especificamente no fenômeno analisado, pelas formas de organizar o espaço urbano, porque não existe um fim último pré-determinado.

No caso estudado, observamos que primeiramente os sujeitos são afetados com o projeto de retirada dos paralelepípedos, e reagem contrários à referida proposta. Em um segundo momento, lutam coletivamente de maneira ativa, buscando sensibilizar pessoas, organizações e órgãos públicos para a preservação dos paralelepípedos, ou seja, buscam afetar outros a partir das intervenções políticas realizadas. É o que Lordon (2014) denomina de insurreição ou sedição, que opera a conversão de afecções individuais em afetos políticos: “As mentes, agora, se esforçam juntas para imaginar o que aumenta a potência de seus corpos para agir, produzindo, na evolução política dessa imaginação, as mais surpreendentes remodelações pessoais” (Lordon, 2014, p. 157, tradução nossa). É justamente nesse sentido que ele defende que a política é um *ars affectandi*, ou a arte do afeto (Lordon, 2017).

A dimensão temporal e a natureza etnográfica da pesquisa, permitiram acompanhar em tempo real as ações de resistências, as quais foram sistematizadas em uma linha do tempo com mais de 60 eventos que demonstram as disputas relativas à proposta de revitalização para o Centro Leste, as quais foram categorizadas em oito estratégias principais: (i) realização de manifestações públicas, mobilização de porta-vozes e petições online; (ii) veiculação na mídia de notícias, entrevistas e debates; (iii) elaboração de ofícios e pareceres técnicos que foram enviados à órgãos públicos; (iv) intervenções de resistência realizadas no próprio espaço urbano em disputa; (v) produções artísticas; (vi) publicações nas redes sociais como posts, podcasts, vídeos; (vii) reuniões, audiências públicas e fóruns de debate; (viii) ações judiciais e de tombamento. Analisadas temporalmente, três momentos principais podem ser evidenciados. No primeiro, as ações de resistência são realizadas sob a lógica da dispersão, como reações contrárias ao projeto proposto pela Prefeitura de Florianópolis de substituição dos paralelepípedos por *paver*. Em um segundo momento, começam a ser realizadas de forma conjunta, a partir da formação das primeiras cadeias de equivalência, e o terceiro momento caracteriza-se por ações de resistência planejadas e coletivas, oriundas das estratégias formuladas a partir da articulação temporária e contingente do Movimento *#vivacentroleste*, que conseguiu, em dezembro de 2021, uma liminar judicial para suspender o projeto. A partir de Lordon (2017), as ações de resistência puderam ser interpretadas como intervenções políticas, ou seja, realizadas para produzir efeitos, e, portanto, afetar. Intervir na política, para o autor, é sempre intervir no domínio das paixões, isso porque, intervir é justamente realizar ações para produzir efeitos, e, portanto, afetar.

Dentre as intervenções políticas realizadas, destaca-se que as obras artísticas tiveram um papel preponderante, pela sua própria natureza subversiva, ganhando grande repercussão. Dentre elas, destacam-se a publicação da influente jornalista referida anteriormente, reconhecida por vários integrantes do Movimento *#vivacentroleste*, de todo processo de articulação; uma performance artística que foi denominada “Subir no Salto”, realizada no próprio espaço urbano em disputa; e a produção de um vídeo envolvente, intitulado “Eu Fico”, narrado por uma benzedeira tradicional de Florianópolis.

O *post* da jornalista, escrito a partir da foto de uma obra do artista Pita Camargo, criticava a ideia equivocada de desenvolvimento do projeto da Prefeitura ao propor a retirada de uma pedra histórica insubstituível, com um pedido de socorro e sensibilização. Em entrevista, ela explicou que aproveitou o Dia Nacional do Patrimônio Histórico (17 de outubro), porque a obra dialogava diretamente com a questão, e que a repercussão se deu justamente pelo caráter afetivo e artístico de sua ação: sem ofensas, mas como um apelo pessoal e emocional pela preservação dos paralelepípedos. Para a jornalista, a força do *post* esteve no fato de unir arte e afeto em um pedido de socorro, que foi capaz de gerar engajamento e “furar bolhas”, chamando atenção para a importância simbólica do patrimônio histórico da região.

A performance artística, intitulada “Subir no Salto”, também exemplifica a mobilização afetiva por meio da arte e das representações simbólicas. Ela foi realizada principalmente para contrapor as declarações do então Secretário de Infraestrutura de Florianópolis e de comerciantes, os quais defenderam publicamente que era necessário substituir os paralelepípedos por *paver* porque as mulheres não conseguiam andar de salto alto na região. Indignadas com os argumentos, mulheres do Movimento *#vivacentroleste*, realizaram uma sessão de fotos, desfilando de salto alto sobre os paralelepípedos. Uma das entrevistadas explicou que a performance foi um protesto artístico, que chamou de *artivismo*, criado para ridicularizar, de forma leve e bem-humorada, os argumentos de que os paralelepípedos deveriam ser retirados porque não era possível andar de salto alto na região..

Por fim, destaca-se também o impacto provocado pelo vídeo “Eu fico”, produzido e dirigido por Cíntia Domit Bittar (na ocasião presidente do Conselho Municipal das Políticas Culturais de Florianópolis, representante da setorial de audiovisual, que integrou o grupo *#paralelelovers* e o Movimento *#vivacentroleste*). Com a narrativa de uma senhora (benzedeira) que simula a voz dos paralelepípedos, o vídeo foi gravado para sensibilizar e demonstrar a importância histórica das pedras, bem como de todo Centro Leste. Na narrativa, o vídeo relembra que as pedras em granito

vieram “do centro da Terra, da lava dos vulcões”. Colocadas no centro da cidade há 135 anos em 1886, tem “pisadas pra contar!”. Sendo palco de fatos históricos, como a própria mudança do nome da cidade de Desterro para Florianópolis, as próprias pedras interpelam: “Eu... eu não quero sair, não quero que me tirem”. Reconhecendo a importância de realizar manutenções, mas que “reparar não é destruir”, o vídeo relembra a qualidade técnica do material, como sendo o melhor pavimento para baixa velocidade, ideal para um centro histórico, que tem o menor custo de manutenção e absorção térmica, e é resistente e próprio para escoar a água das chuvas. “Capitais do mundo inteiro têm orgulho de me ter nas ruas, e cidades pequenas também”. O vídeo é finalizado com uma narrativa e música que emociona, evocando a importância da história, cultura, memória dos paralelepípedos e da região. Alcançando grande repercussão, ele foi capaz de sensibilizar para a importância das pedras, a partir das paixões e afetos do grupo que o criou.

Para Lordon (2017), este é mesmo o significado geral de ativismo, ou mesmo da própria atividade política, pura e simplesmente: “esforçar-se para tornar mais poderosas as ideias inicialmente impotentes (...) as ações chamadas simbólicas são outras tantas tentativas de agregar afetos do corpo aos conteúdos ideais” (Lordon, 2017, p. 78).

Nesse sentido o *ars effectandi* da política, para Lordon (2017) opera por meio de representações e imaginações. Uma causa (no sentido político do termo) tem como tarefa primordial tornar visível as coisas invisíveis, compartilhar visões, querendo que o outro veja com a mesma intensidade as coisas que eu vejo. Se as imagens de uma causa têm tal eficácia, é porque todas elas ativam o mesmo mecanismo passional: a imitação dos afetos. Não é necessário realmente ver para imitar os afetos de outra pessoa, basta “ver com a imaginação” (Lordon, 2017).

No entanto, é importante pontuar ainda que os afetos não possuem o poder de afetar a todos de uma mesma maneira. Buscando aprofundar a compreensão sobre as susceptibilidades afetivas, mobilizamos, a partir de Spinoza (2020) e Lordon (2017), o conceito de *ingenium*, para analisar os sujeitos envolvidos nas ações de resistência ao projeto de revitalização proposto pela Prefeitura de Florianópolis.

Quando o Projeto Centro Sapiens foi lançado em 2015, ele possuía um grande número de apoiadores, evidenciando que o discurso de revitalização para a região era amplamente aceita na cidade de Florianópolis, contando com o apoio e envolvimento de mais de quinze organizações públicas do governo municipal e estadual, empresas privadas, universidades e organizações da sociedade civil. Logo em seu lançamento, um dos grandes parceiros e apoiadores do Projeto Centro Sapiens foi o próprio Movimento Traços Urbanos. Porém, quando a Prefeitura de Florianópolis

associou o projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver* ao discurso de revitalização, eles foram os primeiros a se contrapor à proposta. Posteriormente, outras organizações da sociedade civil ligadas à área de arquitetura, urbanismo e defesa do patrimônio histórico e cultural se associaram à luta coletiva de resistência, bem como, órgãos públicos. Apesar da articulação do Movimento #vivacentroleste ter conseguido suspender o projeto da Prefeitura, impedindo a substituição dos paralelepípedos por *paver*, o Movimento ficou restrito a estes indivíduos e grupos específicos do setor de cultura e urbanismo da cidade.

Alguns extratos das entrevistas realizadas com os membros do Movimento, exemplificam, como o centro histórico leste, fez parte da vida e trajetória dos sujeitos, permeando experiências vividas desde a infância, adolescência e vida adulta, incluindo momentos de estudo, lazer e atuação profissional. Lordon (2017) explica que o *ingenium* pode ser compreendido também como a condensação de toda a nossa trajetória sociobiográfica, a partir dos encontros que nos deixaram marcas, constituindo nossas formas de sentir, julgar e pensar. Portanto, o *ingenium* dos indivíduos difere entre eles, e difere também em cada um deles com o passar do tempo: “Meu *ingenium* sou eu. Mas um eu que, igualmente, não possui nenhum caráter de essência, um eu jamais fixado, sempre fluindo, suscetível, segundo as condições, isto é, segundo os encontros e as afecções, a mover se..., ou endurecer” (Lordon, 2017, p. 42, tradução nossa). Tendo em vista a não fixação do sujeito, segundo o autor, o *ingenium* proporciona a síntese momentânea e contextualizada das respostas à pergunta sobre o que afeta os sujeitos e como (Lordon, 2017). É o que Laclau e Mouffe (2015, p. 190), assinalam como a especificidade da categoria sujeito, a qual não pode ser estabelecida a priori: “ela é penetrada pelo mesmo caráter ambíguo, incompleto e polissêmico que a sobredeterminação assinala para toda identidade discursiva”.

Como aponta Lordon (2017), a política se exerce sobretudo no campo da imaginação e das representações: são essas visões que mobilizam apoios, pois o discurso racional isolado é incapaz de sustentar uma causa sem que imagens compartilhadas deem a ela força e sentido. No caso analisado, emergem duas concepções que entram em disputa sobre o centro histórico leste: a de revitalização, defendida no projeto de substituição dos paralelepípedos por *paver*, e a de requalificação urbana, proposta pelo Movimento de resistência #vivacentroleste. As articulações discursivas em torno do ponto nodal revitalização, foram justificadas a partir da imagem do centro histórico leste, degradado e abandonado, com problemas públicos como lixo nas ruas, desnívelamento, falta de acessibilidade, pessoas em situação de rua. Para tanto, foi criada uma representação de prosperidade econômica por meio da economia criativa, e do fomento ao setor de tecnologia e empreendedorismo, para

possibilitar “nova vida” à área urbana, “decadente ou subutilizada”. Uma concepção baseada em “*best practices*” internacionais, inclusive utilizando denominações como Distrito 48, em alusão ao projeto de @22Barcelona.

Conforme argumenta Arantes (2013) revitalização é uma “palavra-isca” que vem sendo utilizada para suavizar processos de elitização e enobrecimento, de parcerias entre setor público e iniciativa privada, que associada à cultura são capazes de “alavancar” investimentos privados com fundos públicos. Por estar conectada a lógica hegemônica vigente e aos grupos que possuem grande poder econômico na cidade, as políticas de revitalização tiveram ampla aceitação. No entanto, a partir do deslocamento deste discurso, marcado pelas sucessivas contraposições ao projeto, foram emergindo narrativas alternativas, outras imagens e representações para o espaço urbano em disputa, como o valor históricos das pedras, a memória do local como centro fundacional, o patrimônio histórico e cultural, a diversidade de usos e ocupações, as múltiplas formas de vida, a forma de sociabilidade e de convivência nas ruas, entre outros. As ações de resistência em defesa dos paralelepípedos foi capaz de articular outras imagens e representações, sendo que quando o Movimento #vivacentroleste publicou seu manifesto, seu posicionamento ficou bem claro ao afirmarem que: “*revitalizar* pressupõe que não há vida no local, ao contrário, a região afetada pelo projeto [de substituição dos paralelepípedos por *paver* da PMF] é uma das mais ativas do centro histórico, com vida durante o dia e à noite”. Os afetos comuns e as significações coletivas para o centro histórico leste, publicizadas através de todas as ações de resistência, contribuíram para a construção de uma nova ordem simbólica alternativa, que se contrapôs às políticas de revitalização. Como alternativa, o Movimento defendeu a *requalificação* do espaço urbano, advogando a favor das múltiplas formas de vida, da diversidade cultural, bem como da necessidade de preservação histórica, patrimonial e cultural.

Ainda que de forma precária e contingente, elas continuam no imaginário coletivo e apesar desta pesquisa etnográfica ter sido finalizada em março de 2022, novos desdobramentos e ações no centro histórico leste de Florianópolis ainda estão em curso, tanto por parte do Movimento #vivacentroleste, que busca defender os paralelepípedos e propor projetos alternativos, quanto da Prefeitura de Florianópolis e seus apoiadores em levar o projeto adiante.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo aprofundou a compreensão teórico-empírica sobre a influência das paixões e afetos no processo de articulação política do Movimento #vivacen-

troeste, demonstrando como o diálogo entre a Teoria do Discurso, a democracia agonística e a filosofia de Spinoza permite reinterpretar a dimensão afetiva das práticas políticas. Ao integrar a noção spinoziana de afeto como potência de agir (*conatus*) ao processo de articulação política, a análise evidenciou que os afetos não apenas acompanham, mas estruturam a formação de identidades coletivas, fronteiras políticas e estratégias de resistência. A partir dessa combinação teórica e da pesquisa etnográfica realizada entre 2019 e 2022, foi possível compreender como afetos comuns — indignação, tristeza, pertencimento e cuidado — operaram como motores de mobilização e significação no contexto urbano de Florianópolis.

As evidências empíricas demonstraram que o projeto da Prefeitura de Florianópolis de substituição dos paralelepípedos por paver catalisou o deslocamento do discurso hegemônico de “revitalização”. Esse processo ativou um conjunto de afetos comuns (indignação, tristeza, cuidado, pertencimento) que mobilizou reações contra o projeto, identificações coletivas, formando cadeias de equivalência em torno de pontos nodais. Os afetos influenciaram para organizar temporalmente encontros, deram forma a fronteiras nós/eles e sustentaram a passagem de reações dispersas a intervenções políticas (técnicas, jurídicas, comunicacionais e artístico-performativas) capazes de converter afecções individuais em afetos comuns que se tornaram políticos quando partilhados.

Destacamos que ao articular a TPD e a democracia agonística com Spinoza/Lordon, a análise do movimento evidenciou que paixões e afetos não são obstáculos à deliberação, mas condições de possibilidade da articulação hegemônica — eles abrem e fecham janelas de significação, sustentam a passagem do antagonismo em agonismo e ancoram pontos nodais e significações coletivas. As contribuições empíricas versam sobre a etnografia longitudinal (2019–2022) empreendida, com a construção de uma linha do tempo com mais de 60 eventos e a sistematização de oito estratégias de intervenção, as quais evidenciam como os afetos estruturaram a trajetória do movimento (do protesto técnico-jurídico ao artivismo e às vitórias parciais), bem como as contradições institucionais que desarticularam o suposto consenso da “revitalização”. Por fim, em relação às políticas públicas, os achados sugerem que intervenções devem incorporar canais de expressão afetiva e simbólica (arte, narrativas, escuta qualificada) ao lado de instrumentos técnico-normativos, reconhecendo os afetos como vetores de engajamento, memória e pertencimento.

Frente às disputas que se processaram em torno das políticas de revitalização propostas para o centro histórico leste de Florianópolis, ficou evidente que elas não são consensuais e não há uma “reconciliação final” racional e plenamente inclu-

siva que satisfaça o interesse e demandas de todos. A dinâmica dos movimentos sociais que lutam por políticas democráticas para organizar a cidade mostra que esse processo está longe de ser harmônico. Como aponta Avritzer (2010), foram necessários 13 anos de intensas lutas políticas após a promulgação da Constituição Federal de 1988 para que o Estatuto da Cidade fosse aprovado. Essa lei, sancionada em 2001, constitui um marco legal crucial para enfrentar décadas de profundas desigualdades, sobretudo no acesso à terra, à moradia e aos serviços públicos por comunidades marginalizadas em áreas urbanas brasileiras. O Estatuto da Cidade introduziu mecanismos centrais para assegurar o planejamento urbano participativo, incluindo a exigência de que os municípios criem Planos Diretores com envolvimento cidadão. Para implementar os princípios participativos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Cidade, o modelo de democracia deliberativa tornou-se uma das abordagens mais difundidas na cena política brasileira.

As análises de Vainer (2013) sobre as políticas urbanas também são contundentes em mostrar que a ideia de consenso forja uma suposta visão unificada sobre a cidade, em torno de um projeto comum supostamente legítimo e universalmente aceito. Para Arantes, Vainer e Maricato (2013), a ideia de consenso sugere uma harmonia impossível de ser conquistada no espaço urbano que bane o sentido da política na cidade. Planos e as intervenções urbanas estão sempre sujeitas aos conflitos e contradições, ou seja, suas elaborações são processos políticos (Maricato, 2013).

Em síntese, argumentamos que paixões e afetos são o motor da ação política: eles configuram identidades, sustentam disputas agonísticas e reabrem o imaginário sobre os temas em disputa, como no caso do espaço urbano relatado, oferecendo bases para alternativas que reconheçam a pluralidade de usos e fortaleçam a vida democrática e a defesa de direitos.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo (2010). O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 91, p. 205-221.
- ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. (2013). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- BORGES, V.; LOPES, M. F. R. (2021). A política dos afetos: por uma leitura laclauiana dos afetos na teoria política contemporânea. *Revista Aurora*, v. 33, n. 58, p. 1-22.
- DELEUZE, Gilles. (2019). *Cursos sobre Spinoza* (Vincennes, 1978-1981). Fortaleza:EdUECE.

- GLYNOS, Jason; STAVRAKAKIS, Yannis. (2008). Lacan and political subjectivity: Fantasy and enjoyment in psychoanalysis and political theory. *Subjectivity*, v. 24, n. 1, p. 256-274.
- HABERMAS, Jürgen. (1984) *The Theory of Communicative Action*. Volume 1: Reason and Rationalisation of Society, T. McCarthy (transl.) London: Heinemann.
- LACLAU, Ernesto. (2005). *La razón populista*. Fondo de Cultura Econômica. Buenos Aires: 2005.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.
- LORDON, Frédéric (2017). *Los afectos de la política*. Prensas de la Universidad de Zaragoza.
- MARCHART, Oliver (2007). *Post-foundational political thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- MENDONÇA, Daniel de. (2014). O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 135-167.
- MOUFFE, Chantal. (1999). Deliberative democracy or agonistic pluralism? *Social research*, p. 745- 758.
- MOUFFE, Chantal. (2002). Politics and passions. *Philosophy & social criticism*, v. 26.
- MOUFFE, Chantal. (2003). *La Paradoja Democrática*. Barcelona: Gedisa.
- MOUFFE, Chantal. (2014). By way of a postscript. *Parallax*, v. 20, n. 2, p. 149-157.
- MOUFFE, Chantal. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- MOUFFE, Chantal. (2019). *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária.
- SPINOZA, Benedictus de. (2020). *Ética*. Trad. Thomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- STARINHO, A. (2020). Freud, Lacan e Laclau: o entroncamento ardiloso entre discurso, pulsão e gozo. *Voluntas – Revista Internacional de Filosofia*, v. 11, n. 2, p. 124-141.
- TAFON, Ralph; HOWARTH, David; GRIGGS, Steven. (2019). The politics of Estonia's offshore wind energy programme: Discourse, power and marine spatial planning. *Environment and Planning C: Politics and Space*, v. 37, n. 1, p. 157-176.
- VAINER, C. (2013). Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In.: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmascarando consensos*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- VARGAS, H. e CASTILHO, A. (2005). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. São Paulo, Manole.
- VEIGA, E. V. (2010). *Florianópolis: Memória Urbana – 3ª Ed.* Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes.

# A memória de 1964 e a retomada dos pedidos de intervenção militar no Brasil

*The memory of 1964 and the renewed calls for military intervention in Brazil*

Veronica Tavares de Freitas<sup>a</sup>, Gabriel Souza Bastos<sup>b</sup>

**Resumo** As disputas pela memória da ditadura iniciada em 1964 refletem e moldam perspectivas sobre o exercício do poder no Brasil contemporâneo, revelando a complexidade que narrativas históricas exercem sobre a construção e legitimização de diferentes projetos políticos na atualidade. Por meio do levantamento de notícias de 2011 a 2019, no portal do G1, além de publicações e depoimentos de atores que se posicionam favoráveis a uma intervenção militar, foi possível verificar a pauta da memória como mobilizadora daqueles que defendem a tutela militar como caminho para a manutenção da ordem. Esses atores foram aqui nomeados como “intervencionistas”, adotando-se o termo pelo qual se autointitulam. Na pesquisa realizada foi possível identificar, no intervalo entre 2011 e 2019, as primeiras manifestações coletivas com pedidos de intervenção, em especial, na ocasião dos 50 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com a reedição do evento em 2014. Apesar da relevância da efeméride, durante todo o período pesquisado foi identificada a disputa pela memória de 1964 como um elemento central da ação dos intervencionistas. Passado e presente se entrelaçam em expressões renovadas do nacionalismo autoritário, demonstrando como o olhar sobre a história pode constituir um centro simbólico de embate de visões de mundo e projetos de nação.

**Palavras-chave** - Intervenção Militar. Protestos. Memórias Coletivas. Movimentos Sociais. Conservadorismo.

**Abstract** *The disputes over the memory of the dictatorship that began in 1964 reflect and shape perspectives on the exercise of power in contemporary Brazil, revealing the complex role that historical narratives play in the construction and legitimization of several political projects nowadays. By analyzing news articles from the G1 portal*

a Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Atua na área de Sociologia Política e Políticas Públicas, pela promoção dos direitos humanos e justiça social no Brasil. E-mail: veronica.tfreitas@gmail.com.

b Doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: gabrielsoubastos@gmail.com.

*between 2011 and 2019, publications and statements from actors advocating for military intervention, it was possible to identify memory as a mobilizing force among those who support military intervention as a means of maintaining order. These actors are referred to here as “interventionists,” adopting the term by which they self-identify. In the research conducted, the first significant demonstrations calling for intervention were identified within the 2011-2019 period, particularly during the 50th anniversary of the March of the Family with God for Freedom, marked by the reenactment of the event in 2014. Despite the importance of this anniversary, the dispute over the memory of 1964 was identified as a central element in the interventionists’ actions throughout the studied period. The intertwining of past and present in renewed expressions of authoritarian nationalism demonstrates how interpretations of history can become a symbolic battleground for competing worldviews and national projects.*

**Keywords** Military Intervention. Protests. Collective Memories. Social Movements. Conservatism.

## INTRODUÇÃO

A contenda por diferentes interpretações do passado, especialmente em relação a períodos históricos abertamente autoritários<sup>1</sup>, é crucial para a construção de identidades individuais e coletivas (Jelin, 2003). No Brasil, a memória sobre a ditadura empresarial-militar<sup>2</sup> de 1964 compõe arenas mais amplas de disputas acerca da trajetória nacional e, principalmente, sobre o projeto de nação a ser prospectado. Neste ínterim, no marco dos 50 anos do golpe, em 2014, foram reeditadas Marchas da Família com Deus Pela Liberdade, pedindo nova intervenção militar e rememorando os protestos que antecederam a intervenção.

---

1 Essa categoria é aqui empregada a partir das problematizações empreendidas por Florestan Fernandes (2019). O autor observa que a categoria “autoritarismo” geralmente é utilizada para se referir às relações entre indivíduo e Estado, mas costuma ser desconsiderada quando se trata da liberdade individual em um contexto capitalista, que depende de uma série de relações autoritárias, incorporadas nas instituições das democracias liberais, para sustentar sua estrutura social. Em períodos de crise de autoridade hegemônica (Gramsci, 2014), as classes dominantes defendem-se, impondo obediência às classes dominadas com mão de ferro, o que resulta em períodos abertamente autoritários. Não é objetivo desse artigo o aprofundamento dessa discussão. Contudo, utilizaremos termos como “autoritário” ou “regime ditatorial” para nos referirmos aos períodos abertamente autoritários.

2 Em consonância com Melo (2014) e, a partir das interpretações de Dreifuss (1981) sobre o termo “civil-militar”, compreendemos que, apesar da presença de civis e militares entre os golpistas, o grupo civil mais influente foi representado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), tendo recebido apoio de diversos setores empresariais, tais como bancos, federações de indústrias, grandes proprietários de terras e usineiros. Portanto, o termo “empresarial-militar” será aqui empregado para se referir tanto ao golpe de 1964 quanto ao regime ditatorial que se seguiu, até o ano de 1985.

Os pedidos de intervenção não se encerraram naquele ano, persistindo como uma pauta viva na ação contenciosa brasileira. Os grupos que foram às ruas pedir a tutela das Forças Armadas sobre o governo rememoravam o período ditatorial como um modelo a ser seguido. Passado e futuro se entrelaçavam na ação viva de ativistas do nacionalismo autoritário.

Ressalta-se que a Marcha da Família original ocorreu por meio de diversas manifestações protagonizadas por setores conservadores, em 1964, com a maior em São Paulo, nomeada de Marcha da Família com Deus pela Liberdade. No caso do Paraná, o ato foi batizado como “Marcha a Favor do Ensino Livre”, demonstrando oposição ao material didático desenvolvido pelo governo federal, considerado pelos ativistas uma tentativa de influência ideológica sobre a juventude. Na época, os eventos fortaleceram a crítica ao presidente João Goulart e as reformas em curso, envolvendo empresários, religiosos, movimentos femininos, entre outros, com 500 mil pessoas em São Paulo, no dia 19 de março (Codato, Oliveira, 2004, p. 273). Essas manifestações foram organizadas em contraponto ao comício a favor das Reformas de Base, ocorrido no Rio de Janeiro no dia 13 de março de 1964, com cerca de 200 mil pessoas.

A presente análise se baseia na coleta de informações de eventos de protestos com ativistas que reivindicavam a intervenção militar, no período entre 2011 e 2019. O recorte se deve às balizas da lei que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, até a comemoração institucional do golpe de 1964 pelo governo de Jair Bolsonaro (então do Partido Progressistas - PP), no primeiro trimestre de 2018. Ao longo do período, foi possível verificar a retomada do ativismo intervencionista no Brasil. O termo é aqui utilizado para referir-se aos grupos que demandam a tutela militar em manifestações públicas, utilizando-se dessa expressão para se autodefinirem. Como fonte, foi utilizado o portal de notícias do G1, devido à sua cobertura nacional, contando com redações locais, com uma cobertura sistemática de manifestações pelo país. Ademais, publicações e depoimentos dos grupos que defendem a intervenção militar, bem como de entidades que representam setores das Forças Armadas, foram utilizados como material de apoio.

Como base epistemológica, a Teoria do Confronto Político (TCP) (Tilly, Tarrow, McAdam, 2001; Alonso, 2009) nos oferece ferramentas a respeito da interação de atores durante o confronto, permitindo uma análise relacional dentro de uma perspectiva da construção histórica de movimentos sociais e seus repertórios de confronto. A partir dessa base, foi construído um Banco de Eventos Intervencionistas, por meio da metodologia da Análise de Eventos de Protesto (AEP),

desenvolvida pelos autores da TCP, para a coleta de informações de protestos (Tilly, Tarrow, McAdam, 2001).

Os intervencionistas se opuseram frontalmente à criação da CNV, encarada como um “revanchismo dos comunistas”. Do ponto de vista da mobilização, a Comissão foi utilizada como um marcador de combate desses grupos, e em sua oposição havia a exaltação constante do golpe de 1964. O aniversário de 50 anos do golpe foi palco, portanto, do embate entre visões opostas de ideal de governo e democracia no país, permeado por *slogans* e ações realizadas por esses atores durante todo o período pesquisado, revelando-se como um motor da sua mobilização.

## A MEMÓRIA COMO ARENA DE DISPUTA

A CNV foi formalizada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, tendo sido um marco nas disputas pela memória do regime de 1964. No mesmo dia, a Alta comissária dos Direitos Humanos da ONU, Navi Pillay, enviou um requerimento ao Brasil, pelo devido julgamento aos responsáveis por violações de direitos humanos durante os governos do regime ditatorial<sup>3</sup>. Por outro lado, grupos de militares e seus familiares questionaram desde o princípio a sua formação. A então presidente da União Nacional das Esposas de Militares das Forças Armadas, Ivone Luzardo, afirmou que se tratava de uma iniciativa de “revanchismo” do governo, e que apenas a garantia da participação paritária de militares poderia dar idoneidade ao processo<sup>4</sup>. Na mesma toada, o capitão Sebastião Pereira, diretor da Associação dos Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, se declarou crítico à iniciativa e afirmou que “Não era necessária essa comissão. Houve uma anistia, e isso deveria ter encerrado o assunto”<sup>5</sup>.

Não obstante, o tema da CNV remete diretamente à disputa de representações sociais da memória e seu aspecto de construção de enquadramentos das experiências vividas. Conforme Assman (1995), as “memórias culturais” de determinada sociedade, grupo ou comunidade, que guarda conhecimento sobre si, difere das formas cotidianas de comunicação, as “memórias comunicativas”, as quais têm um horizonte limitado de informação e conexão com o passado. Diferente da comunicação do dia a dia, a “memória cultural” é mediada pela formação cultural, podendo estar materializada em textos, rituais ou monumentos.

3 Matéria de 18/11/2011, G1. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/onu-pede-julgamento-de-repressores-da-ditadura-militar.html>. Notícia de 18/11/2011, (acesso em 15/07/2024).

4 Matéria de 19/11/2011, G1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/11/familias-e-militares-querem-influir-na-formacao-da-comissao-da-verdade.html>. (acesso em 15/07/2024).

5 Matéria de 19/11/2011, G1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/11/familias-e-militares-querem-influir-na-formacao-da-comissao-da-verdade.html>. (acesso em 15/07/2024).

Ao narrar uma história, portanto, são selecionados os fatos que serão expostos bem como sua valoração, caso contrário, tal construção se torna impossível, perdida em meio à infinidade de elementos que constituem cada momento na vida social. A memória cultural “opera através da reconstrução, (...) sempre relaciona seu conhecimento a uma situação real e contemporânea. Ela se fixa em figuras fixas de memória e estoques de conhecimento, mas cada contexto contemporâneo se relaciona com ela de maneira distinta” (Assman, p. 130, tradução própria), se relacionando através de sua apropriação, pela crítica, preservação ou pela transformação. Essa perspectiva evidencia o quanto a memória, com o reconhecimento dos fatos constitutivos de determinado grupo, configura uma arena de disputa. Ou seja, o compartilhamento de acontecimentos como relevantes, e sua classificação como positivos ou negativos, se torna possível pela atividade de seleção e interpretação, a partir do que determinado grupo quer ou não recordar e valorizar.

Destarte, o ato de rememorar revela-se como um exercício coletivo e contínuo da experiência social. Trata-se de uma construção de narrativas, formadas pelas experiências humanas atribuídas de sentido por serem socialmente construídas. Ecléa Bosi (2003) aborda esse caráter reflexivo da memória, com a construção de narrativas que atribuem significado às múltiplas camadas da vida. E se a formação de lembranças como ação básica humana de constituição de sentido é em si uma construção social, o tema da memória nacional reforça ainda mais o caráter coletivo dessa formação, bem como o aspecto de disputa de interesses diversos neste exercício.

Nesse sentido, Pollak (1989) comprehende a “memória oficial” ou “memória nacional” como uma expressão de memória coletiva que carrega essencialmente uma característica política, articulada por meio das narrativas oficiais de um Estado, que ocasionalmente interagem com o campo científico da historiografia. Em contraste, o autor destaca a “memória marginalizada” ou “subterrânea”. Enquanto a primeira é produzida como um instrumento de coesão social e de forma deliberada, a segunda se coloca em uma posição subterrânea da sociedade civil ou de grupos específicos, podendo se manifestar em momentos oportunos. Os trabalhos e o impacto causado pela CNV expressam o encontro entre a memória oficial e a memória marginalizada.

Internacionalmente, o tema de Memória, Verdade e Justiça passou por grandes mudanças após a Segunda Guerra Mundial, com o tratamento dos campos de concentração nazistas no âmbito das Nações Unidas (Napolitano, 2015, p. 13). Desde então, o testemunho das vítimas de regimes autoritários ganhou destaque na recuperação do passado, em detrimento das versões e documentos oficiais. Como consequência, foi desenvolvido em âmbito internacional o conceito da Justiça de Transição (Cunha, 2020, p. 104), que consiste em procedimentos e ações estatais na mudança de um regime ditatorial ou guerra, para um regime democrático ou situação de paz, utilizando a justiça regular e a garantia

de direitos para efetivar a respectiva transição e resguardar as comunidades do autoritarismo. Sua aplicação remete ao direito à Memória, com esclarecimento público dos fatos e homenagens às vítimas; à Verdade, por meio do acesso a arquivos e depoimentos; à Justiça, com a investigação de violações de direitos humanos e responsabilização dos seus perpetradores; e à Reparação, com compensação aos atingidos, que pode ser simbólica ou pecuniária (Teles, Quinalha, 2020, p. 10).

Cunha (2020, p. 104) afirma que as experiências de justiça de transição levaram à criação de Comissões da Verdade, que consistem em instituições estatais para garantir às vítimas de graves violações de direitos humanos os meios de se expressarem e tornarem públicos os acontecimentos repressivos. O primeiro órgão desse tipo, reconhecido pela comunidade internacional, foi implementado em 1974, em Uganda. Posteriormente, nas décadas de 1980 e 1990, diversas Comissões foram criadas na América Latina, na Bolívia, Argentina, Chile, Uruguai, El Salvador e Guatemala. Em 1995, ocorreu também na África do Sul, para investigação do Apartheid. O caso brasileiro destoa desses, já que a instalação de sua CNV ocorreu em 2012, quase 50 anos após a intervenção ditatorial.

A defesa do golpe de 1964 e sua relação com o presente nunca se encerrou. Sua disputa foi iniciada ainda durante as gestões militares, antes mesmo da primeira eleição direta para presidente após o fim da ditadura (Teles, Quinalha, 2020, p. 35). Neste contexto, a lei nº 6.683 de 1979, conhecida como Lei de Anistia, ainda que tenha representado uma conquista das organizações de oposição à ditadura, também serviu aos objetivos de autoanistia dos militares, ao eximi-los de responsabilização pelos crimes cometidos durante o regime. Desse modo, a Lei de Anistia representa a expressão institucional da memória hegemônica sobre a ditadura de 1964. Seu principal efeito memorialístico, e consequentemente político, é o fortalecimento da impunidade dos crimes cometidos pelo regime ditatorial (Napolitano, 2015).

A lei, que auto anistiou agentes da ditadura empresarial-militar, trouxe consequências para o próprio exercício de hegemonia (Gramsci, 2014) na Nova República. Ela não só representou um marco de uma “transição negociada”, como foi também capaz de gerar uma memória hegemônica que, ao mesmo tempo que condena a ditadura, preserva seus valores (Napolitano, 2015). Assim, a visão de preservação dos militares se tornou hegemônica no meio jurídico na redemocratização, com a decisão do Ministro Eros Grau, em 2010, reafirmando o caráter geral e irrestrito

da Anistia, em resposta à ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil que questionava a sua constitucionalidade<sup>6</sup>.

Dentro dessa arena de disputa memorialística, já no contexto do regime político que sucedeu a ditadura empresarial-militar, diversos participantes do regime ditatorial publicaram obras enfrentando a visão crítica ao período: Rompendo o Silêncio (1987) e A verdade Sufocada (2006), do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra; Nos porões da ditadura (1998) e 1964: uma revolução perdida (2002), do general Raymundo Negrão Torres; A grande mentira (2001), do general Agnaldo del Nero Augusto; Desfazendo mitos da luta armada (2006), do coronel Aluisio Madruga de Moura e Souza.

## REAÇÕES À COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Ainda no primeiro trimestre de 2012, às vésperas da CNV, instalada em 16 de maio do mesmo ano, o caso Vladimir Herzog avançava na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)<sup>7</sup>, e o Ministério Público Federal (MPF) se movia na denúncia da Guerrilha do Araguaia<sup>8</sup>.

No outro lado da disputa, os Clubes das Forças Armadas se pronunciaram, criticando o posicionamento do governo sobre a ditadura<sup>9</sup>. Em 22 de fevereiro de 2012, as entidades declararam a defesa da memória autoritária, com a realização de um evento que contou com a presença do Almirante Ricardo Antônio da Veiga Cabral (presidente do Clube Naval), general Renato Cesar Tibau da Costa (presidente do Clube Militar), brigadeiro Carlos de Almeida Baptista (presidente do Clube de Aeronáutica). Na ocasião, divulgaram um manifesto no qual expressavam “preocupação” com os posicionamentos de integrantes do governo e do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre o Regime de 1964.

Neste contexto, o aniversário do golpe no ano de 2012 foi turbulento, com ações de denúncia e congratulações à sua Memória. Em março, estudantes e militantes de partidos de esquerda confrontaram uma atividade sobre o tema, organizada pelo Clube Militar, que apresentava uma visão favorável à intervenção de 1964<sup>10</sup>.

6 Supremo Tribunal Federal. Disponível em <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/2168059/relator-vota-contra-adpf-que-questiona-lei-da-anistia-consolidada>. (acesso em 15/07/2024).

7 Matéria de 29/03/2012, G1. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/03/brasil-e-investigado-por-nao-punir-assassino-de-jornalista-na-ditadura.html>. (acesso em 15/07/2024).

8 Matéria de 13/03/2012, G1. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/03/mp-anuncia-primeira-acao-penal-por-crime-na-guerrilha-do-araguaia.html> (acesso em 16/05/2022).

9 Matéria de 22/02/2012. <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/02/clubes-militares-criticam-declaracoes-de-ministros-sobre-ditadura.html>. (acesso em 15/07/2024).

10 Matéria de 29/03/2012. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/03/estudantes-e-militantes-protestam-no-rio-contra-debate-sobre-golpe-militar.html>. (acesso em 15/07/2024).

Por sua vez, oficiais da Reserva promoveram homenagens aos seus integrantes do período<sup>11</sup>, no dia 29 e 31 de março.

Ao mesmo tempo, na Câmara Federal foi instalada uma a subcomissão especial “Memória, Verdade e Justiça”<sup>12</sup>, sob coordenação da Deputada Federal Luiza Erundina, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), para apoiar os trabalhos da CNV. Entre seus principais oponentes, se destacava o Deputado Jair Bolsonaro (PP). O parlamentar se apresentava, historicamente, como porta voz da defesa do golpe de 1964 na Câmara, mesmo antes da instalação da CNV (Benetti *et al.*, 2020).

A respeito da pauta da intervenção militar, foi possível identificar até 2012 a defesa da última experiência de intervenção no país, em 1964, por meio de atividades e pronunciamentos institucionais ou de participantes do Regime. No entanto, grupos intervencionistas contemporâneos já se encontravam ativos no país. É o caso da União Nacionalista Democrática, criado em 1993<sup>13</sup>, e do Pesadelo de Qualquer Político, criado em 2007<sup>14</sup>.

A mobilização desse ativismo autoritário foi entrecortada pelas gigantescas manifestações de junho de 2013, que ocorreram em todo o país, cujo gatilho foi o aumento das passagens de transporte público, mas que assumiram aspectos diversos, abrindo o flanco até mesmo para que manifestações nostálgicas em relação à 1964. As mobilizações abriram espaço para que a memória hegemônica a respeito da ditadura de 1964 pudesse ser colocada em xeque. A partir de então, representações memorialísticas nostálgicas a respeito da ditadura, assim como uma linguagem política apologética do regime ditatorial, passaram a ganhar peso no país (Napolitano, 2015).

Não por acaso, em novembro de 2013 ocorreu uma pequena manifestação na Esplanada pedindo intervenção militar – a primeira mapeada na pesquisa, cujo recorte foi iniciado em setembro de 2011. O grupo era composto por três pessoas e sua liderança era o militar da reserva Emílio Alarcon, do Rio de Janeiro. Ele afirmava que a intenção do evento era mostrar para a população que os militares no

---

11 Matéria de 31/03/2012. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/03/militares-da-reserva-promovem-nova-homenagem-ao-golpe-militar-de-1964.html>. (acesso em 15/07/2024).

12 Matéria de 03/04/2012. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2012/04/camara-comeca-ouvir-vitimas-e-ex-agentes-do-regime-militar.html>. (acesso em 15/07/2024).

13 Informação concedida pelo integrante da União Nacionalista Democrática (UND) José Geraldo Quartim de Moraes, em depoimento concedido em 08/03/2021.

14 Informação disponível no canal do grupo <https://www.instagram.com/opesadelodospoliticos/>. <acesso em 15/07/2024>, além de constar em diversas declarações do grupo.

governo seriam o melhor caminho para o país, portando uma faixa: “Intervenção militar já!! O Brasil exige ordem e progresso”<sup>15</sup>.

Importa destacar que Emílio Alarcon é um militar da reserva que foi fundador do mencionado Pesadelo de Qualquer Político. Em entrevista em 2017 ele afirmou que o grupo tinha 150 mil inscritos no Brasil, com equipes em vários estados, organizado por meio da manutenção de um endereço virtual com postagens sobre os pedidos intervenção militar e cobertura de suas ações. O grupo convocava os “patriotas” a integrarem grupos da organização pelo *WhatsApp*. Na sua página, as postagens com reverência à ditadura empresarial-militar foram recorrentes durante o período estudado, compondo a pauta cotidiana da organização<sup>16</sup>.

## A MEMÓRIA DE 1964 E A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Enquanto o debate sobre a memória era ampliado nos espaços institucionais, as ruas também refletiam movimentações daqueles que apresentavam a tutela militar como projeto de nação. Assim, o ano de 2014 contou com a proliferação de manifestações intervencionistas, pela primeira vez com a presença de centenas de pessoas, dentro no período estudado.

Em 22 de março de 2014, nos 50 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorreram protestos de homenagem ao golpe de 1964 e pedidos de um novo avanço militar no Brasil. Neles, o tema da intervenção pelas Forças Armadas constituiu o principal eixo, tanto no que diz respeito a um embate sobre as representações sociais da memória, quanto na defesa intervencionista para a política atual. A reedição da Marcha em São Paulo<sup>17</sup> contou com 500 pessoas, e a do Rio de Janeiro mobilizou 200<sup>18</sup>, contando com a presença do deputado Jair Bolsonaro (PP), em uma mobilização que associava denúncias de corrupção e rejeição ao PT à pauta da intervenção.

Além da manifestação principal da Marcha em São Paulo, ocorreu outra “complementar”<sup>19</sup> no mesmo município, convocada pelo empresário Piero Pagni, que, destacado do protesto maior, reunindo sete pessoas no Parque do Ibirapuera. Esses manifestantes foram recebidos, ao fim do ato público, na sede do Comando da 2º Região Militar, onde entregaram uma carta pedindo a volta da ditadura. Apesar de

15 Matéria de 15/11/2013. <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/trio-faz-protesto-na-esplanada-e-pede-intervencao-militar-no-brasil.html>. (acesso de 15/07/2024).

16 Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/> (acesso em 15/07/2024).

17 Matéria de 22/03/2014. <https://globoplay.globo.com/v/3232108/>. (acesso em 15/07/2024).

18 Matéria de 22/03/2014. <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/grupo-faz-reedicao-de-marcha-da-familia-no-centro-do-rio.html>. (acesso em 15/07/2024).

19 Matéria de 22/03/2014. <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/sete-pessoas-fazem-marcha-da-familia-para-levar-carta-ao-exercito.html>. (acesso em 15/07/2024).

pequeno, o protesto contava com 410 confirmações virtuais pelo canal do Facebook, além de 6,7 mil convidados. Segundo o organizador, “naquele momento, estávamos prestes a ser comunizados pelo PT, era o objetivo desse partido político, e a manifestação tinha objetivo de tentar estragar a reeleição da Dilma, além de entregar uma carta ao Comando do 2º Exército solicitando Intervenção Militar no Governo”<sup>20</sup>.

Em seguida à reedição da Marcha, no aniversário dos 50 anos de 1964, foram realizados diversos protestos de denúncia da ditadura pelo país. O maior foi registrado em São Paulo<sup>21</sup>, no dia primeiro de abril, mobilizando mil pessoas com o mote “Ditadura Nunca Mais”, convocada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Passe Livre (MPL). No mesmo dia, também em São Paulo, a casa de um suspeito de tortura que teria integrado o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi pichada em um ato de escracho, com a afixação de uma faixa assinada pelo Levante Popular da Juventude<sup>22</sup>.

Em Brasília, ocorreu um confronto na Câmara de Deputados, na solenidade sobre os 50 anos do golpe de 1964<sup>23</sup>. O conflito envolveu o deputado Jair Bolsonaro (PP), que subiu na tribuna para defender o golpe e, como reação, a maior parte dos presentes no plenário lhe deu as costas. Além disso, o bate-boca entre parlamentares se intensificou ao longo da sessão, com diversas interrupções aos que pediam a palavra e conflitos no plenário. Diante disso, o presidente da cerimônia encerrou a solenidade por considerar o tumulto um “desrespeito” à Casa.

Ademais, em 2014 houve outra ocorrência envolvendo Jair Bolsonaro (PP). Na ocasião, foi inaugurado um busto de Rubens Paiva<sup>24</sup>, deputado federal cujo mandato foi cassado no início da ditadura e que desapareceu em 1971. Bolsonaro passou em frente à homenagem e cuspiu, fato denunciado pelos seus familiares: “Era Jair Bolsonaro, junto com alguns amigos (talvez fossem os filhos, na época eu não sabia quem eram), que se deu ao trabalho do sair de seu gabinete e vir em nossa direção, gritando que ‘Rubens Paiva teve o que mereceu, comunista desgraçado, vagabundo!’. Ao passar por nós, deu uma cusparada no busto”.

20 Depoimento de Piero Pagni, liderança da Reedição da Marcha da Família de São Paulo, concedido no dia 25/06/2021.

21 Matéria de 01/04/2014. <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/04/mtst-faz-manifestacao-contra-os-50-anos-do-golpe-militar-na-paulista.html>. (acesso em 16/07/2024).

22 Matéria de 01/04/2014. <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/04/mtst-faz-manifestacao-contra-os-50-anos-do-golpe-militar-na-paulista.html>. (acesso em 16/07/2024).

23 Matéria de 01/04/2014, G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/04/alves-diz-que-bolsonaro-tinha-direito-de-falar-em-sessao-sobre-ditadura.html> acesso em 16/07/2024).

24 Matéria de 16/01/2019, BBC. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46845753> (acesso em 16/07/2024).

Nesse mesmo dia, um professor de direito da USP fez um elogio à intervenção de 1964, o que ocasionou um protesto de estudantes, que invadiram sua aula<sup>25</sup>. Por sua vez, o Clube Militar publicou uma edição comemorativa de sua Revista, intitulada “31 de março de 1964 – A Verdade”. Nela, é possível identificar uma perspectiva de nacionalismo centrada na “defesa da manutenção da ordem contra a ameaça do comunismo”, por meio da repetição de argumentos da antiga Doutrina de Segurança Nacional (Gasparotto, Vechia, Da Silveira, 2012). A edição reafirma que tratar-se-ia da “verdadeira história” do país, a intervenção de 1964 como uma reivindicação da democracia e um resultado do “Movimento Democrático” (CLUBE MILITAR, 2014, p. 5).

O agitado ano de 2014 foi encerrado com a reeleição de Dilma Rousseff (PT). Na Avenida Paulista<sup>26</sup>, um grupo liderado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) protestou contra o resultado, com uma multidão que carregava bandeiras do Brasil e bravejava contra a presidente reeleita aos gritos de “*Impeachment*”. Em meio às expressões de repúdio ao governo do PT, neste dia foi possível identificar pessoas pedindo intervenção militar, ainda que de forma minoritária e isolada.

Desse modo, o mandato de Dilma Rousseff foi renovado após um ano de intensas mobilizações, rememorando o passado nacional e a incorporação dos seus sentidos como demanda atual. No quadro abaixo é possível elencar as principais informações dos protestos intervencionistas, sendo os primeiros com pedidos de golpe militar dentro do período analisado:

**Quadro 1.** Slogans pela intervenção militar nos protestos de setembro de 2011 a dezembro de 2014

Data	UF	Protesto	Slogans
15/11/13	DF	Trio pede intervenção na Esplanada	“Intervenção militar já!! O Brasil exige ordem e progresso”
22/03/14	SP	Reedição da Marcha da Família	“O governo é cúmplice do terrorismo internacional”; “Intervenção militar constitucional já - A verdade tortura o comunista”
22/03/14	SP	Marcha da Família alternativa	-

25 Matéria de 01/04/2014. <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/04/professor-da-usp-elogia-golpe-de-1964-e-aula-e-invadida-em-protesto.html> (acesso em 16/07/2024).

26 Matéria de 26/10/2014. <https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/na-paulista-tucanos-gritam-impeachment-e-petistas-pedem-choro-no-cantareira.html>. (acesso em 16/07/2024).

22/03/14	RJ	Marcha da Família	“Intervenção militar já!! O Brasil exige: Ordem e Progresso!!”; “Viva 31 de março”; “Viva Geisel”; “Viva Médici”; “A família brasileira clama pelas FFAA! Intervenção Militar já!!”
01/04/2014	DF	Protesto na Câmara	“Parabéns militares 31/março - graças a vocês o Brasil não é Cuba”
26/10/2014	SP	Protesto contra reeleição de Dilma Rousseff (PT)	“Vai para Cuba”; “Isso não vai ficar assim, os militares vão assumir o poder”

Quadro realizado por meio da coleta de informações no G1.

Ante o exposto, é possível verificar como a disputa por representações sociais da memória apresenta centralidade na retomada das ruas pelos ativistas que defendem a intervenção militar no tempo presente. O marco dos 50 anos de 1964 foi utilizado como uma oportunidade para o crescimento dos intervencionistas, enquanto se desenrolava a CNV. Sua implementação pela presidente Dilma Rousseff (PT) – considerada, pelos ativistas conservadores, como representante de um partido “vermelho” que buscava reescrever a história, e “comunista”, por ter sido presa política e torturada durante o período ditatorial – foi encarada pelas lideranças desse setor dos movimentos sociais como terreno fértil para disputar a retórica sobre o passado ditatorial e, principalmente, sobre o exercício do poder no Brasil contemporâneo.

Após a disputada reeleição, o governo Dilma Rousseff (PT) concretizou o lançamento do relatório final da CNV, no dia 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, fechando o ano em que o golpe empresarial-militar completou 50 anos. Com 29 recomendações para superação do autoritarismo, o relatório apontava torturas, sequestros, perseguição e assassinatos.

Como reação, o General Gilberto Rodrigues Pimentel, presidente do Clube Militar, publicou uma carta em nome da entidade, rechaçando o documento. Em suas palavras: “o ódio e o desejo de vingança são tão grandes que um absurdo desses é assinado por advogados, juristas e professores universitários. Tudo em nome da causa socialista. É peça requentada porque só confirma bandeiras preexistentes na esquerda brasileira”<sup>27</sup>. No dia seguinte<sup>28</sup>, os Clubes Naval, Militar e da Aeronáutica publicizaram uma nota de homenagem póstuma a 126 militares e civis mortos nas décadas de 1960 e 1970, que “perderam suas vidas pelo irracionalismo

27 Matéria de 10/12/2014. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/relatorio-e-absurdo-em-nome-da-causa-socialista-diz-clube-militar.html>. (acesso em 16/07/2024).

28 Matéria de 11/12/2014. <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/12/clubes-naval-militar-e-da-aeronautica-homenageiam-militares-e-civis-mortos.html>. (acesso em 16/07/2024).

do terror, e tiveram suas histórias desprezadas pela Comissão da Verdade". Isto é, representantes das três bases das Forças Armadas se manifestaram publicamente na defesa da intervenção de 1964.

Para os defensores do Regime, o relatório da Comissão significou uma espécie de traição ao que foi a compreensão da negociação da redemocratização. Quanto a essa visão, vale assinalar o depoimento do General Villas Bôas (Castro, 2021), comandante do Exército Brasileiro entre 2015 e 2019: "A Comissão nos pegou de surpresa, despertando um sentimento de traição em relação ao governo. Foi uma facada nas costas, mesmo considerando que foi decorrência de antigos compromissos assumidos pela presidente Dilma" (Castro, 2021, p. 177). Ele afirmou, ainda, que o órgão desde sua criação apresentava "um claro viés revanchista, criando em nós, embora não de forma intensa, uma espécie de "revanchismo ao contrário" (Castro, 2021, p. 155).

## A MEMÓRIA COMO EIXO DE AÇÃO DOS INTERVENCIONISTAS

O período entre a posse do segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), em 2015, e o seu *impeachment*, em agosto de 2016, foi o de maior concentração de protestos com a presença de pedidos de intervenção militar no período estudado (2011 – 2019). Foram identificados, ao longo desse intervalo, intervencionistas em 62 manifestações pelo Brasil. Naquele momento, a rejeição à CNV, a rememoração de símbolos da ditadura empresarial-militar ou simplesmente a sua defesa, emergiam em meio a novos pedidos de golpe militar.

No quadro a seguir é possível verificar a ocorrência dessas reivindicações, em meio aos protestos que ocorriam de norte a sul, mantendo-se a mobilização geral e a pauta da defesa do regime ditatorial, mesmo após a concretização do afastamento presidencial:

**Quadro 2.** Slogans pela intervenção militar nos protestos de janeiro de 2015 a dezembro de 2016

Data	UF	Slogans
15/03/15	DF	"Nossa bandeira nunca será vermelha"; "Impeachment tira a ratazana, mas ficam os ratos. Intervenção militar é a solução"; "Intervenção militar já!"; "FFAA Salvem o Brasil do Comunismo - Intervenção militar"; "Chega de mimimi - Intervenção militar constitucional"; "We want democracy and communism never"; "Da faxina à ordem - Intervenção militar constitucional já"; "CNV CONDENA MILITARES E EXALTA TERROTISTAS. INTERVENÇÃO MILITAR JÁ"; "INTERVENÇÃO MILITAR CONSTITUCIONAL TAMBÉM É DEMOCRACIA"

15/03/15	PE	“INTERVENÇÃO MILITAR JÁ”; “CONTRA A DITADURA BOLIVARIANA E O COMUNISMO INTERVENÇÃO MILITAR JÁ! EXÉRCITO QUEREMOS NOSSO PAÍS DE VOLTA”
15/03/15	RJ	“Intervenção militar”; “Impeachment ajuda, intervenção resolve!”; “Intervenção militar SOS FFAA”; “Intervenção militar constitucional”
12/04/15	AL	“We want military intervention now”
12/04/15	RS	“SOS FFAA”; “SOS FFAA Reforma Política com constituinte é golpe”; “We want action constitucional military”; “Intervenção militar constitucional”; “Intervenção Militar já! Nova constituição para o Brasil”; “Intervenção Militar Já! Nova Constituição para o Brasil! Ocorrem 6 assassinatos por hora, assassinato a cada 10 minutos segundo a EBC – Agência Brasil. Respeito à Lei da Anistia! Prisão para todos os corruptos!”.
12/04/15	GO	“Comunismo Nãããooo - Intervenção Militar Jááááá”; “Contra Comunismo só intervenção Militar Jáááá”; “SOS Intervenção Militar Já”; “FFAA Goiás te apóia”
12/04/15	PB - João Pessoa	“Nem Bolivarianismo Nem militarismo Queremos um Brasil Livre - Verde e Amarelo Sem Foice e Martelo”
12/04/15	PB - Campina Grande	“Fora MSTerroristas”; “Eu sou a favor do golpe militar”
12/04/15	PE	“Intervenção Militar Já SOS Forças Armadas - Intervenção Militar Constitucional”
12/04/15	RJ	“Help! Intervenção militar Socorro!! FFAA - SOS”
12/04/15	SC – Timbó	“Intervenção militar constitucional já”
12/04/15	SP - capital	“Intervenção militar”; “Intervenção militar já”; “S.O.S. Forças Armadas - Queremos uma faxina geral e o poder de volta em 90 dias!!!”
12/04/15	SP - São José do Rio Preto	“A intervenção é popular e militares são funcionários públicos pagos para defender o país”
14/08/15	SP	“Bem aventureados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados! Mateus 5(ilegível) S.O.S. Forças Armadas - Queremos uma Faxina Geral e o Poder de Volta em 90 dias!!!”
16/08/15	AL	“SOS Forças Armadas - SOS Brasil - UNASUR - URSAL” (*imagem de uma foice e martelo cortados, simbolizando o anticomunismo)
16/08/15	AM	“Minha Bandeira não é vermelha”; “Intervenção Militar”.
16/08/15	MA	“Quem ama cuida - Chega de corrupção, incompetência e mentira - Eu te amo meu Brasil”; “Intervenção militar no Brasil - Contra o Foro de São Paulo”
16/08/15	MS	“Intervenção militar”
16/08/15	PA	“Intervenção militar SOS!!”
16/08/15	PE	“Intervenção Constitucional do povo conduzida pelas FFAA”; “SOS FFAA”; “SOS FFAA - Somos todos Sérgio Moro”; “Brasil sem comunismo”

16/08/15	RJ	“Impeachment ajuda - intervenção resolve”; “SOS FFAA”; “Não queremos comunismo”; “Intervenção constitucional militar”
16/08/15	SC	“Intervenção Constitucional Militar das Forças Armadas”
16/08/15	SP - capital	“Intervenção militar já! Art. 142”; “Intervenção constitucional já”
07/09/15	MS	“SOS FFAA”; “Fechamento do Congresso. Militares Já!”
18/10/15	SP	“Intervenção Constitucional Já! Artigo 142 da Constituição Federal; pelo fim da impunidade”
18/11/15	DF	“FFAA”
13/12/15	BA	“Artigo 142 da Constituição - Intervenção Militar Constitucional - S.O.S. Forças Armadas – Sou da Favela Cajazeiras - Queremos uma faxina geral, e o poder de volta em 90 dias!!!”
13/12/15	DF	“Intervenção militar já!! O Brasil exige: Ordem e Progresso!!”
13/12/15	PA	“Intervenção Constitucional Art. 142 - Fora PT - Fora Governos corruptos - Fora comunismo - Olavo de Carvalho tem razão!”
13/12/15	PR - Curitiba	“Intervenção constitucional militar já!!! O Brasil exige ordem e progresso”
13/12/15	PR - Londrina	“Intervenção constitucional militar já!!! O Brasil exige ordem e progresso”
13/12/15	SE	“Brasil - Ame-o ou deixe-o”; “Meu partido é o Brasil”
27/01/16	SP	“Intervenção militar constitucional”; “F.F.A.A. Urgente”; “Comunismo não”
17/02/16	SP	“S.O.S. FFAA -Buzina”; “Intervenção” (em camisa da seleção brasileira, nº 10)
13/03/16	ES	“Intervenção Constitucional SOS FFAA”
13/03/16	MS	“O povo quer! Intervenção constitucional militar - The people want! Constitutional military intervention”
13/03/16	PA	“O herói do Brasil - Somos todos Sérgio Moro - Intervenção Constitucional pelo poder instituinte!!”
13/03/16	PR	“Pátria livre - comunismo não”; “Exigimos intervenção militar”
13/03/16	RO	“Impeachment não resolve”
13/03/16	SP	“Intervenção militar”; “Junta Governativa é o caminho para a liberdade”; “Intervenção cívica constitucional já #sosffaa”; “SOS FFAA”
16/03/16	MT	“Intervenção militar”
20/03/16	PR	“SOS Exército Brasileiro Haia - EUA”; “A pátria corre perigo”
17/04/16	RJ	“Não vai ter golpe - Vai ter intervenção militar conforme art. 142 da CF 88”; “Faxina Geral – Intervenção Militar Constitucional Já”
12/05/16	DF	“Reagrupar é o nosso lema”
31/07/16	BA	“Intervenção militar”
31/07/16	MT	“Cuiabá - MT - Olavo tem razão - Intervenção militar já! Fora STF”; “Cuiabá - MT - Direita já - Bolsonaro presidente 2018”
31/07/16	PE	“Nós queremos as Forças Armadas já”; “Eu quero intervenção cívico-militar”
16/11/16	DF	“Intervenção já”
04/12/16	ES - Vila Velha	“100% Jesus - Intervenção Já”

04/12/16	ES - Vitória	“SOS A nação clama!! SOS Intervenção militar SOS”; “Eu vivi o regime militar - SOS Military”
04/12/16	MS	“Intervenção Militar!! Constitucional já”; “Intervenção constitucional militar - Constitucional military intervention”
04/12/16	PR - Curitiba	“SOS Exército Brasileiro Haia - EUA”
04/12/16	PR - Cascavel	“Forças Armadas já!”
04/12/16	PE	“Intervenção constitucional do povo conduzida pelas FFAA”
04/12/16	RS	“Intervenção militar constitucional”
04/12/16	SP	“Eu quero intervenção militar já! A nossa bandeira jamais será vermelha”

Quadro realizado por meio da coleta de informações no G1.

Dessa maneira, os intervencionistas participavam dos protestos contra Dilma Rousseff (PT) e, por lá, disputavam a saída por meio de intervenção militar. Na sequência desse processo, a partir de agosto de 2016, a Pesadelo de Qualquer Político passou a se declarar como “O maior grupo de patriotas intervencionistas do Brasil”<sup>29</sup>, mantendo entre seus eixos de mobilização, em sua página virtual, o tema da defesa da ditadura de 1964.

Após o momento de crescimento de manifestações a favor da intervenção militar, foi possível identificar a aposta das suas lideranças na disputa institucional como estratégia de ação. Os grupos pesquisados se voltaram à eleição de Jair Bolsonaro (então pelo Partido Social Liberal - PSL) e sua campanha em 2018. Nesse contexto, houve um arrefecimento dos protestos com essa pauta, ainda que seus componentes se mantivessem ativos, como é o caso de pequenas ações de visibilidade da Pesadelo.

Por fim, Jair Bolsonaro se elegeu e o primeiro trimestre do seu mandato se encerrou com a realização de uma antiga demanda de sua base social: a comemoração oficial de 1964. No dia 25 de março, o porta-voz do governo anunciou a orientação da realização das “comemorações devidas” pelo Ministério da Defesa<sup>30</sup>. Conforme a orientação, no dia 29 de março foi lida, na Ordem do Dia, a comemoração do golpe que instaurou a ditadura empresarial-militar no Comando Militar do Planalto, em Brasília. Além disso, foi divulgado pelo Palácio do Planalto, a pedido da Presidência, um vídeo de comemoração à data, afirmando que o Exército

29 A referência seria utilizada a partir de agosto de 2016, sendo então incorporada como uma auto-proclamação constante do grupo. Disponível em: <http://opesadelodequalquerpolitico.blogspot.com/2016/08/avatar-do-general-mourao-invade.html>. (acesso em 16/07/2024).

30 Matéria de 25/03/2019, G1. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml>. (acesso em 16/07/2024).

“salvou” o Brasil<sup>31</sup>. O vice-presidente também defendeu a medida, afirmando que seria acompanhada de palestras nos quartéis e homenagens a militares mortos.

Em paralelo à comemoração institucional da ditadura de 1964, nas ruas o tema da memória novamente se entrelaçava com pedidos contemporâneos de intervenção. A data do 31 de março, escolhida por esses atores como de rememoração do “movimento democrático de 1964”, foi permeada em 2019 pela demanda da tutela militar:

**Quadro 3.** Slogans pela intervenção militar nos protestos de dezembro de 2016 a abril de 2019

Data	UF	Protesto	Nº de manifestantes (Fonte)	Slogans
31/03/19	GO	Protesto pedindo a retomada do Regime Militar	100 (G1)	“Intervenção militar - Ar. 1º”
31/03/19	PR	Protesto pedindo intervenção militar	60 (Manifestantes)	“Art. 1º da CF - Intervenção Militar JÁ”, “Intervenção Militar já!”; “Intervenção militar já - Art. 1º da Constituição todo poder emana do povo. - S.O.S.F.F.”
31/03/19	MG	Protesto comemorando 1964	50 (G1)	“Parabéns Militares - 31 de março de 1964 - Graças a vocês o Brasil não é Cuba.”
31/03/19	MS	Protesto comemorando 1964	40 (G1)	-

Quadro realizado por meio da coleta de informações no G1.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa da intervenção militar é antiga na ação contenciosa brasileira. Em 1964, as Marchas da Família foram eventos importantes como demonstração de apoio ao golpe que se desenhava. Os intervencionistas tornaram-se marginais na política nacional durante a redemocratização, compondo o fenômeno mais amplo da “direita envergonhada”, no qual os atores buscavam se distanciar das gestões autoritárias recém superadas (Madeira, Quadros, 2017). No entanto, perante a crise do governo de Dilma Rousseff (PT) e a retomada conservadora das ruas, entre 2015 e 2016, deflagrou-se uma nova ascensão de pedidos de intervenção militar.

<sup>31</sup> Matéria de 01/04/2019, O Globo. <https://oglobo.globo.com/politica/mourao-diz-que-divulgacao-de-video-pro-ditadura-pelo-planalto-foi-decisao-de-bolsonaro-23565254>. (acesso em 16/07/2024).

A esse respeito, Napolitano tece alguns apontamentos de como o fenômeno se desenhava desde 2015:

À exceção de algumas vozes da extrema direita, ainda que cada vez mais eloquente no espaço público no momento em que escrevo este artigo, poucos atores políticos, intelectuais ou partidos reclamam para si o legado da ditadura. Até bem pouco tempo atrás, ter participado diretamente do regime era uma mancha no currículo político, se não fosse acompanhada de uma boa desculpa, expiação ou autocrítica públicas (Napolitano, 2015, p. 18).

Contudo, os dados aqui apresentados demonstram que, antes dessa retomada, com a mobilização de milhares de pessoas pelo território nacional, o ano de 2014 foi utilizado pelos intervencionistas como um marco de ação e embate pela história. Diante do aniversário dos 50 anos de 1964, foram mobilizadas centenas de pessoas que reivindicavam esse passado e pediam uma nova intervenção militar. Desde então, o tema da memória se manteve como um combustível o ativismo intervencionista.

As rememorações do golpe que iniciou a ditadura empresarial-militar, na data do 31 de março, foram então marcados como efemérides da atribuição de novos sentidos da história do autoritarismo no Brasil. Além disso, os grupos e atores intervencionistas mantiveram a defesa do golpe de 1964 como uma pauta sistemática em suas intervenções, trazendo essa memória como um projeto de nação a ser pautada e disputada. Dessa forma, nota-se como a retomada desses movimentos sociais de nacionalismo autoritário – os intervencionistas – apresentam como eixo de ação a disputa da memória oficial.

## BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Angela (2009). As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, nº 76, p. 49-86. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>
- ARAÚJO, Alexandre Garcia; DIAS, José Alves (2018). Ditadura e Democracia: o impacto da conciliação sobre as memórias e a constituição da Justiça de Transição no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 38, ago, p. 121-139. <https://doi.org/10.22456/0104-6594.77564>
- ASSMAN, Jan (1995). Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, n. 65, Spring/Summer, p. 125-133. <https://doi.org/10.2307/488538>
- BENETTI, Pedro Rolo; CATEB, Caio; FRANCO, Paula; OSLO, Carla (2020). As políticas de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do governo Bolsonaro:

- entre a negação e o desmonte. *Mural Internacional*, v. 11, p. 1-20, nov. <https://doi.org/10.12957/rmi.2020.48060>
- BOSI, Ecléa (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- BRASIL (2014). Comissão Nacional da Verdade. Relatório Final. Brasília: Comissão Nacional da Verdade.
- CASTRO, Celso (Org.) (2021). *General Villas Bôas: Conversas com o comandante*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- CLUBE MILITAR (2014), *31 de março de 1964 – A Verdade*. Edição Especial, nº 452. Rio de Janeiro.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de (2004). A Marcha, o Terço e o Livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 271-302. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100011>
- Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Instituto de Estudos da Violência do Estado (2009). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos no Brasil*. São Paulo: Imesp.
- CUNHA, Rosa Maria Cardoso da (2020). Comissão Nacional da Verdade: Impulso à democratização ou fator de retrocesso? In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, p. 179-206.
- DREIFUSS, René (1981). *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes.
- FAGANELLO, Marco Antonio (2015). Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 145-162.
- FERNANDES, Florestan (2019). *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular.
- GASPAROTTO, Alessandra; VECHIA, Renato Della; DA SILVEIRA, Marília Brandão Amaro (2012). A criação da Comissão Nacional da Verdade e a luta por Verdade, Memória e Justiça no Brasil. *Espaço Plural*, vol. 13, nº 27, p. 84–95. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944369007> (Acesso em 08/08/2024).
- GRAMSCI, Antonio (2014). Breves Notas Sobre A Política de Maquiavel. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio; HENRIQUES, Luiz (Orgs.). *Cadernos do Cárcere: volume 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 11-109.
- JELIN, Elizabeth (2003). *State Repression and the Labors of Memory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- MADEIRA, Rafael Machado; QUADROS, Marcos Paulo dos Reis (2017). Da “direita envergonhada” às bancadas “evangélica” e “da bala”: os caminhos da representação política do conservadorismo no Brasil. *Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambú/MG. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9259>
- MELO, Demian (2014). O Caráter de Classe do Golpe de 1964 e a Historiografia. In: SILVA, Carla; CALIL, Gilberto; SILVA, Márcio (Orgs.). *Ditaduras e Democracias: Estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM, p. 89-108.
- NAPOLITANO, Marcos (2015). Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antiteses*, Londrina, nº 15, p. 9-44. <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2015v8n15espp9>
- OLICK, Jeffrey (2007). *The Politics of Regret: On Collective Memory and Historical Responsibility*. New York & London: Routledge.
- POLLAK, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf) (Acesso em 08/08/202024).
- POLLAK, Michael (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, p. 200-212. Disponível em: [www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf](http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf) <Acesso em 08/08/202024>.
- TELES, Edson; QUINALHA, Renan (2020). O alcance e os limites do discurso da “Justiça de Transição”. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan. *Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, p. 15 – 53.
- TILLY, Charles; TARROW, S., MCADAM, D (2001). *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press.

# Os espaços públicos da cidade e as meninas: reflexões etnográficas com um coletivo feminista estudantil

*Public spaces in the city and girls: ethnographic reflections with a student feminist collective*

Maria Eduarda de Moraes Torres<sup>a</sup>, Alexandre Barbosa Pereira<sup>b</sup>

**Resumo** Esse artigo objetiva apresentar reflexões sobre a relação de meninas estudantes do ensino fundamental com os espaços públicos da cidade a partir de uma etnografia com um coletivo feminista estudantil. O grupo, composto por estudantes e professoras, é situado em uma escola municipal de ensino fundamental da zona leste paulistana, no Cidade Líder. A criação do coletivo foi motivada por situações de assédio enfrentadas pelas meninas nos trajetos de suas casas até a instituição, além de outras demandas da escola. Analisando esses desafios e outras experiências em campo, busca-se refletir sobre entraves nos processos de apropriação das meninas dos espaços da cidade e impactos em suas socialidades. Objetiva-se analisar essa questão em relação a outros lugares de destaque no cotidiano das estudantes de 10 e 11 anos participantes do grupo, como as suas casas, as redes sociais e a própria escola. Com isso, pontuam-se algumas questões que podem ser relevantes ao pensar sobre as práticas culturais das meninas e o contexto urbano, como o olhar para outros espaços e a articulação de categorias como gênero, curso da vida e lugar. O coletivo feminista e a escola destacam-se como lugares centrais para o diálogo sobre questões de gênero e sexualidade em uma perspectiva plural, abrindo possibilidades para compreender os desafios relacionados à mobilidade das meninas.

**Palavras-chave** Espaço urbano. Etnografia. Juventude. Gênero. Escola.

**Abstract** This article aims to present reflections on the relationship of elementary school girl students with the city's public spaces, based on an ethnography with a student feminist collective. The group, composed of students and teachers, is located in a municipal elementary school in the East Zone of São Paulo, in Cidade Líder. The collective's creation was motivated by situations of harassment faced by the girls on their commutes from

a Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mem.torres@unifesp.br

b Professor do Departamento de Ciências Sociais e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), abpereira@unifesp.br

*home to the institution, in addition to other demands within the school context. By analyzing these challenges and other experiences in the field, the study seeks to reflect on obstacles in the girls' processes of appropriation of the city's public spaces and the impacts on their socialities. The objective is to analyze this issue in relation to other prominent places in the daily lives of the 10 and 11-year-old students participating in the group, such as their homes, social media, and the school itself. With this, some questions that may be relevant when thinking about the girls' cultural practices and the urban context are highlighted, such as looking at other spaces and the articulation of categories like gender, life course, and place. The feminist collective and the school stand out as central places for dialogue on gender and sexuality issues from a plural perspective, opening possibilities for understanding of the challenges related to girls' mobility.*

**Keywords** *Urban space. Ethnography. Youth. Gender. School.*

## **INTRODUÇÃO**

Em discussões consideradas clássicas sobre as culturas juvenis e o contexto da cidade é possível questionar o lugar das meninas ou, melhor, a sua falta de lugar (Pereira, 2023; Weller, 2005). Nessas análises, por vezes, as práticas culturais das meninas não são colocadas em evidência e as dos meninos não são compreendidas como, também, generificadas. Ressalta-se que a relação das meninas com os espaços públicos urbanos apresenta diversas complexidades, tanto nas pesquisas clássicas, quanto em um cenário contemporâneo, indicando violências e desigualdades relacionadas às questões de gênero, étnico-raciais, sexualidade, curso da vida, entre outros marcadores sociais da diferença. É notável que essas dimensões impactam os modos como as meninas, mais novas ou mais velhas, se apropriam dos espaços públicos e de outros lugares de seus cotidianos.

Considerando essas questões, gênero e juventude, entre outras categorias etárias, podem ser compreendidos para além de recortes de pesquisa. Isto é, como características de interlocutores e interlocutoras de uma investigação. Essas noções podem ser entendidas como categorias que podem ser tensionadas e questionadas a partir de como as meninas concretamente, em seus contextos, vivenciam gênero e juventude. Em relação aos espaços públicos, a ausência das meninas na cidade, por exemplo, pode indicar algo significativo, apontando para os modos como as suas culturas são vivenciadas. McRobbie e Garber (1982) apostam nisso ao pensar sobre a especificidade da cultura das fãs e os quartos das meninas, entendendo uma restrição das jovens aos espaços da cidade no contexto britânico no século XX e as particularidades das suas práticas culturais, centradas no espaço doméstico. Assim, o lugar, como espaço e práticas de poder, também emerge como uma noção produtiva para pensar sobre as culturas das meninas (Mitchell; Rentschler, 2016).

No Brasil, o debate sobre como as questões de gênero e principalmente a atuação das meninas têm gerado novas configurações do espaço escolar já é tema de debate acadêmico de diferentes áreas. Frazão (2024), em uma etnografia em um bairro periférico de Campinas, voltou-se para as meninas de 12 a 17 anos em seu campo, discutindo suas diferentes feminilidades e a sua relação com o espaço escolar. A autora demarca essas feminilidades em relação às amizades das meninas, desafetos, a sexualidade, o desempenho escolar e a perspectiva de futuro das estudantes. Silva (2019) apresenta a escola como um território juvenil a partir de pesquisas etnográficas e atividades de extensão em escolas públicas de ensino médio na Baixada Santista, em São Paulo. A autora discorre sobre feminilidades e masculinidades no espaço escolar, compreendendo o uso dos celulares como algo central no cotidiano dos e das estudantes e no processo de constituição de performatividades de gênero. Santos (2009), por sua vez, discute sobre gênero e juventude a partir de uma etnografia em uma escola estadual em Vitória, no Espírito Santo. A autora destaca como meninos e meninas relacionam-se com o próprio espaço escolar, mas também destaca seus modos de experimentar a juventude. Para a autora, as meninas encontram no espaço escolar um modo de romper com determinadas subordinações relacionadas às questões de gênero enquanto os meninos não se identificam com a escola, a entendendo como uma obrigação. Nesse sentido, as meninas, para a autora, se aproximam do ser aluna e se afastam da experiência da juventude. Os meninos, entretanto, possuem experiências juvenis mais amplas e, nesse processo, se afastam da sua posição de alunos. Essas pesquisas, em diálogo com este artigo, demonstram como a escola pode despontar como um lugar significativo para uma reflexão sobre as experiências das meninas. Entretanto, enfatiza-se a relevância de pensá-la em articulação com outros lugares do cotidiano das meninas e meninos.

Levando em conta essas questões que permeiam os estudos sobre as meninas, o artigo apresenta algumas reflexões sobre a relação das meninas com a escola e com os espaços públicos da cidade a partir de uma etnografia com um coletivo feminista escolar. Para isso, parte-se de uma investigação desenvolvida com um grupo situado em uma escola municipal de ensino fundamental na periferia da zona leste paulistana, no Cidade Líder. O trabalho de campo foi desenvolvido por uma das pesquisadoras durante todo o ano letivo de 2024 em reuniões semanais do coletivo na escola. A investigadora participou de 21 encontros do grupo em 2024. Nesse momento, as integrantes do coletivo eram, sobretudo, meninas de 10 e 11 anos, do quinto e sexto ano do ensino fundamental. As principais interlocutoras da pesquisa foram Maitê, Helenna, Lara, Luna, Giovana, Estrela e Mirella, além

das professoras Carolina e Vanessa<sup>1</sup>. Helenna, Lara, Giovana, Estrela e Mirella são meninas negras e cisgênero. Maitê é uma menina branca e cisgênero. Vanessa, de 38 anos, e Carolina, de 44, são mulheres brancas e cisgênero.

Além da participação no coletivo, foram realizadas entrevistas com duas professoras participantes do grupo, Vanessa e Carolina. Vanessa é pedagoga e professora de Português e Carolina é professora de Ciências. Também foi realizada uma entrevista com Rebeca, uma jovem branca cisgênero de 18 anos, ex-aluna da escola que participou da formação do coletivo. A entrevista com Rebeca aconteceu em 2023 em um café no bairro escolhido pela jovem. A entrevista semiestruturada foi gravada e transcrita. As entrevistas realizadas com as professoras, em 2024, também semiestruturadas, aconteceram de modo online, pelo Google Meet. Os dois encontros foram gravados e transcritos. Para a elaboração das análises do artigo, foram utilizados registros dos diários de campo e momentos das entrevistas em articulação com debates sobre a relação das meninas com os espaços públicos da cidade, com destaque para discussões sócio-antropológicas e feministas. No decorrer da pesquisa, a etnografia foi compreendida como um modo de produzir conhecimento com as interlocutoras. Willis e Trondman (2008) propõem um projeto etnográfico que considera a utilidade de teorias em relação às evidências empíricas. Assim, o contato com o mundo pode produzir “surpresas” e tensionar as teorias sociais. Nesse sentido, as análises apresentadas foram desenvolvidas a partir de situações e *insights* vivenciados por meio do trabalho de campo.

Dessa maneira, primeiramente, serão apresentadas reflexões sobre entraves relacionados à apropriação das meninas dos espaços públicos da cidade. No campo, situações de assédios e perseguições vivenciadas por estudantes nos caminhos de suas casas até a escola foram marcantes para a criação do grupo por professoras e alunas em 2017. As discussões sobre esses episódios, que não eram casos isolados, também foram importantes para a continuidade do engajamento das meninas no grupo no decorrer dos anos. Além dessa problemática, discute-se como a condição de não-adultas, em articulação com outros marcadores sociais, pode afetar o acesso das meninas aos espaços públicos da cidade, sobretudo as mais novas. Considerando esses debates, apresenta-se que os desafios na apropriação de espaços públicos, bem como outras questões relacionadas ao curso da vida e às relações de gênero, podem indicar para outras formas e espaços de socialidade das meninas como suas casas, as redes sociais e a própria escola.

---

1 Os nomes adotados na investigação são fictícios. Os procedimentos da pesquisa seguiram as recomendações do Comitê de Ética, considerando a pesquisa com menores de 18 anos.

Ainda, tendo em vista as análises sobre os lugares de socialidade das meninas, serão apresentadas reflexões sobre práticas político-pedagógicas relacionadas às discussões de gênero e sexualidade na escola. Como uma experiência coletiva e feminista, o grupo com o qual a pesquisa foi realizada dialoga sobre as experiências das meninas na cidade, em seus trajetos cotidianos e no próprio espaço escolar, apresentando formas de ressignificação e enfrentamento de violências vivenciadas nesses contextos. Considerando isso, os diálogos sobre essas temáticas com Rebeca, ex-aluna da instituição e participante do grupo em seu período de formação, serão colocados em evidência. A partir disso, destaca-se, também, o lugar da escola enquanto um espaço de discussões públicas, plurais e de oferecimento às meninas de instrumentos e práticas para um fazer-cidade mais diverso (Agier, 2015).

Por fim, entende-se que os diálogos e atividades oferecidos pelo coletivo feminista possibilitam compreender com maior profundidade os desafios relacionados à mobilidade das meninas. A partir disso, retoma-se como gênero, curso da vida e lugar podem se constituir como categorias sociais relevantes. Apresentam-se alguns caminhos que podem ser interessantes para continuar pensando sobre essas categorias para além de recortes de investigação, como a partir dos estudos sobre as meninas (Mitchell; Rentschler, 2016). Pontua-se que uma perspectiva feminista, em diálogo com as teorias sociais, pode ser importante para considerar as meninas e a cidade em um sentido analítico, mas também político. Dessa maneira, comprehende-se que uma análise interseccional, considerando ainda raça, classe e outros marcadores, caminha juntamente com uma preocupação com a justiça social, se atentando aos desafios enfrentados pelas meninas nesses processos de apropriação dos espaços urbanos e possibilidades de transformação desse cenário (Collins, 2017).

## **O COTIDIANO DAS MENINAS NO BAIRRO: MOBILIDADES, GÊNERO E CURSO DA VIDA**

As reuniões do coletivo feminista estudantil aconteciam às sextas-feiras. Naquele dia, caminhávamos ao redor da escola para uma atividade de colagem de lambes. Enquanto colávamos mensagens nos postes como “se livre do que não te deixa ser livre” produzidas pelas estudantes, elas me contavam sobre o bairro onde moravam. Passávamos pelo trajeto que realizavam todos os dias ao irem a pé de suas casas até a escola. As meninas apostavam corrida até o próximo poste e, ao mesmo tempo, os lixos abertos e fezes de animais que desviávamos me chamavam a atenção. Lara, enquanto colocávamos uma mensagem perto de uma casa com um gatinho bastante simpático, me contou que, uma vez, vindo a pé para a escola, um rato tinha saído daquela casa e passado pelo seu pé. Em seguida, me contou

sobre o “cachorro capivara”, o *bull terrier* apelidado assim pelas meninas por sua aparência curiosa.

Esse caminho percorrido pelas estudantes diariamente era marcado por dimensões como a sujeira, os lixos bagunçados, mas também os apelidos para os animais da vizinhança e as brincadeiras entre as amigas. Com o decorrer da pesquisa, foi notável que a apropriação das meninas do espaço do bairro enfrentava alguns desafios. Parte desse cotidiano eram situações que impactavam diretamente o seu acesso à escola e suas socialidades, como problemas relacionados ao descarte de lixo no bairro, que nos introduzem a alguns desafios do território. Entretanto, também destacam-se as situações graves de assédio vivenciadas pelas meninas. O surgimento do coletivo em 2017 na escola está relacionado diretamente a violências enfrentadas pelas estudantes no bairro, como assédios e perseguições, além de conflitos internos na instituição.

A escola é situada no distrito Cidade Líder, na zona leste de São Paulo. O distrito, da subprefeitura de Itaquera, juntamente com Artur Alvim, Itaquera e Parque do Carmo, possui 136.660 habitantes<sup>2</sup>. É possível destacar transformações econômicas e sociais relevantes na zona leste nas últimas décadas, parte de processos de investimentos públicos e privados que implementaram na região grandes *shoppings centers*, prédios comerciais, hipermercados e arenas esportivas como a Corinthians (Machado, 2018). Em bairros como a Mooca e Tatuapé, esses investimentos tornam-se evidentes, demonstrando uma “centralização” desses espaços da região. Entretanto, essas transformações não são distribuídas igualmente na zona leste e aproveitadas amplamente por moradores dos distritos.

O Cidade Líder se afasta desse “centro” da leste e seus moradores não acessam amplamente os resultados desses investimentos. No bairro, duas distinções são importantes para refletir sobre as condições de habitação dos moradores e moradoras: quem mora na parte alta e na parte baixa. Transitando pela parte baixa, próxima de grandes avenidas, pode-se ver ruas pavimentadas e casas de alvenaria com quintal e garagem. Essa é a parte próxima ao parque, de fácil acesso ao comércio local e a outros serviços na região. Na parte alta, na favela Maria Luiza, as condições de habitação são diferentes. As casas são acessadas por ruas estreitas ou vielas e, muitas vezes, não possuem quintais. A maioria das estudantes da escola moram em seus arredores e transitam pelo bairro a pé.

---

2 De acordo com dados disponibilizados pela prefeitura paulistana, o IDH da subprefeitura de Itaquera é 0,758. Disponível em: <[https://capital.sp.gov.br/web/licenciamento/desenvolvimento\\_urbano](https://capital.sp.gov.br/web/licenciamento/desenvolvimento_urbano)> (acesso em: 21 de mar. 2025).

Nos trajetos cotidianos de alunos e alunas, um caso de assédio experienciado por uma estudante marcou a criação do coletivo feminista na escola. Em 2017, uma aluna do quarto ano do ensino fundamental entrou no espaço escolar assustada e fragilizada após ser perseguida por um homem em um carro no caminho de sua casa até a instituição. Esse acontecimento, conflitos na escola e discussões sobre gênero que efervesçam nas turmas impulsionaram a criação do grupo por professoras e estudantes. De 2017 até 2023, a professora Vanessa, pedagoga e professora de Português, foi a responsável pelo coletivo. Em 2024, Carolina, professora de Ciências, assumiu essa posição. Vanessa, em 2017, foi quem acolheu a estudante após a situação de assédio descrita anteriormente.

Veio uma menina que ela relatou que no caminho da escola, da casa dela para a escola, um cara chamou ela, quase colocou ela para dentro do carro, ela saiu correndo, entrou na escola chorando e uma das primeiras pessoas que ela viu lá embaixo fui eu. Então, e aí eu lembro de ter acolhido ela, ela chorou copiosamente, professora, eu fiquei com muito medo... (Vanessa, 2024, entrevista).

Após esse episódio, e conversando com outras alunas sobre o caso, Vanessa pontuou que foi possível entender que o que aconteceu com a estudante não era um caso isolado:

E aí a gente falou, vamos fazer movimento aqui, porque tá complicado, né? Ver o que aconteceu com a nossa aluna. Quando aconteceu isso com ela, a gente acabou conversando com uma parte das adolescentes... assim... e acontece direto. Direto. E era no trajeto da casa pra escola ou da escola pra casa, entendeu? Aí a gente falou, vamos fazer um negócio aqui pra elas entenderem a relação com o território, pra gente entender por que isso acontece e o que a gente pode fazer. E outras questões foram surgindo, professor que não deixa as meninas jogarem bola, só deixa os meninos. Aí foram tendo várias outras reclamações, né? Os meninos que passavam a mão mesmo, que não respeitavam, eram agressivos verbalmente, interrompiam as meninas quando elas estavam falando, aí a gente foi identificando vários elementos dentro da escola, né, que isso precisava ser trabalhado. E aí surge a ideia de fazer o coletivo em 2017 e depois em 2018. (Vanessa, 2024, entrevista)

Ainda sobre as situações de assédio experienciadas pelas meninas, de acordo com a professora Carolina, quando o coletivo começou a dialogar sobre essas questões, as estudantes se engajaram com maior intensidade em suas atividades:

Quando a gente começou a validar a questão do assédio que elas sofriam na rua e falar que não era culpa delas, que isso era uma coisa que acontecia com todas... porque elas tinham vergonha, elas se achavam culpadas, achavam que foi a roupa. Então quando a gente começou a tocar nessas questões e elas começaram a denunciar, “ah prô, toda vez que eu saio de casa tem homem no bar que fica mexendo comigo”, “ele é meu vizinho e ele sai pra fora e fica falando coisas inadequadas comigo”, aí a outra “eu já fui perseguida por carro”, “toda vez que eu saio os caras ficam buzinando na rua”, quando a gente abriu espaço para elas falarem disso, foi aquilo que trouxe elas para elas quererem agir e participar do coletivo. (Carolina, 2024, entrevista).

Atualmente, de acordo com as professoras, ainda existem relatos de situações de assédio no trajeto das estudantes. É preciso pontuar que a idade da maior parte das alunas da escola se relaciona a essas situações de violência que motivaram a criação do grupo. Mesmo com professoras morando na região da escola e transitando a pé por esses espaços, essa problemática foi evidenciada ao ouvir os relatos das estudantes. As professoras, em nossas entrevistas, destacaram suas percepções de que meninas sofrerem mais assédio do que mulheres adultas em espaços públicos. Vanessa, por exemplo, enfatizou como a sua experiência de andar pelas ruas da cidade se diferencia ao estar com a sua filha de 12 anos, que sofre recorrentemente assédios.

A pesquisa de 2021 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública afirma que 80% das vítimas de violência sexual são meninas de 10 a 14 anos de idade (FBSP, 2022). Essa é a idade das estudantes que frequentam a escola de ensino fundamental e, também, que participam do coletivo. Com esses dados, é possível perceber que os lugares mais violentos para meninas e mulheres são dentro de suas próprias casas, principalmente pelas violências serem praticadas, muitas vezes, por pessoas conhecidas ou da família. Como o campo da pesquisa apresenta, os espaços públicos da cidade também se constituem como lugares em que meninas expericiam situações violentas.

Pierre Mayol (1995) destaca que o uso cotidiano do bairro implica em apropriações de moradores e moradoras desse espaço urbano, imprimindo marcas próprias na cidade: “Pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço.” (Mayol, 1997, p. 40). Nesse processo, o bairro é compreendido em sua dimensão dinâmica, que exige aprendizagem, expressa nos corpos de seus mora-

dores e moradoras. Esses corpos na rua, de acordo com Mayol, são acompanhados por uma “ciência da representação” (Mayol, 1997, p. 48), comunicando vizinhos a partir de gestos e comportamentos. Contudo, considerando as situações compartilhadas pelas meninas, a relação de seus corpos e o território podem apresentar outros matizes, indicando efeitos nesse processo de apropriação cotidiano do espaço urbano.

Em “Sociedade de Esquina”, William Foote Whyte (2005), a partir de seu contexto de investigação, apresenta uma reflexão sobre as jovens que conheceu em Cornerville. O autor destaca que se deparou com dificuldades em se relacionar com as meninas, já que um contato próximo, como frequentar suas casas ou acompanhá-las à Igreja, significava um interesse romântico. Além disso, o acesso das meninas aos espaços públicos era restrito:

Com o passar do tempo, descobri que a vida em Cornerville não era nem de perto tão interessante e agradável para as garotas como para os homens. Um rapaz tinha total liberdade para sair e andar a pé. As garotas não podiam ficar pelas esquinas. Tinham que dividir seu tempo entre sua casa, a casa das amigas e dos parentes e um emprego, se fosse o caso. (Whyte, 2005, p. 300).

A pesquisa clássica do autor nos bairros periféricos de Boston é centrada nas práticas culturais de jovens rapazes. Contudo, a ausência das jovens nas “esquinas” ainda possibilitaria reflexões importantes. Como afirma Weller (2005), um olhar atento para como as jovens concretamente vivenciam suas condições juvenis e estabelecem suas práticas culturais é extremamente relevante. Com isso, nesse caso, seria possível pensar em como essa limitação aos espaços públicos indicada por Whyte ocorre, seus motivos e, também, nas estratégias elaboradas pelas jovens de Boston naquele contexto para estabelecer suas práticas culturais. Nesse sentido, essa ausência, ao contrário de desinteressante, poderia demonstrar especificidades das relações das meninas com os espaços públicos.

McRobbie e Garber (1982) na coletânea *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Post-War Britain* (Hall; Tony, 1982) analisam criticamente a ausência das jovens nos estudos sobre as subculturas no contexto de pós-guerra no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham. As autoras problematizam esse cenário nas análises e buscam elaborar hipóteses para isso, complexificando o lugar das meninas nas práticas culturais situadas nos espaços urbanos. As investigadoras introduzem ideias importantes, como a de que as práticas culturais das jovens podem ser estruturadas de outras formas,

considerando desigualdades de gênero. Ainda, apresenta-se a reflexão de que as jovens também podem estar ausentes da bibliografia sobre as culturas juvenis urbanas naquele momento por uma não documentação de suas práticas com a mesma intensidade do que a dos jovens, como indicaram as autoras pensando sobre as *Teddy Girls* na Grã-Bretanha.

No âmbito dos estudos sobre a juventude, as concepções de cultura e ação social que envolvem algumas pesquisas podem ser problemáticas para colocar em destaque as meninas (McRobbie; Garber, 1982; Weller, 2005). Nos anos 1960, a interpretação de subculturas juvenis como formas simbólicas de resistência em oposição a uma cultura hegemônica das classes dominantes se destaca (Hall; Tony, 1982). Entretanto, esse sentido de resistência poderia excluir práticas protagonizadas por meninas ao não corresponderem às expectativas relacionadas a essa noção de subcultura de resistência espetacularizada, comumente associada aos jovens meninos. Podemos estender essa crítica às diversas expressões político-culturais juvenis não cis-heteronormativas que, não correspondendo a essa binariedade, podem extrapolar de outras maneiras essas expectativas relacionadas às práticas juvenis.

Além disso, considerando as meninas mais novas, as suas relações com o espaço urbano podem ser mais restritas e pontuais, mas ainda apontam para seus modos de apropriação desse espaço. Nos caminhos de suas casas até a escola, dinâmicas próprias se estabelecem entre grupos de amigas, como pontuado anteriormente, como brincar de corrida até o próximo poste e apelidar os animais do bairro. Senkevics e Carvalho (2015) apresentam uma pesquisa sobre o papel da socialização familiar em trajetórias escolares de meninas e meninos a partir do olhar de 25 crianças de camadas populares de uma escola municipal de São Paulo. Na pesquisa, as meninas ressaltam as diferenças nas responsabilidades nas tarefas domésticas e no acesso à rua em comparação aos meninos. Os autores pontuam como as idas e vindas do espaço da casa para a escola eram um dos únicos momentos em que as meninas da pesquisa tinham acesso à rua.

Nesse sentido, destacam-se ausências e entraves possíveis nessas relações das meninas com os espaços públicos. Entretanto, ainda é necessário pensar sobre a condição de não-adulta das meninas e essas restrições. Aprofundando a análise sobre a relação entre gênero e idade, Mitchell e Rentschler (2016) exploram algumas tensões e conflitos nas práticas culturais das meninas em relação aos lugares. As autoras destacam o adultocentrismo na restrição das meninas aos espaços públicos, muitas vezes compreendidos como espaços de perigo. Afirma-se que, sobretudo para as mais novas, “Para criar seus espaços próprios, as meninas precisam lutar

para afirmar seus direitos a práticas de fazer-lugar que muitas vezes as colocam em conflito com estruturas de poder institucionalizadas.” (Mitchell; Rentschler, 2016, p. 02, tradução própria).

Assim, a restrição das meninas aos espaços públicos acontece, muitas vezes, através dessas perspectivas adultocêntricas que as limitam de acessá-los. Considera-se que existem relações de poder entre os mais novos e novas em relação aos adultos, impossibilitando, em muitos momentos, meninas e meninos de serem compreendidos por si mesmos (Sacristán, 2003). Entretanto, ressalta-se que essa restrição também pode ocorrer relacionada a violência que as meninas efetivamente experienciam no processo de apropriação desses espaços, como é verificável nos desafios enfrentados nos trajetos escolares das estudantes. Desse modo, é importante considerar essa dimensão ao explorar as maneiras criativas pelas quais as meninas transformam determinados lugares em seus “espaços próprios” (Mitchell; Rentschler, 2016).

Em relação ao contexto doméstico, vale destacar os modos como as meninas se apropriam desse lugar. Para pensar sobre a casa, retoma-se a discussão de McRobbie e Garber (1982) sobre os quartos das meninas enquanto lugares importantes e que se tornam “seus”, sobretudo a partir da cultura do quarto. As autoras destacam como a ênfase nas subculturas masculinas em um contexto de pós-guerra britânico se concentrava na ocupação dos meninos dos espaços públicos. Nesses estudos, não se considerava como as meninas ocupavam outros espaços e como essas localidades eram centrais em suas práticas culturais, como a casa e o quarto: “Pode, então, ser uma questão não da ausência ou presença de meninas nas subculturas, mas de toda uma rede alternativa de respostas e atividades por meio das quais as meninas negociam sua relação com as subculturas [...]” (McRobbie; Garber, 1982, p. 216, tradução própria).

Em um contexto contemporâneo, sobre a casa, ainda seria possível pensar na relação das meninas com “próteses” tecnológicas (Haraway, 2019), como seus celulares, computadores, videogames, ou ainda, livros, livros de colorir, entre outras possibilidades, constituindo as culturas dos quartos. Considerando a cultura de fãs como centrais na cultura de quarto apresentada por McRobbie e Garber (1982), ainda seria interessante questionar se os quartos continuam sendo relevantes nas culturas de fãs, mas agora mediadas, também, por diversas dinâmicas online, como os *fandoms*. Também é importante destacar que a noção de um quarto individual para os filhos e filhas aponta para uma perspectiva de classe social que não é presente para uma boa parte das meninas e meninos que não possuem

um quarto para si, e, muitas vezes, precisam compartilhar um mesmo ambiente com toda a família.

No caso das meninas do coletivo feminista da escola da pesquisa, elas compartilharam que realizavam atividades de lazer no espaço da casa, como a leitura, a escrita, o desenho e as atividades de colorir. Também ouviam músicas, assistiam vídeos, séries e filmes, navegavam pelas redes sociais e participavam dos *fandoms* de pop coreano através dos seus celulares. Assim, afirma-se que essas práticas culturais estão localizadas no âmbito doméstico e são atravessadas pelo digital. Contudo, não foi possível explorar com maior profundidade as relações das meninas com seus quartos, especificamente. De todo modo, ainda que possa não haver espaços adequados ou mesmo um quarto individual para muitas meninas, as novas tecnologias digitais podem ocupar de forma ainda mais intensa esse espaço de individualização que o quarto ou a cultura do quarto representavam.

## **A ESCOLA E PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS FEMINISTAS: VISIBILIDADE E ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS**

Em relação à escola, no campo da pesquisa, nota-se a apropriação desse espaço pelas meninas, e por outros estudantes, em sua participação em projetos do contraturno, como no próprio coletivo feminista, entre seus pares e com alguns professores e professoras. Considerando isso, destaca-se que no decorrer da investigação foi possível observar como o espaço escolar permite algumas aberturas para diálogos e experiências relacionadas à gênero e sexualidade de modos mais plurais, em comparação a outros lugares de destaque no cotidiano das meninas. Nesse sentido, as situações de violência experienciadas pelas estudantes no espaço urbano e doméstico e a sua relação com a escola podem ser colocadas em evidência.

Em uma das reuniões do coletivo feminista em 2024, uma das estudantes compartilhou comigo e com a professora Carolina uma situação de violência sexual que havia sofrido há anos com um membro de sua família. A partir do grupo, a mãe da estudante foi informada e os encaminhamentos legais necessários foram realizados, com o auxílio da coordenação e direção escolar. A estudante afirmou que compreendeu que o que havia vivenciado era uma situação de abuso, como nomeou, a partir de discussões no coletivo. A professora Carolina também compartilhou que o grupo e a escola já receberam outras denúncias de alunas relacionadas à violência sexual no contexto doméstico – além das queixas das meninas em relação aos assédios nas ruas do bairro. Considerando isso, reflete-se sobre a abertura encontrada pelas alunas na escola, sobretudo no coletivo feminista, para dialogar sobre situações e o acolhimento realizado pelas professoras.

Desse modo, também apresentam-se algumas maneiras de como o lugar pode ser uma noção significativa para refletir sobre o “ser-menina”, sobretudo ao considerar as apropriações das mesmas de seus espaços de socialidade. Cabe destacar que, por essa perspectiva, comprehende-se o lugar a partir de diversas relações sociais que se entrecruzam em um *locus* particular, como apresenta Doreen Massey (2000). Considerando isso, afirma-se que esses espaços são permeados por múltiplas relações conflituosas e alianças, com diferentes atores e atrizes. Os lugares, incluindo a escola, contém potencialidades e limites, se constituindo a partir das relações que as pessoas estabelecem entre si.

Entendendo isso, e dando enfoque ao coletivo feminista, ressalta-se que a escola, particularmente, pode oferecer algumas aberturas que contribuem, também, para refletir sobre a mobilidade das meninas. Não só a visibilidade a essas questões é oferecida pelo grupo, como também novos modos de compreender essas situações de violência, o compartilhamento coletivo de experiências consideradas injustas e atividades que impactam o território em alguma medida. Entre essas, estão a colagem de lambes feministas pelos muros e postes ao redor da escola, entrevistas com mulheres nos transportes públicos da região sobre assédio e com as mulheres do Parque do Carmo sobre a prática de exercícios em espaços públicos.

Masschelein e Simons (2014), analisando a noção de escola, defendem a ideia de que uma característica própria desse espaço é a democratização das coisas do mundo. Isto é, a partir desse espaço educativo, seria possível tornar as coisas do mundo um bem comum. Nesse sentido, determinados conhecimentos e práticas seriam postos à disposição de uma nova geração e novas formas e usos dessas coisas do mundo poderiam ser criadas pela juventude em seu tempo ocioso, suspenso do mundo. O coletivo feminista escolar, em seu sentido político e pedagógico, resgata, de certa maneira, a proposição dos autores sobre o que de particular haveria nessa noção democrática de escola. No caso do grupo, as discussões sobre as experiências das meninas em seus bairros, trajetos cotidianos e no próprio espaço escolar, apresentaram possibilidades de enfrentamento de diferentes situações.

Rebeca, de 18 anos, participou do coletivo em 2017 até se formar no ensino fundamental. A jovem ressaltou uma relação entre a sua identidade, a maturidade e um senso de segurança construído a partir das discussões acessadas no coletivo feminista. Isso também se relacionava com questões de mobilidade, como em sua relação com os espaços da cidade. Desse modo, a jovem relacionou a sua participação no coletivo e seus efeitos no tornar-se “mulher”, como o senso de segurança construído em oposição a uma noção de “menininha indefesa”: “A gente não sente mais aquela menininha indefesa, entendeu?” (Rebeca, 2023, entrevista). De acordo

com a jovem, situações de assédio experienciadas no contexto urbano a faziam sentir culpada ou com medo. Com as discussões do grupo, foi possível ressignificar algumas dessas experiências: “Tanto é que hoje eu saio na rua, eu ando sozinha e eu boto a cara no jogo, por conta delas.” (Rebeca, 2023, entrevista). Ainda apontou:

Antes eu tinha muito medo de pegar metrô sozinha, com medo do que poderiam fazer comigo e hoje não, hoje eu pego o metrô, eu vou pra Mauá, eu pego o trem, eu pego o inter-estadual e tudo certo, e tipo assim, tirou muitos medos, porque eu tinha medos bobos, eu não deveria ter medo de viver então ajudou bastante. (Rebeca, 2023, entrevista)

Além disso, considerando os processos de apropriação dos espaços públicos da cidade, vale destacar a presença no espaço da casa de meninas e meninos e a execução de tarefas domésticas. Rebeca relatou que na infância era a principal responsável pelas tarefas de sua casa. Por isso, enquanto seu irmão aproveitava o seu tempo livre na rua jogando bola com os amigos, Rebeca permanecia no espaço doméstico. A participação no coletivo feminista, para a jovem, também possibilitou discutir e compreender situações experienciadas que considerava injustas.

Maria Eduarda: O que você acha que te levou a se interessar bastante de primeira pelas temáticas? Tem algo específico que você acha que fez você se engajar?

Rebeca: Eu acho que foi pela minha criação. Fui criada com muito homem e as coisas eram bem tipo assim “ah, isso é coisa que menina tem que fazer”, “Rebeca lava a louça”, e eu ficava tipo, pô, mano, ele também tem mão, velho. Sabe? Tipo, ele sujou o prato. Meu irmão sujava o prato e eu tinha que lavar o prato dele, entendeu? Eu ficava o dia inteiro limpando a casa e meu irmão podia ficar na rua jogando bola. Eu ficava muito brava porque, pô, eu também tenho amigo. Eu também quero ir lá jogar bola com os amigos, e eu não podia. [...] E eu via tipo assim, umas coisas que eu já desde pequena não concordava. Eu falava, “eu não aceito isso, eu não vou fazer, você pode me bater, que eu vou apanhar, ficar de castigo, porque eu não vou fazer”. Porque eu não achava certo. Aí quando eu vi a luta do coletivo feminista em relação a isso, eu falei ah é aí que eu quero entrar, eu quero ter esse poder, esse lugar de fala. E aí foi onde eu falei, não, agora eu entendi o que eu pensava faz sentido, eu não tô doida da cabeça. Achava que eu era doida, eu ficava, não, só eu devo pensar assim, não é possível. (Rebeca, 2023, entrevista)

Considerando o relato de Rebeca, nota-se como o coletivo pode ser um lugar de discussão de experiências cotidianas das meninas, inclusive envolvendo questões

relacionadas ao seu acesso aos espaços públicos, entre outras questões relacionadas às suas mobilidades. Além disso, ao falar sobre a sua circulação pela cidade, a jovem destaca como o grupo foi importante para ressignificá-la e para a construção de um senso de confiança. Dessa maneira, retoma-se o lugar da escola enquanto um espaço de discussões públicas, plurais e de oferecimento às meninas de instrumentos e práticas para um fazer-cidade mais diverso (Agier, 2015). Com o coletivo, diferentes estratégias de pensar, estar e fazer a cidade podem ser compartilhadas entre meninas e mulheres. Nesse sentido, essas dimensões como parte do “mundo” também se tornam públicas, abrindo possibilidades para compreender com maior profundidade os desafios relacionados à apropriação dos espaços públicos pelas meninas, mas também para elaborar estratégias de enfrentamento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 2025, ao apresentar os resultados da pesquisa com o coletivo feminista na escola, em uma roda de conversa com professoras, um professor e alunas, a discussão sobre a relação das meninas e a cidade foi um destaque. André, o professor de Educação Física que estava presente, ressaltou que a discussão o fez lembrar de quando tinha 12 anos e atravessava a cidade para participar de treinos de futebol e seleções para times. O professor lembrou-se do medo que sentia em muitos momentos nesses trajetos. Assim, nos perguntou como deveria ser, então, para as meninas, que muitas vezes estão sujeitas a violências como os assédios que discutimos. Com isso, o professor nos questionou como isso poderia afetar a prática de exercícios físicos das meninas, por exemplo. Silvia Tapia (2025), em pesquisa sobre mobilidades juvenis em Buenos Aires, discorre sobre imobilidades que podem permear as experiências estudantis. Ela destaca que, ao considerar essa questão, é necessário pensar não só nas barreiras materiais que limitam essas mobilidades, mas também em questões simbólicas. A perspectiva da autora dialoga com os desafios enfrentados pelas meninas em suas trajetórias até o espaço escolar, mas também para além dele. As práticas de lazer e a apropriação das meninas dos espaços da cidade, em um sentido mais amplo, também são afetadas por essas dimensões, como nos provoca o professor a pensar.

Machado (2018), refletindo sobre o distrito de Cidade Tiradentes na zona leste paulistana, explicita que um dos impactos da expansão da urbanização na região foi a ampliação de diferentes citadinidades. De certo, os usos criativos dos espaços urbanos realizados por meninas e meninos se configuram como práticas de lazer, ativismos, práticas religiosas, lúdicas entre muitas outras, como os coletivos político-culturais feministas. Contudo, pontua-se que para além desses

usos criativos do espaço urbano e diferentes ativismos, é necessário considerar, também, problemáticas enfrentadas por determinados atores e atrizes em relação a esse processo. Para as interlocutoras da pesquisa, a sua relação com os espaços públicos era marcada por questões como a violência de gênero e sexual. Nesse sentido, ressalta-se que essa dimensão, aliada a outras problemáticas ou marcadore, pode produzir efeitos específicos nas práticas culturais das meninas.

As meninas do coletivo dialogavam sobre as suas experiências como meninas cisgênero de 10 e 11 anos. Caberia ainda pensar como esses desafios se colocam para meninas trans, mais velhas, entre outras possibilidades. A interseccionalidade é um instrumento analítico que nos permite olhar para as “encruzilhadas”. Por essa ótica, as dimensões de raça, gênero, classe, etárias (entre outras) se interseccionam, gerando contextos e experiências diversificadas de violência, e também de resistência, para diferentes posições que atores e atrizes assumem nas encruzilhadas (Collins; Bilge, 2020). Caminhando pelo bairro da escola com Daniela, professora da escola, conversamos sobre um de seus alunos de 10 anos que passava todo o seu tempo livre na rua. O estudante contou que voltava para casa apenas às duas da manhã, de acordo com o que relatou em sala de aula. Desse modo, é significativo ressaltar que gênero, curso da vida e lugar também são noções importantes para pensar sobre as experiências dos meninos e a constituição de suas masculinidades, infâncias, juventudes e apropriação dos espaços urbanos.

Mitchell e Reid-Walsh (2005) entendem o ser-menina como uma experiência em transformação, que parece estar se estendendo ao longo da vida. Refletindo sobre processos de juvenilização cultural, as autoras destacam que isso não parece se estender apenas para cima, invadindo a adultez, mas também para baixo, atingindo as meninas mais novas. Essa dimensão coloca novos desafios às pesquisas com as meninas e novas perguntas. De acordo com Mitchell e Reid-Walsh, talvez essas questões destaquem ainda mais a dimensão fabricada da juventude e um aspecto relacionado a sua generalização. A categoria menina, entendida “em aberto”, pode ser uma estratégia interessante para compreender as práticas culturais das meninas com mais nuances. Judith Butler (2021) apresenta “mulher” como uma categoria política e elabora reflexões sobre o sujeito do feminismo. A autora tece críticas à compreensão de mulher como uma categoria com uma definição em si mesma. A partir dessas reflexões, é necessário considerá-la como algo em constante reconstrução, constituída a partir das práticas culturais dos sujeitos. Assim, tendo em vista as relações etárias nesse debate, a categoria menina pode ser entendida como algo em construção.

Nesse sentido, ressalta-se como gênero e juventude podem impactar essas experiências dos espaços públicos ao serem olhados relationalmente e como categorias sociais. Dessa maneira, destaca-se como a relação entre gênero, juventude e lugar pode ser pensada em um sentido produtivo. A produção crescente de trabalhos sobre gênero e juventude nas Ciências Sociais indica um interesse de pesquisadoras e pesquisadores sobre essas temáticas. Entretanto, reafirma-se que são necessárias análises sobre como essas categorias são mobilizadas em nossas investigações. Assim, retoma-se a reflexão de que essas noções não são apenas características de determinados interlocutores e interlocutoras. É preciso considerar a produção teórica sobre essas categorias para ampliar as compreensões possíveis sobre gênero e curso da vida. Não apenas isso, mas também considerar como as pesquisas empíricas com as meninas e meninos possibilitam revisá-las, questioná-las e torná-las vivas (Peirano, 2016).

Considerando essas questões, apresenta-se a escola como um locus importante para a pesquisa interessada em uma aproximação das meninas e suas práticas culturais. Retoma-se, também, a relevância de uma perspectiva feminista e interseccional ao considerar esse cenário e interlocutoras de pesquisa. No caso das meninas que participavam do coletivo, como experienciavam as suas condições estudantis indicava para questões específicas, como a violência sexual, de gênero, mas ainda questões de classe e étnico-raciais, como o acesso precário de meninas a determinados cuidados e itens de higiene básica essenciais, como absorventes, questões envolvendo a autoestima, casos de racismo e dificuldades de autorreconhecimento racial. Nesse sentido, as diferenças sociais articuladas e discutidas no decorrer da investigação se constituem, em muitos momentos, como desigualdades. Considerar isso é importante para retomar o aspecto da justiça social presente em uma análise feminista e interseccional. Patricia Hill Collins (2017) apresenta como a apropriação da interseccionalidade pela academia neoliberal perdeu algo nessa tradução. Essa perda foi a não consideração de que uma análise social que considera classe, raça e gênero – entre outros marcadores, como idade – foi elaborada a partir dos movimentos sociais e projetos emancipatórios.

Nesse sentido, retoma-se, também, o lugar da escola enquanto um espaço de discussões públicas, do “comum”, e de oferecer às meninas a possibilidade de concretizar seus direitos. Agier (2015) ressalta como o “fazer-cidade” é uma prática em movimento, algo em transformação: “Locais, particulares ou precárias, as práticas do fazer-cidade assim revelam uma certa universalidade da cidade, no sentido de que deixam entrever inícios, gêneses, processos e lógicas da cidade, cujo final não conhecemos.” (Agier, 2015, p. 494). Pensando nessas possibilidades

de transformação, retomo um questionamento fundamental de Maitê, estudante que participa do coletivo feminista: “Ué, se as meninas não morarem no mundo, vão morar onde?” (Maitê, 2024, atividade do coletivo feminista). Moramos no mundo, na cidade e ocupamos os seus espaços. Por isso, mesmo não sabendo o “final”, as tentativas de tornar públicas as estratégias e conhecimentos de meninas e mulheres relacionados ao fazer-cidade e seus desafios tornam-se fundamentais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. DO DIREITO À CIDADE AO FAZER-CIDADE. O ANTROPÓLOGO, A MARGEM E O CENTRO. *Mana*, v. 21, p. 483–498, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s>>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Silma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*. v. 5 n. 1, 2017.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022: Violência Sexual Infantil - Os Dados Estão Aqui Para Quem Quiser Ver*. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estaoaqui-para-quem-quiser-ver.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- FRAZÃO, Maria Fernanda Corrêa. *Meninas adolescentes em meios populares na cidade de Campinas (SP): gênero, sexualidade e a relação com a escola*. Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2024.
- HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony. *Resistance through rituals. Youth and subcultures in post-war Britain*. Londres: Universidade de Birmingham, 1982.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Revolução Periférica: A Prática do Skate no Extremo Leste Paulistano. *ILUMINURAS*, v. 19, n. 47, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/89026>>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola: uma questão pública*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

- MAYOL, Pierre. Primeira parte - Morar. In: *A invenção do cotidiano*. Vol. 2. Morar, cozinhar. CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (Orgs.). Petrópolis, Vozes, 1997.
- MICROBBIE, Angela; GARBER, Jenny. Girls and subcultures. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Orgs.). *Resistance through rituals*. Youth and subcultures in post-war Britain. Londres: Universidade de Birmingham, 1982.
- MITCHELL, Claudia; REID-WALSH, Jacqueline. Theorizing Tween Culture Within Girlhood Studies. *Counterpoints*, v. 245, p. 1-21, 2005, Vol. 245. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/42978689>> Acesso em 01 jul. 2025.
- MITCHELL, Claudia; RENTSCHLER, Carrie. *Girlhood and the politics of place*. Nova Iorque: Berghahn Books, 2016.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, v.2, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/1890>>. Acesso em: 29 abr. 2024.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. Onde estão as meninas? Questões para pesquisas sobre culturas juvenis hegemonicamente masculinas. *Etnográfica*, v. 27, n. 1, p. 51-71, 2023.
- SANTOS, Luanna Meriguete. *A quem é possível a juventude? Meninas e Meninos entre o ser jovem e o ser aluna/aluno*. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.
- SILVA, Cristiane Gonçalves da.. ENCONTROS NOS TERRITÓRIOS: ESCOLA, TECNOLOGIAS JUVENIS E GÊNERO. *Cadernos De Pesquisa*, v. 49, n. 171, p. 180–202, 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145323>
- SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 944–968, out. 2015.
- TAPIA, Silvia Alejandra. Introducción. In: TAPIA, Silvia Alejandra (org.). *Movilidades escolares (in)justas: experiencias de jóvenes en escuelas secundarias de Buenos Aires, Córdoba y São Paulo*. Buenos Aires: TeseoPress, 2025.
- WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 107–126, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000100008&lng=pt&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100008&lng=pt&tlang=pt)>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- WILLIS, Paul.; TRONDMAN, Mats. Manifesto pela etnografia., Porto, Portugal, n. 27, p. 211-220, 2008.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2005.

# Projetos de Lei Antifeministas na Câmara dos Deputados em ofensiva aos direitos das mulheres e LGBTQIAPN+

*Antifeminists Congressional Bills in Brazilian Chamber of Deputies against women and LGBTQIAPN+ rights*

Kellen Carvalho de Sousa Brito<sup>a</sup>, Olívia Cristina Perez<sup>b</sup>

**Resumo** Este artigo analisa a materialização do antifeminismo no Congresso Nacional, com foco nos Projetos de Lei (PLs) apresentados na Câmara dos Deputados entre 2019 e 2022 que utilizaram o termo gênero em suas ementas e conteúdo. A pesquisa adota metodologia qualitativa, baseada em análise documental e de conteúdo, e identificou 34 proposições classificadas como antifeministas. Os resultados mostram que essas iniciativas se concentram em três frentes principais: adoção do sexo biológico como critério definidor de gênero, proibição do uso da linguagem neutra e restrição ao ensino de gênero e diversidade sexual nas escolas. A análise indica que tais propostas atuam de forma preventiva, em sintonia com o movimento antigênero transnacional. O estudo contribui, assim, para a compreensão da narrativa conservadora no Brasil e de suas expressões antifeministas.

**Palavras-chave** antifeminismo, gênero, conservadorismo, feminismos, direitas.

**Abstract** This article analyzes the materialization of antifeminism in Brazil's National Congress, focusing on the bills introduced in the Chamber of Deputies between 2019 and 2022 that employed the term gender in their titles or content. The study adopts a qualitative methodology, based on documentary and content analysis, and identified 34 propositions classified as antifeminist. The findings show that these initiatives concentrate on three main fronts: establishing biological sex as the defining criterion of gender, prohibiting the use of gender-neutral language, and restricting the teaching of gender and sexual diversity in schools. The analysis indicates that such proposals operate preventively, in alignment with the transnational anti-gender movement. The study thus contributes to understanding conservative narratives in Brazil and their antifeminist expressions.

**Keywords** antifeminist, gender, conservatism, feminism, right-wings.

---

a Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: [kellenbrito@ufpi.edu.br](mailto:kellenbrito@ufpi.edu.br)

b Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: [oliviaperez@ufpi.edu.br](mailto:oliviaperez@ufpi.edu.br)

## INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa manifestações narrativas antifeministas e antigênero na produção legislativa da Câmara dos Deputados brasileira, com base nos Projetos de Lei (PLs) propostos entre 2019 e 2022 que se opõem às pautas dos movimentos feministas e pró-gênero. O estudo se concentra na análise qualitativa desses PLs, investigando os padrões discursivos de seus autores.

Neste artigo, os feminismos são entendidos a partir da perspectiva interseccional, que considera que as opressões de gênero se articulam com outras desigualdades sociais, como raça, classe e sexualidade (Perez; Ricoldi, 2023; Facchini; Carmo; Lima, 2020). Compreendemos que a luta pelos direitos das mulheres deve incluir também a defesa de pessoas trans, travestis, gays considerados afeminados e outros grupos marginalizados pelo patriarcado (Cisne, 2014). Em consequência, entendemos o antifeminismo como um conjunto de ideias e ações que se opõem às pautas defendidas por este feminismo interseccional, abrangendo também ofensivas aos direitos da comunidade LGBTQIAPN+ e impedindo avanços no reconhecimento das diversidades de gênero e nas discussões sobre papéis sociais (Joeun, 2023; Blais; Dupuis-Déri, 2011; Pinto, 2021).

O antifeminismo tem raízes na tradição cristã e na resistência às mudanças nos papéis de gênero, sustentando visões conservadoras que equiparam gênero e sexo, reconhecem apenas homens e mulheres e lhes atribuem funções sociais específicas (Joeun, 2023; Blais; Dupuis-Déri, 2011). Mais do que preservar privilégios e assimetrias, reflete princípios religiosos conservadores e pode ser compreendido como *backlash* antigênero, reação que busca impedir conquistas feministas e revogar direitos já estabelecidos (Ferreira; Rêses, 2023; Sardenberg; Mano; Sacchet, 2020; Fonseca, 2018). O antifeminismo como contramovimento, assume diferentes formas: os antifeminismos interseccionais, os religiosos, os de Estado, os movimentos masculinistas e o ciber-antifeminismo (Bonet-Martí, 2021).

Este artigo entende o antifeminismo como análogo ao movimento antigênero, cuja trajetória remonta às reações católicas às conferências da ONU no Cairo (1994) e em Pequim (1995). A partir dos anos 1990, o Vaticano difundiu a retórica da ideologia de gênero como instrumento para barrar políticas de igualdade, apresentando o conceito de gênero como ameaça moral e civilizatória (Corredor, 2019; Bracke; Paternotte, 2016). Após 2016, essa narrativa fortaleceu-se na América Latina com a formação de uma frente ecumênica entre católicos, evangélicos e conservadores, sendo incorporada como bandeira política por lideranças como Jair Bolsonaro e Rafael Correa (Corrêa; Kalil, 2021).

Os efeitos do movimento antigênero se manifestam na legislação e nas políticas públicas, como o bloqueio à educação sexual no Paraguai e a negação da descriminalização do aborto para vítimas de estupro no Equador (Corrêa; Kalil, 2021). A normalização do discurso de ódio também impulsiona retrocessos contra direitos LGBTQIAPN+, exemplificados pelas zonas livres de LGBTQ+ na Polônia e por proibições na Rússia (Korolczuk et al., 2025).

No Brasil, a ofensiva antigênero também deve ser compreendida como a manifestação de uma reconfiguração mais ampla do conservadorismo nacional, que articula crise política e econômica para criar um pânico moral (Payne; De Sousa Santos, 2020). Este fenômeno ganhou força a partir das eleições de 2014, que resultaram no Congresso Nacional mais conservador em décadas, e culminou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (Santos, 2018).

A ofensiva antigênero integra a chamada pauta de costumes, consolidada como eixo estratégico do bolsonarismo ao articular apoio religioso e operar como *backlash*, isto é, como uma reação conservadora aos avanços feministas (Luna, 2023). No governo Bolsonaro, o antifeminismo estruturou uma narrativa que desloca para o feminismo, e não para o patriarcado, a responsabilidade pelos problemas sociais, mobilizando retóricas pró-vida e pró-família para sustentar a ordem patriarcal (Aguiar; Pereira, 2019).

Uma das expressões centrais nesse debate é a ideologia de gênero, que no Brasil ganhou destaque durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos Planos Estaduais e Municipais de Educação (Teixeira; Biroli, 2022). O termo funciona como categoria de acusação capaz de mobilizar diferentes arenas, especialmente na regulação da vida pelo Legislativo (Luna, 2017, p. 38). Ao mesmo tempo, agrupa discursos antiaborto, defesa da chamada família natural e oposição à educação sexual, frequentemente articulados por parlamentares com vínculos religiosos (Rezende; Ávila; Oliveira, 2020).

Os estudos sobre o movimento antifeminista e antigênero no Legislativo brasileiro têm se concentrado em três principais eixos. O primeiro destaca o sistema educacional como alvo central da ofensiva, com a retirada dos termos gênero e orientação sexual do Plano Nacional de Educação (2014–2024) e o avanço de projetos que buscavam banir o debate de gênero nas escolas (Luna, 2017; Teixeira; Biroli, 2022; Santos, 2018, 2022). O segundo eixo enfatiza a reação conservadora em torno da definição legal de família e da negação da diversidade sexual, exemplificada pelo Estatuto da Família e por proposições que criminalizavam a chamada ideologia de gênero (Santos, 2022; Teixeira; Biroli, 2022). O terceiro mostra como, a partir de 2018, a pauta de costumes foi elevada a política de Estado, institucionala-

lizando narrativas antifeministas e antigênero no Executivo (Luna, 2023; Aguiar; Pereira, 2019).

Contribuindo com essa literatura, a presente pesquisa examina os discursos antifeministas e antigênero expressos nos Projetos de Lei que utilizam a palavra gênero e que foram protocolados na Câmara dos Deputados. Este artigo analisa a materialização das narrativas antifeministas no âmbito legislativo brasileiro, por meio do exame de Projetos de Lei protocolados na Câmara dos Deputados durante a 56<sup>a</sup> Legislatura (2019-2022). O estudo busca responder: quais temas e estratégias discursivas caracterizam as proposições legislativas antifeministas apresentadas entre 2019 e 2022?

Parte-se da hipótese de que tais projetos: 1) concentram-se em barrar avanços relacionados a gênero e sexualidade; 2) utilizam a proteção da família ou o combate à ideologia para justificar restrições de direitos; e 3) refletem a atualização do antifeminismo frente às conquistas feministas e LGBTQIAPN+ recentes. O estudo parte da premissa de que tanto os feminismos quanto os antifeminismos constituem campos plurais e dinamicamente relacionados (Blais; Dupuis-Déri, 2011).

Esta pesquisa qualitativa utiliza análise documental e de conteúdo, tendo como foco os Projetos de Lei (PLs) apresentados na Câmara dos Deputados entre 2019 e 2022. A escolha por analisar exclusivamente PLs deve-se ao fato de que, além do potencial de transformação em normas jurídicas, eles carregam forte dimensão simbólica e discursiva da ação parlamentar, revelando disputas políticas em torno de direitos, exigindo posicionamentos formais do Legislativo e impactando diretamente as políticas públicas.

A busca foi realizada em janeiro de 2024 no sítio da Câmara dos Deputados, utilizando o termo gênero como palavra-chave central. Essa escolha deve-se ao fato de que essa palavra opera como um significante-chave nos debates contemporâneos, abarcando tanto pautas feministas e pró-LGBTQIAPN+, tais como identidade de gênero e direitos reprodutivos; quanto reações antifeministas e antigênero, como discursos contra a chamada ideologia de gênero. Assim, o termo permite captar tanto proposições progressistas quanto conservadoras, sendo um eixo analítico mais abrangente.

Gênero, a palavra-chave escolhida para essa pesquisa, reportou 708 resultados na busca. Em seguida, excluiu-se da análise os PLs em que a utilização da palavra gênero não estava relacionada a mulheres (cisgênero ou transgênero), identidade de gênero e população LGBTQIAPN+. Essa primeira separação foi feita a partir da leitura das ementas dos projetos. Nessa etapa, foram eliminados da análise

373 projetos de lei, que versavam sobre gênero alimentício, gênero musical, entre outros, restando para análise o total de 335 PLs.

Posteriormente, a partir da leitura das ementas e do inteiro teor dos projetos, identificou-se quando a utilização da palavra gênero associada a mulheres, identidade de gênero e população LGBTQIAPN+ versavam sobre conteúdos inclusivos ou excludentes. Para essa classificação, utilizamos um conjunto de perguntas norteadoras: o PL restringe direitos já conquistados por mulheres ou pela comunidade LGBTQIAPN+? Cria obstáculos ao reconhecimento de identidades de gênero diversas ao reforçar uma visão binária e essencialista de gênero? Fundamenta-se em estereótipos ou papéis sociais tradicionais? Estabelece distinções legais baseadas em concepções biologizantes do que é ser homem ou mulher? Utiliza expressões como ideologia de gênero, proteção da família ou direitos parentais para justificar restrições? Associa identidades não heteronormativas a ameaças morais? Ou propõe intervenções estatais em corpos/sexualidades, como a patologização de identidades trans?

A partir dos critérios analíticos estabelecidos, foram classificados como antifeministas os projetos de lei que restringem a autonomia sobre corpo, gênero e sexualidade; preservam hierarquias tradicionais de gênero; ou impedem avanços relacionados às mulheres e à população LGBTQIAPN+. Entre os 335 projetos examinados, 34 (10,1%) enquadram-se nessa categoria, com distribuição desigual ao longo da legislatura: 8 PLs em 2019, 8 em 2020, um pico de 13 em 2021 e 5 em 2022. Importa destacar que essa categorização não implica que os/as parlamentares autores(as) se reconheçam como antifeministas, nem que tal prática constitua uma corrente ou movimento formalmente organizado.

Após a tabulação e categorização, os Projetos de Lei foram reunidos em um quadro que apresenta sua distribuição por temas. Esse processo de classificação não se restringe a um exercício descritivo, mas busca evidenciar os núcleos discursivos das iniciativas voltadas à restrição de direitos de mulheres e da população LGBTQIAPN+. Ao destacar a recorrência e a articulação dessas pautas, o estudo contribui para a compreensão de como o antifeminismo e o movimento antigênero se materializam na prática legislativa e na disputa ideológica no Parlamento brasileiro.

## **ANÁLISE DOS PLS ANTIFEMINISTAS**

Nesta seção, examinamos os Projetos de Lei categorizados como antifeministas, protocolados na Câmara dos Deputados entre 2019 e 2022. O objetivo é compreender como se estruturam as narrativas e os discursos antifeministas e antigênero no âmbito parlamentar. A partir da análise de conteúdo, identificaram-

-se recorrências e semelhanças temáticas entre diferentes proposições, permitindo sua sistematização em blocos. Esses blocos foram organizados de forma comparativa e apresentados no Quadro 1, com cores distintas para destacar cada categoria temática.

**Quadro 1.** Temas dos PLs antifeministas protocolados na Câmara Federal entre os anos de 2019 e 2022

Tema do PL	Número do PL	Autores	Partido (Sigla–Estado)
Proibir o uso de linguagem neutra (14)	PL 5422/2020	Julio Cesar Ribeiro Maria Rosas	REPUBLIC–DF REPUBLIC–SP
	PL 5385/2020	Caroline de Toni	PSL–SC
	PL 5248/2020	Guilherme Derrite	PP–SP
	PL 5198/2020	Junio Amaral	PSL–MG
	PL 3679/2021	Fernando Rodolfo	PL–PE
	PL 3310/2021	Nivaldo Albuquerque	PTB–AL
	PL 2866/2021	José Medeiros	PODE–MT
	PL 2759/2021	Jerônimo Goergen	PP–RS
	PL 2650/2021	Geovania de Sá Daniela do Waguinho	PSDB–SC MDB–RJ
	PL 2114/2021	Loester Trutis	PSL–MS
	PL 211/2021	Chris Tonietto	PSL–RJ
	PL 173/2021	Lincoln Portela	PL–MG
	PL 764/2022	Reinhold Stephanes	PSD–PR
	PL 2957/2022	Kim Kataguiri	UNIÃO–SP
Padronizar o gênero pelo sexo biológico (10)	PL 2200/2019	Pastor Sargento Isidório	AVANTE–BA
	PL 2596/2019	Julio Cesar Ribeiro	PRB–DF
	PL 2639/2019	Sóstenes Cavalcante	DEM–RJ
	PL 2578/2020	Filipe Barros Major Fabiana	PSL–PR PSL–RJ
	PL 3396/2020	Bia Kicis Dra. Soraya Manato Paula Belmonte Alê Silva Mara Rocha Lauriete Aline Sleutjes Major Fabiana	PSL–DF PSL–ES CIDADANIA–DF PSL–MG PSDB–AC PL–ES PSL–PR PSL–RJ
	PL 1670/2021	Guilherme Derrite	PP–SP
	PL 1728/2021	Loester Trutis	PSL–MS
	PL 2649/2021	Pastor Sargento Isidório	AVANTE–BA
	PL 684/2022	Alex Santana	PDT–BA
	PL 2146/2022	Caroline de Toni	PL–SC

Vedar do ensino sobre orientação sexual e identidade de gênero (6)	PL 246/2019	Bia Kicis Chris Tonietto Carla Zambelli Caroline de Toni Gurgel Carlos Jordy Aline Sleutjes Luiz Philippe de Orleans e Bragança Léo Motta Alê Silva Coronel Armando Alexis Fonteyne Kim Kataguiri Sóstenes Cavalcante Julian Lemos Alan Rick Marco Feliciano Enéias Reis Joice Hasselmann Nelson Barbudo	PSL–DF PSL–RJ PSL–SP PSL–SC PSL–RJ PSL–RJ PSL–PR PSL–SP PSL–MG PSL–MG PSL–SC NOVO–SP DEM–SP DEM–RJ PSL–PB DEM–AC PODE–SP PSL–MG PSL–SP PSL–MT
	PL 258/2019	Pastor Eurico	PATRI–PE
	PL 1239/2019	Pastor Sargento Isidório	AVANTE–BA
	PL 4893/2020	Léo Motta	PSL–MG
	PL 4520/2021	Dr. Jaziel	PL–CE
	PL 1176/2022	David Soares	UNIÃO–SP
Impedir tratamento hormonal e cirúrgico para pessoas trans menores de 21 anos (1)	PL 3419/2019	Heitor Freire	PSL–CE
Proibir atores infantojuvenis em atuação relacionada a gênero (1)	PL 2594/2021	Pastor Gil	PL–MA
Permitir a atuação psicológica na chamada cura gay (1)	PL 2587/2019	Pastor Sargento Isidório	AVANTE–BA
Revogar cotas de participação de mulheres na política (1)	PL 4213/2020	Caroline de Toni	PSL–SC

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Câmara dos Deputados (2024).

O Quadro 1 apresenta, em ordem decrescente de volume de projetos, os 34 PLs que foram organizados nos seguintes temas: proibir o uso de linguagem neutra (14); padronizar o gênero pelo sexo biológico (10); vedar o ensino sobre orientação sexual e identidade de gênero (6); impedir tratamento hormonal e cirúrgico para pessoas trans menores de 21 anos (1); proibir atores infantojuvenis em atuação relacionada a gênero (1); permitir a atuação psicológica na chamada cura gay (1); revogar cotas de participação das mulheres na política (1).

Os resultados temáticos identificados dialogam com a literatura sobre o avanço dos conservadorismos no Brasil. A eleição de Jair Bolsonaro e a ascensão do chamado bolsonarismo, em 2018, reforçaram a percepção de maior presença do antifeminismo na Câmara dos Deputados. De fato, observa-se crescimento: encontramos 15 Projetos de Lei com teor antifeminista na 55<sup>a</sup> Legislatura (2015–2018), contra 34 na 56<sup>a</sup> Legislatura (2019–2022). Contudo, trata-se de um recorte específico, limitado aos PLs que utilizaram o termo gênero em suas ementas ou conteúdos. Embora o termo seja amplamente mobilizado por setores conservadores, apenas pouco mais de 10% das proposições que o empregaram na 56<sup>a</sup> Legislatura apresentaram conteúdo de fato antifeminista e/ou antigênero.

A análise detalhada recairá apenas sobre os três primeiros blocos temáticos, dada a maior recorrência e a similaridade tanto nos conteúdos dos inteiros teores dos projetos quanto nas justificativas apresentadas por seus proponentes. Muitos desses PLs encontram-se apensados, isto é, anexados uns aos outros por tratarem de matérias análogas e, portanto, tramitam em conjunto nas comissões da Câmara dos Deputados. Esse aspecto reforça a pertinência das categorias temáticas estabelecidas nesta pesquisa. Já os demais quatro blocos identificados não apresentam semelhanças significativas entre si e, por isso, serão analisados individualmente. Contudo, por se tratarem de manifestações isoladas, acabam por não permitir a identificação de um padrão narrativo consistente.

## **PROIBIÇÃO DO USO DE LINGUAGEM NEUTRA**

O primeiro bloco temático analisado é a proibição do uso de linguagem neutra, ou seja, a utilização de formas de flexão de gênero diferentes daquelas definidas pela língua portuguesa formal. Esta foi a temática mais proposta entre os 34 projetos de lei antifeministas. Foram 14 PLs apresentados com o intuito de vedar expressamente o ensino e a utilização da linguagem neutra.

A linguagem neutra, ou não-binária, constitui uma terceira desinência de gênero na escrita e na fala, rompendo com o padrão binário masculino–feminino. É formada pelo uso de letras e símbolos como E, U, X e @, no lugar das letras A e

O, funcionando como alternativa ao uso genérico do masculino (Noronha, 2023). Assim, altera os padrões normativos da língua portuguesa com o objetivo de incluir pessoas que não se identificam com o binarismo de gênero ou que não se sentem representadas pela predominância do masculino.

O PL 2114/2021 (Brasil, 2021a), de autoria de Loester Trutis (PSL-MS), trata da proibição do ensino e da utilização da linguagem neutra. Diferencia-se dos demais projetos sobre o tema por prever sanções: multa de dez mil reais às instituições privadas que violarem a norma culta e abertura de processo por improbidade administrativa para servidores públicos que fizerem uso da linguagem neutra. Esse PL foi anexado ao PL 5198/2020 (Brasil, 2020d), de Junio Amaral (PSL-MG), primeira proposição sobre o tema, que buscava vedar novas formas de flexão de gênero em currículos escolares e em editais de seleções e concursos públicos.

Em geral, os PLs sobre linguagem neutra são justificados pela ideia de que já existe uma forma de neutralidade na norma culta – o uso do masculino como genérico – não havendo necessidade de criar novas flexões. Essa lógica, contudo, demanda problematização. O Manual para o uso não sexista da linguagem, elaborado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, ressalta que a língua não é neutra: reflete a sociedade que a utiliza e transmite sua ideologia dominante, reproduzindo desigualdades, androcentrismo e sexism (Rio Grande do Sul, 2014). Esta compreensão aponta que a linguagem possui uma função hierarquizante de gênero, na qual o masculino é tido como superior.

Outros PLs alegam preocupação com a adaptação de pessoas com deficiência auditiva e visual, bem como de pessoas com dislexia, a exemplo do PL 5198/2020 (Brasil, 2020d). No entanto, abordagens feministas destacam que a linguagem neutra já existe e é compreendida em práticas cotidianas. A defesa da integridade linguística presente nesses PLs pode ser interpretada como resistência ao reconhecimento de identidades além do binário masculino/feminino (Noronha, 2023). Logo, a língua deve ser entendida como um sistema social dinâmico e em constante transformação, aspecto ignorado quando leis ou propostas de lei buscam impor exclusivamente o uso da norma culta.

## **PADRONIZAÇÃO DO GÊNERO PELO SEXO BIOLÓGICO**

O segundo bloco temático analisado refere-se à definição do sexo biológico como critério exclusivo de gênero. A temática é bem representada pelo PL 3396/2020 (Brasil, 2020a), proposto pelo conjunto de deputados: Bia Kicis (PSL-DF); Dra. Soraya Manato (PSL-ES); Paula Belmonte (CIDADANIA-DF); Alê Silva (PSL-MG); Mara Rocha (PSDB-AC); Lauriete (PL-ES); Aline Sleutjes (PSL-PR);

e Major Fabiana (PSL-RJ). O projeto estabelece que o sexo biológico seja o único parâmetro para definir o gênero dos atletas em competições esportivas no Brasil (Brasil, 2020a, p. 1). A proposta expressa a lógica central desse bloco temático: impedir a participação de pessoas cujo sexo biológico não corresponda ao gênero da competição, restringindo as categorias femininas às mulheres cisgênero e as masculinas aos homens cisgênero.

Nas justificativas desses projetos, a ênfase recai quase sempre na exclusão de mulheres trans das competições femininas. É o caso do PL 2200/2019 (Brasil, 2019b), de autoria do deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), primeira proposição apresentada sobre o tema. Sua ementa dispõe sobre a “proibição da participação de atletas transexuais do sexo masculino (HOMENS TRAVESTITOS OU FANTASIADOS DE MULHER) em competições do sexo feminino em todo o Território Nacional” (Brasil, 2019b, p. 1). Nota-se, assim, uma preocupação desproporcional com homens biológicos que se identificam como mulheres, em contraste com a ausência de menção a mulheres biológicas que se identificam com o gênero masculino.

Os PLs que definem gênero exclusivamente a partir do sexo biológico são categorizados aqui como antifeministas por sustentarem padrões normativos tradicionais de gênero com base em argumentos biologizantes. Neles, a existência de apenas dois sexos na natureza é usada como justificativa central, ignorando que o conceito de gênero é também construído a partir de vivências pessoais e experiências sociais (Lamas, 2022). Assim, o antifeminismo desses projetos se manifesta justamente na negação da individualidade e da autodeterminação das pessoas.

No mesmo eixo do sexo biológico como critério de gênero, o PL 684/2022 (Brasil, 2022b), de autoria de Alex Santana (PDT-BA), propõe que a aposentadoria por idade e tempo de serviço das mulheres seja concedida apenas com base no critério biológico. A medida, portanto, exclui mulheres transgênero do benefício de redução de idade e tempo de contribuição garantido às mulheres cisgênero. A justificativa do projeto é que tal diferenciação seria uma condição especial restrita às mulheres cis por estarem submetidas à maternidade e à dupla jornada de trabalho – profissional e doméstico (Brasil, 2022b).

Embora o principal argumento para a concessão de aposentadoria diferenciada às mulheres seja a maternidade e a dupla jornada, estudos feministas indicam que o problema central está nos déficits de contribuição decorrentes das desigualdades estruturais no mercado de trabalho. As mulheres enfrentam maiores barreiras de inserção e permanência, recebem salários mais baixos e vivenciam períodos mais longos de subocupação, o que compromete suas condições de aposentadoria quando

submetidas às mesmas regras dos homens (Matijascic, 2016). Tais obstáculos atingem tanto mulheres cis quanto trans, sendo estas últimas ainda mais prejudicadas pela discriminação (Santos; Oliveira-Silva, 2021; Paniza; Moresco, 2022). Assim, ao entendermos a previdência como política de redução de desigualdades, não há incompatibilidade em estender benefícios diferenciados também às mulheres trans.

Encerrando a discussão sobre o sexo biológico como definidor de gênero, destaca-se o PL 2649/2021 (Brasil, 2021b), de autoria do deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA). O projeto propõe que policiais do sexo feminino possam se abster de realizar abordagens em “homens fantasiados de mulher ou que se intitule como Trans ou Travestis” (Brasil, 2021b, p. 1). A justificativa apresentada é a de evitar constrangimento às policiais, restringindo a realização de revistas a mulheres cisgênero. No entanto, a proposta ignora o impacto do procedimento sobre a dignidade e a autodeterminação de pessoas trans, travestis e não cisgêneras a serem revistadas.

A revista, ou procedimento de busca corporal, deve se pautar no respeito à dignidade e à autodeterminação dos indivíduos. A Cartilha de Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade recomenda que todas as pessoas trans sejam revistadas por oficiais do sexo feminino: em respeito à identidade de gênero das mulheres trans; e no caso dos homens trans, por serem biologicamente do sexo feminino (Brasil, 2013). Essa diretriz busca garantir a aplicação do Art. 249 do Código de Processo Penal (Brasil, 1941), que estabelece que mulheres devem ser revistadas apenas por outras mulheres. Portanto, o PL 2649/2021 (Brasil, 2021b) propõe uma pauta oposta às demandas de respeito à diversidade e à pluralidade de gênero.

Os PLs analisados neste bloco temático evidenciam uma face cismaterialista do antifeminismo no Parlamento, que reduz o gênero à biologia, desconsiderando vivências e identidades diversas. Essa compreensão essencialista está no centro do debate enfrentado pelo feminismo *queer*, corrente que propõe a desconstrução da ideia de gênero baseada no sexo biológico e nos padrões normativos do binarismo homem/mulher (Lamas, 2022; Fraser, 2006). Isto é, o gênero deveria ser entendido como um espectro, que transita entre os extremos binários homem e mulher, ou mesmo fora do espectro, sem identificação de gênero algum.

## **PROIBIÇÃO DO ENSINO SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO**

O terceiro bloco temático refere-se à proibição do ensino de gênero nas escolas, pautado em projetos que buscam interditar a educação sexual (PL 258/2019; PL 246/2019; PL 1176/2022) e impedir o debate sobre gênero e orientação sexual sob a

expressão ideologia de gênero (PL 4520/2021; PL 4893/2020; PL 258/2019). Entre eles, destaca-se o PL 4893/2020 (Brasil, 2020c), de Léo Motta (PSL–MG), que não apenas proíbe, mas também criminaliza o ensino da chamada ideologia de gênero.

Entre os projetos analisados, apenas o PL 1239/2019 (Brasil, 2019a), de autoria do Pastor Sargento Isidório (AVANTE–BA), apresenta uma definição explícita do que entende por ideologia de gênero: “Ideologia de Gênero é uma abstração filosófica que [diz que] [...] ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir sua própria identidade, ao longo da vida. ‘Homem’ e ‘mulher’, portanto, seriam apenas papéis sociais flexíveis” (Brasil, 2019a, p. 2). Os demais PLs apenas utilizam a referida expressão, sem apresentar uma conceituação.

Os PLs, em geral, defendem que a educação sexual é de competência exclusiva da família, que deve decidir quando e como abordar a temática com as crianças. A justificativa é que “são os valores familiares que irão guiar o caminhar do infante na seara íntima e sexual por toda a sua vida adulta” (Brasil, 2022a, p. 2). Logo, a escola não poderia ensinar conteúdos que versem sobre sexualidade, orientação sexual ou gênero, devendo limitar-se aos tópicos de reprodução sexuada entre machos e fêmeas (Brasil, 2019a).

Nas justificativas desses PLs, observa-se a preocupação em evitar a normatização de comportamentos sexuais fora dos princípios religiosos conservadores, isto é, fora do padrão cisgênero e heterossexual. Para grupos antifeministas, essas discussões sobre sexo, sexualidade, e, principalmente, identidade gênero, acabariam por estimular condutas fora do padrão normativo heterossexual e cisgênero (Reis; Eggert, 2017; Melo, 2020). Portanto, impedir a discussão sobre a diversidade sexual e de gênero nas escolas seria um modo de manter o status cisheteronormativo da sociedade.

Contudo, é importante pontuar que a educação sexual nas escolas reduz a incidência de abuso sexual (Lessa; Mayor, 2019), infecções sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e melhora os níveis de saúde íntima de homens e mulheres (UNESCO, 2010). Além disso, diminui a violência e a discriminação contra pessoas que não integram o grupo dominante (Santos; Cerqueira-Santos, 2022; Cassiavillani; Albrecht, 2023). Logo, projetos que visem a retirar das escolas a educação sexual e de gênero são aqui considerados antifeministas, dado que dificultariam o acesso à informação sobre pautas básicas do feminismo, como abuso e contracepção.

## TEMAS NÃO-RECORRENTES

As temáticas que tiveram apenas uma única manifestação no período foram: impedir tratamento hormonal e cirúrgico para pessoas trans menores de 21 anos

(1); proibir atores infantojuvenis em atuação relacionada a gênero (1); permitir a atuação psicológica na chamada cura gay (1); e revogar cotas de participação de mulheres na política (1). Observa-se que enquanto três dos quatro PLs versam sobre pautas relativas à comunidade LGBTQIAPN+, um PL aborda um direito que recai exclusivamente sobre mulheres cisgênero.

Uma das pautas mais conhecidas relativas à comunidade LGBTQIAPN+ é representada pelo PL 2587/2019, de autoria do Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), que visa permitir a atuação de profissionais de psicologia em “casos de problemas de ajustamento e transtornos psicológicos, inclusive os relacionados a identidade de gênero e à orientação sexual” (Brasil, 2019c, p. 1). Embora a justificativa comece reconhecendo que “homossexualidade não é doença e, por isso, não está sujeita a cura” (Brasil, 2019c, p. 2), o projeto relaciona identidades de gênero e orientações sexuais não-heteronormativas a transtornos psicológicos, em desacordo com a Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que estabelece que a homossexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão (Vezzosi et al, 2019).

Os psicólogos já podem atuar na redução do sofrimento oriundo da discriminação e do preconceito em relação a identidade de gênero. No entanto, Vezzosi et al (2019) apontam que uma parcela significativa de psicólogos ainda busca converter ou patologizar a diversidade: demonstram atitudes corretivas de gênero e sexualidade quando solicitadas pelo paciente, e até mesmo sem serem solicitados. Compreende-se, portanto, que o PL 2587/2019 busca tornar legítima uma atuação que, mesmo proibida, ainda ocorre.

Outra pauta relevante para a comunidade LGBTQIAPN+ é o acesso ao tratamento hormonal e à cirurgia de redesignação de sexo para pessoas trans. O PL 3419/2019, de Heitor Freire (PSL-CE), pretende elevar a idade mínima desses procedimentos para 21 anos, ampliando restrições já existentes no SUS, que começam aos 18 anos. Essa proposta desconsidera evidências científicas que apontam benefícios do início precoce da hormonização, como a redução de danos à saúde mental e a prevenção de intervenções corretivas futuras (Silva et al, 2022).

A automedicação com hormônios, comum entre mulheres trans e travestis, é geralmente iniciada na adolescência e impulsionada por barreiras de acesso ao sistema de saúde, pela falta de preparo de profissionais e pela facilidade de compra sem prescrição médica (Silva et al, 2022). Esses dados revelam que o PL 3419/2019, não evitaria o uso de hormônios, mas poderia reforçar práticas inseguras e não orientadas. Dessa forma, o PL contrasta com a perspectiva da saúde pública, que

recomenda protocolos médicos e psicológicos para adolescentes em incongruência de gênero, reduzindo riscos e protegendo direitos.

O PL 2594/2021, de autoria do deputado Pastor Gil (PL-MA), busca proibir a participação de crianças e adolescentes em produções artísticas ou publicitárias que abordem diversidade sexual e de gênero. A proposta pretende restringir campanhas voltadas ao público infantojuvenil com referência à comunidade LGBTQIAPN+ e impedir menores de 18 anos de atuar em papéis que representem personagens LGBTQIAPN+. Sua justificativa remete a uma campanha da rede Burger King, lançada no mês do orgulho LGBT, em que crianças e adolescentes explicavam o significado da diversidade, incluindo aquelas de famílias homoafetivas (Brasil, 2021c).

Para o autor, a exposição de menores a esse tipo de conteúdo configuraria ideologia de gênero, consequência de uma “agenda progressista de destruição do conceito da família tradicional [...] para agredir valores bíblicos e eternos com o intuito de confundir as famílias” (Brasil, 2021c, p. 4). Assim, o PL 2594/2021 reforça a lógica conservadora e homotransfóbica já presente em outras propostas sobre linguagem, educação e família, buscando interditar espaços de visibilidade da comunidade LGBTQIAPN+.

Por fim, analisaremos o único PL que não se refere direta e exclusivamente à comunidade LGBTQIAPN+: o PL 4213/2020, de autoria de Caroline de Toni (PSL-SC), que visa extinguir a reserva mínima de 30% das vagas para mulheres nas candidaturas para mandatos eletivos preenchidos pelo sistema proporcional. A autora sustenta que apenas uma pequena parcela das mulheres teria interesse em se engajar na política (Brasil, 2020b), argumento que reforça concepções conservadoras sobre o papel das mulheres.

A autora ainda declara que partidos precisam implorar para que mulheres aceitem candidatar-se (Brasil, 2020b). Contudo, pesquisas demonstram o crescimento da participação feminina desde a adoção da cota de gênero em 2009, tanto em candidaturas quanto em representação parlamentar (Silveira, 2019; Peixoto et al, 2017; Salgado et al, 2015), o que suscita dúvidas sobre se a dificuldade de cumprimento da cota é generalizada ou concentrada em partidos específicos.

Portanto, percebe-se que o discurso antifeminista dos Projetos de Lei da Câmara dos Deputados não se apresenta, em geral, como uma oposição direta a direitos já consolidados das mulheres. Apenas o PL 4213/2020 buscou revogar um direito existente. Os demais projetos revelam um antifeminismo predominantemente preventivo, voltado para bloquear a institucionalização de práticas sociais já presentes – linguagem inclusiva, o reconhecimento da diversidade de gênero e a

educação sexual nas escolas – antes que recebam respaldo jurídico. Essa dinâmica confirma o que a literatura sobre *backlash* identifica como reação organizada aos avanços percebidos pelos movimentos feministas e LGBTQIAPN+ (Aguiar; Pereira, 2019; Corrêa; Kalil, 2021). Nesse sentido, o antifeminismo legislativo analisado não se restringiu à defesa abstrata de valores tradicionais, mas se articulou a estratégias de regulação discursiva em consonância com o movimento antigênero transnacional (Paternotte; Kuhar, 2018; Graff; Korolczuk, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo investigou as manifestações narrativas antifeministas e antigênero no âmbito legislativo brasileiro, tomando como objeto de análise os Projetos de Lei apresentados na Câmara dos Deputados durante a 56<sup>a</sup> Legislatura (2019–2022). O problema central que orientou a pesquisa foi compreender de que maneira tais discursos se materializam em proposições formais, partindo da hipótese de que os PLs antifeministas se concentram em: (1) barrar avanços relacionados a gênero e sexualidade; (2) mobilizar justificativas centradas na proteção da família e no combate à chamada ideologia de gênero; e (3) atualizar narrativas conservadoras como reação às conquistas feministas e LGBTQIAPN+.

A análise dos 335 PLs que continham a palavra gênero revelou que apenas 34 proposições (10,1%) apresentavam conteúdo explicitamente antifeminista. Dentre elas, destacam-se três blocos temáticos recorrentes: a proibição do uso da linguagem neutra (14 PLs), a padronização do gênero pelo critério biológico (10 PLs) e a vedação do ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas (6 PLs). Outros temas, como a restrição ao tratamento hormonal para pessoas trans, a proibição de atores infanto-juvenis em papéis LGBTQIAPN+, a chamada cura gay e a revogação de cotas para mulheres na política, apareceram de forma isolada.

Os resultados apontam que o antifeminismo parlamentar brasileiro não se estrutura majoritariamente como uma tentativa de revogação de direitos adquiridos, mas como estratégia preventiva que busca interditar novas possibilidades de reconhecimento jurídico e social. Essa dinâmica se alinha ao que a literatura identifica como *backlash* antigênero (Graff; Korolczuk, 2022; Corrêa; Kalil, 2021), uma reação organizada para conter avanços dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+. O eixo central desses discursos está na defesa de um binarismo biologizante, seja pela tentativa de excluir discussões sobre diversidade no espaço escolar, seja ainda pela limitação do uso de formas linguísticas inclusivas.

Assim, o estudo contribui com um panorama empírico sobre os projetos de lei antifeministas no período analisado e também propõe uma interpretação analítica

sobre o caráter conservador do antifeminismo institucionalizado no parlamento, mostrando que sua função narrativa e discursiva central é limitar transformações culturais antes que estas se consolidem em direitos.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o recorte metodológico que se concentrou exclusivamente em PLs, deixando de lado outras formas de atuação parlamentar (requerimentos, discursos em plenário, comissões, frentes parlamentares). Além disso, por adotar gênero como palavra-chave, a análise não abarcou proposições que possam mobilizar narrativas antifeministas sem utilizar diretamente esse termo, o que sugere espaço para investigações complementares.

Por fim, como sugestão de pesquisas futuras, aponta-se o crescimento de antifeminismos mais tradicionais, principalmente nas redes sociais. Enquanto os PLs antifeministas buscam impedir a institucionalização das diversidades de gênero, o antifeminismo no Facebook, Instagram e podcasts diversos vai além: apresenta as mulheres como algozes e homens como vítimas, buscando um retorno aos papéis tradicionais de gênero, cisheterossexuais. Esses movimentos precisam ser investigados, de modo a compreender o antifeminismo em sua amplitude e diferenças.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Bruna Soares.; PEREIRA, Matheus Ribeiro (2019). O antifeminismo como *backlash* nos discursos do governo Bolsonaro. *Agenda Política*, 7(3), 8-35. <https://doi.org/10.31990/agenda.2019.3.1>.
- BLAIS, Melissa; DUPUIS-DÉRI, Francis (2012). Masculinism and the Antifeminist Countermovement. *Revista Social Movement Studies*, 11:1, 21-39. <http://doi.org/10.1080/14742837.2012.640532>.
- BONET-MARTÍ, Jordi (2021). Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. *Teknokultura. Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales*, 2021, vol. 18, num. 1, p. 61-71. <https://doi.org/10.5209/tekn.71303>.
- BRACKE, Sarah; PATERNOTTE, David. (2016). Unpacking the Sin of Gender. \*Religion and Gender, v. 6, n. 2, 143-154. <https://doi.org/10.18352/rg.10167>.
- BRASIL (1941). Código de Processo Penal. 1941. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). (acesso em: 17/03/2024).
- BRASIL (2013). Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade: cartilha*. 2 ed. - Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. [https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2337/1/5a\\_cartilha\\_policial\\_2013.pdf](https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2337/1/5a_cartilha_policial_2013.pdf). (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2019a). Projeto de Lei Nº 1239, de 2019. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193377>. (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2019b). Projeto de Lei Nº 2200, de 2019. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2197492>. (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2019c). Projeto de Lei Nº 2587, de 2019. Brasília, Câmara dos Deputados. [http://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2199671](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2199671). (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2020a). Projeto de Lei Nº 3396, de 2020. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2255565>. (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2020b). Projeto de Lei Nº 4213, de 2020. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2260474>. (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2020c). Projeto de Lei Nº 4893, de 2020. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2264281>. (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2020d). Projeto de Lei Nº 5198, de 2020. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2265327>. (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2021a). Projeto de Lei Nº 2114, de 2021. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2286281>. (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2021b). Projeto de Lei Nº 2649, de 2021. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2291993>. (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2021c). Projeto de Lei Nº 2594, de 2021. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2291600>. (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2022a). Projeto de Lei Nº 1176, de 2022. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2322480>. (acesso em: 17/03/2024).

BRASIL (2022b). Projeto de Lei Nº 684, de 2022. Brasília, Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2318545>. (acesso em: 17/03/2024).

- CASSIAVILLANI, Thiene Pelosi; ALBRECHT, Mirian Pacheco Silva (2023). Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. *Educação Em Revista*, 39, e39794. <https://doi.org/10.1590/0102-469839794>.
- CISNE, Mirla (2014). Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.
- CORRÊA, Sônia; KALIL, Isabela. (2021). Brasil. In: CORRÊA, Sônia (org.). *Políticas antigênero na América Latina: estudos de Caso - versões condensadas*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA, 2021.
- CORREDOR, Elizabeth. S. (2019). Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 44, n. 3, 613-638. DOI:10.1086/701171.
- FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira (2020). Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, 41, e230408. <https://doi.org/10.1590/ES.230408>.
- FERREIRA, Cristiano Lucas.; RÊSES, Erlando da Silva (2023). Dia do orgulho heterossexual: a reação conservadora à visibilidade de pessoas LGBTQIA+. *Cadernos Pagu*, (69), e236917. <https://doi.org/10.1590/18094449202300690017>.
- FONSECA, Elaine Cristina (2018). O *backlash* e a construção do ethos discursivo da mulher. *Letras De Hoje*, 53(3), 422–429. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.30924>.
- FRASER, Nancy (2006). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>.
- GRAFF, Agnieszka; KOROLCZUK, Elżbieta (2022). *Anti-Gender Politics in the Populist Moment*. London: Routledge, 2022.
- JOEUN, Kim (2023). Antifeminist Sentiments and Marital Desire among Young Men: Evidence from South Korea. *Revista Socius*, 9. <https://doi.org/10.25384/SAGE.c.6826944.v1>.
- KOROLCZUK, Elżbieta; GRAFF, Agnieszka; KANTOLA, Johanna (2025). Gender danger. Mapping a decade of research on anti-gender politics. *Journal of Gender Studies*, v. 34, n. 5, 621-640. <https://doi.org/10.1080/09589236.2025.2489584>.
- LAMAS, Marta (2022). Marta Lamas: dimensiones de la diferencia. *Género y política: antología esencial / Marta Lamas; Gabriela Méndez Cota (coord.)*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/05/Marta-Lamas.pdf>. (acesso em: 17/03/2024).
- LESSA, Camila Bahia; MAYOR, Andréa Soutto (2019). A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. *Perspectivas Online*,

- v.9, n.25, p.61 -77. [https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas\\_sociais\\_e\\_aplicadas/article/view/1745](https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1745). (acesso em: 17/03/2024).
- LUNA, Naara (2023). Conservadorismo na política no governo Bolsonaro: novas articulações, valores religiosos e pauta de costumes. *Cultura y Religión* (en línea), v. 17, p. 1-29. <https://doi.org/10.4067/s0718-47272023000100206>.
- LUNA, Naara (2017). A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, v. 50, p. e175018. <https://doi.org/10.1590/18094449201700500018>.
- MATIJASCIC, Milko (2016). *Previdência para as mulheres no Brasil: reflexos da inserção no mercado de trabalho*. Texto para discussão 2206. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Ipea, 2016. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6686>. (acesso em: 17/03/2024).
- MELO, Flávia (2020). Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 3, e72564, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n372564>.
- NORONHA, Raquel (2023). A regulação da linguagem neutra: uma análise discursiva de leis e projetos do Brasil e da Argentina. *Revista Caracol*, São Paulo, N. 25, jan./jun. 2023. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9651.i25p575-602>.
- PANIZA, Maurício Donavan Rodrigues; MORESCO, Marcielly Cristina (2022). À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, v. 62, n. 3, e2021-0031. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020220305>.
- PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman (2018). Disentangling and Locating the “Global Right”: Anti-Gender Campaigns in Europe. *Politics and Governance*, v. 6, n. 3, 6-19. <https://doi.org/10.17645/pag.v6i3.1557>.
- PAYNE, Leigh A.; DE SOUZA SANTOS, Andreza Aruska (2020). The right-wing backlash in Brazil and beyond. *Politics & Gender*, v. 16, n. 1, p. E6. <https://doi.org/10.1017/S1743923X20000057>.
- PEIXOTO, Vitor; GOULART, Nelson Motta; SILVA, Gabriel Tisse da (2017). Os partidos políticos e as mulheres: a subrepresentação eleitoral feminina nas eleições proporcionais municipais de 2012. *Almanaque de Ciência Política*, Vitória, vol. 1, p. 15-29, 2017. <https://doi.org/10.25193/issn2526-8066.v1.n1.a2>.
- PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez (2023). A quarta onda feminista no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 31(3), e83260, 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n383260>
- PINTO, Breno Oliveira (2021). Antifeminismo e violência política sexista: entraves para a participação das mulheres na política no Brasil. *Revista Feminismos*, vol.9, n.2,

Maio - Agosto 2021. <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/download/43619/25962>. (acesso em: 17/03/2024).

REIS, Toni; EGGERT, Edla (2017). Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, n. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017165522>.

REZENDE, Daniela Leandro; AVILA, Luciana Beatriz Bastos; OLIVEIRA, Camila Olídia Teixeira (2020). Cidadania religiosa e movimentos antigênero na Câmara dos Deputados brasileira: uma análise dos discursos de legisladores/as, 2014-2017. *Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCAR*, v. 10, p. 585-612. <https://doi.org/10.31560/2316-1329.102.4>.

RIO GRANDE DO SUL (2014). *Manual de para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*. Secretaria de políticas para as mulheres: Rio Grande do Sul, 2014. [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod\\_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20não%2osexista%2oda%2olinguagem.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20não%2osexista%2oda%2olinguagem.pdf). (acesso em: 17/03/2024).

SALGADO, Eneida Desirée; GUIMARÃES, Guilherme Athaides; MONTE-ALTO, Eric Vinicius Lopes Costa (2015). Cotas de gênero na política: entre a história, as urnas e o parlamento. *Gênero & Direito*, [S. l.], v. 4, n. 3, 2015. DOI: 10.18351/2179-7137/ged.2015n3p156-182.

SANTOS, Jean Jesus; CERQUEIRA-SANTOS, Elder (2022). Prejudice against sexual and gender diversity and beliefs about sex education among university students. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 39, e200017, 2022. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200017>

SANTOS, Karolyn Marilyn de Oliveira; OLIVEIRA-SILVA, Lígia Carolina (2021). Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. *Cadernos Pagu*, (62), 2021:e216221. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202100620021>.

SANTOS, Rayani Mariano (2022). Disputas sobre gênero e sexualidade: o papel de parlamentares progressistas na Câmara dos Deputados no Brasil. *Sociedade e Cultura*, v. 25, p. 1-33. <https://doi.org/10.5216/sec.v25.71044>.

SANTOS, Rayani Mariano (2018). Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018. *Teoria e Cultura*, v. 13, p. 118-134. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.12433>.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; MANO, Maíra Kubik; SACCHET, Teresa (2020). Confronting backlash against women's rights and gender equality in Brazil: a literature review and proposal. *Revista Feminismos*, vol 8, n.2, Maio. – Agosto, 2020.

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42913>. (acesso em: 17/03/2024).

SILVA, Ricardo Araújo da; SILVA, Luís Augusto Vasconcelos da; SOARES, Fabiane; DOURADO, Inês. (2022). Uso de hormônios não prescritos na modificação corporal de travestis e mulheres transexuais de Salvador/Bahia, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(2), 503–514. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022272.44342020>.

SILVEIRA, Marilda de Paula (2019). Democracia de gênero e seus desafios: como as ações afirmativas para participação feminina na política devem ser aprimoradas. *Rev. Fac. Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 75, pp. 323-348, jul./dez. 2019. <https://doi.org/10.12818/P.0304-2340.2019v75p323>.

TEIXEIRA, Raniery Parra; BIROLI, Flávia (2022). Contra o gênero: a -ideologia de gênero-na Câmara dos Deputados brasileira. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 1, p. 1-40. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.38.248884>.

UNESCO (2010). Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde. [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281_por). (acesso em: 17/03/2024).

VEZZOSI, Jean Ícaro Pujol; RAMOS, Mozer de Miranda; ALMEIDA SEGUNDO, Damião Soares de; COSTA, Angelo Brandelli (2019). Crenças e Atitudes Corretivas de Profissionais de Psicologia sobre a Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe3), e228539. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228539>.